



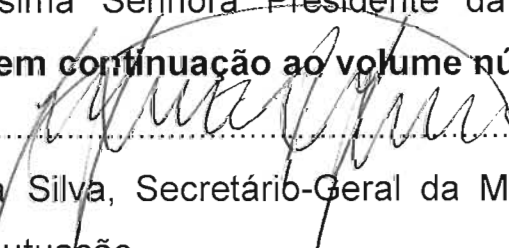
## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015

#### Volume 12

### AUTUAÇÃO

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, autuo os documentos que se seguem, referentes à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, **em continuação ao volume número 11**. E, para constar, eu, .....  Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.



## I - ABERTURA DA SESSÃO

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 404 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

## II - LEITURA DA ATA

**O SR. FELIPE BORNIER**, 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

## III - EXPEDIENTE

*O Sr. Carlos Manato, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passo a palavra para o Primeiro-Secretário, o Deputado Beto Mansur, para ler um comunicado.

**O SR. BETO MANSUR** (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Nos termos do art. 218, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o art. 19 da Lei nº 1.079, de 1950, passo à leitura de denúncia em desfavor da Exma. Sra. Presidente da República Dilma Vana Rousseff, apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior, e Janaina Conceição Paschoal, com amparo na Lei nº 1.079, de 1950, recebida pelo Sr. Presidente da Câmara dos Deputados de 2 de dezembro de 2015.



"EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, DEPUTADO  
EDUARDO CUNHA

*'O princípio geral a se observar é que '(...) não se deve proceder contra a perversidade do tirano por iniciativa privada, mas sim pela autoridade pública', dito isto, reitera-se a tese de que, cabendo à multidão prover-se de um rei, cabe-lhe também depô-lo, caso se torne tirano...' (Santo Tomás de Aquino. Escritos Políticos. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25).*

*'Em todo país civilizado, há duas necessidades fundamentais: que o poder legislativo represente o povo, isto é que a eleição não seja falsificada, e que o povo influa efetivamente sobre os seus representantes.'* (Rui Barbosa. Migalhas de Rui Barbosa, org. Miguel Matos).

*HÉLIO PEREIRA BICUDO, brasileiro, casado, Procurador de Justiça aposentado, portador da Cédula Identidade RG n. 5888644, CPF n. 005.121418-00, Título de Eleitor n. 148.181.900.124, com endereço na Rua José Maria Lisboa, 1.356, apto 31, Jardim Paulista, São Paulo-SP; MIGUEL REALE JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB, Secção de São Paulo, sob nº. 21.135, CPF n. 020.676.928-87, Título de Eleitor n. 001.645.780.116, com escritório na Avenida Brigadeiro*



*Faria Lima, 1.713, 4º andar, cj. 41, São Paulo (SP); e JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade n. 24.130.055-1, CPF n. 195.295.878-48, Título de Eleitor n. 252.385.180.175, com endereço na Rua Pamplona, 1.119, conjunto 41, Jardim Paulista, São Paulo-SP; todos cidadãos brasileiros, como comprovam as certidões anexas, subscrevendo, ainda, esta petição, o advogado FLÁVIO HENRIQUE COSTA PEREIRA, brasileiro, OAB/SP 131.364 e inscrito no CPF sob nº 173.800.188-17, com escritório na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Aguaçu, 171, Condomínio Ipê, Sala M-5, Alphaville Business, com fundamento nos artigos 51, inciso I, e 85, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal; nos artigos 4º, incisos V e VI; 9º, números 3 e 7; 10, números 6, 7, 8 e 9; e 11, número 3, da Lei 1.079/50; bem como no artigo 218 do Regimento Interno desta Egrégia Casa, vêm apresentar DENÚNCIA em face da Presidente da República, Sra. DILMA VANA ROUSSEFF, haja vista a prática de crime de responsabilidade, conforme as razões de fato e direito a seguir descritas, requerendo seja decretada a perda de seu cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública, pelo prazo de oito anos.*





*Nesta oportunidade, haja vista que a presente denúncia congrega a ofertada em 1º de setembro do ano corrente e seus aditamentos, desiste-se, expressamente, do pedido anterior.*

*1 - Dos fatos:*

*O Brasil está mergulhado em profunda crise. Muito embora o Governo Federal insista que se trata de crise exclusivamente econômica, na verdade, a crise é política e, sobretudo, MORAL.*

*O Governo Federal também tenta fazer crer que tal crise pode se tornar institucional; sugere que se arrefeçam os ânimos, admitindo-se o quadro de horror que se estabeleceu no país; porém, não há que se falar em crise institucional. As instituições estão funcionando bem e, por conseguinte, possibilitam sejam desvendados todos os crimes perpetrados no coração do Poder.*

*O Tribunal Superior Eleitoral, em longo e minucioso processo, tem apurado inúmeras fraudes, verdadeiros estelionatos, encetados para garantir a reeleição da Presidente da República, tendo o Ministro Gilmar Mendes aduzido que, se soubesse, anteriormente, do que sabe na atualidade, não estariam aprovadas as contas de campanha da Presidente.*



*Também o Ministro João Otávio de Noronha defendeu a abertura de investigação referente à campanha da denunciada.*

*Foi assim que, no último dia 26 de agosto, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu reabrir o julgamento sobre as contas de campanha da Presidente da República.*

*Em paralelo, o Tribunal de Contas da União (TCU) assinalou flagrantes violações à Lei de Responsabilidade Fiscal, as quais ensejaram Representação Criminal à Procuradoria Geral da República, em petição elaborada pelo ora denunciante Miguel Reale Júnior.*

*Essa 'notitia criminis' demonstra que a Presidente, que sempre se apresentou como valorosa economista, pessoalmente responsável pelas finanças públicas, deixou de contabilizar empréstimos tomados de Instituições Financeiras públicas (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), contrariando, a um só tempo, a proibição de fazer referidos empréstimos e o dever de transparência quanto à situação financeira do país. Em suma, houve uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a nação (e também aos investidores internacionais) a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto, teria condições de manter os programas em favor das classes mais vulneráveis. Diante da legislação penal comum, a Presidente incorrera, em tese, nos crimes capitulados nos*



*artigos 299, 359-A e 359-C, do Código Penal, respectivamente, falsidade ideológica e crimes contra as finanças públicas.*

*Em 26 de agosto do corrente ano, Ministro do TCU noticiou à BBC que alertara a Presidente acerca das irregularidades em torno das chamadas pedaladas fiscais. E, no último dia 07, o mesmo Tribunal, em decisão histórica, inegavelmente técnica, rejeitou as contas do Governo Dilma, relativamente a 2014.*

*Na esteira do histórico processo do Mensalão, Ação Penal Originária 470, em que restaram expostos os planos de perpetuação no poder por parte do Partido Político ao qual a Presidente da República é filiada, foi deflagrada a Operação Lava Jato, que em cada uma de suas várias fases colhe pessoas próximas à Presidente, desconstruindo a aura de profissional competente e ilibada, criada por marqueteiros muito bem pagos.*

*Com efeito, a máscara da competência fora primeiramente arranhada no episódio envolvendo a compra da Refinaria em Pasadena pela Petrobrás. Por todos os ângulos pelos quais se analise, impossível deixar de reconhecer que o negócio, mesmo à época, se revelava extremamente prejudicial ao Brasil. Segundo consta, as perdas foram superiores a setecentos milhões de reais.*



*Na oportunidade, a Presidente da República era presidente do Conselho da Estatal e deu como desculpa um equívoco relativo a uma cláusula contratual. À época, muitos indagaram se essa suposta falha não infirmaria a fama de competência e expertise na seara da energia, porém, ninguém teve a audácia de desconfiar da probidade da Presidente.*

*Mas, como se diz popularmente, Pasadena foi apenas a ponta do "iceberg", pois a Operação Lava Jato realizou verdadeira devassa em todos os negócios feitos pela Petrobrás, constatando, a partir de colaborações premiadas intentadas por Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, que as obras e realizações propaladas como grandes conquistas do Governo Dilma não passavam de meio para sangrar a promissora estatal que, atualmente, encontra-se completamente descapitalizada e desacreditada, inclusive internacionalmente. Nas palavras de um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, comparado à Lava Jato, o Mensalão se transformou em feito passível de ser julgado por Juizado de Pequenas Causas.*

*Vale destacar que Paulo Roberto Costa era pessoa muito próxima à Presidente da República, ao lado de quem posou para várias fotografias em eventos públicos,*



tendo sido convidado para o casamento da filha da Presidente, em cerimônia bastante reservada.

Para a infelicidade do país, os prejuízos havidos com Pasadena ficaram pequenos diante do quadro de descalabro que se descortinou. Reforça-se, a cada dia, a convicção de que algumas empresas foram escolhidas para serem promovidas internacionalmente e, a partir de então, participando de irreais licitações, drenar a estatal, devolvendo grande parte dos valores por meio de propinas, ou de doações aparentemente lícitas.

Em outubro de 2014, ao prestar seu segundo depoimento em colaboração, Alberto Youssef asseverou que, dentre outras autoridades, a Presidente da República tinha ciência do que acontecia na Petrobrás.

Em 25 de agosto do ano corrente, Youssef reafirmou que Lula e Dilma sabiam do esquema de propinas, na Petrobrás. Em acórdão da lavra do Ministro Dias Toffoli, exarado no Habeas Corpus de número 127.483/PR, o Egrégio Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da colaboração premiada realizada com Youssef.

Por força das constatações da Operação Lava Jato, foram presos o ex-Ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto, o ex-dirigente da



*Petrobrás Nestor Cerveró, pessoas que a Presidente fazia questão de reverenciar, até que negar os descabros ficasse impossível.*

*Apesar das investigações em andamento e diante de fortes indícios de que muitas irregularidades haviam sido praticadas, a denunciada seguiu discursando pelo Brasil, reforçando a confiança nos dirigentes da estatal, como a presidente Graça Foster. Aliás, durante todo o processo eleitoral, a denunciada negou que a situação da Petrobrás, seja sob o ponto de vista moral, seja sob o ponto de vista econômico, era muito grave.*

*Com efeito, mesmo com todas as notícias veiculadas, a denunciada insistiu na estapafúrdia tese de que as denúncias seriam uma espécie de golpe, mera tentativa de fragilizar a Petrobrás, sempre destacando sua expertise na área de economia e de energia, ou seja, a Presidente dava sua palavra acerca da hígidez da empresa! Vale lembrar que a presidente da Petrobrás deixou o cargo apenas em fevereiro de 2015, quando a situação já era insustentável, no segundo mandato, portanto.*

*Mas o quadro é ainda pior. A Operação Lava Jato jogou luz sobre a promíscua relação havida entre o ex-Presidente Lula e a maior empreiteira envolvida no*



*escândalo, cujo presidente já está preso, há um bom tempo. Não há mais como negar que o ex-Presidente se transformou em verdadeiro operador da empreiteira, intermediando seus negócios junto a órgãos públicos, em troca de pagamentos milionários por supostas palestras, dentre outras vantagens econômicas.*

*Em julho de 2015, o Ministério Público Federal do Distrito Federal, por força do trabalho do Núcleo de Combate à Corrupção, iniciou investigação pela suposta prática de tráfico de influência, por parte do ex-presidente Lula, a fim de apurar favorecimento ao grupo Odebrecht, no exterior.*

*Recentemente, o Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por meio de acórdão prolatado pelo Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto, nos autos do Habeas Corpus de número 503125866.2015.4.04.0000/PR, impetrado em benefício do presidente da Odebrecht, denegou a ordem, aduzindo que os fatos envolvendo a Petrobrás são notórios.*

*“O histórico do processo é extenso, não sendo possível tal conclusão da análise crítica e exclusiva do decreto prisional ora impugnado. Há critérios para a decretação das prisões, os quais se fundam no art. 312 do Código de Processo Penal, reservadas, como já*



*ressaltado pela 8ª Turma deste Tribunal, aos principais atores da empreitada criminosa.*

*Assim, 'em um grupo criminoso complexo e de grandes dimensões, a prisão cautelar deve ser reservada aos investigados que, pelos indícios colhidos, possuem o domínio do fato como os representantes das empresas envolvidas no esquema de cartelização ou que exercem papel importante na engrenagem criminosa'. (HC nº 501676317.2015.404.0000). Ademais, a realidade processual contradiz qualquer assertiva em sentido contrário. Há delatores presos e não delatores em liberdade. Bom exemplo é o caso do investigado e réu Ricardo Ribeiro Pessoa, Diretor da UTC, que, mesmo após a obtenção da liberdade provisória, decidiu, por iniciativa própria, celebrar acordo de delação premiada. Gerson de Mello Almada, dirigente da Engevix, mesmo sem recorrer ao acordo de colaboração, admitiu a existência de cartel, do pagamento de propinas e indicou a participação da Odebrecht no esquema. 3.4. Assim, presentes os pressupostos para decretação da prisão preventiva, seja por força do risco à instrução processual, dada a existência de indicativos que o paciente pretendeu destruir provas, seja à ordem pública, ante a reiterada e multiplicidade de condutas ilícitas praticadas por meio de*





*peessoas jurídicas, as quais até hoje mantém contratos com a administração pública, atuando de modo organizado e cooperado para fraudar licitações, aferir ganhos extraordinários, bem como risco à ordem econômica.*

*Sobre este último aspecto, desnecessário gastar tinta, porquanto basta abrir qualquer jornal para verificar os prejuízos causados à Petrobrás, à economia nacional e as severas consequências internacionais que a empresa e o Estado estão na iminência de sofrer”.*

*Os contornos de crime de responsabilidade ficam mais salientes, quando se verifica que Lula é muito mais do que um ex-Presidente, mas alguém que, segundo a própria denunciada, lhe é indissociável e NUNCA SAIU DO PODER.*

*De fato, antes de o candidato do PT para a eleição de 2014 estar definido, quando perguntada acerca da possibilidade de o ex-Presidente voltar, a atual Presidente respondeu que ele (Lula) não iria voltar porque nunca havia saído, frisando que ambos seriam indissociáveis.*

*Ora, se a Presidente era (e é) indissociável de Lula, muito provavelmente, sabia que ele estava viajando o mundo por conta da Construtora Odebrecht, que coincidentemente sagrou-se vencedora para realizar*



*muitas obras públicas, no Brasil e no exterior! Aliás, não se podem desconsiderar as fortes acusações feitas pelos empresários gaúchos, Auro e Caio Gorentzvaig, no sentido de que Dilma teria sido imposta a Lula por referido grupo empresarial.*

*Recentemente, houve o vazamento de um relatório do COAF, dando conta de que o ex-Presidente Lula teria recebido quase TRINTA MILHÕES DE REAIS, boa parte de empresas que contratam com o Governo Federal, por supostas palestras. Pois bem, ao invés de mandar investigar os estranhos recebimentos, a Presidente da República, por meio de seu Ministro mais próximo, mandou apurar o vazamento da informação, em mais um sinal de que está disposta a tudo para proteger seu antecessor.*

*A esse respeito, cumpre ressaltar a constante defesa que a denunciada faz da figura do ex-presidente Lula. Mesmo presentemente, objetivando lhe conferir certa imunidade, estuda elevá-lo à condição de Ministro. Elevar à condição de Ministro quem pode ter funcionado como operador da empreiteira que desfalcou a Petrobrás?! A Imprensa nacional, inclusive, noticia que a Presidente Dilma já passou o governo ao Ex-Presidente Lula, em uma espécie de terceiro mandato! Um acinte!*



*Independentemente de qualquer antecipação de juízo sobre culpa, estando o presidente da Odebrecht preso, sendo fato notório que o Presidente Lula lhe prestava assessoria nos contratos firmados e mantidos com o Poder Público, não seria caso, no mínimo, de a Presidente Dilma Rousseff afastar-se, ao menos institucionalmente, de seu antecessor?*

*Necessário apontar que, apesar da edição da Lei de Acesso à Informação, os montantes enviados para Cuba e Angola receberam a chancela de sigilosos. Estranhamente, as empresas tão bem representadas pelo ex- Presidente, indissociável da atual Presidente, segundo consta, conduziram obras nesses países!*

*Durante muitos anos, todos os brasileiros foram iludidos com o discurso de que o ex-Presidente Lula seria um verdadeiro promotor do Brasil, no exterior, um propagandista que estaria prospectando negócios para as empresas nacionais, no estrangeiro.*

*No entanto, conforme foram se descortinando os achados da Operação Lava Jato, restou nítido que todo esse cenário serviu, única e exclusivamente, para sangrar os cofres públicos.*

*Existe a tese de que nada haveria contra a Presidente da República. No entanto, os escândalos que*



*se sucedem, de há muito, passam próximos a ela, não sendo possível falar em mera coincidência, ou falta de sorte. A Presidente da República faz parte desse plano de poder. E os Poderes constituídos precisam, nos termos da Constituição Federal, agir.*

*Não é exagero lembrar que, quando ainda era Ministra da Casa Civil, a Presidente tinha como seu braço forte a ex-ministra Erenice Guerra, que sempre se encontra em situações questionáveis, sendo certo que, mais recentemente, envolveu-se na Operação Zelotes, referente à corrupção no Carf.*

*Como de costume, seja com relação a Erenice Guerra, seja com relação a Graça Foster, seja com relação a Nestor Cerveró, ou Jorge Zelada, a Presidente agiu como se nada soubesse, como se nada tivesse ocorrido, mantendo seus assistentes intocáveis e operantes na máquina de poder instituída, à revelia da lei e da Constituição Federal.*

*Para espanto de todos, Edinho Silva, tesoureiro da campanha da Presidente, apontado como receptor de quase quatorze milhões de reais, é mantido no Governo, no importante cargo de Ministro de Comunicação Social.*

*Poder-se-ia aduzir que fatos anteriores ao exercício da Presidência da República seriam irrelevantes, como,*



*por exemplo, a compra da Refinaria em Pasadena, enquanto Dilma Rousseff era Presidente do Conselho da Petrobrás.*

*Todavia, fazer referência a esses acontecimentos se revela preciso, não com o fim de obter responsabilização por eles, mas com o intuito de evidenciar que a tese do suposto desconhecimento se mostra insustentável. Fosse um único fato, até se poderia admitir tratar-se de um descuido, ou coincidência. Porém, estando-se diante de uma verdadeira continuidade delitiva, impossível crer que a Presidente da República não soubesse o que estava passando a sua volta. E os crimes se estenderam a 2015, ou seja, invadiram o segundo mandato!*

*Em outras palavras, antes do descortinar dos fatos apurados na Lava Jato, até era crível que a compra de Pasadena se tivesse dado por um erro relativo a uma cláusula contratual. Entretanto, passado todo esse tempo, com todos os escândalos que vieram à tona, tem-se que Pasadena foi apenas mais um episódio e a estratégia de “não sei, não vi” se revela modus operandi.*

*Renomados juristas proferiram pareceres favoráveis à instalação do processo de impeachment e à perda do cargo da Presidente da República, sugerindo, no entanto, que seus crimes de responsabilidade seriam de*



*natureza culposa. Ao ver desses dignos estudiosos, a governante máxima teria sido apenas negligente ao não responsabilizar seus subalternos.*

*Com todo respeito a esses nobres pareceristas, com os quais ora se concorda acerca do cabimento e procedência do impeachment, nesta oportunidade afirma-se que tudo indica ter a denunciada agido com dolo, pois a reiteração dos fatos, sua magnitude e o comportamento adotado, mesmo depois de avisada por várias fontes, não são compatíveis com mera negligência.*

*Reforça o entendimento de que a Presidente da República agiu com dolo o fato de ela sempre se mostrar muito consciente de todas as questões afetas ao setor de energia, bem como aquelas relacionadas à área econômica e financeira. Ademais, além de ser economista por formação, a dirigente máxima do País ocupou cargos umbilicalmente relacionados ao setor de energia, não sendo possível negar sua personalidade centralizadora. Em análise bastante minuciosa, o jornalista, escritor e político, Fernando Gabeira, mostra bem que só pode alegar falta de elementos para o impeachment quem não concatena os fatos.*

*O caso é grave e, por isso, lança-se mão de medida drástica, extrema, porém, CONSTITUCIONAL.*



*Apresentar esta denúncia constitui verdadeiro dever de quem estudou minimamente o Direito, sobretudo em seus ramos Constitucional, Administrativo e Penal. Golpe será permitir que o estado de coisas vigente se perpetue. Como bem ensinara o saudoso Ministro Paulo Brossard:*

*“O sujeito passivo do impeachment é a pessoa investida de autoridade, como e enquanto tal. Só aquele que pode malfazer ao Estado, como agente seu, está em condições subjetivas de sofrer a acusação parlamentar, cujo escopo é afastar do governo a autoridade que o exerceu mal, de forma negligente, caprichosa, abusiva, ilegal ou facciosa, de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro do cargo” (O Impeachment. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 134).*

*Se esta Casa não tomar as providências cabíveis, a tendência é realmente este terrível quadro se acirrar, pois o Governo Federal já está movendo seus tentáculos com o fim de mitigar a Lei Anticorrupção, objetivando, novamente, favorecer as empresas que se encontram no centro dos escândalos que assolam o país, como bem diagnosticado pelo Eminentíssimo Jurista Modesto Carvalhosa, em recentes artigos. Aliás, o mesmo Professor denunciou a condescendência criminosa da Presidente da República, já em dezembro de 2014.*



*Cumpre, ainda, chamar atenção para o grave fato de o Governo Federal ter tentado constranger o TCU, por meio de estranha entrevista coletiva de três Ministros de Estado, em plena tarde de domingo!*

*Parte dos fatos, objeto do presente feito pode constituir, além de crimes de responsabilidade, crimes comuns. A Procuradoria-Geral da República já está de posse de representação pelos crimes comuns contrários à fé pública e às finanças públicas. Por razões desconhecidas dos ora subscritores, a representação ainda não foi avaliada pelo Procurador Geral da República, Dr. Rodrigo Janot, recém-reconduzido ao cargo.*

*Todavia, a possível ocorrência de crime comum não inviabiliza o processo por crime de responsabilidade. Muito ao contrário, a existência de crimes comuns apenas reforça a necessidade de se punir a irresponsabilidade.*

*Em primeiro lugar, tem-se que a Constituição Federal, a lei e a doutrina não afastam a possibilidade de dupla punição, por infração política e também penal, e, em segundo lugar, diante da inércia da autoridade competente para fazer apurar o crime comum, é ainda mais legítimo rogar a esta egrégia Casa que assumo o seu papel constitucional. É o que ora se requer.*





*Centenas de juristas reunidos em tradicional comemoração do dia 11 de agosto externaram a sua indignação ao apoiar manifesto da lavra do eminente jurisconsulto Flavio Flores da Cunha Bierrenbach.*

*Em 2015, em diversas oportunidades, a população foi maciçamente às ruas, em números muito superiores ao contingente de pessoas que se mobilizou em 1992. Pouco antes da manifestação do dia 16 de agosto, ao lado de outros tantos brasileiros, os três denunciantes gravaram vídeo para o movimento Vem pra Rua, convidando a população a se mobilizar.*

*O vídeo feito com o primeiro signatário, bem como carta de sua autoria, lida por Rogério Chequer, um dos líderes de tal movimento, evidencia que, de há muito, estamos vivendo em uma falsa democracia, sendo certo que o resgate da verdadeira se faz necessário.*

*O processo de impeachment visa à verdade real. Os fatos ora narrados não limitam a atuação desta Câmara e do Senado Federal, por conseguinte, desde logo, pleiteia-se que sejam levadas em consideração as revelações que ainda estão por vir. De todo modo, o que já há apurado resta suficiente para deflagrar este processo, haja vista que a conduta omissa da denunciada, relativa aos desmandos na PETROBRAS,*



*restou mais do que comprovada, implicando a prática de crime de responsabilidade nos termos do art. 9º, itens 3 e 7, que encerra as seguintes tipificações criminais:*

*‘Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:*

*(...)*

*3 - não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;*

*(...)*

*7 - proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.’*

*No entanto, os crimes de responsabilidade da denunciada não se limitam àqueles atentatórios à probidade na administração, pois, como a seguir restará evidenciado, sérias lesões ao Orçamento foram perpetradas, seja pela edição de decretos não numerados abrindo crédito suplementar, sem autorização do Congresso Nacional; seja pela prática das chamadas pedaladas fiscais, com inequívoca maquiagem das contas públicas.*

*Esse cenário é que fez nascer e se consolidar nos brasileiros o desejo de ver sua Presidente impedida de continuar administrando o País.*



*Nada menos que 63% da população brasileira quer o impeachment de Dilma Rousseff, revela pesquisa CNT/MDA.*

*A realidade salta aos olhos! Ao contrário do que prega a denunciada e aqueles que lhe são próximos, notadamente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o único golpe que se praticou foi a reeleição da Presidente; sem contar a sanha de seu partido de se manter no poder.*

*Os crimes de responsabilidade de Dilma Vana Rousseff exigem uma resposta firme do Congresso Nacional, em uma única direção, a do impedimento.*

*Registre-se, por oportuno, que, embora os denunciantes já tenham ofertado anterior pedido de impeachment contra a denunciada, inclusive aditando-o, é certo que os fatos que se sucederam, após aquela oportunidade, exigem nova denúncia para que se possa consolidar, com ainda maior clareza, os crimes praticados por Dilma Rousseff, com destaque para a rejeição das contas do Governo pelo Tribunal de Contas da União, bem como a constatação de que as pedaladas invadiram o segundo mandato, caracterizando inafastável continuidade delitiva.*

*2 - Dos crimes de responsabilidade:*



*2.1.- Dos Decretos Ilegais. Crime do art. 10, itens 4 e 6 da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.*

*A denunciada fez editar, nos anos de 2014 e 2015, uma série de decretos sem número que resultaram na abertura de créditos suplementares, de valores muito elevados, sem autorização do Congresso Nacional.*

*Como se pode observar da tabela anexa, os valores de créditos suplementares objeto de decretos não numerados da denunciada foram da ordem de R\$ 18.448.483.379,00 (dezoito bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais).*

*Esses decretos foram publicados após a constatação, pelo Tesouro Nacional, de que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual não haviam sido cumpridas, como revelado pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2014 do Tesouro Nacional.*

*No Relatório consta, expressamente, que:*

*‘11. Assim como o ocorrido com a grande parte dos países, o cenário internacional teve significativa influência sobre a economia brasileira. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas*



*orçamentárias de forma que se faz necessário garantir espaço fiscal para preservar investimentos prioritários e garantir a manutenção da competitividade da economia nacional por meio de desonerações de tributos. O nível das despesas também foi influenciado por eventos não recorrentes, como o baixo nível de chuvas e secas verificadas em diversas regiões do País.*

*12. Nesse contexto, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 365, de 10 de Novembro de 2014, Projeto de Lei que altera a LDO-2014 (PLN nº 36/2014) no sentido de ampliar a possibilidade de redução da meta de resultado primário no montante dos gastos relativos às desonerações de tributos e ao PAC. Ou seja, em caso de aprovação do referido projeto, o valor que for apurado, ao final do exercício, relativo a desonerações e a despesas com o PAC, poderá ser utilizado para abatimento da meta fiscal. O presente relatório já considera o projeto de lei em questão, indicando aumento de R\$70,7 bilhões na projeção do abatimento da meta fiscal. Isso posto, o abatimento previsto, neste Relatório, é de R\$106,0 bilhões, o que é compatível com a obtenção de um resultado primário de R\$10,1 bilhões. (GRIFAMOS)*



*A partir destas informações, resta claro que o resultado das metas estabelecidas pela LDO (resultado primário) não estava sendo cumprido pelo Governo Federal, tanto que o resultado das metas de superávit primário foi alterado por meio do mencionado PLN 36/2014 (transformado na Lei nº 13.053/2014) - projeto esse apresentado no Congresso Nacional no dia 11 de novembro de 2014, cuja mensagem ao Congresso foi redigida em 5 de novembro de 2014, como consta da proposição apresentada - que alterou a LDO/2014 (Lei 12.919/2013) e assim dispõe:*

*‘LEI Nº 13.053, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014*

*Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014.*

*A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:*

*Art. 1º A Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:*

*“Art. 3º A meta de resultado a que se refere o art. 2º poderá ser reduzida até o montante das desonerações de tributos e dos gastos relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, cujas programações serão identificadas no projeto e na Lei Orçamentária de 2014*



com o identificador de resultado primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta lei.

....." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de dezembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.'

A partir da aprovação desta lei a meta fiscal foi reduzida em até R\$67 bilhões, como se pode verificar da mensagem ao PLN 36/2014, que diz:

'EM nº 00206/2014 MP

Brasília, 5 de Novembro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Ao longo de 2014, foi revisada para baixo a previsão de crescimento da economia brasileira para este ano quando comparada à utilizada no início de 2013, para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes orçamentárias de 2014. Esta revisão para baixo da previsão de crescimento tem ocorrido em diversos países, levando instituições e organismos internacionais a revisarem para baixo a estimativa de crescimento da economia mundial para este ano de 2014.

2. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias de forma que



*se faz necessário garantir espaço fiscal para preservar investimentos prioritários e garantir a manutenção da competitividade da economia nacional por meio de desonerações de tributos. As políticas de incentivos fiscais e a manutenção do investimento tornaram-se imprescindíveis para minimizar os impactos do cenário externo adverso e garantir a retomada do crescimento da economia nacional.*

*3. Neste sentido, a proposta encaminhada consiste em ampliar a possibilidade de redução do resultado primário no montante dos gastos relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC. Para isto, propõe-se a alteração da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que ‘Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências’, que estabelece no caput do art. 3º que a meta de superávit primário poderá ser reduzida em até R\$ 67.000.000.000,00 (sessenta e sete bilhões de reais), valores esses relativos às desonerações de tributos e ao Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, cujas programações serão identificadas no Projeto e na Lei Orçamentária de 2014 com identificador de Resultado*





*Primário previsto na alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º desta Lei.*

*Diante do exposto, submeto à consideração de V. Exa. a anexa proposta de projeto de lei que altera o caput do art. 3º da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". (GRIFAMOS).*

*Portanto, resta comprovado que a denunciada, desde o dia 5 de novembro de 2014, pelo menos, já tinha conhecimento de que a meta de superávit primário prevista na LDO não estava sendo cumprida, e que não seria cumprida, pois foi apresentado projeto de lei para a alteração da meta do resultado primário, o que efetivamente ocorreu com a aprovação da lei, convertido para a Lei nº 13.053, de 2014. Mesmo conhecendo a impossibilidade de cumprir a meta fiscal, a denunciada, após esta data, expediu os decretos constantes da tabela anexa.*

*Em sede de Memorial, cuja cópia segue anexa, o Procurador junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, claramente evidenciou a prática do crime em questão: "Além das omissões intencionais na edição de decretos de contingenciamento em desacordo*



*com o real comportamento das receitas e despesas do país, houve ainda edição de decretos para abertura de créditos orçamentários sem a prévia, adequada e necessária autorização legislativa, violando a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição da República” (grifos no original). (GRIFAMOS)*

*Como deixa claro o parecer do ilustre Procurador, a autorização deveria ser prévia!*

*A ilegalidade da conduta da denunciada se revela a partir das proibições constantes do art. 167, V, da Constituição Federal, e art. 4º da Lei Orçamentária Anual — LOA-2014 (Lei nº 12.952/2014).*

*O art. 167, inciso V, da Constituição Federal, estabelece ser vedada a abertura de crédito suplementar sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Esta autorização tem que constar de lei específica (art. 165, § 8º, da Constituição Federal).*

*Com efeito, para a execução do orçamento em determinado exercício financeiro, como regra, a lei de diretrizes orçamentárias estabelece as balizas para o manejo de verbas suplementares. Em 2014, a Lei 12.952/2014, em seu artigo 4º, autorizou a abertura de*



*créditos suplementares, desde que as alterações promovidas “sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014”.*

*Ou seja, a abertura de crédito suplementar não poderia ocorrer se houvesse incompatibilidade com a meta estabelecida por lei. Como já demonstrado acima, a propositura do PLN 36/2014 é uma confissão de que a meta não estava e não seria cumprida.*

*Diante deste quadro, cumpria à denunciada atender ao quanto disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que dispõe:*

*“Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias”.*

*Cita o art. 167, § 5º, da Constituição Federal.*



*Assim, nos termos da legislação vigente, a denunciada, após constatado o desatendimento à meta de resultado primário, inclusive por arrecadação a menor em relação às receitas estimadas, como admitido expressamente em projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional, tinha a obrigação legal de limitar os empenhos e a movimentação financeira. Nos termos do art. 4º da LOA/2014, à denunciada era defeso autorizar qualquer valor de verba suplementar.*

*Porém, a conduta da denunciada foi contrária ao que determina a lei. Editou decretos com ampla e vultosa movimentação financeira, ampliando os gastos da União com recursos suplementares, quando estava vedada esta ação.*

*Não bastasse o ocorrido no ano de 2014, a mesma conduta da denunciada foi praticada no ano de 2015.*

*Assim é que a denunciada, no ano de 2015, assinou os seguintes decretos sem número:*

*Em 27/07/2015 — Decreto s/nº*

*Tipo de Financiamento:*

*Superávit Financeiro: R\$ 703.465.057,00;*

*Excesso de Arrecadação: R\$ 7.000.000,00;*

*Anulação de Dotações Orçamentárias: R\$ 36.048.917.463,00.*



*Em 27/07/2015 — Decreto s/nº*

*Superávit Financeiro: R\$ 56.550.100,00;*

*Anulação de Dotações Orçamentárias: R\$  
1.572.969.395,00.*

*Em 27/07/2015 — Decreto s/nº*

*Superávit Financeiro: R\$ 666.186.440,00;*

*Excesso de Arrecadação: R\$ 594.113.666,00;*

*Anulação de Dotações Orçamentárias: R\$  
441.088.922,00.*

*Em 27/07/2015 — Decreto s/nº*

*Excesso de Arrecadação: R\$ 365.726,00;*

*Anulação de Dotações Orçamentárias: R\$  
29.557.106,00.*

*Em 20/08/2015 — Decreto s/nº*

*Superávit Financeiro: R\$ 1.370.419,00;*

*Anulação de Dotações Orçamentárias: R\$  
55.236.212.150,00 reais.*

*Em 20/08/2015 — Decreto s/nº*

*Superávit Financeiro: R\$ 231.412.685,00;*

*Excesso de Arrecadação: R\$ 262.173.117,00;*

*Anulação de Dotações Orçamentárias: R\$  
106.683.043,00.*

*Subtotal:*

*Superávit Financeiro: R\$ 1.658.984.701,00;*



*Excesso de Arrecadação: R\$ 863.652.509,00;*  
*Anulação de dotações orçamentárias: R\$*  
*93.435.428.079,00.*

*Subtotal (A+B): R\$ 2.522.637.210,00.*

*Total (A+B+C): R\$ 95.958.065.289,00.*

*Referidos decretos, cuja publicação no Diário Oficial da União encontra-se comprovada pelos documentos anexos, importam dotação orçamentária concernente a suposto superávit financeiro e excesso de arrecadação, na ordem de R\$ 2,5 bilhões (R\$ 95,9 bilhões menos R\$ 93,4 bilhões).*

*Todavia, esse superávit e excesso de arrecadação são artificiais, pois, conforme se pode verificar a partir do PLN nº 5/2015, encaminhado ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2015, o Poder Executivo já reconheceria que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080/2015, não seriam cumpridas.*

*Ora, o art. 4º da Lei 13.115, de 2015, Lei Orçamentária Anual de 2015, é expresso em prever que a abertura de créditos suplementares seja compatível com a orientação da meta de resultado primário, tal como previsto na LOA de 2014.*



*Data venia, o PLN 5/2015 é límpido em dizer que a meta fixada não está sendo atendida, pois seu objetivo é, exatamente, reduzir as metas estabelecidas na LDO e na LOA.*

*A confissão deste crime encontra-se na Mensagem ao Congresso Nacional deste PLN 05/2015, que diz:*

*Excelentíssima Senhora Presidenta da República,*

*1. Encaminhamos, para apreciação de Vossa Excelência, proposta de Projeto de Lei alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, particularmente em relação às metas fiscais.*

*2. A previsão de crescimento da economia brasileira para o ano de 2015 foi revisada para baixo nos meses seguintes à publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.*

*3. A redução do ritmo de crescimento da economia brasileira afetou as receitas orçamentárias, tornando necessário garantir espaço fiscal adicional para a realização das despesas obrigatórias e preservar investimentos prioritários. De outra parte, não obstante o contingenciamento de despesas já realizado, houve significativo crescimento das despesas obrigatórias projetadas.*



4. Desse modo, considerando os efeitos de frustração de receitas e elevação de despesas obrigatórias, o esforço fiscal já empreendido não será suficiente, no momento, para a realização da meta de superávit primário para o setor público não financeiro consolidado estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentária.

5. Nesse sentido, propomos a revisão da meta fiscal originalmente definida, associada à adoção de medidas de natureza tributária e de novo contingenciamento de despesas que, uma vez implantadas, proporcionarão os meios necessários à continuidade do ajuste fiscal em curso.

6. A esse respeito, merece destaque a ampliação dos esforços dirigidos ao combate à evasão e à sonegação de tributos, bem como a adoção de medidas que privilegiem a recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial e de outras voltadas ao incremento das receitas tributárias, contribuições e demais receitas. De outra parte, há limitado espaço para medidas de limitação de empenho e de movimentação financeira, sem que se ocasione acentuado prejuízo à continuidade de inúmeras ações essenciais em curso,





*cujo sobrestamento, em uma análise de custo-benefício, implicaria maiores consequências para a sociedade.*

*7. Por certo, a meta de resultado primário encerra conteúdo de disciplina fiscal do Estado Brasileiro, consentâneo com os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, ela não deve ser vista como um fim em si mesmo, admitindo-se que, uma vez esgotados os mecanismos de ampliação da receita e os meios de limitação de despesas, se proponha, justificadamente, a sua alteração, tendo por base o pressuposto da transparência que deve orientar a gestão fiscal.*

*8. Nesse sentido, a sugestão encaminhada consiste em propor como meta um resultado primário do setor público consolidado equivalente a R\$ 8,7 bilhões, sendo R\$ 5,8 bilhões a cargo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade. Ainda assim, diante do cenário de incerteza quanto à efetividade da arrecadação decorrente das referidas medidas tributárias e concessões e permissões, a proposta define que será reduzido o resultado proposto, caso os efeitos de arrecadação das referidas medidas, incluindo algumas em tramitação no Congresso Nacional, se frustrem.*

*9. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei*



*que altera o art. 2º da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras propostas.*

*Os decretos acima transcritos foram editados e publicados após a data de propositura do PLN 5/2015, do Congresso Nacional, o que revela o dolo da denunciada!*

*Idênticas as condutas nos anos de 2014 e 2015!*

*As condutas acima descritas constituem inegável crime de responsabilidade, nos termos do art. 10 da Lei 1.079/50, especificamente nos seguintes itens:*

*‘Art. 10. São crimes de Responsabilidade contra a Lei Orçamentária:*

*4) Infringir, patentemente, e, de qualquer modo, dispositivo da Lei Orçamentária; 6) Ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na Lei Orçamentária ou na de Crédito Adicional ou com inobservância de prescrição legal’.*

*Ora, a denunciada, por meio dos decretos acima mencionados, autorizou, nos anos de 2014 e 2015, a abertura de crédito com inobservância à LOA e à Constituição Federal, justamente por permitir a abertura de recursos suplementares quando já se sabia da*



*inexequibilidade das metas de superávit estabelecidas por lei, como demonstrado acima.*

*Sua conduta criminosa é inequívoca, sendo certo que o Colendo TCU já reconheceu ser ilegal esta prática nos autos do TC-005.335/2015-9, nos seguintes termos:*

*“17.1.2. Abertura de créditos suplementares, entre 5/11/2014 e 14/12/2014, por meio de Decretos Não Numerados 14028, 14029, 14041, 14042, 13060, 14062 e 14063, incompatíveis com a obtenção da meta de resultado primário então vigente, em desacordo com o art. 4º da Lei Orçamentária Anual de 2014, infringindo por consequência o art. 167, inc. V, da Constituição Federal, e com a estrita vinculação dos recursos oriundos do excesso de arrecadação ou de superávit financeiro, contrariando o parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.”*

*Esta constatação diz respeito às práticas ilegais intentadas pela denunciada no ano de 2014. E, ainda assim, ela reiterou em 2015! O caso é grave!*

*Em resumo, a mensagem do Poder Executivo confirma que a frustração nas expectativas de arrecadação e o aumento de despesas impediram o cumprimento das metas e a denunciada criou e continua criando despesas suplementares enquanto as metas*



*vigentes estão comprovadamente desatendidas, o que infringe os artigos 167, § 5º da Constituição Federal, art. 4º da LOA/2014 e LOA/2015, e art. 9º da Lei Complementar 101/2000.*

*Inegável, portanto, que a infringência às leis orçamentárias é patente, contumaz e reiterada, o que perfaz o tipo do art. 10, 4, da Lei 1.079/50.*

*Ainda, estas mesmas condutas importam crime de responsabilidade nos termos do item 6, do art. 10, da Lei dos Crimes de Responsabilidade, pois Dilma Vana Rousseff, no exercício da Presidência da República, autorizou a abertura de crédito sem fundamento na Lei Orçamentária e com inobservância de prescrição legal.*

*Nota-se, à toda evidência, que a publicação destes decretos já seria, isoladamente, suficiente para ensejar o afastamento da Presidente da República, mas, as ilegalidades foram além, conforme restará evidenciado.*

*2.2.- Das Práticas Ilegais de Desinformações Contábeis e Fiscais — As chamadas pedaladas fiscais*

*Conforme apurado pelo Tribunal de Contas da União, em processo ainda em andamento (TC 021.643/2014-8), durante os anos de 2011 e 2014 a contabilidade da União não espelha a realidade das contas públicas — o que afronta a necessária*



*transparência —, em razão da prática de diversas maquiagens contábeis que ficaram conhecidas como “pedaladas fiscais”.*

*Essa conduta revela que os princípios inspiradores de Maquiavel estão presentes no Governo Federal, na medida em que os fins justificaram os meios, pois o objetivo único e exclusivo das “pedaladas” foi, e ainda é, forjar uma situação fiscal do país que inexistia, sem o temor de afrontar a lei para chegar ao resultado esperado.*

*Do incluso parecer do eminente Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público no Tribunal de Contas da União, emitido nos autos do processo nº TC 021.643/2014-8, confere-se que foram praticadas as seguintes ilegalidades:*

*A) Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos a equalização de juros e taxas de safra agrícola;*

*B) Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União ao Banco do Brasil relativos a créditos a receber do Tesouro Nacional em razão de títulos de créditos não contabilizados;*



C) Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União ao BNDES relativos à equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);

D) Não registro no rol dos passivos da União na Dívida Líquida do Setor Público valores devidos pela União ao Banco do Brasil referentes a passivo da União junto ao FGTS em razão do Programa Minha Casa Minha Vida;

E) Incorreta apresentação dos cálculos do resultado primário das contas do Governo em decorrência de dispêndios ocorridos no âmbito do Bolsa Família, do Abono Salarial e do Seguro Desemprego, bem como os dispêndios relativos à equalização de taxa de juros da safra agrícola e créditos não lançados junto ao Banco do Brasil.

Ainda, essa incorreção também se revelou em razão do não lançamento da variação dos saldos da dívida da União junto ao FGTS relativos ao Programa Minha Casa Minha Vida e recursos não repassados pela União e que estão registrados em referido fundo junto à União, bem como junto ao BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);



*F) Realização de operações ilegais de crédito por meio da utilização de recursos da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamentos de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Programa Bolsa Família;*

*G) Realização de operações ilegais de crédito por meio de utilização de recursos da Caixa Econômica Federal para a realização de pagamentos de dispêndios de responsabilidade da União no âmbito do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial;*

*H) Realização de operações ilegais de crédito por meio de adiantamentos concedidos pelo FGTS ao Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Caixa Econômica Federal;*

*I) Realização de operações ilegais de crédito por meio de utilização de recursos do BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI);*

*J) Pagamentos de dívidas da União no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais;*

*K) Atrasos nos repasses de recursos aos Estados e Municípios em decorrência da exploração de gás, petróleo e recursos hídricos (Lei 7.990/89); da contribuição social*



*do salário-educação (art. 212, § 5º da Constituição Federal) e nos repasses de recursos ao Instituto Nacional de Seguro Social.*

*Importante esclarecer que a denúncia ofertada pelo Ministério Público no TCU foi acolhida pelo Tribunal de Contas da União em acórdão datado de 15 de abril de 2015.*

*Estas operações ilegais caracterizam crime de responsabilidade, nos termos do artigo 11, itens 2 e 3, da Lei 1.079/50.*

*Com efeito, a União realizou operações de crédito ilegais a partir do não repasse de recursos a entidades do sistema financeiro nacional controladas pela própria União.*

*Tal prática se deu a partir de adiantamentos realizados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, em diversos programas federais de responsabilidade do Governo Federal.*

*Como é cediço, adiantamentos de recursos realizados por entidades do sistema financeiro constituem efetiva operação de crédito, notadamente para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal, que assim define o instituto (art. 29, III):*





*'Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições: I -*

*.....*

*III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;'*

*Os adiantamentos foram realizados através da seguinte operação:*

*A União contratou a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil como operadores de programas desenvolvidos pelo Governo Federal. Para tanto, deveria repassar, diretamente da conta do Tesouro, os recursos necessários para a efetivação dos programas a cada mês, mais precisamente, teria a obrigação de transferir para as instituições financeiras os valores relativos à equalização de juros, aos dispêndios e às transferências legais dos já mencionados programas de governo.*

*Porém, deixou de operar essas restituições e as entidades do sistema financeiro contratadas realizaram os pagamentos aos beneficiários com recursos próprios e,*



*consequentemente, promoveram a constituição de crédito em seu favor, contra a União.*

*Este procedimento, a toda evidência, constitui modalidade de mútuo, ou operação assemelhada, a configurar operação de crédito nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.*

*Ocorre que o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, na qualidade de beneficiário do empréstimo.*

*Ora não foi o ocorrido, eis que as instituições que concederam crédito, como é público e notório, são controladas pela própria União.*

*Logo, a operação de crédito realizada entre as instituições financeiras e a União foram ilegais!*

*Neste ponto, destacamos o seguinte trecho do parecer da Procuradoria do TCU:*

*'Não há dúvida de que, nos casos em que a instituição financeira efetua, com recursos próprios, pagamento de despesas de responsabilidade da União, esta assume o compromisso financeiro de repassar àquela os recursos federais correspondentes, acrescidos*



*dos encargos financeiros eventualmente acordados entre as partes.*

*Não é à toa, pois, que as instituições financeiras públicas inspecionadas na fiscalização empreendida pela SecexFazenda registraram, em seus ativos, os valores a receber do Tesouro Nacional referentes aos pagamentos de despesas de responsabilidade do Governo Federal'.*

*(GRIFO NO ORIGINAL)*

*Importante consignar que as entidades do sistema financeiro estavam autorizadas a funcionar apenas como operadores do programa, não como agente financiador (Art. 9º da Lei 11.977/2009 — Minha Casa, Minha Vida, por exemplo).*

*Sobre essa operação, ao receber a representação oferecida pelo Ministério Público junto ao TCU, assim entendeu a Corte de Contas:*

*23. No caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, verificou-se que, ao longo de 2013 e dos sete primeiros meses de 2014 (jan. a jul./2014), abrangidos na fiscalização, a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União.*



*Na verdade, conforme demonstram as tabelas constantes do relatório de fiscalização, as contas de suprimento desses programas na Caixa passaram a disponibilizar um crédito assemelhado ao cheque especial, porquanto seus saldos, ao longo do período fiscalizado, foram quase sempre negativos.*

*24. De acordo com informações fornecidas pelo Departamento de Supervisão Bancária do BACEN, o saldo total desses passivos ao final do mês de agosto de 2014 era de R\$ 1,74 bilhão, assim composto: (i) Bolsa Família: R\$ 717,3 milhões; (ii) Abono Salarial: R\$ 936,2 milhões; e (iii) Seguro-Desemprego: R\$ 87 milhões.*

*25. Com relação ao PMCMV, os orçamentos aprovados desde o ano de 2010, bem como o projeto para o ano de 2015, previam que as despesas com as subvenções econômicas desse programa seriam financiadas com recursos da chamada 'fonte 100', que representa recursos livres e ordinários arrecadados pelo Tesouro ao longo do respectivo exercício financeiro.*

*26. Entretanto, o pagamento dessas subvenções de responsabilidade da União vem ocorrendo por intermédio de aditamentos concedidos pelo FGTS, na forma autorizada pelo art. 82-A da Lei nº 11.977/2009,*



*utilizando-se a fonte de recursos 'operação de crédito interna'.*

*27. Desse modo, do montante de R\$ 7,8 bilhões despendidos com subsídios concedidos no programa entre 2009 e 2014, apenas R\$ 1,6 bilhão foi repassado pela União ao FGTS, conforme atestam dados encaminhados pela CAIXA. Ou seja, dos R\$ 7,8 bilhões que deveriam ter sido pagos aos mutuários, apenas R\$ 1,6 bilhão foi desembolsado pela União, sendo que o restante, no montante de R\$ 6,2 bilhões, foi pago com recursos do FGTS, a título de adiantamento.*

*28. Note-se que, nesse caso específico, o pagamento de dívidas pelo FGTS deu-se sem a devida autorização em Lei Orçamentária Anual ou em Lei de Créditos Adicionais, requerida no art. 167, inciso II, da Constituição da República e o art. 5º, § 1º, da LRF, caracterizando a execução de despesa sem dotação orçamentária.*

*29. Quanto ao pagamento das despesas correspondentes à subvenção econômica de equalização de taxa de juros no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que era feito semestralmente, os atrasos começaram no 2º semestre de 2010, sendo que, a partir de então, até o 1º semestre de 2014, não houve*



*mais nenhum repasse da União ao BNDES atinente a tal dispêndio.*

*30. Em 10 de abril de 2012, quando o saldo a pagar devido pela União montava a R\$ 6,7 bilhões, foi editada a Portaria 122/2012, prorrogando por 24 meses o prazo para pagamento das dívidas. A tabela 15 do relatório precedente mostra que, sem a postergação estabelecida na mencionada portaria, em junho de 2014, o saldo a pagar com a equalização da taxa de juros montaria a R\$ 19,6 bilhões.*

*31. Todavia essas movimentações financeiras e orçamentárias acarretaram, evidentemente, o surgimento de passivos do Governo Federal junto à Caixa, ao FGTS e ao BNDES, em cujos balanços constam devidamente registrados tais haveres, a débito do Tesouro Nacional. Ou seja, no bojo dessas operações, créditos foram efetivamente auferidos pela União, à margem da Lei Complementar 101/2000 (LRF).*

*32. Uma vez caracterizados como operações de crédito, tais procedimentos violam restrições e limitações impostas pela LRF.*

*33. Primeiro, porque, no que se refere aos recursos disponibilizados pela Caixa e pelo BNDES, envolvem instituições financeiras públicas controladas pelo ente*



*beneficiário dos valores, contrariando o art. 36 da LRF, segundo o qual é 'proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo'. Depois, porque não atendem às formalidades requeridas no art. 32 da referida lei, em especial a necessidade de prévia e expressa autorização no texto da lei orçamentária para sua contratação, estabelecida no inciso I do § 1º do referido artigo. E, ainda, porque, circunstancialmente, infringem a vedação do art. 38, inciso IV, alínea "b", da Lei, que proíbe a contratação de crédito por antecipação de receita no último mandato do Presidente da República.*

*34. Assim, com relação a esse ponto, devem ser acolhidos os encaminhamentos da SecexFazenda, apresentados resumidamente a seguir:' (TC N° 021643/2014-8 – Voto Ministro José Múcio – GRIFAMOS)*

*O voto proferido pelo Ministro José Múcio explicita, de forma inquestionável, as ilegalidades praticadas pelo Governo Federal, destacando-se que as práticas adotadas não foram meros atrasos, mas sim expediente reiterado, gerando passivos acumulados, notadamente junto à Caixa Econômica Federal.*



*Chegou-se ao ponto de deixar de repassar ao BNDES os valores devidos em razão do Programa de Sustentação do Investimento — PSI pelo período de 4 (quatro) anos.*

*Mais à frente, afirma o ilustre relator do TCU:*

*56. De fato, ainda não compreendo como é que dezenas de bilhões de reais em passivos da União tornaram-se imperceptíveis ou indiferentes aos olhos do Banco Central, não obstante constatarem devidamente registrados nos ativos das instituições credoras e terem sido rapidamente flagrados pelos auditores do TCU.*

*57. Afinal, se as dívidas que escaparam ao controle do Banco Central tivessem sido detectadas desde o seu surgimento, as irregularidades apontadas neste processo provavelmente não ganhariam grandes proporções nem se estenderiam por tanto tempo.*

*58. Observo que a responsabilidade da autoridade monetária de apurar os resultados fiscais da União é derivada das leis de diretrizes orçamentárias e fixada pelo próprio Governo, mediante indicação do Presidente da República, que detém o poder hierárquico, grifou-se.*

*Dentre as operações de créditos ilegais realizadas pela denunciada merece destaque aquela concernente à equalização de juros do Plano Safra.*





*No Acórdão 0825, de 2015, do Tribunal de Contas da União, nos autos do Processo TC 021.643/2014-8, consta do voto do Ministro José Múcio, aprovado por unanimidade:*

*'116. As equalizações, como já evidenciado pelos itens 90 a 95 desta instrução, são despesas orçamentárias correntes que devem ser pagas ao longo do processo de execução do orçamento. Ou seja, espera-se que o devedor, a União, efetue, periodicamente, o pagamento das equalizações ao respectivo credor, entre parênteses, o Banco do Brasil.*

*117. Quando, no entanto, referidos pagamentos não são efetuados e, ao estoque da respectiva dívida, passam a ser apropriados juros, não há dúvida de que o credor está concedendo uma espécie de financiamento ao devedor.*

*118. Desse modo, como determina a metodologia de apuração 'abaixo da linha', nos parece que estão plenamente atendidos os critérios estabelecidos pela metodologia 'abaixo da linha' para o registro de tais passivos na DLSP, uma vez que: (i) existe o financiamento concedido pelo Banco do Brasil à União; (ii) os montantes já são devidos pela União ao Banco do Brasil — ora, se não são devidos, por que são*



*apropriados juros aos respectivos estoques; e (iii) os valores estão registrados no ativo da instituição financeira.'*

*No caso deste programa, há prova inquestionável das pedaladas fiscais no ano de 2015, através das demonstrações contábeis do Banco do Brasil do 1º Trimestre de 2015, em que consta a evolução dos valores devidos pelo Tesouro Nacional a tal instituição financeira em aproximadamente 20% (vinte por cento) do montante devido em dezembro de 2014. É que no 4º balanço trimestral de 2014 a dívida sob esta rubrica era de R\$ 10,9 bilhões, passando para R\$ 12,7 bilhões em 31 de março de 2015.*

*Aliás, é da própria nota de rodapé da demonstração contábil, às fls. 87 e 88, que consta a confissão do crime praticado, nos seguintes termos: 'As transações com o Controlador referem-se às operações de alongamento de crédito rural — Tesouro Nacional (Nota 11ª), equalização de taxas — safra agrícola, títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional'.*

*Não bastasse, com a divulgação das demonstrações contábeis do Banco do Brasil do primeiro semestre de 2015, chega-se à prova de que as ilegalidades do Governo Federal em relação ao Plano*



*Safra se estenderam até junho de 2015, pois o valor devido ao Tesouro Nacional por equalização da taxa de juros pelo Plano Safra alcança a cifra de R\$ 13,4 bilhões.*

*Ou seja, apenas com o Banco do Brasil, graças a um único programa, as pedaladas fiscais no ano de 2015 foram de mais de R\$ 3 bilhões.*

*Em relação às provas das ilegalidades aqui narradas, junta-se a esta denúncia mídia digital em que constam todas os pareceres técnicos do TCU reconhecendo as ilegalidades. Nem se diga que o processo em questão ainda não foi analisado pela Corte de Contas, pois esta faz apuração em sua esfera de competência, não sendo condição para o reconhecimento de crime de responsabilidade pela denunciada. As provas ora carreadas, juntamente com aquelas que abaixo se pleiteiam, por não estarem acessíveis aos denunciantes neste momento, são suficientes para a prova dos fatos alegados.*

*Constatada essa ilegalidade, a prática de crime de responsabilidade é inequívoca, porquanto determina a Constituição Federal, em seu artigo 85:*

*Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:*



*I - a existência da União;*

*II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;*

*III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;*

*IV - a segurança interna do País;*

*V - a probidade na administração;*

*VI - a lei orçamentária;*

*VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.*

*Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.*

*A Lei 1.079/50 dá concretude material e formal a esse dispositivo constitucional, estatuinto, em seu artigo 4º:*

*Art. 4º São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:*

*I - A existência da União;*

*II - O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;*



*III - O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;*

*IV - A segurança interna do país;*

*V - A probidade na administração;*

*VI - A lei orçamentária;*

*VII - A guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;*

*VIII - O cumprimento das decisões judiciais (Constituição, artigo 89).*

*Tanto a Constituição Federal, assim como o artigo 4º. da Lei 1.079/50, dizem ensejar o impedimento do Presidente da República o fato de este atentar contra a probidade na Administração e contra a lei orçamentária.*

*No entanto, por força de alterações ocasionadas pela Lei 10.028/00, a clareza da ocorrência do crime de responsabilidade resta ainda maior. De fato, a lei em apreço (que foi editada para melhor proteger os valores tutelados pela Lei de Responsabilidade Fiscal), alterou o artigo 10 da Lei 1.079, o qual passou a vigorar com a seguinte redação:*

*Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:*



1- Não apresentar ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da República dentro dos primeiros dois meses de cada sessão legislativa;

2 - Exceder ou transportar, sem autorização legal, as verbas do orçamento;

3 - Realizar o estorno de verbas;

4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária;

5) deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

6) ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

7) deixar de promover ou de ordenar na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)



8) *deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)*

9) *ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)*

10) *captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)*

11) *ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)*

12) *realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)'.*

*É importante consignar que o simples fato de ter a Presidente descumprido os comandos dos arts. 36 e 38 da Lei de Responsabilidade Fiscal já seria suficiente para*



*caracterizar o crime de responsabilidade, mas, como ela descumpriu dispositivos claramente descritos na Lei nº 1.079/50, também está sujeita às consequências do impeachment, segundo pontifica autorizada doutrina:*

*‘A recentíssima Lei 10.028, de 19 de outubro de 2000, tipificou os comportamentos que passam a ser crimes. Já não haverá mera infração administrativa, no caso de descumprimento das determinações legais. Passa o comportamento do agente público a ter tal relevância no setor financeiro que o descumprimento das normas estabelecidas na lei de responsabilidade fiscal não só enseja sanção civil, como passa, agora, a constituir crime. Em sendo assim, há a infração política, que pode ensejar o impeachment, mediante julgamento pelo Legislativo, bem como há a infração civil, que enseja indenizações e cassação e mandato através do Judiciário, bem como passa a existir o crime de caráter financeiro’ (Regis Fernandes de Oliveira. Responsabilidade Fiscal. 2ª Ed. São Paulo: RT, 2002. p. 105 e 106).*

*“Quando o autor da conduta for o Presidente da República, cometerá igualmente crime de responsabilidade, conforme dispõe o art. 10 da Lei nº 1.079/50, alterada pela Lei nº 10.028/2000. Note que os “crimes de responsabilidade” definidos no Diploma aludido*





*não têm natureza penal (mas político-administrativa), a despeito de sua terminologia, motivo por que a imputação ao mandatário da Nação do crime capitulado no art. 359-A do CP e do ato descrito na Lei nº 1079/50 não configurará bis in idem” (André Estefam. Direito Penal – Parte Especial (arts. 286 a 359-H)- Volume 4, São Paulo: Saraiva, 2011. p. 437).*

*Além de ter violado o art. 10 da Lei 1.079/50, a Presidente incidiu no art. 11 do mesmo diploma legal, que reza:*

*“Art. 11. São crimes contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos:*

*1 - .....*

*2 - Abrir crédito sem fundamento em lei ou sem as formalidades legais;*

*3 - Contrair empréstimo, emitir moeda corrente ou apólices, ou efetuar operação de crédito sem autorização legal;”*

*É clara, portanto, a realização de crime de responsabilidade no presente caso diante da literalidade dos artigos supracitados, pois houve efetiva realização de abertura e operação de crédito, além de contratação de empréstimo ao arrepio da lei.*



*Os empréstimos foram concedidos em afronta ao art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe a tomada de empréstimo pela União de entidade do sistema financeiro por ela controlada.*

*A toda evidência, as operações de crédito, na forma aqui narrada, não observaram as formalidades legais, contrariando a legislação vigente. Logo, há crime de responsabilidade da Presidente da República, nos exatos termos dos artigos acima transcritos.*

*Merece destaque, ainda, que os ilegais empréstimos havidos no ano de 2015, em razão da equalização de juros do Plano Safra, deixam ainda mais patente a conduta delituosa da denunciada.*

*Caberia à Presidente Dilma Rousseff, como superior hierárquica do Governo Federal, agir para que essa ilegalidade fosse cessada, o que não fez. Valendo recordar que fora alertada por várias autoridades, ainda no curso de 2014 e também em 2015.*

*O aumento da dívida do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil, referente a benefício, cujo pagamento é de responsabilidade da União, consubstancia continuidade do ilegal financiamento do Governo Federal, não podendo a denunciada alegar que desconhecia a irregularidade diante da notoriedade dos fatos desde o*



*ano de 2014, com o início do Processo TC 021.643/2014 no TCU.*

*A conduta da denunciada, Dilma Rousseff, na concretização destes crimes, é de natureza comissiva, pois se reunia, diariamente, com o Secretário do Tesouro Nacional, determinando-lhe, agir como agira. A este respeito, cumpre lembrar que a Presidente é economista e sempre se gabou de acompanhar diretamente as finanças e contas públicas. Aliás, durante o pleito eleitoral, assegurou que tais contas estavam hígidas.*

*Ainda que a Presidente não estivesse ativamente envolvida nesta situação, restaria sua responsabilidade omissiva, pois descumpriu seu dever de gestão da administração pública federal, conforme art. 84, II, da Constituição Federal. Abaixo, em item específico, resta melhor caracterizada a responsabilidade da denunciada no que se refere a suas condutas omissivas.*

*2.3. Do não Registro de Valores no Rol de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público- Crime de Responsabilidade capitulado no art. 9º da Lei 1.079/50;*

*Outra ilegalidade constatada foi a falta de registro dos passivos decorrentes das operações de crédito realizadas, operações essas que se encontram*



*devidamente detalhadas no item anterior, no rol das dívidas de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público.*

*Essa operação foi admitida pelo próprio Banco Central do Brasil, conforme documento datado de 28 de agosto de 2014 juntado no processo do Tribunal de Contas da União já referido, cuja cópia segue anexa em mídia digital.*

*Tal ato afronta a Lei Orçamentária Anual – LOA, na medida em que impede o efetivo acompanhamento das contas de Governo, pois parte expressiva do passivo deixa de ser registrada, com o que o acompanhamento das metas de superávit primário passa a ser uma ficção.*

*O art. 5º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e seu §1º exigem que os programas dos orçamentos sejam compatíveis com as metas previstas no art. 4º, § 1º, dessa mesma lei, ou seja, com a apuração dos resultados primário e nominal e com o montante da dívida pública. Ainda, é obrigatório que todas as despesas relativas à dívida pública constem da lei orçamentária anual.*

*O procedimento adotado pelo Governo Federal impediu o atendimento a tais normas, de forma voluntária, como reconhece o ilustre Procurador do TCU Júlio Marcelo de Oliveira:*



*'O contrário, porém, não vinha sendo feito, ou seja, os passivos da União oriundos dos referidos atrasos não estavam sendo computados na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), a qual é calculada mensalmente pelo Banco Central e serve de base à apuração dos resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 4º, § 1º, da LC 101/2000).*

*O impacto dessas operações na dívida líquida e, conseqüentemente, nos resultados fiscais só era captado pelo Bacen no momento do efetivo desembolso dos recursos federais, isto é, no momento em que os valores eram sacados da Conta Única do Tesouro Nacional em favor das instituições financeiras.*

*No caso das despesas referentes ao bolsa família, ao seguro-desemprego e ao abono salarial, a equipe de auditoria verificou que, ao longo do exercício de 2013 e dos sete primeiros meses do exercício de 2014 (jan a jul./2014), a Caixa Econômica Federal utilizou recursos próprios para o pagamento dos benefícios de responsabilidade da União, uma vez que esta, em regra, só repassava os respectivos recursos financeiros àquela no início do mês subsequente ao do pagamento.*



*Como tais despesas, em razão da metodologia equivocada adotada pelo BACEN, só estavam produzindo impacto sobre a dívida líquida (=obrigações-haveres) no momento do desembolso dos recursos pela União (redução dos haveres), o resultado fiscal (variação da dívida líquida, segundo o método 'abaixo da linha') calculado pelo Bacen ao final de cada mês foi superior ao que efetivamente seria devido.'*

*Ao desrespeitar a lei orçamentária anual de forma deliberada, como consta do parecer acima, mascarando o orçamento para dele fazer constar informações incorretas, com apresentação de um resultado fiscal, ao final de cada mês, superior ao que efetivamente seria adequado, mais uma vez, a denunciada incorreu em crime de responsabilidade, nos termos do art. 10, 4 da Lei 1.079/50, que dispõe:*

*'Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:*

*1 - .....*

*4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.'*

*Como se pode verificar dos fatos narrados acima, a lei orçamentária foi acintosamente infringida desde a sua origem, pois, por ação deliberada do Governo Federal, os*



*dispositivos da lei orçamentária foram, direta e indiretamente, inobservados.*

*Diretamente, por meio da obtenção de resultados superiores ao efetivo, através de manobras que esconderam dívidas da União em relação às quais não havia dúvidas.*

*Indiretamente, pelo fato de a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual serem elaboradas com base em resultados e metas que não atrapalham a realidade. Embora indireta, esta infração também é explícita.*

*Com isso, desde a elaboração das leis orçamentárias, cujas metas e resultados foram baseados em números que não espelhavam, e ainda não espelham, a realidade, até a execução da lei orçamentária anual e atendimento às metas constantes da lei de diretrizes orçamentárias, não há fidedignidade nas informações, por ato do próprio Governo, o que leva à conclusão inevitável de que 'houve patente infração a dispositivo da lei orçamentária'.*

*Além dessa não contabilização ferir, uma vez mais, o orçamento, cabe lembrar que essa não contabilização fere a probidade na administração, o que, nos termos do artigo 9, item 7, da Lei 1.079/50, constitui crime de*



*responsabilidade, haja vista a afronta à dignidade, à honra e ao decoro do cargo.*

*Com efeito, como evidenciado em sede de Representação Criminal encaminhada à Procuradoria Geral da República, ao fazer empréstimos proibidos e não os contabilizar, a Presidente da República poderia até, em tese, ser incluída nas iras do artigo 299 do Código Penal, que tipifica a falsidade ideológica.*

*A situação resta ainda mais grave, quando se constata que todo esse expediente fora intensificado durante o ano eleitoral, com o fim deliberado de iludir o eleitorado. Daí ser possível falar em verdadeiro estelionato eleitoral.*

### *3 - Da responsabilidade da denunciada*

#### *3.1 - Da Natureza Jurídica do Processo de Impeachment*

*Para a aferição da responsabilidade da denunciada é necessário ter em mente a natureza jurídica do processo de impeachment, de modo a se saber quais são os elementos necessários a esse fim.*

*O Supremo Tribunal Federal já, há muito tempo, definiu esse instituto como de conteúdo político-administrativo, muito embora tenha inegável vinculação jurídica. Nesse sentido, vejamos as palavras do Ministro*





*Celso de Mello quando do julgamento de Mandado de Segurança impetrado por Fernando Collor de Mello, por força do processo de impeachment, que resultou em sua destituição do cargo e inabilitação para o munus publico:*

*'Tal circunstância, no entanto, não desveste o instituto do impeachment de sua natureza essencialmente política. Cumpre ter presente, neste ponto, a advertência daqueles que, como Themístocles Brandão Cavalcanti, acentuam que esse instituto caracteriza processo político tanto no direito público americano como no direito público brasileiro, não assumindo, em consequência, a conotação de processo penal ou de procedimento de natureza quase-criminal.' (STF - Mandado de Segurança nº 21.623-9, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 17-12-1992, Plenário, DJ 28-5-1993).*

*Este é, também, o entendimento de Alexandre de Moraes, conforme consta de sua doutrina, in verbis:*

*'Crimes de responsabilidade são infrações político-administrativa definidas na legislação federal, cometidas no desempenho da função, que atentam contra a existência da União, o livre exercício dos Poderes do Estado, a segurança interna do país, a probidade da Administração, a lei orçamentária, o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais e o cumprimento das leis e*



*das decisões judiciais.' (Constituição do Brasil Interpretada. São Paulo: 2013, Atlas, pg. 1263)*

*Outra não é a lição de Gilmar Ferreira Mendes:*

*'No caso do Presidente da República, os crimes de responsabilidade caracterizam-se como infração político-administrativas que dão ensejo à perda do cargo e à inabilitação para o exercício de função pública pelo prazo de oito anos (CF, art. 52, parágrafo único),' (Curso de Direito Constitucional. São Paulo: 2014, Saraiva, p. 942)*

*O efeito pragmático desta definição é bem delineado por Ives Gandra Martins em recente parecer elaborado por solicitação do advogado José de Oliveira Costa, do qual se extrai:*

*'É que o julgamento da Suprema Corte difere do julgamento do Congresso Nacional, aquele apenas voltado para os aspectos jurídicos do 'impeachment' e este para os aspectos exclusivamente políticos e de governabilidade.'*

*No mesmo sentido, ainda, a lição sempre atual do ex-Ministro Paulo Brossard, cuja perspicácia jurídica e notável saber fará grande falta ao direito pátrio:*

*'Entre nós, porém, como no direito norte-americano e argentino, o 'impeachment' tem feição política, não se origina senão das causas políticas, objetiva resultados*



*políticos, é instaurado sob considerações de ordem política e julgado segundo critérios políticos (...).’ (Comentários à Constituição de 1967. São Paulo: 6ª edição, RT, pg. 75).*

*Ainda no pensamento jurídico do Ministro Celso de Mello, observamos este mesmo entendimento:*

*‘Os aspectos concernentes à natureza marcadamente política do instituto do impeachment, bem assim o caráter político de sua motivação e das próprias sanções que enseja, não tornam prescindível a observância das formas jurídicas, cujo desrespeito pode legitimar a própria invalidação do procedimento e do ato punitivo dele emergente’.*

*Não se pode esquecer que o Supremo Tribunal Federal, em mais de uma oportunidade, reconheceu o caráter penal do crime de responsabilidade, como, por exemplo, na ADI 834, Rel. Min. Sepúlveda Pertence.*

*Essa compreensão não se contrapõe à conclusão acima no que se refere à natureza jurídica do processo de impeachment.*

*É que neste precedente (ADI 834) se definiu a natureza penal do crime de responsabilidade no tocante à definição do tipo, que se dá por meio da lei especial a que*



*se refere o art. 85, parágrafo único, da Constituição Federal.*

*Assim, compete, exclusivamente, ao Poder Legislativo Federal aprovar as leis que definam os crimes de responsabilidade, quer seja para as infrações praticadas pelo Presidente da República, vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou membros do Supremo Tribunal Federal; quer dos Governadores e vice-Governadores de Estado; quer dos Prefeitos e vice-Prefeitos.*

*Essa definição não altera a natureza política do julgamento a ser realizado pelo Senado Federal e a aceitação da denúncia pela Câmara dos Deputados, mesmo porque não há como transformar órgãos essencialmente políticos, como são as assembleias legislativas, em órgãos jurisdicionais.*

*Parlamentares são seres políticos desde a origem. O ingresso na vida política por meio dos partidos políticos — que, aliás, é vedado aos membros do Poder Judiciário —; a sujeição de seu nome ao crivo popular; o exercício das atividades como legislador e fiscalizador do Poder Executivo são atividades essencialmente políticas, a revelar que a motivação e o conceito de julgamento dos*



*‘juízes’ no processo de impeachment são exclusivamente políticos, apesar do sólido respaldo jurídico demonstrado nesta denúncia.*

*Como evidenciado nos precedentes doutrinários e jurisprudenciais acima, o caráter jurídico do processo de impedimento está exclusivamente na forma, por meio da qual se observarão os procedimentos definidos em lei e nos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com especial destaque para as normas processuais constitucionais, notadamente o direito ao contraditório, ampla defesa e devido processo legal.*

*Porém, mesmo que admitida a natureza penal do processo de impeachment, fazemos nossas as palavras do ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Velloso, que assim se manifestou no MS 21.623-9:*

*‘Posta assim a questão, quer se entenda como de natureza política o ‘impeachment’ do Presidente da República, ou de natureza político-penal, certo é que o julgamento, que ocorrerá perante o Senado Federal, assim perante um Tribunal político, há de observar, entretanto, determinados critérios e princípios, em termos processuais, jurídicos. Esta afirmativa, quer-me parecer, tem o endosso de Paulo Brossard.’*



*Portanto, o reconhecimento dos elementos necessários ao impedimento do Presidente da República é, sempre, um juízo político, não sujeito às garantias inerentes às decisões de cunho jurisdicional — exceção feita à forma processual —, cabendo ao parlamentar que se defronta com o processo de impeachment julgar segundo sua própria consciência.*

*Tanto é certo que, fosse a admissão do processo, a ser realizada pela Câmara dos Deputados, e o julgamento do processo de impeachment, de competência do Senado Federal, de natureza jurisdicional, cada voto de Parlamentar deveria ser fundamentado, nos termos do art. 93, IX, da Constituição Federal, o que não se exige, justamente, por ser político e não jurídico o seu voto.*

*A natureza preponderantemente política do processo de impeachment permite que os Parlamentares, inclusive, levem em consideração ilícitos que venham a ser desvendados, após a apresentação da denúncia, sem necessidade de aditamento.*

*No caso da denunciada, infelizmente, a cada dia, as ilicitudes aumentam, seja no que tange às afrontas ao orçamento, seja no que concerne à condescendência para com práticas corruptas, seja relativamente à tentativa reiterada de desqualificar seus críticos e aqueles que se*



*valem dos instrumentos legais para bem defender o país.*

*Uma vez mais, cumpre lembrar que a Presidente entrega seu governo a um ex-Presidente, que precisa explicar à nação sua riqueza acumulada.*

### *3.2. — Da Omissão Dolosa.*

*O mandatário é, antes de mais nada, um gestor. Como gestor tem o dever jurídico de envidar todos os seus esforços para bem gerir. No caso do gestor público, esses esforços devem direcionar-se à perseguição do interesse público.*

*No limite de sua discricionariedade, o gestor público opta pelos valores e rumos do Governo, porém, suas ações devem ser pautadas, entre outros, pelo princípio da legalidade, sempre fazendo aquilo, e somente aquilo, que a lei exige; e o princípio da moralidade, qualidade inerente somente a quem age de forma proba.*

*O preâmbulo da Constituição Federal explicita que os representantes do povo brasileiro se destinam a 'assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos (...)'.  
'*

*Ora, se assim o é, o agente público ocupante do cargo eletivo, ao representar o povo brasileiro, tem um dever, uma obrigação, que é assegurar o exercício de*



*direitos. A ideia de garantir os direitos revela que, antes de um direito conquistado nas urnas, a denunciada tem para com o titular da soberania nacional uma responsabilidade, a qual deveria assumir e exercer com diligência.*

*Ainda, a Carta Magna de 1988, com a Emenda Constitucional nº 19/98, exige dos agentes públicos eficiência. É o que consta do art. 37, caput, que dispõe:*

*‘A administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e, também, ao seguinte:’*

*Logo, sempre que um mandatário toma posse no seu cargo, tem o dever de ser eficiente, o que lhe exige diligência e perícia no trato com a coisa pública.*

*E mais, conforme dispõe o art. 78 da Constituição Federal, ao tomar posse, o Presidente da República assume o compromisso, dentre outros, de ‘promover o bem geral do povo brasileiro’.*

*Ora, somente poderá fazê-lo se agir de forma responsável no seu cargo, assumindo, inclusive, a responsabilidade por suas omissões.*





*Como já demonstrado nesta explanação, são diversas as condutas da Presidente Dilma Rousseff que evidenciam sua irresponsabilidade.*

*Em relação aos fatos narrados acima, há elementos mais do que suficientes para se reconhecer que a denunciada praticou crime de responsabilidade.*

*Com efeito, constituem crime de responsabilidade a ação e a omissão da Presidente da República no tocante ao que se chama de 'pedaladas fiscais'.*

*Diz o Procurador no TCU Júlio Marcelo de Oliveira em seu parecer no processo TC nº 021.643/2014-8:*

*'Cumpre salientar que as dívidas da União que deixaram de ser devidamente captadas pelo BACEN, identificadas durante a inspeção, alcançaram mais de R\$ 40 bilhões (...).'*

*Nobres Parlamentares, inacreditavelmente, a denunciada deixou de perceber que mais de R\$ 40 bilhões de reais não foram lançados na dívida da União, comprometendo os dados oficiais do Governo Federal, o estabelecimento de metas, o cumprimento das metas fiscais e, via de consequência, o atendimento à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.*

*Não se pode olvidar que é da responsabilidade da Presidente da República enviar ao Congresso Nacional a*



*LDO e a LOA, conforme art. 84, XXIII da Constituição Federal. Ao assinar essas leis, a Presidente assume como reais os números e estimativas ali constantes, explicitando todo seu conhecimento sobre a matéria.*

*Porém, dois elementos tornam incontroverso seu conhecimento dos fatos.*

*Primeiro, há mais de dois anos que a imprensa nacional alerta o Governo de que a contabilidade pública está sendo maquiada. Aliás, foi este o motivo que levou o MP do Tribunal de Contas da União a agir para fiscalizar este fato, como consta do parecer do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira:*

*'Trata-se de representação formulada por este Procurador do Ministério Público de Contas (peça 1) em razão de indícios de irregularidades, noticiados em jornais e revistas de grande circulação no país (peça 3), relacionados ao atraso no repasse às instituições financeiras dos valores destinados ao pagamento de despesas de responsabilidade da União, tais como o bolsa família, o abono salarial, o seguro-desemprego, os subsídios de financiamento agrícola e os benefícios previdenciários,'*

*O conhecimento do fato é inegável, pois as informações foram fartas sobre o tema.*



*Em segundo lugar, no final do ano de 2014 a Presidente da República encaminhou para o Congresso Nacional o PLN nº 36, de 2014, para alterar a LDO visando modificar as regras do superávit primário.*

*Ao fazê-lo, a Presidente Dilma Rousseff demonstrou ter conhecimento dos resultados das contas públicas e que tomou as providências necessárias para regularizá-las. Porém, o fez apenas para atender a seu interesse, pois, como é sabido, visou evitar que fosse acusada de crime de responsabilidade por não cumprir as metas fiscais estabelecidas em lei.*

*Não é preciso grandes elucubrações para sabermos que a denunciada sabia destes fatos. Quem já foi prefeito ou governador, quem já participou diretamente da administração pública sabe que o alcaide de um Município, o governador de um Estado acompanha diariamente o resultado das contas públicas. O mesmo se dá com o Presidente da República.*

*Registre-se, por oportuno, que o principal autor das pedaladas fiscais, o então Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, sempre manteve uma relação de estreita proximidade com a denunciada, o que, inclusive, despertava incômodos na equipe de governo de Dilma Rousseff.*



*Esta proximidade foi destacada pelo jornal Folha de São Paulo em matéria de 03 de novembro de 2014, nos seguintes termos:*

*EQUIPE DE DILMA TEME AUMENTO DE PODER  
DE ARNO AUGUSTIN EM 2015*

*Atual secretário do Tesouro Nacional deve assumir cargo de assessor especial da Presidência.*

*Arno Augustin deve ter novo endereço em 2015. A possível mudança tem deixado integrantes do próprio governo Dilma preocupados.*

*O atual secretário do Tesouro Nacional deve assumir, a partir do próximo ano, o cargo de assessor especial da Presidência, com direito a sala ao lado do gabinete presidencial no Planalto.*

*Funcionários do alto escalão dizem achar que, caso assuma a nova função, Arno será uma espécie de 'grilo falante', dando ideias à presidente não só na agenda macroeconômica, mas também na micro. Ou seja: sua influência aumentará em 2015.*

*Tirando a presidente, Arno Augustin tornou-se uma unanimidade no primeiro mandato: é, ao mesmo tempo, desaprovado pelo mercado financeiro e pelo próprio PT, partido ao qual é filiado.*



*Nos últimos anos, Arno ganhou lugar cativo no time dos mais fieis auxiliares de Dilma.*

*Agora, se confirmada a remoção, pode virar conselheiro de tudo, do prometido projeto que unifica alguns impostos às discussões sobre cortes no Orçamento.*

*Na avaliação interna, Arno simboliza a imagem negativa do governo na gestão fiscal, marcada pelas manobras adotadas a partir de 2012 para 'garantir' o cumprimento das metas. Mas não é só.*

*Exageros à parte, muitos afirmam que vêm dele atrasos relevantes na agenda do programa de concessões públicas, lançado em 2012.*

*De fato, Arno influenciou quase tudo o que se produziu no Executivo nos últimos anos: renovação das concessões de energia; leilões de aeroportos, redistribuição de slots (janelas para pousos e decolagens) em Congonhas; novo modelo de ferrovias, rodovias, entre outros.*

*Em muitos desses casos, extrapolou sua atribuição de guardião do cofre público, sugerindo ele próprio gastos adicionais que comprometeriam a capacidade do governo de economizar para pagar os juros da dívida pública.*



*Exemplos não faltam. Ele mesmo se ofereceu para bancar parte da indenização às geradoras de energia que se recusaram a renovar suas concessões seguindo as regras impostas pelo Planalto.*

*Também saiu de seu escaninho a proposta de criar um subsídio para estimular a aviação regional.*

*Na ocasião, especialistas do próprio governo ponderaram que a medida não era a ideal para promover mais voos ao interior. Arno, então, bateu o pé e conseguiu convencer a presidente.*

#### **UNHA E CARNE**

*Observadores da relação de Arno com a chefe costumam descrevê-los como semelhantes. O secretário não costuma contradizer Dilma. Executa a tarefa pedida, com raríssimos questionamentos.*

*Quando o Planalto analisava a segunda rodada de licitações de aeroportos, depois das concessões de Guarulhos, Viracopos e Brasília, Arno convenceu a presidente a mudar o modelo de leilão, quando ministros viajaram ao exterior com a missão de "vender" o projeto a operadores internacionais.*

*A mala, como era imaginado, voltou vazia. Arno jamais foi cobrado disso. O Planalto perdeu meses nessa*



*discussão. A segunda rodada de licitações acabou saindo no mesmo formato da primeira. (Grifamos)*

*A definição da proximidade entre Dilma e o mentor das pedaladas fiscais fica assim resumida: “Unha e Carne”! Também esta proximidade impede a denunciada de negar o conhecimento do que se passava, e ainda se passa, com as contas governamentais.*

*Assim, os atos ilícitos praticados na condução das contas públicas, comprovados à saciedade no item 2.1 acima, são de responsabilidade da denunciada, razão pela qual responde pelos crimes de responsabilidade previstos no art. 10 da Lei 1.079/50.*

*Da mesma forma, a responsabilidade da denunciada quanto à corrupção sistêmica de seu Governo é inegável.*

*O volume da corrupção, já reconhecido por órgãos de investigação e pelo Ministério Público como o maior escândalo já descoberto no país, superando, inclusive, o Mensalão, que levou inúmeros próceres do Partido dos Trabalhadores – PT para a cadeia, é demasiadamente vultoso para se admitir o simples desconhecimento por parte da Presidente da República. Como consignado quando da narração dos fatos, causa espécie a insistência da Presidente em negar o inegável, em*



*defender, por exemplo, o ex-presidente Lula, conferindo-lhe plenos poderes de gestão.*

*Só na Petrobrás, os desvios de recursos superam, até agora, R\$ 6 bilhões de reais, como admitido pela própria estatal em seu balanço recentemente divulgado.*

*A condição de Presidente do Conselho de Administração da Petrobrás entre os anos de 2003 e 2010 não permite que a denunciada apenas negue não saber da corrupção existente, principalmente quando, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração da Petrobrás, cláusula 3.1.3, é responsabilidade dos conselheiros realizar a fiscalização da gestão dos diretores, lembrando que foram em duas diretorias que os desvios ocorreram de forma contundente e vultosa.*

*O volume e a sistemática da corrupção, como revelado por Alberto Yousseff e Paulo Roberto da Costa em suas delações premiadas, bem como Pedro Barusco e outros, deixa claro que o desconhecimento destes fatos por membros da diretoria da Petrobrás ou pela Presidente do Conselho de Administração só pode ser atribuído à cegueira deliberada, na melhor das hipóteses, está-se diante de omissão dolosa. A denunciada, se verdade*





*fosse seu desconhecimento, omitiu-se em suas responsabilidades, e o fez de forma dolosa.*

*Vale lembrar que grande parte dos desvios foi direcionado a seu Partido Político, beneficiando-a diretamente, inclusive em suas eleições presidenciais.*

*Aliás, o encaminhamento de dinheiro da corrupção para a campanha eleitoral da denunciada em 2010 e para o Partido dos Trabalhadores – PT, agremiação partidária esta que sustentou e sustenta politicamente a denunciada, é fato já confirmado na Operação Lava Jato.*

*Quanto às eleições de 2014, seu benefício com a doação ao PT e a partidos aliados de dinheiros oriundos de corrupção, entre os anos de 2011 e 2013, também já confessados, torna incontroverso que a própria reeleição da denunciada foi contaminada.*

*Ora, não saber, a Presidente da República, que vultosas quantias em dinheiro foram desviadas dos cofres públicos do Governo Federal e que parte significativa desses recursos fora diretamente para as contas de seu partido é decorrente de sua omissão em cumprir com seus deveres mínimos de gestora e de candidata responsável por sua arrecadação e despesa de campanha. E, ante os fatos que já se encontravam*



*conhecidos no transcorrer dos últimos anos, sua omissão é, a toda evidência, dolosa.*

*Data vênia, cada vez que a denunciada diz que não sabia o que estava acontecendo em seu Governo ela brinca com a boa-fé do cidadão brasileiro!*

*Aliás, em entrevista concedida no ano de 2009, época em que ainda ocupava o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil, conforme faz prova inclusa mídia com o respectivo vídeo, a denunciada comprova conhecer profundamente a contabilidade da Petrobrás, quando afirmou:*

*“A Petrobrás de hoje é uma empresa com nível de contabilidade dos mais apurados do mundo”*

*Ora, se seu conhecimento sobre a Petrobrás era tão profundo, a ponto de poder afirmar o grau de apuração de sua contabilidade, a toda evidência que não tem como negar aquilo que se passava em contratos realizados pela Petrobrás, contratos esses que, aliás, como conselheira da Petrobrás, aprovou, concordando assim com os valores superfaturados!*

*Não é admissível que alguém, que tem o conhecimento da contabilidade de uma empresa como a da Petrobrás, não saiba avaliar, na qualidade de*



*conselheira, a existência de superfaturamento em contratos que aprova!*

*Desde o ano de 2005, quando o Brasil, atônito, assistiu à gravação de corrupção nos Correios mediante a entrega de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a Maurício Marinho, por um empresário interessado em participar de uma licitação desta empresa pública, as revelações de atos de corrupção e desvio de recursos públicos se amontoam no Governo do Partido dos Trabalhadores.*

*O que começou com alguns poucos milhares foi se avolumando passando rapidamente para dezenas de milhões, centenas de milhões e, hoje, falamos em bilhões. Após 10 (dez) anos de sucessivos e incansáveis escândalos, perdemos a capacidade de analisar o efetivo custo da corrupção no Brasil. É preciso entender que os valores comprovados de corrupção no país atingem cifras inimagináveis!*

*São bilhões de reais que deixaram os cofres públicos apenas na Petrobrás, para beneficiar poucos.*

*O montante de recursos envolvidos é estarrecedor, o que, repita-se, impede admitir o desconhecimento de quem esteve no centro da gestão pública da Petrobrás, mais uma vez evidenciando-se, no mínimo, a omissão dolosa da denunciada.*



*Saliente-se que a omissão como hipótese caracterizadora de crime de responsabilidade e, portanto, fundamento para o 'impeachment' não é nenhuma novidade, pois foi justamente a grave omissão do ex-Presidente da República Fernando Collor de Mello um dos fatos que ensejaram seu impedimento. Neste sentido, vejamos o seguinte trecho do relatório do então Deputado Federal Nelson Jobim, relator do processo de cassação de Collor na Câmara dos Deputados, que afirmou:*

**"V – GRAVE OMISSÃO**

*Por último, a Denúncia atribui ao Senhor Presidente da República "diante do recebimento injustificado de vultosas quantias por meio de correntistas 'fantasmas', e diante do fato notório do tráfico de influência exercido por Paulo César Farias (Fls. 15, 1º Parágrafo), grave omissão "permitindo tácita ou expressamente infração à lei federal de ordem pública" (fls. 16, último parágrafo), consistentes nos arts. 5, incisos I e VIII, da Lei nº 8.027/90, e incisos IX e XII do art. 117 da Lei nº 8.112/90, como, também, e leis penais, administrativas e tributárias (fls. 17, último parágrafo).*

*Estes são os elementos de fato, carreados do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, que fundamentam a Proposta Acusatória.*



*Termina a Denúncia por requerer, como pedido, que, admitida nessa Câmara de Deputados a acusação... formulada, seja a mesma remetida ao Senador Federal, onde será julgada, o reconhecimento de sua procedência, para aplicar ao denunciado a pena de perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo do procedimento penal competente... (fls. 19).*

*Instruem a Denúncia o Relatório Final da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, os pronunciamentos do denunciado dos dias 30 de junho e 30 de agosto deste ano, acompanhado de outros documentos, requerendo, por fim, a tomada de depoimento de seis testemunhas e a requisição de cópias de inteiro teor dos autos da CPI e de todas as peças do inquérito instaurado pela Polícia Federal (fls. 20)."*

*Aqui, estamos diante, no mínimo, de quadro ainda mais grave de omissão da Presidente da República!*

*Se alguns perderam a capacidade de se indignar diante desta afronta à própria democracia brasileira, a maior parte da sociedade não perdeu, tanto que pesquisa da Folha de São Paulo revela que 63% (sessenta e três por cento) dos brasileiros quer o impeachment da*



*denunciada. Isso sem contar as assinaturas colhidas pela plataforma [www.proimpeachment.com](http://www.proimpeachment.com).*

*Caso realmente estivesse inocente, caberia à denunciada, afastar as pessoas supostamente envolvidas nos atos de corrupção e não as manter e até defender, negando os fatos. O comportamento da Presidente, infelizmente, não condiz com a honorabilidade do cargo.*

*3.3 - Possibilidade de responder por crime praticado em mandato anterior.*

*“Embora não haja faltado quem alegasse que eleição popular tem a virtude de apagar as faltas pretéritas, a verdade é que infrações cometidas antes da investidura no cargo, estranhas ao seu exercício ou relacionadas com anterior desempenho, têm motivado o impeachment, desde que a autoridade seja reinvestida em função suscetível de acusação parlamentar.*

*Estas dimensões, atribuídas ao impeachment, pela doutrina e experiência americanas, condizentes, aliás, com as características do instituto, não as ignora a literatura brasileira. Maximiliano, a propósito, doutrinou: ‘só se processa perante o Senado quem ainda é funcionário, embora as faltas tenham sido cometidas no exercício de mandato anterior’... Enfim, se infrações recentes ou antigas podem motivar a apuração da*



*responsabilidade, a pena não vai além da destituição do cargo, com inabilitação para o exercício de outro...” (Paulo Brossard. O Impeachment. São Paulo: Saraiva, 3ª. ed. 1992. p. 137).*

*Merece destaque a possibilidade de a denunciada responder por atos praticados em mandato anterior. Embora já esteja evidenciado que os fatos que subsidiam este pedido também ocorreram no início deste mandato, a questão jurídica referente ao tema há de ser enfrentada.*

*O instituto da reeleição estabelece ao mandatário reeleito a continuidade de gestão, de modo que os atos praticados no primeiro mandato surtem efeitos diretos à responsabilidade do Presidente da República ainda ocupando o mesmo cargo público.*

*O fundamento desta responsabilidade continuada decorre, justamente, do fato de que a reeleição é, em verdade, uma continuidade administrativa, mantendo-se o vínculo entre as legislaturas. Nesse sentido;*

*“A reelegibilidade, como bem asseverado pelo Ministro Carlos Velloso, assenta-se em um postulado de continuidade administrativa. ‘É dizer — nas palavras do Ministro Carlos Velloso — a permissão da reeleição do Chefe do Executivo, nos seus diversos graus, assenta-se na presunção de que a continuidade administrativa, de*



*regra, é necessária” (ADI-MC 1.805, acima referida).”  
(MENDES, Gilmar Ferreira. o. c., pg. 732).*

*Ora, se a reeleição é uma continuidade, só há que se falar em continuidade quando há o que se continuar. Portanto, para o candidato reeleito, o segundo mandato é, nada mais nada menos, que o prolongamento do primeiro mandato, tornando-se, ao final do período, uma só administração.*

*Tal assertiva já foi objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento de mandato de segurança impetrado por parlamentar que, objetivando não responder por processo no Conselho de Ética, por quebra de decoro parlamentar, sustentou a tese de que práticas realizadas em mandato anterior não poderiam ser objeto de processo disciplinar no mandato seguinte. Assim se decidiu no caso:*

*“A cristalizar-se o entendimento de que determinada legislatura não pode conhecer de fatos ocorridos na anterior, estaremos estabelecendo período de verdadeiro vale-tudo nos últimos meses de todas as legislaturas.*

*Se restarem provados os fatos a ele imputados, deverá esta Casa agir, lançando mão dos princípios constitucionais colocados à sua disposição (quais sejam,*





*o da razoabilidade e o da máxima efetividade das normas constitucionais), além de valer-se dos princípios que lastreiam o sistema jurídico nacional para emitir juízo político, declarando a perda do cargo de Deputado Federal, por parte do representado". (STF - Mandado de Segurança nº 23.388 — Rel. Min. Néri da Silveira — j. 25.11.1999 — DJ de 20.4.2001)*

*É interessante notar que o trecho em destaque do voto proferido pelo ilustre Ministro do STF Néri da Silveira é a reprodução de texto do voto proferido pelo relator do processo de cassação, por quebra de decoro parlamentar, do ex-Deputado Federal Talvane Albuquerque. Com isto, constata-se que não só o Supremo Tribunal Federal reconhece a possibilidade de se cassar mandato eletivo por prática ocorrida em mandato anterior, como também já é a jurisprudência da Câmara dos Deputados.*

*Este mesmo entendimento foi reafirmado pelo Supremo Tribunal Federal no seguinte precedente do ex-Deputado Pinheiro Landim:*

*"Tenho para mim, ao examinar, em sede de estrita delibação, a pretensão mandamental deduzida pelo ora impetrante - não obstante as razões tão excelentemente desenvolvidas por seus eminentes Advogados - que tal postulação parece não se revestir de plausibilidade*



*jurídica, especialmente em face da existência de decisão plenária, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do MS 23.388/DF, Rel. Min. NÉRI DA SILVEIRA, ocasião em que esta Suprema Corte, tendo presente situação virtualmente idêntica à que ora se registra neste processo ("Caso Talvane Neto"), rejeitou a tese de que a Casa legislativa não pode decretar a cassação de mandato de qualquer de seus membros, por falta de decoro parlamentar, se o fato motivador dessa deliberação houver ocorrido na legislatura anterior.*

*Essa decisão, emanada do Plenário do Supremo Tribunal Federal, acha-se consubstanciada em acórdão assim ementado:*

*'Mandado de segurança. 2. Ato da Mesa da Câmara dos Deputados, confirmado pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação da referida Casa legislativa, sobre a cassação do mandato do impetrante, por comportamento incompatível com o decoro parlamentar.*

*3. Pretende-se a extinção do procedimento de perda do mandato. Sustenta-se que a cassação do mandato, para nova legislatura, fica restrita à hipótese de, no curso dessa legislatura, se verificarem condutas, dela contemporâneas, capituláveis como atentatórias do*



*decoro parlamentar. 4. Não configurada a relevância dos fundamentos da impetração. Liminar indeferida. 5. Parecer da Procuradoria-Geral da República pela prejudicialidade do mandado de segurança, em face da perda de objeto; no mérito, pela denegação da ordem. 6. Tese invocada, acerca da inexistência de contemporaneidade entre o fato típico e a competência da atual legislatura, que se rejeita.*

*7. Não há reexaminar, em mandado de segurança, fatos e provas (...). 9. Mandado de Segurança indeferido.'*

*Cabe destacar, neste ponto, que o princípio da unidade de legislatura — que faz cessar, a partir de cada novo quadriênio, todos os assuntos iniciados no período imediatamente anterior, dissolvendo-se, desse modo, todos os vínculos com a legislatura precedente (José Afonso da Silva, "Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional", p. 38/39, item n. 14, 1964, RT) — rege, essencialmente, o processo de elaboração legislativa, tanto que, encerrado o período quadrienal a que se refere o art. 44, parágrafo único, da Constituição Federal, dar-se-á, na Câmara dos Deputados, o arquivamento das proposições legislativas, com a só exceção de alguns projetos taxativamente*



*relacionados na norma regimental (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, art. 105).*

*É por essa razão que o eminente Professor José Afonso da Silva, ao tratar do postulado da unidade de legislatura, examina-o dentre os princípios que informam o processo constitucional de formação das leis.*

*De outro lado, e ao contrário da limitação de ordem temporal imposta à atividade investigatória das Comissões Parlamentares de Inquérito — cujo âmbito de atuação não pode ultrapassar a legislatura em que instauradas (HC 71.193/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence — MS 22.858/DF, Rel. Min. Celso de Mello) —, cumpre rememorar que o Supremo Tribunal Federal, como precedentemente assinalado, já firmou orientação no sentido de que o princípio da unidade de legislatura não se reveste de efeito preclusivo, em tema de cassação de mandato legislativo, por falta de decoro parlamentar, ainda que por fatos ocorridos em legislatura anterior (MS 23.388/DF, Rel. Min. Néri da Silveira, Pleno).*

*Isso significa, portanto, que o princípio da unidade de legislatura não representa obstáculo constitucional a que as Casas Legislativas venham, ainda que por fatos anteriores à legislatura em curso, a instaurar — contra quem já era titular de mandato na legislatura precedente*



— procedimento de caráter político-administrativo, destinado a viabilizar a decretação da perda do mandato, por fato atentatório ao decoro parlamentar, cometido por quem então se achava investido na condição de membro de qualquer das Casas do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, I, "e", §§ 1º e 2º)." (STF – MS 24.458 – Rel. Min. Celso de Melo – data 18.02.2003 – DJ de 12.03.2003).

Deste venerável acórdão, merece destaque, ainda, a seguinte passagem do brilhante voto do Ministro Celso de Melo: 'O sistema democrático e o modelo republicano não admitem nem podem tolerar a existência de regimes de governo sem a correspondente noção de fiscalização e de responsabilidade.

Nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição, nem pode pretender-se excluído da crítica social ou do alcance da fiscalização da coletividade.' (STF, MS 24.458, Rel. Min. Celso de Melo, acima citado.)

Decorre dessas razão de decidir que a rejeição à comunicação entre as ilegalidades praticadas em um mandato e a responsabilidade no mandato ulterior do reeleito vai de encontro ao princípio republicano, o que se aplica para quaisquer dos poderes constituídos, pois



*nenhum deles está alheio à noção de fiscalização e de responsabilidade. Como diz o Ministro Relator, 'nenhum membro de qualquer instituição da República está acima da Constituição'.*

*A verdade é que a tese defendida e amplamente divulgada pelos defensores da denunciada não possui qualquer embasamento jurídico. Não há como admitir que teses infundadas se tornem efetivas apenas por serem repetidas.*

*Não há no ordenamento jurídico qualquer norma ou decisão que respalde a tese de que a quebra de uma legislatura significa um apagar de responsabilidades. Este entendimento fere o direito, fere a Constituição da República, que tem na responsabilidade do gestor público um de seus principais alicerces, como já demonstrado acima.*

*Aliás, o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 344.882-0, já decidiu que a criação do instituto da reeleição fez com que a interpretação da Constituição, nos tópicos que guardem relação com a temática que lhe é própria, mereça um reexame, de forma a preservar uma unicidade sistemática da Carta Magna.*



*Neste caso, por força da reeleição, reinterpreto-se o art. 14, §§ 5º e 7º da CF para admitir a candidatura de cônjuge e parentes de Chefe do Poder Executivo que exerceu apenas um mandato.*

*Mutatis mutandis, com a vigência da reeleição, o crime de responsabilidade também é afetado para responsabilizar o administrador durante todo o período de seus mandatos, de forma a preservar a unicidade das normas constitucionais, notadamente o princípio da moralidade pública.*

*Assim, quer em razão dos crimes de responsabilidade ocorridos no início deste segundo mandato, quer pelo caráter de continuidade do segundo mandato do Chefe do Executivo reeleito, quer pela continuidade das ilegalidades no início desta legislatura, a responsabilidade da denunciada pelos fatos aqui narrados é incontroversa.*

*Advogados ligados ao Partido dos Trabalhadores têm sustentado que a Constituição Federal vedaria responsabilizar a Presidente por crimes praticados no mandato anterior, por prever que o Presidente não pode ser responsabilizado por ato alheio às suas funções.*



*Ora, francamente, não há um dicionário sequer em que a palavra função possa ser tomada como sinônimo de mandato!*

*Em parecer apresentado ao Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), o Eminentíssimo Jurista Adilson Abreu Dallari, quando questionado se 'na hipótese de reeleição do Presidente da República para mandato subsequente, pode haver responsabilização por ato praticado no exercício da função em mandato anterior?', respondeu categoricamente: 'Sim. No caso de reeleição, o Presidente da República estará no exercício das funções, inerentes ao cargo, pelo período de oito anos, e pode ser responsabilizado por atos e omissões que configurem crime de responsabilidade, ocorridos durante todo esse período. A norma constitucional superveniente, possibilitando o alargamento do período de exercício das funções inerentes ao cargo, determina que a interpretação de normas, anteriormente existentes, instituindo a responsabilidade com regra ampla e geral, seja feita de maneira evolutiva, em conformidade com os princípios fundamentais da Constituição Federal'.*

*Ainda que indiretamente, também o Eminentíssimo Jurista Ives Gandra Martins respondeu 'sim' a este questionamento, na medida em que foi o primeiro a*





*publicamente sustentar a possibilidade e até a necessidade de cassar-se o mandato da Presidente da República. E especificamente sobre o tema, aduziu: 'Parece-me, pois, que não se trata, no que diz respeito ao novo mandato, em que se mantém a mesma direção continuada da instituição do primeiro mandato, senão de um mandato continuado, o que levaria à possibilidade de considerar crime continuado contra a probidade da administração, por falta das medidas necessárias de afastamento imediato de quem dirigiu a estatal em setores estratégicos e agora na Presidência da empresa, durante o período de assalto à estatal (Presidente Lula e Presidente Dilma).'*

*Em maio de 2015, no Jornal do Advogado de São Paulo, Janaina Conceição Paschoal, subscritora da presente, também respondeu 'sim', ao participar de debate referente ao cabimento de impeachment, por crime praticado no mandato anterior. Mais recentemente, o professor associado de Direito Processual Penal na USP, Gustavo Badaró, corroborou este entendimento. Devendo-se mencionar que há várias publicações do Professor Dirceo Torrecillas Ramos, no mesmo sentido.*

*A esta altura, portanto, parece superada a exegese de que a reeleição constituiria verdadeira anistia aos*



*crimes perpetrados no primeiro mandato, muitos dos quais, há que se dizer, intentados com o fim de garantir a reeleição. Importante deixar bem claro que esta convicção não se deve apenas a uma vontade política, decorrendo das análises sistemáticas da ordem jurídica. Vejamos.*

*A Constituição Federal, em seu artigo 85, diz que compete à lei federal disciplinar os crimes de responsabilidade do Presidente da República, inclusive no que concerne ao processo de impeachment e ao seu julgamento.*

*Esses crimes são previstos na Lei 1.079, de 1950, que foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988; tanto que sofreu posteriores alterações por parte da Lei 10.028, de 2000.*

*Em seu artigo 15, a Lei 1.079, de 1950, estatui que 'a denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo'.*

*Em virtude da possibilidade da reeleição, houve manifestações no sentido de que referido dispositivo impediria a perda do segundo mandato, em decorrência de crime de responsabilidade praticado durante o primeiro.*



*No entanto, impossível conferir tamanha amplitude para o artigo 15 da Lei 1.079, de 1950. Referido dispositivo constitui apenas uma condição de procedibilidade, como resta cristalino no acórdão prolatado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, no Mandado de Segurança nº 21.689/DF, impetrado em benefício do ex-Presidente Collor.*

*Com efeito, na medida em que o fim primordial do processo de Impeachment é a perda do cargo, a ação somente terá legitimidade para se iniciar na hipótese de o imputado estar no cargo a ser perdido. Daí a exigência de que não o tenha deixado definitivamente.*

*Poder-se-ia pretender objetar, aduzindo que, na verdade, o artigo 15 implicaria uma condição de punibilidade, uma vez que está diretamente relacionado à possibilidade de punição para o crime de responsabilidade. No entanto, uma vez recebida a denúncia, se o acusado renunciar, objetivando se eximir do processo, tem-se que, conforme ocorrera com o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, o feito terá seguimento, para a aplicação da sanção de inabilidade para função pública.*

*Nota-se, portanto, que a exigência de que o acusado esteja no cargo para a recepção da denúncia*



*funciona como a representação, nos crimes de ação penal pública condicionada; ou seja, condição de procedibilidade.*

*Cumprе lembrar que, por não estar obrigado a se desincompatibilizar para concorrer à reeleição, a bem da verdade, o Presidente da República, sendo reeleito, nunca terá deixado definitivamente o cargo. Tanto é assim que, durante a campanha, em regra, é tratado como Presidente/candidato, participando de eventos de campanha e de compromissos oficiais. Esse é exatamente o caso da Presidente Dilma Rousseff, ora denunciada, que não se licenciou do cargo de Presidente por nenhum dia sequer. Em outras palavras, desde que eleita para seu primeiro mandato, a denunciada jamais deixou definitivamente o cargo.*

*Em suma, desde a posse no primeiro mandato, não houve um só momento em que o País tenha ficado sem sua Presidente.*

*Não se pode, portanto, alegar impossibilidade de impeachment, por ter a denunciada deixado definitivamente o cargo.*

*Resta também imperioso que se tenha nítido que, em nenhuma medida, considerar a possibilidade de impeachment representa golpe. Muito ao contrário, o que*



*uma verdadeira República não pode admitir é que o governante lance mão de todo tipo de desmando, até com o fim de garantir sua reeleição, ficando blindado à devida ação dos demais poderes.*

*Ao concorrer à reeleição, o Presidente da República detém a máquina estatal e, nem sempre, seus crimes de responsabilidade são conhecidos antes do pleito eleitoral. Não é raro que tais crimes venham a ser desvendados apenas no decorrer do segundo mandato. Inconstitucional é negar aos representantes de um povo enganado o poder e o dever de zelar pelo bom exercício do Poder Executivo.*

*Nesse sentido, resta absolutamente pertinente recorrer às lições do Constitucionalista José Afonso da Silva que, em artigo recentemente publicado, consignou que a perda da legitimidade da atual Presidente da República é inegável, sendo certo que, independentemente da ideologia adotada, o atual estado de coisas não pode persistir. Em suas ponderações, o Eminentíssimo Jurista até admitiu que as alternativas disponíveis não são alvissareiras; entretanto, deixar de tomar as medidas cabíveis e necessárias não ajudará a acomodar a situação.*



*É bem verdade que vários formadores de opinião têm insistido no pleito de que a Presidente da República, ora denunciada, renuncie, até com o objetivo de não vitimar, ainda mais, a República.*

*Compreendem-se as razões desses intelectuais; porém, a nação não pode esperar. O histórico antes narrado e a sucessão de fatos escabrosos que se desvelam indicam que a denunciada não está disposta a abandonar o poder, para cuja manutenção disse que faria o que fosse preciso.*

*É imperioso, portanto, fazer cumprir a Constituição Federal, a lei vigente e os princípios norteadores de uma verdadeira República. A Presidente está no cargo. Desde que o assumiu, em 2011, jamais o deixou, ainda que provisoriamente. Não existem óbices para o recebimento desta denúncia. Em nenhuma norma está escrito que não cabe impeachment, por crime de responsabilidade perpetrado no mandato anterior.*

*De todo modo, não resta excessivo lembrar que, muito embora a grande maioria dos atos criminosos tenha ocorrido no primeiro mandato, já no curso do segundo mandato, houve desrespeito para com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mediante a prática das chamadas pedaladas fiscais; sendo certo que, por um bom tempo, a denunciada insistiu em defender e manter a*



*diretoria da PETROBRAS, apegando-se à tese, sempre revisitada, de perseguição.*

*No que tange aos descalabros na PETROBRAS, a continuidade delitiva resta muito evidenciada nas fortes manifestações dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello e Carmen Lúcia, quando do julgamento de habeas corpus impetrado em benefício de um dos imputados na Lava-Jato.*

*Na oportunidade, os Ministros, mostrando-se impressionados, apontaram verdadeira — abre aspas — “delinquência institucional”!.*

*Não só não há óbices ao recebimento desta denúncia, como a autorização para que a Presidente seja processada com o fim de ter seu mandato cassado é de rigor!*

*O que os denunciantes rogam a esta Casa é que considere toda esta continuidade delitiva, para autorizar seja a Presidente da República processada por seus crimes de responsabilidade.*

#### *4. Do Pedido:*

*Os ora denunciantes, por óbvio, prefeririam que a Presidente da República tivesse condições de levar seu mandato a termo. No entanto, a situação se revela tão drástica e o comportamento da Chefe da Nação se revela*



*tão inadmissível, que alternativa não resta além de pedir a esta Câmara dos Deputados que autorize seja ela processada pelos crimes de responsabilidade previstos no art. 85, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal; nos arts. 4º, incisos V e VI; 9º, números 3 e 7; 10, números 6, 7, 8 e 9; e 11, número 3, da Lei 1.079/1950.*

*Alguns analistas têm advertido que o processo de impeachment seria muito custoso à nação. Não há dúvida de que será. No entanto, a sanha de poder que orienta o grupo da denunciada, a qual se torna mais clara a cada dia, certamente se revela ainda mais deletéria.*

*Imperioso, por outro lado, lembrar que o processo de impeachment tem previsão constitucional e os remédios, por mais que tenham efeitos colaterais, devem ser ministrados, quando necessários e cabíveis. No caso de que ora se trata, esta Egrégia Casa tem a missão de resgatar a legalidade, como, aliás, já fizera, sem nenhuma consequência deletéria à nação.*

*A corrupção, a não observância de promessas, a ideia de que o público, no lugar de ser de todos, não é de ninguém, infelizmente, sempre permeou a mentalidade nacional, como ensina a Professora Denise Ramos.*

*No entanto, nos últimos anos, o sentimento de que, no Brasil, toda sorte de desfaçatez é permitida popularizou-*





*se. Tanto é assim que ex-detentores de cargos públicos, e até mesmo atuais detentores de cargos públicos, não têm nenhum pudor em dizer que recebem milhões a título de consultoria.*

*A moralidade precisa ser resgatada para que o cidadão que paga seus impostos, que luta para educar e alimentar seus filhos, não sinta vergonha de ser brasileiro.*

*“De pouco valerá falar ao menino em reverência, justiça, probidade, veracidade, se essas leis se não praticarem diante dele: é unicamente por atos que lhas ensinaremos a conhecer.” (Rui Barbosa. Migalhas de Rui Barbosa – org. Miguel Matos).*

*No teatro sem fim em que vivem engendrados a Presidente da República e seus consortes, insiste-se que apenas a elite está descontente, supostamente com a elevação das classes menos favorecidas.*

*Trata-se de mais uma falácia. A população, cansada, indignada, mas ainda esperançosa na devida separação dos poderes, tem saído às ruas, para pedir o básico: observância à lei e à Constituição Federal; como ocorrera, aliás, em 1992, quando Barbosa Lima Sobrinho e Marcelo Lavenère pleitearam o impeachment do então Presidente Fernando Collor de Mello.*



*Somos negros e brancos, jovens e idosos, homens e mulheres de várias orientações sexuais, nordestinos e sulistas, somos brasileiros querendo resgatar a honra que ainda resta para este país. Os tiranos que dele se apoderaram construíram um discurso de cisão, objetivando nos enfraquecer, para se perpetuarem. A simples adoção de tal discurso já denotaria a inadmissível imprudência denunciada por Aristóteles, em sua célebre obra A Política (...), porém todos os atos, recentemente trazidos à luz, levam à convicção de que houve crimes de responsabilidade de várias ordens.*

*À Câmara dos Deputados Federais rogamos que coloque um fim nesta situação, autorizando que a Presidente da República seja processada pelos delitos perpetrados, encaminhando-se, por conseguinte, os autos ao Senado Federal, onde será julgada para, ao fim, ser condenada à perda do mandato, bem como à inabilitação para exercer cargo público pelo prazo de 8 anos, nos termos do art. 52, parágrafo único, da Constituição Federal. É o que ora se requer! E não só os denunciantes que assim solicitam, representantes de 45 movimentos sociais subscrevem esta denúncia.*

*A presente denúncia segue instruída com notícias jornalísticas, pareceres, representação e acórdãos, antes*



*mencionados. Os fatos são de conhecimento notório, de forma que os denunciantes entendem serem suficientes à deflagração do processo de impeachment.*

*No entanto, caso V. Exa. pense de modo diverso, em nome da verdade real, que deve ser buscada em prol do país, desde logo, postula-se sejam notificados o TSE, o STF, o TRF da 4ª. Região e a 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba-PR, para que enviem a íntegra dos procedimentos referentes, respectivamente, às contas de campanha da denunciada e à Operação Lava-Jato.*

*Postula-se, ainda, que seja expedido ofício ao Tribunal de Contas da União para que apresente cópia de processos, procedimentos, pareceres, estudos, auditorias ou qualquer outra informação em que constem elementos que digam respeito a investigações, constatações ou qualquer outra prova referente à prática de irregularidades pelo Governo Federal, no ano de 2015, que digam respeito às ilegalidades constatadas por aquele Tribunal auxiliar do Poder Legislativo nos autos do TC 021.643/2014-8; bem como que sejam oficiados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para que informem os valores adiantados pela própria instituição concernente à execução de programas do Governo*



*Federal no ano de 2015 e os montantes repassados pelo Tesouro Nacional para cobertura desses mesmos valores, também no ano de 2015. A informação deverá conter a evolução dos valores mês a mês, devendo informar, quanto aos valores recebidos, se os pagamentos são concernentes a adiantamentos havidos no ano de 2015 ou a dívidas consolidadas no ano de 2014; seja oficiada a União para que informe o montante executado pelas instituições financeiras, referentes aos benefícios especificados nesta denúncia, em seu todo, no ano de 2015, e quais os valores repassados para essas mesmas instituições pelo Tesouro Nacional, especificando os valores, mês a mês, e por benefício.*

*Por certo, os documentos são suficientes a instruir o feito; porém, na eventualidade de a Câmara e o Senado entenderem pela necessidade de ouvir testemunhas, desde logo, arrolam-se aquelas cuja colaboração fora essencial para o desvendar de toda essa terrível situação, em especial: 1) Alberto Youssef; 2) Ricardo Pessoa; 3) o representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira; 4) o Auditor Fiscal Antônio Carlos Costa D'Ávila Carvalho (Mat. 5715-0); e 5) o Auditor Fiscal Charles Santana de Castro (Mat. 9432-3).*



*Por derradeiro, cumpre lembrar frase central em nosso Hino Nacional: “verás que um filho teu não foge à luta”. Unidos da Constituição Federal, estes filhos do Brasil vêm pedir ao Congresso Nacional que tenha a coragem necessária para fazer a devida justiça.*

*Brasil, 15 de outubro de 2015.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) -

*Decisão da Presidência*

*Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal ofereceram nova denúncia contra a Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, atribuindo-lhe a prática de crime de responsabilidade. A petição também está subscrita pelo advogado Flávio Henrique Costa Pereira e há a concordância de alguns movimentos sociais, como Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Movimentos contra a Corrupção.*

*Nesta nova acusação, formulam os DENUNCIANTES, inicialmente, pedido de desistência em relação à denúncia anterior, já homologada, justificando esse novo pedido ao argumento de que os fatos que se sucederam, após aquela oportunidade, exigem nova denúncia para que se possa consolidar, com ainda mais clareza, os crimes praticados por Dilma Rousseff, com destaque para a rejeição das contas do Governo pelo*



*Tribunal de Contas da União, bem como a constatação de que as pedaladas invadiram o segundo mandato, caracterizando inafastável continuidade delitiva.*

*Afirmam os DENUNCIANTES, inicialmente, que o Brasil enfrenta uma profunda crise, e que, ao contrário do que divulga o governo comandado pela denunciada, não é uma crise exclusivamente econômica, mas também política e, sobretudo, moral. Asseveram que, ao contrário do que tem defendido o Governo Federal, essa crise não é nem se tornará institucional, sendo o Brasil atualmente um País de instituições consolidadas, que continuarão funcionando apesar da situação e, fatalmente, exercerão papel extremamente relevante para que sejam desvendados os crimes cometidos no coração do Poder.*

*Nesse contexto, os DENUNCIANTES situam a acusação rememorando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que, tendo apurado a existência de inúmeras fraudes na prestação de contas da campanha da DENUNCIADA à reeleição, pela primeira vez decidiu receber e reabrir o julgamento sobre as contas de campanha de Presidente da República.*

*Os DENUNCIANTES também fazem referência à representação criminal dirigida à Procuradoria-Geral da*



*República, tendo como base decisão do Tribunal de Contas da União. Essa notícia criminis, segundo os DENUNCIANTES, demonstra que a Presidente deixou de contabilizar empréstimos tomados de instituições financeiras públicas (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil), contrariando, a um só tempo, a proibição de fazer referidos empréstimos e o dever de transparência quanto à situação financeira do País. Dizem que houve uma maquiagem deliberadamente orientada a passar para a Nação, e também aos investidores internacionais, a sensação de que o Brasil estaria economicamente saudável e, portanto, teria condições de manter os programas em favor das classes mais favoráveis. Apontam que a Presidente incorrera, em tese, nos crimes capitulados nos artigos 299 , 359- A e 359-C do Código Penal.*

*Continuando, os DENUNCIANTES abordam o caso de corrupção na PETROBRAS, que se tornou público em primeiro lugar pela revelação da compra da refinaria de Pasadena, cujo negócio poderia e deveria ter sido evitado. Lembram que as perdas estimadas nessa operação foram superiores a 700 milhões de reais e que a denunciada era, à época, Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS .*



*Mais, após o início das investigações do caso pela Polícia Federal, descobriu-se que o negócio da refinaria em Pasadena e seu resultado negativo para a estatal não eram sequer a metade dos problemas relacionados com a corrupção que assola a PETROBRAS.*

*Citam os depoimentos de dois colaboradores da Justiça, Paulo Roberto Costa — segundo os denunciantes, muito próximo pessoalmente da denunciada, tendo sido, inclusive, convidado para o casamento da sua filha, cuja cerimônia foi bastante reservada — e Alberto Youssef, que expusera ao País o real objetivo das obras e realizações da PETROBRAS nos últimos anos: abastecer ilicitamente os cofres do Partido dos Trabalhadores — PT e de outros pertencentes à base aliada.*

*Mais grave, a denunciada, segundo o depoimento de Youssef, tinha conhecimento dos malfeitos praticados por agentes públicos e políticos na PETROBRAS e com eles era conivente, já que em nenhum momento adotou ou determinou as providências necessárias para evitar/investigar os atos de corrupção.*

*Ressaltam os DENUNCIANTES que a DENUNCIADA, após a deflagração da operação chamada Lava-Jato e revelados alguns dos descalabros praticados*





*na PETROBRAS, defendeu, publicamente, a conduta de alguns envolvidos, como a ex-Presidente da Companhia, Graça Foster. Aliás, a DENUNCIADA, segundo os DENUNCIANTES, insistia sempre na estapafúrdia tese de que as denúncias seriam uma espécie de golpe.*

*Destacam os DENUNCIANTES que a relação da DENUNCIADA com o ex-Presidente Lula é muito próxima, a ponto de ambos, em diversas oportunidades, terem registrado ser uma parceria indissociável. Nesse contexto, não haveria como a DENUNCIADA ignorar o suposto tráfico de influência cometido por Lula em favor da construtora ODEBRECHT, sendo tal conduta leniente, caracterizadora de crime de responsabilidade.*

*Outro escândalo atualmente em apuração apontado pelos DENUNCIANTES como sendo de responsabilidade da DENUNCIADA é o dos empréstimos sempre em operações sigilosas concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a outros países para realização de obras de empreiteiras brasileiras, as mesmas envolvidas nos escândalos da PETROBRAS, operações sempre precedidas da intermediação do ex-Presidente da República, Lula.*



*Por fim, cito o envolvimento da ex-assessora de confiança da DENUNCIADA, Erenice Guerra, no caso de corrupção investigada na Operação Zelotes. E fazem considerações sobre a atuação do tesoureiro da campanha da Presidente, atual Ministro da Comunicação Social, Edinho Silva.*

*Com isso, pretendem os DENUNCIANTES demonstrar que a versão segundo a qual a DENUNCIADA passa ao largo de todos esses casos de corrupção é insustentável.*

*Segundo os DENUNCIANTES, fosse um único fato até se poderia admitir tratar-se de um descuido ou coincidência. Porém, estando-se de uma verdadeira continuidade delitiva, impossível crer que a Presidente da República não soubesse o que estava passando à sua volta. E os crimes estenderam a 2015, ou seja, invadiram o segundo mandato!*

*Defendem a tese de que a DENUNCIADA agiu com dolo e não apenas com culpa. Dizem que reforça o entendimento de que a Presidente da República agiu com dolo o fato de ela sempre se mostrar muito consciente de todas as questões afetas ao setor de energia, bem como Aquelas relacionadas à área econômica e financeira.*



*Tecem considerações sobre a insatisfação popular, as manifestações e a elevada rejeição da população em relação ao Governo atual e finalizam com o argumento de que, ao contrário do que prega a denunciada e aqueles que lhe são próximos, notadamente o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o único golpe que se praticou foi a reeleição da Presidente.*

*2.Em suas razões jurídicas, os denunciantes sustentam inicialmente que o processo de impeachment busca a verdade real, razão pela qual os fatos narrados não limitam a atuação do Poder Legislativo. Afirmam que as revelações já existentes são suficientes para deflagração do processo.*

*Quanto ao que chamaram de desmandos na PETROBRAS, apontam que foram cometidos os crimes de responsabilidade previstos nos itens 3 e 7 do art. 9º da Lei 1.079/50.*

*Segundo os DENUNCIANTES, a DENUNCIADA não tornou efetiva a responsabilidade de seus subordinados e procedeu de modo incompatível com a dignidade, honra e decoro do cargo que exerce ao não afastar, mesmo preventivamente, diversos agentes públicos e políticos próximos a ela acusados de atos de corrupção, o que permitiria a conclusão de que estava a*



*participar dos conluios necessários ao sucesso dos esquemas, ainda que seu papel fosse o de se omitir, sendo conivente com a malversação de recursos públicos.*

*Outro indício apontado pelos DENUNCIANTES de que a denunciada tinha ciência dos diversos esquemas de corrupção é a insistência em manter sigilosos os empréstimos do BNDES a países como CUBA e ANGOLA, que não são exatamente conhecidos como bons pagadores ou exemplos de regimes democráticos e transparentes.*

*Sob outra vertente, apontam os denunciantes que a Presidente da República também cometeu crime previsto no art. 10, itens 4 e 6, da Lei nº 1.079/50, ao editar, nos anos de 2014 e 2015, uma série de decretos sem números que resultaram na abertura de créditos suplementares de valores muito elevados, sem autorização do Congresso Nacional.*

*Dizem que esses decretos foram publicados após a constatação, pelo Tesouro Nacional, de que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual não haviam sido cumpridas, como revelado pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre de 2014 do Tesouro Nacional.*



*Registram que o resultado das metas estabelecidas pela LDO (resultado primário) não estava sendo cumprido pelo Governo Federal, tanto que esse resultado foi alterado pelo PLN 36, de 2014, e transformado na Lei nº 13.053, de 2014. A partir da aprovação dessa lei, a meta fiscal foi reduzida em até 67 bilhões de reais. Ou seja, segundo os DENUNCIANTES, resta comprovado que a DENUNCIADA, desde o dia 5 de novembro de 2014, pelo menos, já tinha conhecimento de que a meta de superávit primário prevista na LDO não estava sendo cumprida e de que não seria cumprida, pois, apresentado o projeto de lei para a alteração da meta do resultado primário, vale dizer, mesmo conhecendo a impossibilidade de cumprir a meta fiscal, a denunciada, após a tal data, expediu os decretos com a abertura de créditos suplementares, o que ensejou a violação do inciso 5º do art. 167 da Constituição Federal e do art. 4º da Lei Orçamentária Anual, a Lei nº 12.952, de 2014.*

*Acrescentam que a DENUNCIADA agiu da mesma forma em 2015 ao editar decretos também sem números com base em um suposto superávit primário e excesso de arrecadação na ordem de 2,5 bilhões de reais.*

*Contudo, segundo os DENUNCIANTES, esses superávit e excesso de arrecadação são artificiais, conforme se*



*pode verificar a partir do PLN nº 5/2015, encaminhado ao Congresso Nacional em 22 de julho de 2015, o Poder Executivo já reconheceu que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei n. 13.080/2015, não seriam cumpridas .*

*Citam decisão do TCU que teria reconhecido essa prática como ilegal e finalizam seu raciocínio dizendo que a mensagem do Poder Executivo confirma que a frustração nas expectativas de arrecadação e o aumento de despesas impediram o cumprimento das metas e a denunciada criou e continua criando despesas suplementares enquanto as metas vigentes estão comprovadamente desatendidas, o que infringe os artigos 167, V da CF, art. 4º da LOA/2015, e art. 9º da Lei Complementar 101/2000.*

*4. Ainda, argumentam os DENUNCIANTES que a contabilidade da UNIÃO não espelha a realidade das contas públicas, em razão da prática de diversas maquiagens contábeis que ficaram conhecidas como pedaladas fiscais.*

*Segundo os DENUNCIANTES, essas operações ilegais caracterizam crime de responsabilidade, nos termos do artigo 11, itens 2 e 3 da Lei n. 1.079/50.*



*A UNIÃO teria realizado operações de crédito ilegais a partir do não repasse de recursos a entidades do sistema financeiro nacional controladas pela própria UNIÃO. Tal prática teria ocorrido a partir de adiantamentos realizados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, em diversos programas federais de responsabilidade do Governo Federal, sendo que essas entidades do sistema financeiro estavam autorizadas a funcionar apenas como operadores do programa, não como agente financiador.*

*Esses adiantamentos configuram mútuo ou operação assemelhada, sabido, no entanto, que o art. 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe a realização de operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controla, na qualidade de beneficiário do empréstimo.*

*Dizem que essa prática foi considerada ilegal pelo TCU, quando da rejeição das contas do Governo, no ano de 2014, mas que essa prática voltou a ser usada no ano de 2015, como se vê das demonstrações contábeis do Banco do Brasil no primeiro semestre de 2015, especialmente quanto ao Plano Safra.*

*Ainda no ponto, defendem os DENUNCIANTES que a DENUNCIADA teria cometido crime de*



*responsabilidade contra a lei orçamentária nesse episódio das pedaladas fiscais, diante do disposto no art. 85, V e VI, da Constituição Federal, e arts. 4º, V e VI, e 10º, 6, 7, 8 e 9, da Lei nº 1.079/50.*

*Asseveram os DENUNCIANTES que a conduta da DENUNCIADA seria de natureza comissiva, pois se reunia, diariamente, com o Secretário do Tesouro Nacional à época dos fatos, sem contar que, durante o pleito eleitoral, assegurou que tais contas estavam hígidas. Mas, ainda que a Presidente não estivesse ativamente envolvida nesta situação, restaria sua responsabilidade omissiva, pois descumpriu seu dever de gestão da administração pública federal, conforme art. 84, II, da Constituição Federal.*

*5. Defendem os DENUNCIANTES a ocorrência de outro crime de responsabilidade por parte da DENUNCIADA, decorrente da falta de registro dos passivos decorrentes das operações de crédito realizadas nas chamadas pedaladas fiscais no rol das dívidas de Passivos da Dívida Líquida do Setor Público. Dizem que tal ato afronta a Lei Orçamentária Anual — LOA, na medida em que impede o efetivo acompanhamento das contas do Governo, pois parte expressiva do passivo*





*deixa de ser registrada, com o que acompanhamento das metas de superávit primário passa a ser uma ficção.*

Em relação a esse aspecto, ao desrespeitar a Lei Orçamentária Anual de forma deliberada (...), mascarando o Orçamento para dele fazer constar informações incorretas com apresentação de um resultado fiscal ao final de cada mês superior ao que efetivamente seria adequado, mais uma vez a denunciada incorreu em crime de responsabilidade, nos termos do art. 10, IV, da Lei nº 1.079, de 1950, segundo o qual são crimes de responsabilidade contra a Lei Orçamentária infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.

6. Por fim, os DENUNCIANTES tecem considerações sobre a responsabilidade da DENUNCIADA por omissão dolosa, fazendo comentários sobre o episódio das pedaladas fiscais e da corrupção na PETROBRAS. Defendem que a omissão é hipótese caracterizadora de crime de responsabilidade e, portanto, fundamento para o impeachment, como, aliás, ocorreu com o ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Sustentam ainda a possibilidade de a DENUNCIADA responder por atos praticados em mandato anterior, ao fundamento central de que a



reeleição é, em verdade, uma continuidade administrativa, mantendo-se o vínculo entre as legislaturas. Acrescentam que entender diversamente seria o mesmo que admitir que a reeleição constituiria verdadeira anistia aos crimes perpetrados no primeiro mandato.

7. Em conclusão, além de pedirem à Câmara dos Deputados que autorize a instauração de processo por crime de responsabilidade contra a DENUNCIADA, os DENUNCIANTES arrolaram testemunhas, juntaram documentos e solicitaram a notificação dos órgãos judiciais e administrativos em que estão sendo apurados os diversos escândalos por eles apontados, para que forneçam cópia dos respectivos processos.

*Relatados, passo a decidir.*

8. *Inicialmente, registro que as liminares concedidas pelo STF, monocraticamente, pelos Ministros TEORI ZAVASKI e ROSA WEBER, nos autos dos processos MS 33.837-DF, MS 33.838-DF e RCL 22.124-DF, apenas suspenderam a prática de qualquer ato que tenha sido disciplinado na Questão de Ordem n. 105/2015 desta Presidência.*

*Esse ato, no entanto, já foi revogado, o que ensejará a perda de objeto dos referidos processos.*



*De qualquer forma, certo é que o recebimento de denúncia contra o Presidente da República está previsto nos arts. 14 e 19 da Lei n. 1.079/50 e 218, § 2º do RICD, sendo igualmente certo, por óbvio, que naquelas decisões liminares não houve a suspensão em si desses dispositivos legais ou mesmo das prerrogativas da Presidência da Câmara dos Deputados.*

*Destaca-se que o Supremo Tribunal Federal tem orientação reiterada no sentido de que a competência para análise da denúncia contra Presidente da República, por crime de responsabilidade, é do Presidente da Câmara dos Deputados, de que é exemplo, entre outros, o que restou decidido no Agravo Regimental no MS n. 30.672, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Plenário, DJe 18/10/2011, com esta ementa:*

*"AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. IMPEACHMENT. MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECEBIMENTO DE DENÚNCIA. MESA DO SENADO FEDERAL. COMPETÊNCIA.*

*I - Na linha da jurisprudência firmada pelo Plenário desta Corte, a competência do Presidente da Câmara dos Deputados e da Mesa do Senado Federal para recebimento, ou não, de denúncia no processo de*



*impeachment não se restringe a uma admissão meramente burocrática, cabendo-lhes, inclusive, a faculdade de rejeitá-la, de plano, acaso entendam ser patentemente inepta ou despida de justa causa.*

*II - Previsão que guarda consonância com as disposições previstas tanto nos Regimentos Internos de ambas as Casas Legislativas, quanto na Lei 1.079/1950, que define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.*

*III - O direito a ser amparado pela via mandamental diz respeito à observância do regular processamento legal da denúncia.*

*IV - Questões referentes à sua conveniência ou ao seu mérito não competem ao Poder Judiciário, sob pena de substituir-se ao Legislativo na análise eminentemente política que envolvem essas controvérsias.*

*V - Agravo regimental desprovido.*

*No mesmo sentido, o MS n. 23.885 , Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Plenário, DJ 20/9/2002, com esta ementa:*

*CONSTITUCIONAL.*

*IMPEACHMENT:*

*PRESIDENTE DA REPÚBLICA: DENÚNCIA: CÂMARA DOS DEPUTADOS. PRESIDENTE DA CÂMARA: COMPETÊNCIA.*



*I. - Impeachment do Presidente da República: apresentação da denúncia à Câmara dos Deputados: competência do Presidente desta para o exame liminar da idoneidade da denúncia popular, "que não se reduz à verificação das formalidades extrínsecas e da legitimidade de denunciante e denunciado, mas se pode estender (...) à rejeição imediata da acusação patentemente inepta ou despida de justa causa, sujeitando-se ao controle do Plenário da Casa, mediante recurso (...)" MS 20.941-DF, Sepúlveda Pertence, "DJ" de 31.08.92.*

*II. - M. S. indeferido.*

*É indubitosa, portanto, a competência do Presidente da Câmara dos Deputados para determinar se as denúncias pela prática de crime de responsabilidade cumprem os requisitos legais, aí incluída a imputação de conduta tipificada pela Lei dos Crimes de Responsabilidade e a existência de indícios mínimos de autoria e materialidade.*

*9. O momento político atual é notoriamente grave. Nunca, na história da República, houve tantos pedidos de impeachment contra a Presidente da República. A economia não vai bem e a desconfiança em relação ao país já atravessou as fronteiras. Sem contar o parecer do*



*Tribunal de Contas da União que, a unanimidade, recomenda a rejeição das contas do Governo.*

*Mesmo diante do cenário descrito, indubitável que o exame desta denúncia deve ser imparcial e objetivo, como ocorreu em todas as outras denúncias já despachadas por esta Presidência.*

*Com efeito, tenho defendido que, a despeito da crise moral, política e econômica que assola o Brasil, a gravidade institucional que representa o início de um processo por crime de responsabilidade demanda o apontamento de um ou mais fatos concretos, uma ou mais condutas específicas da Presidente da República que, ao menos em tese, configurem um ou mais tipos penais previstos na Lei nº 1.079/50.*

*10. Não há dúvida de que todas as acusações formuladas pelos DENUNCIANTES são gravíssimas, mas, por outro lado, é igualmente certo também que muitas delas estão embasadas praticamente em ilações e suposições, especialmente quando os DENUNCIANTES falam da corrupção na PETROBRAS, dos empréstimos do BNDES e do suposto lobby do ex-Presidente da República LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA.*

*Não se pode permitir a abertura de um processo tão grave, como é o processo de impeachment, com base*



*em mera suposição de que a Presidente da República tenha sido conivente com atos de corrupção.*

*11. Quanto aos crimes eventualmente praticados pela DENUNCIADA contra a lei orçamentária, sobre os quais os DENUNCIANTES fazem remissão reiterada ao recente julgamento das contas de 2014 do governo pelo Tribunal de Contas da União, é de se notar que a decisão acerca da aprovação ou não dessas contas cabe exclusivamente ao Congresso Nacional, tendo a Corte de Contas apenas emitido parecer prévio, a ser submetido ao crivo do Congresso Nacional, a quem cabe acolhê-lo ou rejeitá-lo.*

*Além disso, os fatos e atos supostamente praticados pela DENUNCIADA em relação a essa questão são anteriores ao atual mandato. Assim, com todo respeito às muitas opiniões em sentido contrário, considero inafastável a aplicação do § 4º do art. 86 da Constituição Federal, o qual estabelece não ser possível a responsabilização da Presidente da República por atos anteriores ao mandato vigente.*

*Deixei claro em decisões anteriores que não ignoro a existência de entendimento contrário, especialmente em razão de o dispositivo citado ser anterior à emenda constitucional que permitiu a reeleição para os cargos do*



*Poder Executivo. Porém, não se pode simplesmente ignorar que o constituinte reformador teve a oportunidade de revogar ou alterar o § 4º do art. 86 e não o fez, restando mantida, portanto, a sua vigência.*

*12. Sob outra perspectiva, contudo, a denúncia merece admissão.*

*Como anteriormente consignado, além dos requisitos formais estabelecidos na legislação, devidamente preenchidos na espécie, cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados, nessa fase de admissibilidade ou delibação da denúncia, verificar a presença dos requisitos materiais para o seu recebimento.*

*Dentre esses requisitos materiais, estão o apontamento de uma ou mais condutas da DENUNCIADA tipificada(s) como crime de responsabilidade e a indicação da participação direta dela no(s) ato(s), em tese, praticado em desconformidade com as normas previstas na lei específica.*

*Nesse particular, entendo que a denúncia oferecida atende aos requisitos mínimos necessários, eis que indicou ao menos seis Decretos assinados pela DENUNCIADA no exercício financeiro de 2015 em desacordo com a LDO e, portanto, sem autorização do Congresso Nacional.*





*A edição desses Decretos não numerados, os quais supostamente abriram créditos suplementares em desacordo com a lei orçamentária, configura, em abstrato, os tipos penais previstos nos itens 4 e 6 do art. 10 da Lei nº 1.079/50, cujas redações são as seguintes:*

*'Art. 10. São crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária:*

*(...)*

*4 - Infringir, patentemente, e de qualquer modo, dispositivo da lei orçamentária.*

*(...)*

*6 - ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (Incluído pela Lei nº 10. 028, de 2000) (...).'*

*Importante destacar que os seis decretos apontados no quadro aposto na página 18 da denúncia foram assinados pela DENUNCIADA, o que significa dizer que há indícios suficientes da sua participação direta nessa conduta que, em tese, importa em crime de responsabilidade.*

*O eventual crime de responsabilidade, como sustentam os denunciantes, pode ser configurado*



*também pelo descumprimento do art. 4º da Lei 12.952, de 2014 — Lei Orçamentária Anual —, que determinou que a abertura de créditos suplementares ou adicionais estava condicionada ao alcance da meta de resultado primário — poupança — estabelecida.*

*Segundo esse dispositivo legal, 'fica autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes desta lei, excluídas as alterações decorrentes de créditos adicionais, desde que as alterações promovidas na programação orçamentária sejam compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o exercício de 2014'.*

*Também não ignoro ter o Poder Executivo enviado ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a meta fiscal de 2015 (PLN nº 5/2015). Porém, além de pendente de apreciação, mesmo se for aprovado, não altera a realidade dos fatos: até o presente momento, o Poder Executivo, comandado pela denunciada, administrou o orçamento de 2015 como se a situação fosse superavitária, quando o déficit estimado pode chegar a 100 bilhões de reais.*

*Em outras palavras, o PLN nº 5, de 2015, ainda que aprovado, não retira a tipicidade hipotética da conduta da denunciada nesse particular, já que os*



*créditos orçamentários eram irregulares à época em que os seis decretos não numerados apontados pelos denunciantes foram por ela assinados.*

*São igualmente relevantes as demais questões que dizem respeito à lei orçamentária deste ano, especialmente a alegação da reiteração da prática das chamadas pedaladas fiscais, o que, também, em tese, podem configurar crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária (art. 85, VI, Constituição Federal).*

*Por tudo isso, ciente da relevância de que esse ato significa, considero que a denúncia preenche os requisitos mínimos para seu recebimento.*

*De fato, merecem análise exauriente as alegações dos denunciantes quanto à abertura de crédito suplementar mesmo diante do cenário econômico daquele momento, quando já era sabido que as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 13.080/2015, não seriam cumpridas, o que pode ensejar o cometimento de crime de responsabilidade contra a Lei Orçamentária.*

*E também merecem melhor aprofundamento as razões que levaram o Governo a adotar essa prática das chamadas pedaladas fiscais também neste ano de 2015.*



*Há, portanto, justa causa a justificar o recebimento desta denúncia. E também há indícios de autoria, considerando a responsabilidade da Presidente da República pela Lei Orçamentária.*

*A denunciada terá oportunidade de se manifestar expressamente sobre todas as acusações, exercendo o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.*

*Não há dúvida de que o recebimento da denúncia pode acarretar graves danos institucionais. Mas, é igualmente certo também que as instituições brasileiras são sólidas e estão preparadas para esse julgamento.*

*É importante registrar que, neste juízo prévio de admissibilidade, não se examina a procedência ou não da denúncia, mas sim a existência de requisitos mínimos, formais, materiais e indícios de materialidade e autoria.*

*Não há qualquer condenação prévia.*

*Como dito, a denunciada, em observância aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, terá oportunidade para esclarecer e afastar as questões postas pelos denunciantes.*

*Assim, recebo a denúncia e determino sua leitura no expediente da sessão seguinte à publicação desta decisão, com consequente remessa à Comissão Especial*



*a que aludem os artigos 19 da Lei nº 1.079/50 e 218, § 2º  
do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.*

*Publique-se.*

*Brasília, 2 de dezembro de 2015.*

*Presidente Eduardo Cunha”*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Passo a palavra ao Primeiro-Secretário.

**O SR. BETO MANSUR** (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a título de informação, eu tive oportunidade de ler toda a peça, mas a peça inicial foi apresentada com documentos em anexo que constam aqui. Então, a título de informação, ela tem esses documentos e ainda consta uma mídia em CD-ROM.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Despacho da Presidência/Secretaria Geral da Mesa:

*“Denúncia apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, com amparo na Lei nº 1.079/1950, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vanna Rousseff, e recebida em despacho de 2 de dezembro de 2015.*

*Em 02/12/15.*

*Numere-se a Denúncia por Crime de Responsabilidade. Publique-se.”*



**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ato da Presidência*

*O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolve constituir Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário, de acordo com a seguinte proporção: PMDB 8; PP 4; PTB 3; Democratas 2; PRB 2; Solidariedade 2; PSC 2; PHS 1; PTN 1; PMN 1; PEN 1; PT 8; PSD 4; PR 4; PROS 2; PCdoB 1; PSDB 6; PSB 4; PPS 1; PV 1; PDT 2; PSOL 1; PTC 1; PTdoB 1; PMB 1; e Rede 1.*

*Brasília, 3 de dezembro de 2015.*

*Eduardo Cunha*

*Presidente*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Cunha) - Nos termos do art. 218, §4º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informo ao Plenário o teor da mensagem que notifica a Sra. Presidente da República para manifestar-se acerca da denúncia no prazo de 10 sessões contadas da eleição da Comissão Especial:



*Excelentíssima Senhora Presidente da República*  
*Dilma Vana Rousseff*

*Foi oferecida à Câmara dos Deputados, no dia 21 de outubro de 2015, denúncia contra Vossa Excelência por crime de responsabilidade, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.*

*Na sessão de 3 de dezembro, a denúncia foi lida no Plenário desta Casa, juntamente com o despacho que lhe deu tramitação.*

*A partir desta data, a Câmara dos Deputados examinará a matéria nos termos da sua competência constitucional.*

*Em anexo, remeto a Vossa Excelência cópia da denúncia e dos documentos pertinentes, publicados no Diário da Câmara dos Deputados.*

*Pretendendo Vossa Excelência manifestar-se, poderá fazê-lo no prazo correspondente a dez sessões, contadas após a eleição da Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a denúncia, findando às dezenove horas do dia em que se exaurir o prazo.*

*Câmara dos Deputados, 3 de dezembro de 2015.*

*Eduardo Cunha*

*Presidente*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### ATO DA PRESIDÊNCIA

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolve constituir Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário, de acordo com a seguinte proporção: PMDB 8 (oito), PP 4 (quatro), PTB 3 (três), DEM 2 (dois), PRB 2 (dois), SD 2 (dois), PSC 2 (dois), PHS 1 (um), PTN 1 (um), PMN 1 (um), PEN 1 (um); PT 8 (oito), PSD 4 (quatro), PR 4 (quatro), PROS 2 (dois), PCdoB 1 (um); PSDB 6 (seis), PSB 4 (quatro), PPS 1 (um), PV 1 (um); PDT 2 (dois); PSOL 1 (um); PTC 1 (um); PTdoB 1 (um); PMB 1 (um); e REDE 1 (um).

Brasília, 03 de dezembro de 2015.



**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

AVISO Nº 39 /2015

Brasília, 3 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

**RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República


Secretaria de Governo da Presidência da República

Palácio do Planalto

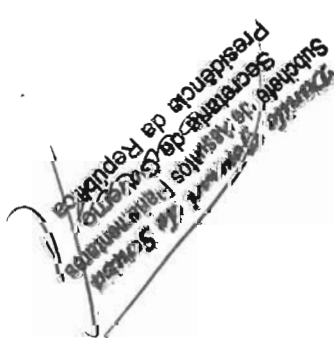
Senhor Ministro,

Encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> Mensagem do Senhor Deputado EDUARDO CUNHA, Presidente da Câmara dos Deputados, na qual comunica à Excelentíssima Senhora Presidente da República, oferecimento de denúncia por crime de responsabilidade, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> protesto de consideração e apreço.

  
**Deputado BETO MANSUR**  
Primeiro-Secretário

*Recebido em  
03/12/2015 às  
18:45*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

AVISO Nº 39 /2015

Brasília, 3 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

**RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República


Secretaria de Governo da Presidência da República

Palácio do Planalto

Senhor Ministro,

Encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> Mensagem do Senhor Deputado EDUARDO CUNHA, Presidente da Câmara dos Deputados, na qual comunica à Excelentíssima Senhora Presidente da República, oferecimento de denúncia por crime de responsabilidade, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> protesto de consideração e apreço.

  
**Deputado BETO MANSUR**  
Primeiro-Secretário

Presidência da República CODOC/PROTOCOLO
03 DEZ 2015
Hora: 19:00
Ass.: COSTA



Valdecir Oliveira Costa  
Assistente - CODOC



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**MENSAGEM Nº 45 , DE 2015.**

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
DILMA VANA ROUSSEFF

Foi oferecida à Câmara dos Deputados, no dia 21 de outubro de 2015, denúncia contra Vossa Excelência por crime de responsabilidade, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Na sessão de 3 de dezembro a denúncia foi lida no Plenário desta Casa, juntamente com o despacho que lhe deu tramitação.

A partir desta data, a Câmara dos Deputados examinará a matéria nos termos da sua competência constitucional.

Em anexo, remeto a Vossa Excelência cópia da denúncia e dos documentos pertinentes, publicados no Diário da Câmara dos Deputados.

Pretendendo Vossa Excelência manifestar-se, poderá fazê-lo no prazo correspondente a dez sessões, contadas após a eleição da Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a denúncia, findando às dezenove horas do dia em que se exaurir o prazo.

Câmara dos Deputados, 3 de dezembro de 2015.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **LEONARDO PICCIANI**  
Líder do **PMDB**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PMDB indicar 8 (oito) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,



**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **EDUARDO DA FONTE**  
Líder do **PP**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PP indicar 4 (quatro) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **JOVAIR ARANTES**  
Líder do **PTB**

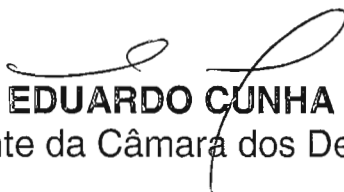
Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PTB indicar 3 (três) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **MENDONÇA FILHO**  
Líder do **DEM**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao DEM indicar 2 (dois) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**  
Líder do **PRB**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PRB indicar 2 (dois) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **ARTHUR OLIVEIRA MAIA**  
Líder do **SD**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao SD indicar 2 (dois) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,



**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **ANDRE MOURA**  
Líder do **PSC**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PSC indicar 2 (dois) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **MARCELO ARO**  
Representante do **PHS**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Deputado,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PHS indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **BACELAR**  
Representante do **PTN**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Deputado,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PTN indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **JUNIOR MARRECA**  
Representante do **PEN**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Deputado,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PEN indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, conforme o disposto no §2º do art. 218 do Regimento Interno e no art. 19 da Lei nº 1079, de 1950.

Atenciosamente,



**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **ANTÔNIO JÁCOME**  
Representante do **PMN**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Deputado,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PMN indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, conforme o disposto no §2º do art. 218 do Regimento Interno e no art. 19 da Lei nº 1079, de 1950.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **SIBÁ MACHADO**  
Líder do **PT**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PT indicar 8 (oito) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **MAURÍCIO QUINTELLA LESSA**  
Líder do **PR**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PR indicar 4 (quatro) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **ROGÉRIO ROSSO**  
Líder do **PSD**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PSD indicar 4 (quatro) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exma. Senhora  
Deputada **JANDIRA FEGHALI**  
Líder do **PCdoB**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhora Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PCdoB indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **GIVALDO CARIMBÃO**  
Líder do **PROS**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PROS indicar 2 (dois) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PT/PSD/PR/PROS/PCdoB.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **CARLOS SAMPAIO**  
Líder do **PSDB**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PSDB indicar 6 (seis) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **FERNANDO COELHO FILHO**  
Líder do **PSB**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PSB indicar 4 (quatro) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **RUBENS BUENO**  
Líder do **PPS**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PPS indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **SARNEY FILHO**  
Líder do **PV**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PV indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015, considerando o Bloco Parlamentar PSDB/PSB/PPS/PV.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **AFONSO MOTTA**  
Líder do **PDT**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PDT indicar 2 (dois) titulares e igual número de suplentes, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **CHICO ALENCAR**  
Líder do **PSOL**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência, de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PSOL indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, conforme realidade partidária de 1º de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **ULDURICO JUNIOR**  
Representante do **PTC**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Deputado,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PTC indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, considerando o disposto no §2º do art. 218 do Regimento Interno e no art. 19 da Lei nº 1079, de 1950.

Atenciosamente,

**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **LUIS TIBÉ**  
Representante do **PTdoB**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Deputado,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PTdoB indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, considerando o disposto no §2º do art. 218 do Regimento Interno e no art. 19 da Lei nº 1079, de 1950.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **ALESSANDRO MOLON**  
Líder do **REDE**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá à REDE indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, considerando o disposto no §2º do art. 218 do Regimento Interno e no art. 19 da Lei nº 1079, de 1950.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ofício nº 2821/2015 /SGM/P

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Exmo. Senhor  
Deputado **DOMINGOS NETO**  
Líder do **PMB**

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Temporária.**

Senhor Líder,

Solicito a Vossa Excelência que indique a esta Presidência os membros que deverão integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Comunico que caberá ao PMB indicar 01 (um) titular e igual número de suplente, considerando o disposto no §2º do art. 218 do Regimento Interno e no art. 19 da Lei nº 1079, de 1950.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

AVISO Nº 42 /2015

Brasília, 7 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

**RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

Secretaria de Governo da Presidência da República

Palácio do Planalto

Senhor Ministro,

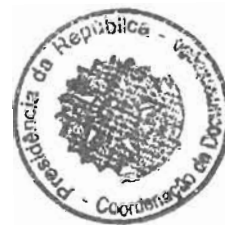
Encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> Mensagem do Senhor Deputado EDUARDO CUNHA, Presidente da Câmara dos Deputados, na qual comunica à Excelentíssima Senhora Presidente da República aditamento à notificação realizada em 3 de dezembro de 2015, referente ao recebimento da denúncia por crime de responsabilidade, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> protesto de consideração e apreço.

  
**Deputado BETO MANSUR**  
Primeiro-Secretário

*Recebido em  
07/12/2015  
às 17h.*

  
**Daniilo Geronzi de Souza**  
Subchefe de Assuntos Parlamentares  
Secretaria de Governo  
Presidência da República



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

AVISO Nº 42 /2015

Brasília, 7 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

**RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

Secretaria de Governo da Presidência da República

Palácio do Planalto

Senhor Ministro,

Encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> Mensagem do Senhor Deputado EDUARDO CUNHA, Presidente da Câmara dos Deputados, na qual comunica à Excelentíssima Senhora Presidente da República aditamento à notificação realizada em 3 de dezembro de 2015, referente ao recebimento da denúncia por crime de responsabilidade, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.<sup>a</sup> protesto de consideração e apreço.

  
**Deputado BETO MANSUR**  
Primeiro-Secretário





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**MENSAGEM Nº 48 , DE 2015.**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
DILMA VANA ROUSSEFF**

Em aditamento à notificação realizada em 3 de dezembro de 2015, relativa à denúncia oferecida à Câmara dos Deputados, no dia 21 de outubro de 2015, em desfavor de Vossa Excelência por crime de responsabilidade, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, encaminho cópia da mídia CD que se encontra anexa à fl. 79 da denúncia (fl. 83 do Tomo I/IV do Supl. ao n. 209 do Diário da Câmara dos Deputados, de 3 de dezembro de 2015).

Comunico, por fim, que fica mantido o prazo de dez sessões para que Vossa Excelência, querendo, manifeste-se, contadas após a eleição da Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre a denúncia, findando às dezenove horas do dia do seu exaurimento.

Câmara dos Deputados, 7 de dezembro de 2015.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente





**PRESIDÊNCIA/SGM**

Aviso n. 42/2015, da Primeira-Secretaria. Encaminhamento da Mensagem n. 48/2015, do Presidente da Câmara dos Deputados, à Presidente da República. Aditamento à notificação realizada em 3 de dezembro de 2015. Mídia digital anexa à denúncia por crime de responsabilidade de autoria de Hélio Bicudo e outros. Recebimento em 7 de dezembro de 2015 pelo Protocolo da Presidência da República, às 16h35, e pelo Subchefe de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República, às 17 horas. Em 07/12/2015.

Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL MACEDO (PSL/CE)



Brasília, 04 de dezembro de 2015.

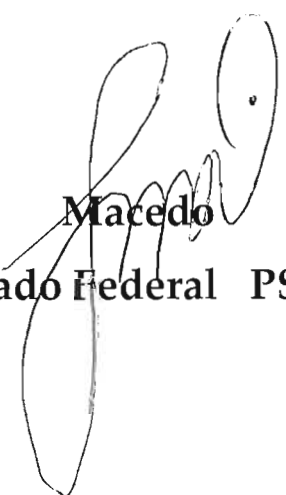
OF. GAB. CP 0120/2015

Ao Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados.  
**Sr. Deputado Eduardo Cunha.**

Assunto: Indicação para membro da Comissão destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade oferecida pelos senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Com os meus cordiais cumprimentos, nos termos regimentais solicito minha vaga como membro Titular desta Comissão pelo PSL.

Atenciosamente,

  
**Macedo**  
**Deputado Federal PSL/CE.**

Ponto: 5002

Ass.: 

Dir: 19001

FAA: 

Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 04/Dez/2015 17:03



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF. GAB. CP 0120/2015, do Deputado Macedo – indicação de membro para a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junoir e Janaina Conceição Paschoal.  
Em 7/12/2015.

Não conheço da presente indicação, tendo em vista que o PSL não possuía representante na Câmara dos Deputados na data do recebimento da denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Senhora Dilma Vana Rousseff, em 2 de dezembro de 2015, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junoir e Janaina Conceição Paschoal. Esclareço, por oportuno, que a distribuição de vagas na referida Comissão Especial deverá atender a proporcionalidade partidária de todas as bancadas em funcionamento na Câmara dos Deputados verificada na data do recebimento da denúncia, nos termos do art. 218, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do art. 19 da Lei n. 1.079/1950. Publique-se. Oficie-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. n. 2835/2015/SGM/P

Brasília, 7 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado MACEDO**  
Gabinete 214 - Anexo IV  
N E S T A

Assunto: **OF. GAB. CP 0120/2015, que indica membro para a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.**

Senhor Deputado,

Reportando-me ao expediente referido em epígrafe, informo a Vossa Excelência que exarei o seguinte despacho:

Não conheço da presente indicação, tendo em vista que o PSL não possuía representante na Câmara dos Deputados na data do recebimento da denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Senhora Dilma Vana Rousseff, em 2 de dezembro de 2015, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal. Esclareço, por oportuno, que a distribuição de vagas na referida Comissão Especial deverá atender a proporcionalidade de todas as bancadas em funcionamento na Câmara dos Deputados verificada na data do recebimento da denúncia, nos termos do art. 218, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do art. 19 da Lei n. 1.079/19850. Publique-se. Oficie-se.

Atenciosamente,

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente

DESTINO:	Anexo IV - 214
RECIBO:	<input checked="" type="checkbox"/> ORIGINAL
	<input type="checkbox"/> CÓPIA <input type="checkbox"/> FAX
DATA:	07/11/2015
HORA:	15:20
NOME:	Alaup
PONTO:	208866



Documento : 68744 - 1



Ofício nº 241/2015/LIDPV

Brasília, 04 de dezembro de 2015.

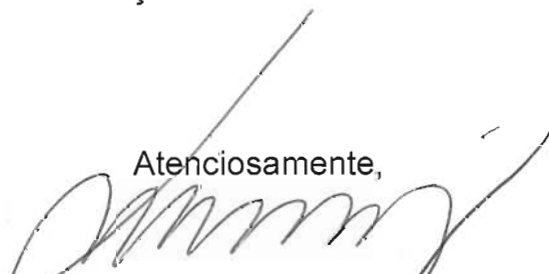
A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA

Assunto: **Indicação Comissão Especial**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados **Sarney Filho (PV/MA) e Evair de Melo (PV/ES)** para integrarem, como Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

Atenciosamente,

  
**Deputada Leandre (PV/PR)**  
**Líder do PV em exercício**

Secretaria-Geral da Mesa Diretora 02/10/2015 10:13  
Ponto: 14558  
Ass.:  
Mensagem: 14558  
Ass.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Liderança do Bloco PRB, PTN, PMN, PTC e PTdoB



Ofício Ind 220/2015

Brasília, 03 dezembro de 2015.

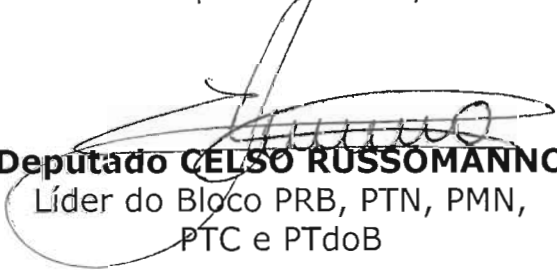
Ao Excelentíssimo Senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membro para Comissão Especial

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os **Deputados JHONATAN DE JESUS (PRB/RR)** e **VINÍCIUS DE CARVALHO (PRB/RJ)** para integrarem, como membros **TITULARES** e os **Deputados CLEBER VERDE (PRB/MA)** e **RONALDO MARTINS (PRB/CE)**, como membros **SUPLENTEs**, a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Respeitosamente,

  
**Deputado CELSO RUSSOMANNO**  
Líder do Bloco PRB, PTN, PMN,  
PTC e PTdoB

Secretaria-Geral da Mesa Diretora  
Ponto: 1928  
Ass.: 04/12/2015  
Ordem: 1928  
Dir: 1928



CÂMARA DOS DEPUTADOS



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO LÍDER DO PDT**

Of. N° 407 /2015/PDT

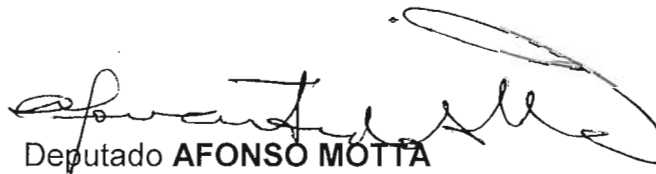
Brasília, 07 de dezembro de 2015.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados **AFONSO MOTTA PDT/RS** e **DAGOBERTO PDT/MS**, para integrarem como membros **TITULARES**, a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Ainda no âmbito da mesma Comissão Especial, indico os Deputados ROBERTO GOMES PDT/SP e FLÁVIA MORAIS PDT/GO, para integrarem na condição de membros **SUPLENTE**s, nas vagas que cabem ao PDT.

Respeitosamente,

  
Deputado **AFONSO MOTTA**  
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta ~

19/12/2015  
Secretaria Geral da Mesa Diretora  
04/Dez/2015 10:23:10  
1001



Ofício nº 167/2015/GAB/DAJ.

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA

ASSUNTO: Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

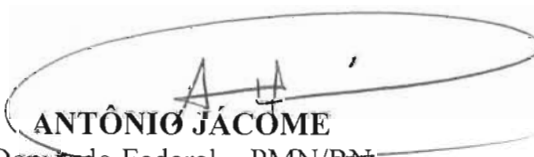
Secretaria-Geral da Mesa, SEPRO 04/DEZ/2015 13:59  
Folha: 1/1028 Ass: *[assinatura]* Dr. Irenil *[assinatura]*

Senhor Presidente,

1. Cumprimento Cordialmente Vossa Excelência, ao tempo em que solicito a inclusão do meu nome, para participar, como Membro Titular da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

2. Certo de poder contar com vossa especial atenção, agradeço e apresento votos de felicidades e pleno êxito nas suas atividades.

Atenciosamente,

  
**ANTÔNIO JÁCOME**  
Deputado Federal - PMN/RN





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
LIDERANÇA DO PSOL



Memorando n. 93/2015

Brasília, 4 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência  
Senhor Eduardo Cunha  
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de membros de Comissão Especial

Senhor Presidente,

Indico, nos termos do §2º do art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados o Deputado Ivan Valente como membro TITULAR e o Deputado Chico Alencar como membro SUPLENTE da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao pedido de autorização para instaurar processo em desfavor da Presidente da República pela prática de suposto crime de responsabilidade.

Respeitosamente,

  
CHICO ALENCAR  
Líder

Porto: 5002  
Ass.:  
C.A.  
Origem: L. D. 17/12



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete do Deputado **Junior Marreca** - PEN/MA

OF. GAB nº 0115/2015



Brasília, 07 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado Eduardo Cunha**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília/DF


Assunto: Indicação para Comissão Temporária

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, conforme solicitação contida no ofício nº 2821/2015/SGM/P, comunico a Vossa Excelência que a indicação dos membros do PEN para integrar a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, será: **Titular: Dep. Junior Marreca - Suplente: Dep. André Fufuca.**

Sem mais para o momento, despeço-me apresentando-lhe votos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

  
**JUNIOR MARRECA**  
Deputado Federal PEN/MA  
Líder do PEN

Secretaria-Geral da Mesa SFPRD 07/Dez/2015 09:26  
Fanto: 1 9378 Ass: J. Fufuca  
Dr. 19811



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal **LUIS TIBÉ** - PTdoB/MG



Of. GAB-DF/nº 0188/2015

Brasília, 04 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado Eduardo Cunha**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Assunto: **Indicação de membro para Comissão Especial de  
Análise do Pedido de Impeachment.**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, esta liderança vem indicar  
para a vaga de titular o **Deputado Luis Tibé (PTdoB/MG)**,  
da **Comissão Especial de Análise do Pedido de Impeachment.**

Atenciosamente,

**Luis Tibé**  
**Deputado Federal**  
**Líder do PTdoB**

Secretaria-Geral da Mesa SEP/MD 07/Dec/2015 10:23  
Ponto: 11987 Ass: [Assinatura] Dr. [Assinatura]



OFÍCIO Nº 186/2015

Brasília, 03 de dezembro de 2015

Exmo Senhor,  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Brasília-DF

Assunto: **Indicação de Membro para Comissão Especial**

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, encaminho a indicação do meu nome como titular e do Deputado Aluísio Mendes (PMB/MA) como suplente, para integrar à Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira.

Renovo meus votos de distinta consideração e particular apreço.

Atenciosamente,

  
**ULDURICO JÚNIOR**  
Deputado Federal PTC/BA

Secretaria-Geral da Mesa  
Ponto: 1987  
Ass.: 1987  
Data: 03/12/2015 11:34  
Or: 1987  
Nota



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB



Of. n. 06/15 LID/PMB

Brasília, 04 de dezembro de 2015.

Ao Excelentíssimo senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

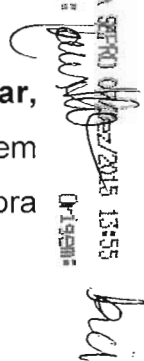
Assunto: **Indicação de membros para Comissão Especial do Impeachment**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico o Deputado **Valtenir Pereira (PMB/MT)**, na condição de **titular**,  
e o Deputado **Major Olimpio (PMB/SP)**, na condição de **suplente**, para comporem  
a Comissão Especial que dará parecer sobre a denúncia contra a Senhora  
Presidenta.

Atenciosamente,

  
Deputado **DOMINGOS NETO**  
Líder do PMB

Secretaria-Geral da Mesa Diretora  
Porto: 31/12/2015 Ass.:  
Origem: 



Liderança do Partido Trabalhista Nacional - PTN  
Câmara dos Deputados, Anexo IV, 5º andar - Sala 52  
Telefone: (61) 3215-8900 - E-mail: lid.ptn@camara.leg.br



Ofício nº 067/2015

Brasília, 03 de novembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA

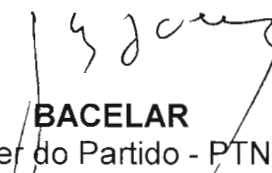
**Assunto:** Indicação do PTN para compor a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia contra a Senhora Presidente da República.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e, na qualidade de Líder, venho indicar o meu nome para compor como membro Titular, a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira, e como Suplente indico o Deputado **Edson Moreira-PTN/MG**.

Sem mais para o momento, renovo meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**BACELAR**  
Líder do Partido - PTN

Secretaria-Geral da Mesa SFPMO 07/Nov/2015 15:15  
Ponto: 1908 Ass.: J. Carvalho  
Origem: BAC



Câmara dos Deputados  
Gabinete da Liderança do PR



Of. nº 498/2015 – Lid-PR

Brasília, 3 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado Eduardo Cunha**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

**Assunto: Indicação de membro em Comissão Especial.**

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar os **Deputado Aelton Freitas (PR/MG)**, **Deputado Mauricio Quintella (PR/AL)**, **Deputado Márcio Alvino (PR/SP)** e **Deputado Lúcio Vale (PR/PA)** para membros titulares e os **Deputados Miguel Lombardi (PR/SP)**, **Deputados Altineu Côrtes (PR/RJ)**, **Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA)** e **Deputado Wellington Roberto (PR/PB)** para membros suplentes na **Comissão Especial** destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário".

Respeitosamente,

  
**Deputado Mauricio Quintella Lessa**  
Líder do Partido da República - PR

Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
Ponto: 1909  
Ass: 04/12/2015  
D-1.000



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LIDERANÇA DO PCdoB

Ofício n. 209/2015



Brasília, 7 de dezembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília - DF

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Especial do Impeachment**

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência a indicação da Senhora **Deputada JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ)** e do Senhor **Deputado ORLANDO SILVA (PCdoB-SP)** para comporem, na condição de titular e suplente, respectivamente, a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Respeitosamente,

  
**Deputada JANDIRA FEGHALI**  
Líder

Secretaria-Geral da Mesa  
Ponto 19928 Ass. Jandira  
07/Dez/2015 14:00  
Dr. Leonardo





**Câmara dos Deputados  
Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança**



**OF nº 814/GAB-LidPT**


Brasília - DF, 07 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir - me a Vossa Excelência para indicar como membros titulares os (as) deputados (as) SIBÁ MACHADO – PT/ AC, JOSÉ GUIMARÃES – PT/CE, ARLINDO CHINAGLIA – PT/SP, HENRIQUE FONTANA – PT/RS, JOSÉ MENTOR – PT/SP, PAULO TEIXEIRA – PT/SP, VICENTE CANDIDO – PT/SP e WADIIH DAMOUS – PT/RJ, e como membros suplentes os (as) deputados(as) AFONSO FLORENCE – PT/BA, BENEDITA DA SILVA – PT/RJ, CARLOS ZARATTINI – PT/SP, LEO DE BRITO – PT/AC, MARIA DO ROSÁRIO – PT/RS, PAULO PIMENTA – PT/RS, PEPE VARGAS – PT/RS e VALMIR ASSUNÇÃO – PT/BA, na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira.

Atenciosamente,

  
**Dep. Sibá Machado - PT/AC**  
Líder da Bancada

Secretaria-Geral da Mesa  
Ponto: 4553  
Ass.: Janiely  
Origem: Lid.  
Set/07/Dez/2015 16:17



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do Partido Social Cristão – PSC**  
**Líder Deputado ANDRÉ MOURA**



Ofício Líder nº 296/2015

Brasília-DF, 07 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

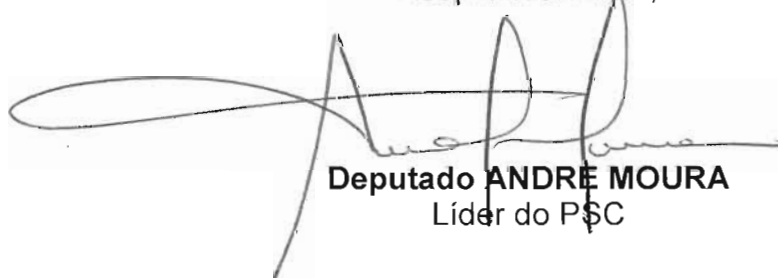
Assunto: Indicação para Comissão Especial – denúncia contra a Presidente

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, indico os **Deputados Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) e Pastor Marco Feliciano (PSC/SP)** para integrarem como membros **titulares** e os **Deputados Irmão Lázaro (PSC/BA) e Marcos Reategui (PSC/AP)** para integrarem como membros **suplentes** a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,



**Deputado ANDRÉ MOURA**  
Líder do PSC



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Liderança do Partido Social Cristão – PSC**  
**Líder Deputado ANDRÉ MOURA**



Ofício Líder nº 296/2015

Brasília-DF, 07 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação para Comissão Especial – denúncia contra a Presidente

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, indico os **Deputados Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) e Pastor Marco Feliciano (PSC/SP)** para integrarem como membros **titulares** e os **Deputados Irmão Lázaro (PSC/BA) e Marcos Reategui (PSC/AP)** para integrarem como membros **suplentes** a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,

**Deputado ANDRÉ MOURA**  
Líder do PSC

Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
Partido Social Cristão  
Ass.: 4553  
Ass.: Mariana  
Origem: lid



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
LIDERANÇA DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS



Of. nº 318/15/PROS

Em 07 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

**Assunto:** Indicação de Membros de Comissão Especial.

Senhor Presidente,

Indico para compor, na condição de **titular**, os Deputados **GIVALDO CARIMBÃO (PROS/AL)** e **HUGO LEAL (PROS/RJ)**, e, na condição de **suplente**, os Deputados **BETO SALAME (PROS/PA)** e **RONALDO FONSECA (PROS/DF)**, a Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República, por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Atenciosamente,

Deputado **GIVALDO CARIMBÃO**  
Líder

Secretaria-Geral da Mesa SEPPO 07/Dez/2015 17:41  
Ponto: 4553  
Ass.: *Marcelo*  
Origem: *hid*



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
LIDERANÇA DA REDE SUSTENTABILIDADE



Ofício nº *de* /2015

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados

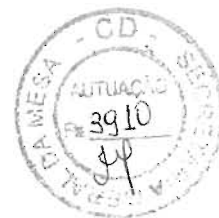
Senhor Presidente,

Dirijo-me a V. Exa. para indicar os deputados ALESSANDRO MOLON E ALIEL MACHADO como membros titular e suplente, respectivamente, da **Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da república por crime de responsabilidade (CEDENUN).**

Atenciosamente,

  
**ALESSANDRO MOLON**  
Líder da REDE

Secretaria-Geral da Mesa  
Pontos: 4553  
Ass.: *maigete*  
Data: 07/12/2015 17:53  
Assinatura: *hid*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Liderança do PMDB

OF/GAB/I/Nº 1570

Brasília, de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício SGM/P nº 2821/2015, encaminho a Vossa Excelência relação dos Deputados do **PMDB**, que comporão a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de reponsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

**TITULARES**

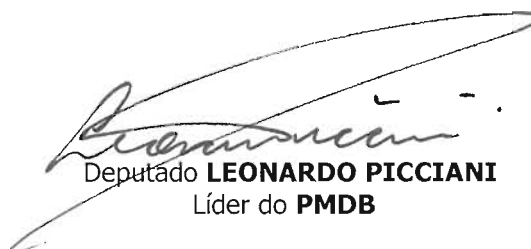
CELSO MALDANER  
DANIEL VILELA  
HILDO ROCHA  
JOAO ARRUDA  
JOSÉ PRIANTE  
LEONARDO PICCIANI  
RODRIGO PACHECO  
WASHINGTON REIS

**SUPLENTES**

ALBERTO FILHO  
EDIO LOPES  
ELCIONE BARBALHO  
JOÃO MARCELO SOUZA  
MARX BELTRÃO  
NEWTON CARDOSO JR  
SERGIO SOUZA  
VITOR VALIM

apreço.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protesto de estima e

  
Deputado **LEONARDO PICCIANI**  
Líder do **PMDB**

Secretaria-Geral da Mesa SGPD 07/Dez/2015 20:42  
Ponto: 4553  
Ass.: Janiête  
Dir. SEM: Hd



Brasília, 08 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor

**DEPUTADO EDUARDO CUNHA**

Presidente da Câmara dos Deputados

NESTA

Senhor Presidente,

Comunico que o Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB, decidiu modificar a indicação dos membros que vão participar da Comissão Especial de Análise do Pedido de Impeachment.

O deputado federal Silvio Costa será a indicação do Partido, como membro titular da referida Comissão e o Deputado Luis Tibé será o suplente.

Atenciosamente,

  
**LUIS TIBE**

Deputado Federal e Líder do PTdoB

Secretaria-Geral da Mesa SFPO 03/12/2015 10:57  
Ponto: 4553  
Ass.: Janiele  
Ofício: Dep.



Câmara dos Deputados  
Liderança do PTB

Of. nº 57/2015



Brasília, 07 de Dezembro de 2015.

Exmo. Sr.

**Deputado EDUARDO CUNHA**

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

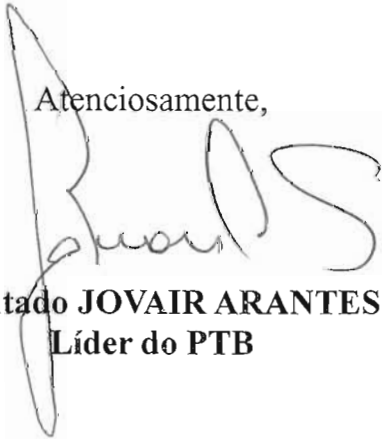
Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência para a composição da **Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade**, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal:

**Titulares:** Senhor Deputado **PEDRO FERNANDES (PTB/MA)**;  
Senhor Deputado **ZECA CAVALCANTI (PTB/PE)**; e  
Senhora Deputada **CRISTIANE BRASIL (PTB/RJ)**.

**Suplentes:** 1º Suplente Senhor Deputado **LUIZ CARLOS BUSATO (PTB/RS)**;  
2º Suplente Senhor Deputado **PAES LANDIM (PTB/PI)**;  
3º Suplente Senhor Deputado **NELSON MARQUEZELLI (PTB/SP)**.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Deputado JOVAIR ARANTES**  
**Líder do PTB**

Secretaria-Geral da Mesa SFHQ 08/Dez/2015 12:24  
Pontos: 4553  
Ass.: Jovair Arantes  
Origem: Lid.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO - PSD



Of. n. 657/15/PSD

Brasília, 07 de dezembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Deputado **Eduardo Cunha**  
Presidente da Câmara dos Deputados

**Assunto: Indicação de parlamentares do PSD para comporem comissão especial**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, indico os parlamentares abaixo para comporem, como membros, a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal:

- Deputado Paulo Magalhães (PSD/BA) - membro TITULAR;
- Deputado Júlio Cesar (PSD/PI) - membro TITULAR;
- Deputado Irajá Abreu (PSD/TO) - membro TITULAR;
- Deputado Diego Andrade (PSD/MG) - membro TITULAR;
- Deputado Fábio Mitidieri (PSD/SE) - membro SUPLENTE;
- Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB) - membro SUPLENTE;
- Deputado Silas Câmara (PSD/AM) - membro SUPLENTE;
- Deputado José Carlos Araújo (PSD/BA) - membro SUPLENTE;

Nesse sentido, solicito que sejam tomadas as providências cabíveis para que as referidas indicações produzam os devidos efeitos legais e regimentais.

Atenciosamente,

  
Deputado **Rogério Rosso**  
Líder do Bloco PSD-PR-PROS

Secretaria-Geral da Mesa SERG 08/Dez/2015 13:11  
Ponto: 4553  
Ass.: Jovanete  
Origem: Lid.



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA - PMB



Of. n. 09/15 LID/PMB

Brasília, 08 de dezembro de 2015.


Ao Excelentíssimo senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: **Indicação de membros para Comissão Especial do Impeachment**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em substituição ao Of.n.06/15 desta Liderança, venho indicar o Deputado **Valtenir Pereira (PMB/MT)**, na condição de **titular**, e a Deputada **Dâmina Pereira (PMB/MG)**, na condição de **suplente**, para comporem a Comissão Especial que dará parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente.

Atenciosamente,

  
Deputado **DOMINGOS NETO**  
Líder do PMB

Valtenir já  
estava

Sai Major Olímpio  
entra Dâmina

Secretaria-Geral da Mesa SERG 08/Dez/2015 13:43  
Protocolo: 5148 Assinatura:  Origem: lid



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Progressista



Ofício/LID.PP nº 535 /2015

Brasília, de dezembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

**Assunto: Indicação dos membros da Comissão Especial, destinada a proferir parecer ao pedido de autorização para instaurar processo em desfavor da Presidente da República pela prática de suposto crime de responsabilidade.**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os Deputados abaixo relacionados para integrarem a Comissão Especial, a ser eleita em Plenário, destinada a proferir parecer ao pedido de autorização para instaurar processo em desfavor da Presidente da República pela prática de suposto crime de responsabilidade:

**Titulares:**

- Deputado Eduardo da Fonte PP/PE;
- Deputado Fernando Monteiro PP/PE;
- Deputada Iracema Portella PP/PI e
- Deputado Roberto Britto PP/BA.

**Suplentes:**

- Deputado Aguinaldo Ribeiro PP/PB;
- Deputado Covatti Filho PP/RS;
- Deputado Julio Lopes PP/RJ e
- Deputado Paulo Maluf PP/SP.

Atenciosamente,

  
**Deputado EDUARDO DA FONTE**  
Líder do Partido Progressista

Secretaria-Geral da Mesa Diretora 08/Dez/2015 13:57  
Ponto: 4553  
Ass.: Jnan  
Origem: Lid.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PRESIDÊNCIA / SGM

Ofícios nº 241/2015, da Liderança do PV; nº 220/2015, da Liderança do PRB; nº 407/2015, da Liderança do PDT; nº 167/2015, da Liderança do PMN; nº 93/2015, da Liderança do PSOL; nº 115/2015, da Liderança do PEN; nº 188/2015, da Liderança do PTdoB; nº 186/2015, da Liderança do PTC; nº 6/2015, da Liderança do PMB; nº 67/2015, da Liderança do PTN; nº 498/2015, da Liderança do PR; nº 209/2015, da Liderança do PCdoB; nº 814/2015, da Liderança do PT; nº 296/2015, da Liderança do PSC; nº 318/2015, da Liderança do PROS; nº 6/2015, da Liderança do REDE; nº 1570/2015, da Liderança do PMDB; s/nº da Liderança do PTdoB; nº 527/2015, da Liderança do PTB; nº 657/2015, da Liderança do PSD; nº 9/2015, da Liderança do PMB; nº 535/2015, da Liderança do PP – registro de chapa para concorrer à eleição dos membros da “Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal”.

Em 08/12/2015.

Registre-se. Publique-se.

EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
*Liderança do Solidariedade*



Of. 35 Solidariedade/2015-LID

Brasília, 3 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
Dep. **EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Brasília – DF



Assunto: Indicação para a Comissão Especial (Impeachment)

Senhor Presidente,

Com relação à Comissão Especial destinada a proferir parecer ao pedido de autorização para instaurar processo em desfavor da Presidente da República pela prática de suposto crime de responsabilidade, indicamos os seguintes nomes para eleição, nos termos do § 2º do Art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considerando o número de vagas do Solidariedade:

1. **Dep. Arthur Oliveira Maia**, como membro titular;
2. **Dep. Paulo Pereira da Silva**, como membro titular;
3. **Dep. Genecias Noronha**, como membro suplente;
4. **Dep. Lucas Vergílio**, como membro suplente;

Na certeza da compreensão e do atendimento do pleito, expresso meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Dep. **ARTHUR OLIVEIRA MAIA**  
Líder do Solidariedade

Secretaria-Geral da Mesa SFRO 04/12/2015 11:12  
Pontos: 5602 Ass.: to Oriem: LIDOE



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **PRESIDÊNCIA / SGM**

Ofício 353/2015, da Liderança do SD – indica membros para a eleição da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao pedido de autorização para instaurar processo em desfavor da Presidente da República pela prática de suposto crime de responsabilidade.

Em 08/12/2015.

Não conheço da presente indicação, tendo em vista que o ofício nº 354, de 2015, da Liderança do SD, a torna sem efeito. Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



Documento : 68753 - 5

Secretaria-Geral da Mesa SERIO 07/09/2015 17:45  
 Porto: 4533 Ass.:  
 Para: Maria gda. lud.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PRESIDÊNCIA / SGM**

Ofício 354/2015, da Liderança do SD – solicita que torne sem efeito o Of. 353/2015, do Solidariedade.

Em 08/12/2015.

Defiro. Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



Documento : 68753 - 3





CÂMARA DOS DEPUTADOS



OF.B / 287 / 15.

Brasília, 08 de dezembro de 2015.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos deputados **BEBETO (PSB-BA), FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE), TADEU ALENCAR (PSB-PE) E DANILO FORTE (PSB-CE)** como titulares, e **JOSÉ STÉDILE (PSB-RS), PAULO FOLETTTO (PSB-ES), JHC (PSB-AL) e JOÃO FERNANDO COUTINHO** como suplentes, da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Respeitosamente,

**Deputado FERNANDO COELHO FILHO**  
**Líder do PSB**

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Secretaria-Geral da Mesa SERNO 08/12/2015 12:06  
Porto: 1908 Ass: Paulo  
O-1908



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **PRESIDÊNCIA / SGM**

Ofício 287/2015, da Liderança do PSB – comunica a indicação dos Deputados para a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade.

Em 08/12/2015.

Não conheço da presente indicação, tendo em vista que o ofício nº 288, de 2015, da Liderança do PSB, a torna sem efeito. Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



Documento : 68753 - 6



CÂMARA DOS DEPUTADOS



OF.B / 288 / 15.

Brasília, 08 de dezembro de 2015.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência que desconsidere as indicações feitas para a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal, composta por 65 (sessenta e cinco) Deputados titulares e igual número de suplentes a serem eleitos pelo Plenário.

Respeitosamente,

**Deputado FERNANDO COELHO FILHO**  
**Líder do PSB**

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
Nesta

Secretaria-Geral da Mesa SPBIO 08/12/2015 13:43  
Ponto: 453  
Ass.: J. Pereira  
Origem: H. A.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PRESIDÊNCIA / SGM**

Ofício 288/2015, da Liderança do PSB – solicita que desconsidere as indicações feitas para a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade.

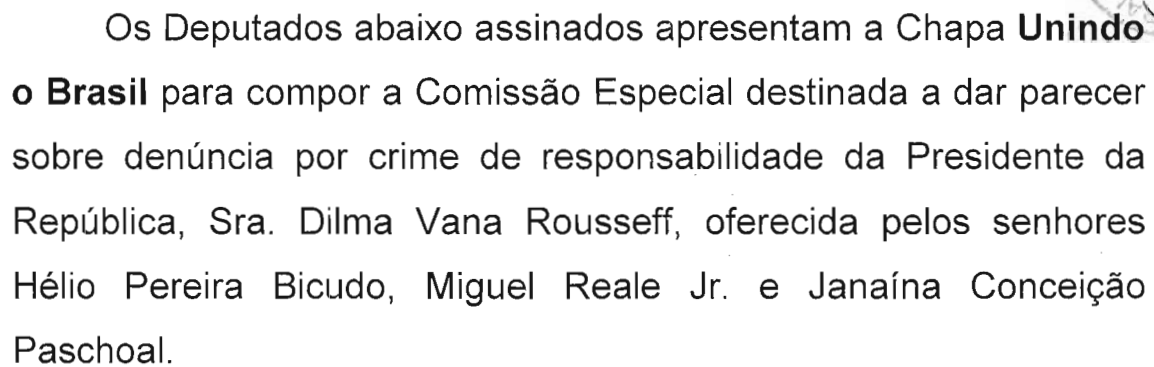
Em 08/12/2015.

Defiro. Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



Documento : 68753 - 7



Secretaria Geral da Mesa SFRD 08/Dez/2015 13:50  
Ponto: 4559  
Ass.:  
mauget  
O'Brien: Dep

Senhor Presidente,



Nos termos do art. 218, combinado com o art. 8º, caput e inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos apresentar a Vossa Excelência os nomes dos deputados abaixo assinados, para concorrerem em chapa alternativa à chapa indicada pelos Líderes Partidários, para a composição da Comissão Especial destinada dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

Titulares

Suplentes

PSDB/PSB/PPS/PV

Nome	Assinatura	Nome	Assinatura
<del>Carlos Campos</del>	<del>[Assinatura]</del>	NILSON PINTO	[Assinatura]
<del>Agostinho S</del>	<del>[Assinatura]</del>	<del>[Assinatura]</del>	
<del>Frederico</del>	<del>[Assinatura]</del>	Doniel Coelho	[Assinatura]
BRUNO COPAS	[Assinatura]	FABIO SOUZA	[Assinatura]
Nelson Leite	[Assinatura]	ROGÉRIO MORAIS	[Assinatura]
<del>IZALCI</del>	<del>[Assinatura]</del>	IZALCI	[Assinatura]
PAULO ABÍ-ACHEL	[Assinatura]	ROCHA	[Assinatura]

Secretaria-Geral da Mesa SESP 08/02/2015 13:51  
Porta: 4553  
Ass.: [Assinatura]  
Origem: SGP



Senhor Presidente,

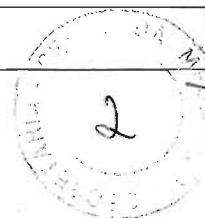
Nos termos do art. 218, combinado com o art. 8º, caput e inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos apresentar a Vossa Excelência os nomes dos deputados abaixo assinados, para concorrerem em chapa alternativa à chapa indicada pelos Líderes Partidários, para a composição da Comissão Especial destinada dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

Titulares

Suplentes

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

Nome	Assinatura	Nome	Assinatura
OSMAR TERRA		Paulo Moura	
Uelton Coimbra		DALCEZIO REZENDE	
LUCIO VIGIZ LIND		CARLOS ANDRADE	
MARCO MARIANI		VALDIR COELHO	
Flaviano Melo		ROGERIO PENINHA	
CARLOS MADUREIRA		GERARDO REZENDE	
Orlando Figueira		Maurício Lima	
RAIO MARICÓBA		Isenlo Bolonha	
Jerônimo Gomes			
DELMO LEÃO			
JAIR BOLSONARO		Lucas Vergilio	
PAULO R. DA SILVA		Edson de Sá	
F. FRANCISCHINI			
BENITO GAMA			
EDUARDO BOLSONARO			
R. Nelson Feliciano			
MAURICIO JUNIOR			
LUIS CARLOS HEINZ			
OSMAR SERRANO			
SERGIO MORAES			
Don. R. Nogueira			



Secretaria-Geral da Mesa  
Ponto: 4555  
Data: 08/02/2016 13:51  
Ass.: [Signature]

Senhor Presidente,



Nos termos do art. 218, combinado com o art. 8º, caput e inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos apresentar a Vossa Excelência os nomes dos Deputados abaixo assinados, para concorrerem em chapa alternativa à chapa indicada pelos Líderes Partidários, para a composição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade da Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Raale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

Titulares

Suplentes

Nome	Assinatura	Nome	Assinatura
HENDONIA FILHO		ELIADI NASCIMENTO	
RODRIGO MAIA		MARONI TORRES	

Secretaria-Geral da Mesa  
Ponto: 4553  
Ass.: Janygely  
Dir.: DCP  
08/02/2015 13:51







# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente,



Nos termos do art. 218, combinado com o Art. 8º, *caput* e inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos apresentar a Vossa Excelência os nomes dos deputados abaixo assinados, para concorrerem em chapa alternativa à chapa indicada pelo Líderes Partidários, para a composição da Comissão especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

## INDICADOS DO PSD

### TITULARES

NOME	ASSINATURA	GABINETE
SISTENES CAVALCANTE		560
EDMUNDO ROMAN		303
JOÃO RODRIGUES		503
DEL EDER MAURO		586

### SUPLENTE

NOME	ASSINATURA	GABINETE
SILAS CAMARÁ		532
JEFFERSON CAMPOS		346



Secretaria-Geral da Mesa CD  
Porto: 4533  
Ass.: J. Manu gte  
Data: 08/02/2015 13:51  
Dep

Senhor Presidente,



Nos termos do art. 218, combinado com o art. 8º, caput e inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos apresentar a Vossa Excelência os nomes dos deputados abaixo assinados, para concorrerem em chapa alternativa à chapa indicada pelos Líderes Partidários, para a composição da Comissão Especial destinada dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janáina Conceição Paschoal.

Titulares

Suplentes

PSDB/PSB/PPS/PV

Nome	Assinatura	Nome	Assinatura
ALEX MANENTE		MOSES RODRIGUES	
MOSE			

Secretaria-Geral da Mesa SERIO 08/Dez/2015 13:52  
Autuação 4553  
Ass.: Janáina Paschoal



Senhor Presidente,

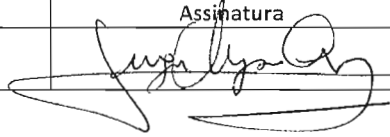
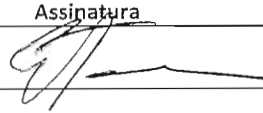


Nos termos do art. 218, combinado com o art. 8º, caput e inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos apresentar a Vossa Excelência os nomes dos deputados abaixo assinados, para concorrerem em chapa alternativa à chapa indicada pelos Líderes Partidários, para a composição da Comissão Especial destinada dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

Titulares

Suplentes

PMB

Nome	Assinatura	Nome	Assinatura
MASOR OLÍMPIO		EDUARDO TEIXEIRA	

Secretaria-Geral da Mesa SERG 08/11/2015 13:52  
Voto: 4553  
Ass.: [assinatura]  
Origen: [assinatura]



Senhor Presidente,

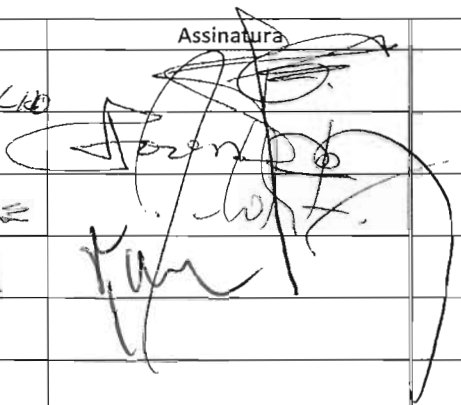


Nos termos do art. 218, combinado com o art. 8º, caput e inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos apresentar a Vossa Excelência os nomes dos deputados abaixo assinados, para concorrerem em chapa alternativa à chapa indicada pelos Líderes Partidários, para a composição da Comissão Especial destinada dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

Titulares

Suplentes

PSDB/PSB/PPS/PV

Nome	Assinatura	Nome	Assinatura
FERNANDO COELHO			
Bebeto			
DAVID FORTES			
TACU ALONSO			

Secretaria Geral da Mesa SERGE 16/Dez/2013 13:52  
Portaria 4553  
Janaína Conceição Paschoal  
BEP



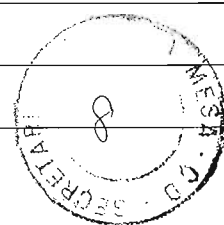
CD -  
AUTUACAO  
39338  
74

## Titulares

PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB

[illegible]

4553  
Haupt Dr. 1980  
4553





## CONFERÊNCIA DE ASSINATURAS

(55ª Legislatura 2015-2019)

Página: 1 de 2

**Proposição:** OF. 0000/2015

**Autor da Proposição:** CHAPA UNINDO O BRASIL

**Data de Apresentação:** 08/12/2015

**Ementa:** Apresentação da Chapa Unindo o Brasil para compor a Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia de responsabilidade da Presidente Dilma Rousseff.

**Possui Assinaturas Suficientes:** SIM

**Totais de Assinaturas:**

Confirmadas	062
Não Conferem	000
Fora do Exercício	000
Repetidas	000
Ilegíveis	000
Retiradas	000
Total	062

### Confirmadas

1	ALCEU MOREIRA	PMDB	RS
2	ALEX MANENTE	PPS	SP
3	ANDRÉ FUFUCA	PEN	MA
4	BEBETO	PSB	BA
5	BENITO GAMA	PTB	BA
6	BRUNO COVAS	PSDB	SP
7	CARLOS ANDRADE	PHS	RR
8	CARLOS MARUN	PMDB	MS
9	CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP
10	DANIEL COELHO	PSDB	PE
11	DANILO FORTE	PSB	CE
12	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS
13	DELEGADO ÉDER MAURO	PSD	PA
14	EDUARDO BOLSONARO	PSC	SP
15	ELMAR NASCIMENTO	DEM	BA
16	EVANDRO ROMAN	PSD	PR
17	EZEQUIEL TEIXEIRA	PMB	RJ
18	FÁBIO SOUSA	PSDB	GO
19	FERNANDO COELHO FILHO	PSB	PE
20	FERNANDO FRANCISCHINI	SD	PR
21	FLAVIANO MELO	PMDB	AC
22	GENECIAS NORONHA	SD	CE
23	GERALDO RESENDE	PMDB	MS



24	IZALCI	PSDB	DF
25	JAIR BOLSONARO	PP	RJ
26	JEFFERSON CAMPOS	PSD	SP
27	JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS
28	JOÃO RODRIGUES	PSD	SC
29	KAIO MANIÇOBA	PHS	PE
30	LELO COIMBRA	PMDB	ES
31	LUCAS VERGILIO	SD	GO
32	LUCIO VIEIRA LIMA	PMDB	BA
33	LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS
34	MAJOR OLIMPIO	PMB	SP
35	MANOEL JUNIOR	PMDB	PB
36	MAURO MARIANI	PMDB	SC
37	MAURO PEREIRA	PMDB	RS
38	MENDONÇA FILHO	DEM	PE
39	MORONI TORGAN	DEM	CE
40	MOSES RODRIGUES	PPS	CE
41	NILSON LEITÃO	PSDB	MT
42	NILSON PINTO	PSDB	PA
43	ODELMO LEÃO	PP	MG
44	OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR
45	OSMAR TERRA	PMDB	RS
46	PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG
47	PAULO PEREIRA DA SILVA	SD	SP
48	PR. MARCO FELICIANO	PSC	SP
49	RENZO BRAZ	PP	MG
50	ROBERTO BALESTRA	PP	GO
51	ROCHA	PSDB	AC
52	RODRIGO MAIA	DEM	RJ
53	ROGÉRIO MARINHO	PSDB	RN
54	ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA	PMDB	SC
55	RONALDO NOGUEIRA	PTB	RS
56	ROSSONI	PSDB	PR
57	SÉRGIO MORAES	PTB	RS
58	SHÉRIDAN	PSDB	RR
59	SILAS CÂMARA	PSD	AM
60	SÓSTENES CAVALCANTE	PSD	RJ
61	TADEU ALENCAR	PSB	PE
62	VALDIR COLATTO	PMDB	SC



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRESIDÊNCIA / SGM

Ofício s/n – Chapa Unindo o Brasil, dos Senhores Deputados subscritores – registro de chapa para concorrer à eleição dos membros da “Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Conceição Paschoal”.

Em 08/12/2015.

Registre-se. Publique-se.

EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados





Ofício nº 526/2015

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

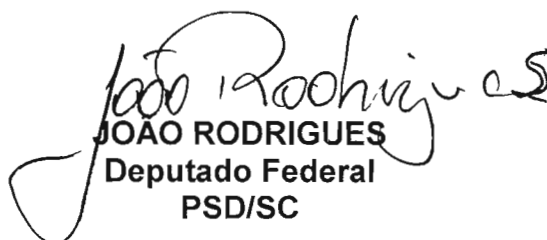
Excelentíssimo Senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-vos cordialmente, requiro a Vossa Excelência, a retirada do meu nome da "Chapa 2" que concorre a eleição dos nomes que vão compor a comissão especial que vai analisar se abre ou não o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Na certeza de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e reitero protestos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

  
**JOÃO RODRIGUES**  
Deputado Federal  
PSD/SC

Secretaria-Geral da Mesa SERIO 08/12/2015 14:15  
Porto: 4553  
Ass.: Jeanete  
Origem: dep.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PRESIDÊNCIA/SGM**

Of. n. 526/2015, do Senhor Deputado João Rodrigues, de 08 de dezembro de 2015, protocolado às 14h15. Solicita retirada de seu nome da chapa alternativa que concorre à eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Em 08/12/2015.

Indefiro a referida solicitação, visto que intempestiva. Destaco que o prazo para essa comunicação findou às 14 horas do dia 08 de dezembro de 2015. Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



Ofício nº 527/2015

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

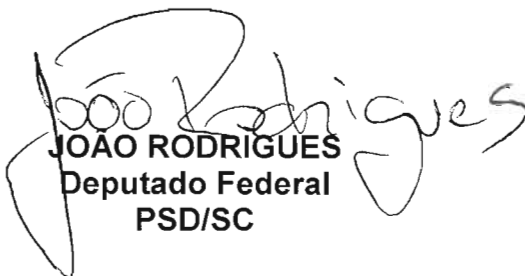
Excelentíssimo Senhor  
**Deputado EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-vos cordialmente, solicito a Vossa Excelência, que **torne sem efeito o Ofício nº 526/2015**, protocolado por mim, onde solicitava a retirada do meu nome da “Chapa 2” que concorre a eleição dos nomes que vão compor a comissão especial que vai analisar se abre ou não o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Na certeza de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente e reitero protestos de estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

  
**JOÃO RODRIGUES**  
Deputado Federal  
PSD/SC

Secretaria Geral da Mesa SFRO 08/12/2015 14:00  
Protocolo: 1148 Ass.:  
Dr. 1981: Gel. 247.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **PRESIDÊNCIA / SGM**

Ofício 527/2015, Do Dep. João Rodrigues – solicita que torne sem efeito o Of. 526/2015, que solicitava a retirada do seu nome da “Chapa 2” que concorre à eleição para a Comissão Especial que vai analisar se abre ou não o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Em 08/12/2015.

Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



Documento : 68753 - 10



**Câmara dos Deputados  
Partido dos Trabalhadores  
Gabinete da Liderança**



**OF nº 823/GAB-LidPT**

Brasília - DF, 08 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir - me a Vossa Excelência para indicar como membro suplente o deputado LUIZ SÉRGIO – PT/ RJ em substituição ao deputado LEO DE BRITO – PT/AC, na Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Junior, Janaina Conceição Paschoal e Flávio Henrique Costa Pereira.

Atenciosamente,

**Dep. Sibá Machado - PT/AC**  
Líder da Bancada

Secretaria-Geral da Mesa Diretora  
Protocolo 4553  
Ass.:  
Mesa Diretora  
08/Dez/2015 14:49  
Lid.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **PRESIDÊNCIA/SGM**

Of. n. 823/GAB-Lid-PT, de 08 de dezembro de 2015, protocolado às 14h19, da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Substituição de deputado indicado a concorrer à suplência da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Em 08/12/2015.

Indefiro a referida substituição, visto que intempestiva. Destaco que o prazo para essa comunicação findou às 14 horas do dia 08 de dezembro de 2015. Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente,



Nos termos do art. 218, combinado com o Art. 8º, *caput* e inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, vimos apresentar a Vossa Excelência os nomes dos deputados abaixo assinados, para concorrerem em chapa alternativa à chapa indicada pelo Líderes Partidários, para a composição da Comissão especial destinada a dar parecer sobre denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República, Sra. Dilma Vana Rousseff, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal.

INDICADOS DO ~~PSB~~ *pot - 20*

## TITULARES

NOME	ASSINATURA	GABINETE
<i>Marcos Rogério</i>	<i>[Assinatura]</i>	<i>930</i>

Secretaria-Geral da Mesa SERIO 08/Dez/2015 14:29  
Porto: *4533*  
Ass.: *Janaína*  
Dep.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **PRESIDÊNCIA/SGM**

Expediente s/n, de 08 de dezembro de 2015, protocolado às 14h29. Indica o Dep. Marcos Rogério (PDT-RO) para concorrer, em chapa alternativa, a vaga de membro da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra a Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.

Em 08/12/2015.

Indefiro a referida indicação, visto que intempestiva. Destaco que o prazo para indicação de membro para Comissão Especial findou às 14 horas do dia 08 de dezembro de 2015. Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DECISÃO DO PRESIDENTE

Tendo em vista a realização, na Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje, da eleição dos membros que comporão a Comissão Especial incumbida de analisar a denúncia por crime de Responsabilidade, recebida na Câmara dos Deputados no dia 2 de dezembro de 2015, em desfavor da Senhora Presidente da República, de autoria dos cidadãos Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal, comunico ao Plenário a seguinte decisão:

- a) a eleição será realizada por chapas fechadas, considerando-se a Chapa 1 aquela cujos integrantes foram indicados pelos senhores Líderes, e a Chapa 2 – “Unindo o Brasil” aquela composta por indicações individuais dos parlamentares que expressamente manifestaram sua vontade de integrá-la, resguardando-se, assim, a participação democrática de todos os Deputados no pleito, respeitados a proporcionalidade partidária e o direito de participação das bancadas minoritárias, conforme o art. 8º, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;
- b) apenas é permitido ao parlamentar concorrer em uma das chapas existentes, com vistas à observância ao



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

princípio da isonomia, de modo a garantir igualdade de condições entre todos os candidatos;

- c) o parlamentar cujo nome consta nas duas chapas na mesma condição (titular ou suplente) terá sua indicação mantida naquela em que há manifestação expressa pelo próprio candidato.
- d) Por essa razão, conheço apenas das indicações para a Chapa 2 - "Unindo o Brasil" dos Senhores Deputados Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) e Pr. Marco Feliciano (PSC/SP), como titulares, e Silas Câmara (PSD/AM), como suplente, e indefiro suas respectivas indicações aos mesmos cargos pela Chapa 1.

Em 8 /12/2015.

**EDUARDO CUNHA**  
Presidente



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

## CHAPA 1

Titulares

Suplentes

Titulares

Suplentes

**PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/  
PRP/PSDC/PEN/PRTB**

Antônio Jácome(PMN)	Aguinaldo Ribeiro(PP)
Bacelar(PTN)	Alberto Filho(PMDB)
Celso Maldaner(PMDB)	André Fufuca(PEN)
Cristiane Brasil(PTB)	Cleber Verde(PRB)
Daniel Vilela(PMDB)	Covatti Filho(PP)
Eduardo da Fonte(PP)	Delegado Edson Moreira(PTN)
Fernando Monteiro(PP)	Edio Lopes(PMDB)
Hildo Rocha(PMDB)	Elcione Barbalho(PMDB)
Macema Portella(PP)	Irmão Lazaro(PSC)
Jhonatan de Jesus(PRB)	João Marcelo Souza(PMDB)
João Arruda(PMDB)	Julio Lopes(PP)
José Priante(PMDB)	Luiz Carlos Busato(PTB)
Junior Marreca(PEN)	Marcos Reategui(PSC)
Leonardo Picciani(PMDB)	Marx Beltrão (PMDB)
Pedro Fernandes(PTB)	Nelson Marquezelli(PTB)
Roberto Britto(PP)	Newton Cardoso Jr(PMDB)
Rodrigo Pacheco(PMDB)	Paes Landim(PTB)
Vinicius Carvalho(PRB)	Paulo Maluf(PP)
Washington Reis(PMDB)	Ronaldo Martins(PRB)
Zeca Cavalcanti(PTB)	Sergio Souza (PMDB)
7 vagas	Vitor Valim(PMDB)
	6 vagas

**PT/PSD/PR/PROS/PCdoB**

Belton Freitas(PR)	Afonso Florence(PT)
Arlindo Chinaglia(PT)	Altineu Côrtes(PR)
Diego Andrade(PSD)	Benedita da Silva(PT)
Givaldo Carimbão(PROS)	Beto Salame(PROS)
Henrique Fontana(PT)	Carlos Zarattini(PT)
Hugo Leal(PROS)	Fábio Mitidieri(PSD)
Irajá Abreu(PSD)	João Carlos Bacelar(PR)
Jandira Feghali(PCdoB)	José Carlos Araújo(PSD)
José Guimarães(PT)	Leo de Brito(PT)
José Mentor(PT)	Maria do Rosário(PT)
Júlio Cesar(PSD)	Miguel Lombardi(PR)
Lúcio Vale(PR)	Orlando Silva(PCdoB)
Marcio Alvino(PR)	Paulo Pimenta(PT)
Maurício Quintella Lessa(PR)	Pepe Vargas(PT)
Paulo Magalhães(PSD)	Rômulo Gouveia(PSD)
Paulo Teixeira(PT)	Ronaldo Fonseca(PROS)
Sibá Machado(PT)	Valmir Assunção(PT)
Vicente Candido(PT)	Wellington Roberto(PR)
Wadih Damous(PT)	1 vaga

**PSDB/PSB/PPS/PV**

Sarney Filho(PV)	Evair de Melo(PV)
11 vagas	11 vagas

**PDT**

Afonso Motta(PDT)	Flávia Moraes(PDT)
Dagoberto(PDT)	Roberto Góes(PDT)

**PSOL**

Ivan Valente(PSOL)	Chico Alencar(PSOL)
--------------------	---------------------

**PTC**

Uldurico Junior(PTC)	(Dep. do PMB ocupa a vaga)
----------------------	-------------------------------

**PTdoB**

Silvio Costa(PTdoB)	Luis Tibé(PTdoB)
---------------------	------------------

**PMB**

Valtenir Pereira(PMB)	Aluisio Mendes(PMB) <sup>vaga</sup> do PTC
	Dâmina Pereira(PMB)

**REDE**

Alessandro Molon(REDE)	Aliel Machado(REDE)
------------------------	---------------------

*Assinatura*  
Sílvia Araújo da Silva  
Secretária Geral da Mesa



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

### CHAPA 2 – UNINDO O BRASIL

Titulares		Suplentes	
<b>PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB</b>			
André Fufuca(PEN)	Alceu Moreira(PMDB)	Fernando Coelho Filho(PSB)	Rocha(PSDB)
Benito Gama(PTB)	Carlos Andrade(PHS)	Nilson Leitão(PSDB)	Rogério Marinho(PSDB)
Carlos Marun(PMDB)	Darcísio Perondi(PMDB)	Paulo Abi-ackel(PSDB)	5 vagas
Eduardo Bolsonaro(PSC)	Elmar Nascimento(DEM)	Rossoni(PSDB)	
Fernando Francischini(SD)	Genecias Noronha(SD)	Shéridan(PSDB)	
Flaviano Melo(PMDB)	Geraldo Resende(PMDB)	Tadeu Alencar(PSB)	
Luiz Bolsonaro(PP)	Lucas Vergílio(SD)	1 vaga	
Jerônimo Goergen(PP)	Mauro Pereira(PMDB)		
Kaio Maniçoba(PHS)	Moroni Torgan(DEM)		
Lelo Coimbra(PMDB)	Renzo Braz(PP)		
Lucio Vieira Lima(PMDB)	Roberto Balestra(PP)		
Luis Carlos Heinze(PP)	Rogério Peninha Mendonça(PMDB)		
Manoel Junior(PMDB)	Valdir Colatto(PMDB)		
Mauro Mariani(PMDB)	14 vagas		
Mendonça Filho(DEM)			
Odelmo Leão(PP)			
Osmar Serraglio(PMDB)			
Osmar Terra(PMDB)			
Paulo Pereira da Silva(SD)			
Pr. Marco Feliciano(PSC)			
Rodrigo Maia(DEM)			
Ronaldo Nogueira(PTB)			
Sérgio Moraes(PTB)			
4 vagas			
<b>PT/PSD/PR/PROS/PCdoB</b>			
Delegado Éder Mauro(PSD)	Jefferson Campos(PSD)		
Evandro Roman(PSD)	Silas Câmara(PSD)		
João Rodrigues(PSD)	17 vagas		
Sóstenes Cavalcante(PSD)			
15 vagas			
<b>PSDB/PSB/PPS/PV</b>			
Alex Manente(PPS)	Daniel Coelho(PSDB)		
Bebeto(PSB)	Fábio Sousa(PSDB)		
Bruno Covas(PSDB)	Izalci(PSDB)		
Carlos Sampaio(PSDB)	Moses Rodrigues(PPS)		
Danilo Forte(PSB)	Nilson Pinto(PSDB)		
		<b>PDT</b>	
		2 vagas	2 vagas
		<b>PSOL</b>	
		1 vaga	1 vaga
		<b>PTC</b>	
		1 vaga	1 vaga
		<b>PTdoB</b>	
		1 vaga	1 vaga
		<b>PMB</b>	
		Major Olimpio(PMB)	Ezequiel Teixeira(PMB)
		<b>REDE</b>	
		1 vaga	1 vaga



*Silvia Brito da Silva*  
Secretária-Geral da Mesa

55ª Legislatura  
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Sessão:

ORDINÁRIA Nº 383 - 08/12/2015

Abertura Sessão: 08/12/2015 14:00:06

Encerramento Sessão: 08/12/2015 18:35:57



Votação:

Início Votação: 08/12/2015 17:18:02

Fim Votação: 08/12/2015 18:31:20

Resultado do 1º Escrutínio

Grupo de Apuração:

Total de Votantes: 471

CARGO	PARTIDO	CANDIDATOS	VOTOS	%
Membros Comissão		Chapa 2	272	57,75
		Chapa 1	199	42,25
		Branco	0	0,00

55ª Legislatura

PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Sessão:

ORDINÁRIA Nº 383 - 08/12/2015

Abertura Sessão: 08/12/2015 14:00:06

Encerramento Sessão: 08/12/2015 18:35:57

Votação:

Início Votação: 08/12/2015 17:18:02

Fim Votação: 08/12/2015 18:31:20



	Partido	Bloco
<b>RORAIMA</b>		
Abel Mesquita Jr.	PDT	
Carlos Andrade	PHS	
Eduardo Lopes	PMDB	
Hiran Gonçalves	PMB	
Jhonatan de Jesus	PRB	
Maria Helena	PSB	
Remídio Monai	PR	
Shéridan	PSDB	
<b>Total Roraima: 8</b>		
<b>AMAPÁ</b>		
André Abdon	PRB	
Cabuçu Borges	PMDB	
Janete Capiberibe	PSB	
Jozé Araújo	PTB	
Marcos Reategui	PSC	
Professora Marcivania	PT	
Roberto Góes	PDT	
Vinicius Gurgel	PR	
<b>Total Amapá: 8</b>		
<b>PARÁ</b>		
Arnaldo Jordy	PPS	
Beto Faro	PT	
Beto Salame	PROS	
Delegado Éder Mauro	PSD	
Edmilson Rodrigues	PSOL	
Elcione Barbalho	PMDB	
Hélio Leite	DEM	
Joaquim Passarinho	PSD	
José Priante	PMDB	
Josué Bengtson	PTB	
Júlia Marinho	PSC	
Lúcio Vale	PR	
Nilson Pinto	PSDB	
Simone Morgado	PMDB	
Zé Geraldo	PT	
<b>Total Pará: 15</b>		
<b>AMAZONAS</b>		
Alfredo Nascimento	PR	
Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	

**Câmara dos Deputados  
Secretaria Geral da Mesa  
Comissão Especial**

Data: 08/12/2015  
Hora: 18:35:14

Átila Lins  
Conceição Sampaio  
Hissa Abrahão  
Marcos Rotta  
Pauderney Avelino  
Sílas Câmara

PSD  
PP  
PPS  
PMDB  
DEM  
PSD

**Total Amazonas: 8**

**RONDONIA**

Exedito Netto  
Lindomar Garçon  
Lucio Mosquini  
Luiz Cláudio  
Marcos Rogério  
Mariana Carvalho  
Marinha Raupp  
Nilton Capixaba

Solidaried  
PMDB  
PMDB  
PR  
PDT  
PSDB  
PMDB  
PTB

**Total Rondonia: 8**

**ACRE**

Angelim  
Flaviano Melo  
Jéssica Sales  
Leo de Brito  
Rocha  
Sibá Machado

PT  
PMDB  
PMDB  
PT  
PSDB  
PT

**Total Acre: 6**

**TOCANTINS**

Carlos Henrique Gaguim  
César Halum  
Irajá Abreu  
Josi Nunes  
Lázaro Botelho  
Professora Dorinha Seabra Rez  
Vicentinho Júnior

PMB  
PRB  
PSD  
PMDB  
PP  
DEM  
PSB

**Total Tocantins: 7**

**PARANÁ**

Alberto Filho  
Aldisio Mendes  
André Fufuca  
Eliziane Gama  
Hildo Rocha  
João Castelo  
José Reinaldo  
Junior Marreca  
Juscelino Filho  
Pedro Fernandes  
Rosângela Curado  
Rubens Pereira Júnior  
Victor Mendes  
Waldir Maranhão  
Zé Carlos

PMDB  
PMB  
PEN  
REDE  
PMDB  
PSDB  
PSB  
PEN  
PMB  
PTB  
PDT  
PCdoB  
PMB  
PP  
PT

**Total Maranhão: 15**

**CEARÁ**

Aníbal Gomes  
Ariosto Holanda

PMDB  
PROS



**Câmara dos Deputados**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Comissão Especial**

Data: 08/12/2015  
Hora: 18:35:14



Arnon Bezerra	PTB
Cabo Sabino	PR
Chico Lopes	PCdoB
Danilo Forte	PSB
Domingos Neto	PMB
Genecias Noronha	Solidaried
Gorete Pereira	PR
José Aírton Cirilo	PT
José Guimarães	PT
Leônidas Cristino	PROS
Luizianne Lins	PT
Macedo	PSL
Moroni Torgan	DEM
Moses Rodrigues	PPS
Odorico Monteiro	PT
Paulo Henrique Lustosa	PP
Raimundo Gomes de Matos	PSDB
Ronaldo Martins	PRB
Vicente Arruda	PROS
Vitor Valim	PMDB

**Total Ceará: 22**

**PIAUI**

Assis Carvalho	PT
Átila Lira	PSB
Flavio Nogueira	PDT
Heráclito Fortes	PSB
Iracema Portella	PP
Júlio Cesar	PSD
Mainha	Solidaried
Paes Landim	PTB
Silas Freire	PR

**Total Piauí: 9**

**RIO GRANDE DO NORTE**

Antônio Jácome	PMN
Beto Rosado	PP
Fábio Faria	PSD
Felipe Maia	DEM
Rafael Motta	S.Part.
Rogério Marinho	PSDB
Walter Alves	PMDB
Zenaide Maia	PR

**Total Rio Grande do Norte: 8**

**PARAÍBA**

Aguinaldo Ribeiro	PP
Benjamin Maranhão	Solidaried
Damião Feliciano	PDT
Efraim Filho	DEM
Luiz Couto	PT
Manoel Junior	PMDB
Marcondes Gadelha	PSC
Rômulo Gouveia	PSD
Veneziano Vital do Rêgo	PMDB
Wellington Roberto	PR
Wilson Filho	PTB

**Total Paraíba: 11**



**PERNAMBUCO**

Adalberto Cavalcanti	PTB
Anderson Ferreira	PR
Augusto Coutinho	Solidaried
Betinho Gomes	PSDB
Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB
Daniel Coelho	PSDB
Eduardo da Fonte	PP
Fernando Coelho Filho	PSB
Gonzaga Patriota	PSB
Jarbas Vasconcelos	PMDB
João Fernando Coutinho	PSB
Jorge Côrte Real	PTB
Kaio Maniçoba	PHS
Luciana Santos	PCdoB
Mendonça Filho	DEM
Pastor Eurico	PSB
Paul Jungmann	PPS
Ricardo Teobaldo	PTB
Silvio Costa	PTdoB
Tadeu Alencar	PSB
Wolney Queiroz	PDT
Zeca Cavalcanti	PTB

**Total Pernambuco: 22**

**ALAGOAS**

Arthur Lira	PP
Cícero Almeida	PSD
Givaldo Carimbão	PROS
JHC	PSB
Marx Beltrão	PMDB
Maurício Quintella Lessa	PR
Paulão	PT
Pedro Vilela	PSDB
Ronaldo Lessa	PDT

**Total Alagoas: 9**

**SERGIPE**

Adelson Barreto	PTB
Andre Moura	PSC
Fábio Mitidieri	PSD
Fabio Reis	PMDB
João Daniel	PT
Jony Marcos	PRB
Laercio Oliveira	Solidaried
Valadares Filho	PSB

**Total Sergipe: 8**

**BAHIA**

Afonso Florence	PT
Alice Portugal	PCdoB
Antonio Brito	PTB
Antonio Imbassahy	PSDB
Bacelar	PTN
Bebeto	PSB
Benito Gama	PTB
Cacá Leão	PP
Claudio Cajado	DEM



Câmara dos Deputados  
Secretaria Geral da Mesa  
Comissão Especial

Data: 08/12/2015  
Hora: 18:35:14

Daniel Almeida	PCdoB
Davidson Magalhães	PCdoB
Elmar Nascimento	DEM
Erivelton Santana	PSC
Félix Mendonça Júnior	PDT
Fernando Torres	PSD
Irmão Lazaro	PSC
João Carlos Bacelar	PR
João Gualberto	PSDB
Jorge Solla	PT
José Carlos Aleluia	DEM
José Carlos Araújo	PSD
José Nunes	PSD
José Rocha	PR
Jutahy Junior	PSDB
Lucio Vieira Lima	PMDB
Márcio Marinho	PRB
Mário Negromonte Jr.	PP
Moema Gramacho	PT
Paulo Azi	DEM
Paulo Magalhães	PSD
Roberto Britto	PP
Ronaldo Carletto	PP
Tia Eron	PRB
Uldurico Junior	PTC
Valmir Assunção	PT
Waldenor Pereira	PT

**Total Bahia: 36**

**MINAS GERAIS**

Adelmo Carneiro Leão	PT
Ademir Camilo	PROS
Aelton Freitas	PR
Bilac Pinto	PR
Bonifácio de Andrada	PSDB
Caio Narcio	PSDB
Carlos Melles	DEM
Eliziana Pereira	PMB
Delegado Edson Moreira	PTN
Diego Andrade	PSD
Dimas Fabiano	PP
Domingos Sávio	PSDB
Eduardo Barbosa	PSDB
Fábio Ramalho	PMB
Gabriel Guimarães	PT
Jô Moraes	PCdoB
Júlio Delgado	PSB
Laudivio Carvalho	PMDB
Leonardo Monteiro	PT
Leonardo Quintão	PMDB
Lincoln Portela	PR
Luis Tibé	PTdoB
Luiz Fernando Faria	PP
Marcelo Álvaro Antônio	PMB
Marcelo Aro	PHS
Marcos Montes	PSD
Marcus Pestana	PSDB



**Câmara dos Deputados**  
**Secretaria Geral da Mesa**  
**Comissão Especial**

Data: 08/12/2015  
Hora: 18:35:14



Margarida Salomão	PT
Mário Heringer	PDT
Mauro Lopes	PMDB
Odelmo Leão	PP
Padre João	PT
Pastor Franklin	PMB
Paulo Abi-Ackel	PSDB
Raquel Muniz	PSC
Reginaldo Lopes	PT
Renzo Braz	PP
Rodrigo de Castro	PSDB
Rodrigo Pacheco	PMDB
Saraiva Felipe	PMDB
Silas Brasileiro	PMDB
Stefano Aguiar	PSB
Subtenente Gonzaga	PDT
Tenente Lúcio	PSB
Torquato Pinheiro	PP
Waldson Ribeiro	PCdoB
Weliton Prado	PMB

**Total Minas Gerais: 47**

**ESPÍRITO SANTO**

Carlos Manato	Solidaried
Dr. Jorge Silva	PROS
Evair de Melo	PV
Givaldo Vieira	PT
Helder Salomão	PT
Lelo Coimbra	PMDB
Marcus Vicente	PP
Max Filho	PSDB
Paulo Foletto	PSB
Sergio Vidigal	PDT

**Total Espírito Santo: 10**

**RIO DE JANEIRO**

Alessandro Molon	REDE
André Serfotis	PSD
Arineu Côrtes	PR
Aureo	Solidaried
Benedita da Silva	PT
Cabo Daciolo	S.Part.
Chico Alencar	PSOL
Chico D Angelo	PT
Clarissa Garotinho	PR
Cristiane Brasil	PTB
Deley	PTB
Dr. João	PR
Eduardo Cunha	PMDB
Ezequiel Teixeira	PMB
Felipe Bornier	PSD
Francisco Floriano	PR
Glauber Braga	PSOL
Hugo Leal	PROS
Jair Bolsonaro	PP
Jandira Feghali	PCdoB
Jean Wyllys	PSOL
Julio Lopes	PP

Câmara dos Deputados  
Secretaria Geral da Mesa  
Comissão Especial

Data: 08/12/2015  
Hora: 18:35:14

Laura Carneiro	PMDB
Leonardo Picciani	PMDB
Luiz Carlos Ramos	PMB
Luiz Sérgio	PT
Marcelo Matos	PDT
Marquinho Mendes	PMDB
Miro Teixeira	REDE
Otávio Leite	PSDB
Paulo Feijó	PR
Roberto Sales	PRB
Rodrigo Maia	DEM
Rosângela Gomes	PRB
Soraya Santos	PMDB
Sóstenes Cavalcante	PSD
Wadih Damous	PT
Walney Rocha	PTB
Washington Reis	PMDB
Zaíde Augusto Nalin	PMDB

**Total Rio de Janeiro: 40**

**SÃO PAULO**

Alex Manente	PPS
Alexandre Leite	DEM
Ana Perugini	PT
Andres Sanchez	PT
Arlindo Chinaglia	PT
Arnaldo Faria de Sá	PTB
Baleia Rossi	PMDB
Beto Mansur	PRB
Bruna Furlan	PSDB
Bruno Covas	PSDB
Capitão Augusto	PR
Carlos Sampaio	PSDB
Carlos Zarattini	PT
Edinho Araújo	PMDB
Eduardo Bolsonaro	PSC
Eduardo Cury	PSDB
Elton Corrêa Filho	DEM
Fausto Pinato	PRB
Flavinho	PSB
Gilberto Nascimento	PSC
Goulart	PSD
Guilherme Mussi	PP
Herculano Passos	PSD
Ivan Valente	PSOL
Jefferson Campos	PSD
João Paulo Papa	PSDB
Jorge Tadeu Mudalen	DEM
José Mentor	PT
Lobbe Neto	PSDB
Luiz Lauro Filho	PSB
Luiza Erundina	PSB
Major Olimpio	PMB
Mara Gabrilli	PSDB
Marcelo Aguiar	DEM
Marcelo Squassoni	PRB
Marcio Alvino	PR



**Câmara dos Deputados  
Secretaria Geral da Mesa  
Comissão Especial**

**Data:** 08/12/2015  
**Hora:** 18:35:14

Miguel Haddad	PSDB
Miguel Lombardi	PR
Milton Monti	PR
Missionário José Olimpio	PP
Nelson Marquezelli	PTB
Nílto Tatto	PT
Orlando Silva	PCdoB
Paulo Freire	PR
Paulo Maluf	PP
Paulo Pereira da Silva	Solidaried
Paulo Teixeira	PT
Ricardo Izar	PSD
Roberto Alves	PRB
Roberto Freire	PPS
Samuel Moreira	PSDB
Sérgio Reis	PRB
Silvio Torres	PSDB
Tarcísio	PR
Vanderlei Macris	PT
Vanderlei Macris	PSDB
Vicente Candido	PT
Vicentinho	PT
Vinicius Carvalho	PRB
Vitor Lippi	PSDB
William Woo	PV

**Total São Paulo: 61**

**MATO GROSSO**

Adilton Sachetti	PSB
Carlos Bezerra	PMDB
Ezequiel Fonseca	PP
Fabio Garcia	PSB
Nilson Leitão	PSDB
Professor Victório Galli	PSC
Ságuas Moraes	PT
Valtenir Pereira	PMB

**Total Mato Grosso: 8**

**DISTRITO FEDERAL**

Alberto Fraga	DEM
Augusto Carvalho	Solidaried
Erika Kokay	PT
Salatiel	PSDB
Laerte Bessa	PR
Rogério Rosso	PSD
Ronaldo Fonseca	PROS
Roney Nemer	PMDB

**Total Distrito Federal: 8**

**GOIÁS**

Alexandre Baldy	PSDB
Célio Silveira	PSDB
Delegado Waldir	PSDB
Fábio Sousa	PSDB
Flávia Moraes	PDT
Giuseppe Vecci	PSDB
Heuler Cruvinel	PSD
João Campos	PSDB



Câmara dos Deputados  
Secretaria Geral da Mesa  
Comissão Especial

Data: 08/12/2015  
Hora: 18:35:14

Jovair Arantes  
Lucas Vergilio  
Magda Mofatto  
Marcos Abrão  
Pedro Chaves  
Roberto Balestra  
Rubens Otoni  
Sandes Júnior

PTB  
Solidaried  
PR  
PPS  
PMDB  
PP  
PT  
PP

**Total Goiás: 16**

**MATO GROSSO DO SUL**

Carlos Marun  
Dagoberto  
Elizeu Dionizio  
Geraldo Resende  
Mandetta  
Tereza Cristina  
Vander Loubet  
Zilda do Pt

PMDB  
PDT  
PSDB  
PMDB  
DEM  
PSB  
PT  
PT

**Total Mato Grosso do Sul: 8**

**PARANÁ**

Alex Canziani  
Alfredo Kaefer  
Ariel Machado  
Assis do Couto  
Christiane de Souza Yared  
Diego Garcia  
Dilceu Sperafico  
Enio Verri  
Evandro Roman  
Fernando Francischini  
Giacobo  
Hermes Parcianello  
João Arruda  
Leandre  
Leopoldo Meyer  
Carlos Haully  
Luiz Nishimori  
Marcelo Belinati  
Nelson Meurer  
Osmar Serraglio  
Ricardo Barros  
Rossoni  
Rubens Bueno  
Sandro Alex  
Sergio Souza  
Takayama  
Toninho Wandscheer  
Zeca Dirceu

PTB  
PSDB  
REDE  
PMB  
PTN  
PHS  
PP  
PT  
PSD  
Solidaried  
PR  
PMDB  
PMDB  
PV  
PSB  
PSDB  
PR  
PP  
PP  
PMDB  
PP  
PSDB  
PPS  
PPS  
PMDB  
PSC  
PMB  
PT

**Total Paraná: 28**

**SANTA CATARINA**

Angela Albino  
Carmen Zanotto  
Celso Maldaner  
Décio Lima  
Edinho Bez

PCdoB  
PPS  
PMDB  
PT  
PMDB



Câmara dos Deputados  
Secretaria Geral da Mesa  
Comissão Especial

Data: 08/12/2015

Hora: 18:35:14



Esperidião Amin  
Geovania de Sá  
João Rodrigues  
Jorge Boeira  
Jorginho Mello  
Marco Tebaldi  
Mauro Mariani  
Pedro Uczai  
Rogério Peninha Mendonça  
Ronaldo Benedet  
Valdir Colatto

PP  
PSDB  
PSD  
PP  
PR  
PSDB  
PMDB  
PT  
PMDB  
PMDB  
PMDB

**Total Santa Catarina: 16**

**RIO GRANDE DO SUL**

Afonso Hamm  
Afonso Motta  
Alceu Moreira  
Bohn Gass  
Carlos Gomes  
Covatti Filho  
Danrlei de Deus Hinterholz  
Darcísio Perondi  
Giovani Cherini  
Heitor Schuch  
Henrique Fontana  
Jerônimo Goergen  
João Derly  
José Fogaça  
Jose Stédile  
Luis Carlos Heinze  
Luiz Carlos Busato  
Marcon  
Maria do Rosário  
Mauro Pereira  
Nelson Marchezan Junior  
Onyx Lorenzoni  
Osmar Terra  
Pádua Pimenta  
Pepe Vargas  
Pompeo de Mattos  
Renato Molling  
Ronaldo Nogueira  
Sérgio Moraes

PP  
PDT  
PMDB  
PT  
PRB  
PP  
PSD  
PMDB  
PDT  
PSB  
PT  
PP  
REDE  
PMDB  
PSB  
PP  
PTB  
PT  
PT  
PMDB  
PSDB  
DEM  
PMDB  
PT  
PT  
PDT  
PP  
PTB  
PTB

**Total Rio Grande do Sul: 29**



## SECRETARIA-GERAL DA MESA

### RELATÓRIO DE VOTAÇÃO

**Eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia contra a Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.**

#### CHAPA 1:

**PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB: Titulares:** Antônio Jácome(PMN), Bacelar(PTN), Celso Maldaner(PMDB), Cristiane Brasil(PTB), Daniel Vilela(PMDB), Eduardo da Fonte(PP), Fernando Monteiro(PP), Hildo Rocha(PMDB), Iracema Portella(PP), Jhonatan de Jesus(PRB), João Arruda(PMDB), José Priante(PMDB), Junior Marreca(PEN), Leonardo Picciani(PMDB), Pedro Fernandes(PTB), Roberto Britto(PP), Rodrigo Pacheco(PMDB), Vinicius Carvalho(PRB), Washington Reis(PMDB), Zeca Cavalcanti(PTB), 7 vagas. **Suplentes:** Aguinaldo Ribeiro(PP), Alberto Filho(PMDB), André Fufuca(PEN), Cleber Verde(PRB), Covatti Filho(PP), Delegado Edson Moreira(PTN), Edio Lopes(PMDB), Elcione Barbalho(PMDB), Irmão Lazaro(PSC), João Marcelo Souza(PMDB), Julio Lopes(PP), Luiz Carlos Busato(PTB), Marcos Reategui(PSC), Marx Beltrão (PMDB), Nelson Marquezelli(PTB), Newton Cardoso Jr(PMDB), Paes Landim(PTB), Paulo Maluf(PP), Ronaldo Martins(PRB), Sergio Souza (PMDB), Vitor Valim(PMDB), 6 vagas.

**PT/PSD/PR/PROS/PCdoB: Titulares:** Aelton Freitas(PR), Arlindo Chinaglia(PT), Diego Andrade(PSD), Givaldo Carimbão(PRO), Henrique Fontana(PT), Hugo Leal(PRO), Irajá Abreu(PSD), Jandira Feghali(PCdoB), José Guimarães(PT), José Mentor(PT), Júlio Cesar(PSD), Lúcio Vale(PR), Marcio Alvino(PR), Maurício Quintella Lessa(PR), Paulo Magalhães(PSD), Paulo Teixeira(PT), Sibá Machado(PT), Vicente Candido(PT), Wadih Damous(PT). **Suplentes:** Afonso Florence(PT), Altineu Côrtes(PR), Benedita da Silva(PT), Beto Salame(PRO), Carlos Zarattini(PT), Fábio Mitidieri(PSD), João Carlos Bacelar(PR), José Carlos Araújo(PSD), Leo de Brito(PT), Maria do Rosário(PT), Miguel Lombardi(PR), Orlando Silva(PCdoB), Paulo Pimenta(PT), Pepe Vargas(PT), Rômulo Gouveia(PSD), Ronaldo Fonseca(PRO), Valmir Assunção(PT), Wellington Roberto(PR), 1 vaga.

**PSDB/PSB/PPS/PV: Titulares:** Sarney Filho(PV), 11 vagas. **Suplentes:** Evair de Melo(PV), 11 vagas.

**PDT: Titulares:** Afonso Motta(PDT), Dagoberto(PDT). **Suplentes:** Flávia Moraes(PDT), Roberto Góes(PDT).

**PSOL: Titular:** Ivan Valente(PSOL). **Suplente:** Chico Alencar(PSOL).

**PTC: Titular:** Uldurico Junior(PTC). **Suplente:** (Dep. do PMB ocupa a vaga).





**PTdoB: Titular:** Silvio Costa(PTdoB). **Suplente:** Luis Tibé(PTdoB).

**PMB: Titular:** Valtenir Pereira(PMB). **Suplentes:** Aluisio Mendes(PMB) vaga do PTC, Dâmina Pereira(PMB).

**REDE: Titular:** Alessandro Molon(REDE). **Suplente:** Aliel Machado(REDE).

## **CHAPA 2 - UNINDO O BRASIL:**

**PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB: Titulares:** André Fufuca(PEN), Benito Gama(PTB), Carlos Marun(PMDB), Eduardo Bolsonaro(PSC), Fernando Francischini(SD), Flaviano Melo(PMDB), Jair Bolsonaro(PP), Jerônimo Goergen(PP), Kaio Manicoba(PHS), Lelo Coimbra(PMDB), Lucio Vieira Lima(PMDB), Luis Carlos Heinze(PP), Manoel Junior(PMDB), Mauro Mariani(PMDB), Mendonça Filho(DEM), Odelmo Leão(PP), Osmar Serraglio(PMDB), Osmar Terra(PMDB), Paulo Pereira da Silva(SD), Pr. Marco Feliciano(PSC), Rodrigo Maia(DEM), Ronaldo Nogueira(PTB), Sérgio Moraes(PTB), 4 vagas. **Suplentes:** Alceu Moreira(PMDB), Carlos Andrade(PHS), Darcísio Perondi(PMDB), Elmar Nascimento(DEM), Genecias Noronha(SD), Geraldo Resende(PMDB), Lucas Vergilio(SD), Mauro Pereira(PMDB), Moroni Torgan(DEM), Renzo Braz(PP), Roberto Balestra(PP), Rogério Peninha Mendonça(PMDB), Valdir Colatto(PMDB), 14 vagas.

**PT/PSD/PR/PROS/PCdoB: Titulares:** Delegado Éder Mauro(PSD), Evandro Roman(PSD), João Rodrigues(PSD), Sóstenes Cavalcante(PSD), 15 vagas. **Suplentes:** Jefferson Campos(PSD), Silas Câmara(PSD), 17 vagas.

**PSDB/PSB/PPS/PV: Alex Manente(PPS), Beбето(PSB), Bruno Covas(PSDB), Carlos Sampaio(PSDB), Danilo Forte(PSB), Fernando Coelho Filho(PSB), Nilson Leitão(PSDB), Paulo Abi-Ackel(PSDB), Rossoni(PSDB), Shéridan(PSDB), Tadeu Alencar(PSB), 1 vaga. Suplentes:** Daniel Coelho(PSDB), Fábio Sousa(PSDB), Izalci(PSDB), Moses Rodrigues(PPS), Nilson Pinto(PSDB), Rocha(PSDB), Rogério Marinho(PSDB), 5 vagas.

**PDT: Titulares:** 2 vagas. **Suplentes:** 2 vagas.

**PSOL: Titular:** 1 vaga. **Suplente:** 1 vaga

**PTC: Titular:** 1 vaga. **Suplente:** 1 vaga.

**PTdoB: Titular:** 1 vaga. **Suplente:** 1 vaga.

**PMB: Titular:** Major Olimpio(PMB). **Suplente:** Ezequiel Teixeira(PMB).

**REDE: Titular:** 1 vaga. **Suplente:** 1 vaga



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Eleitos os Deputados que irão compor a Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a denúncia contra a Presidente da República Sra. Dilma Vana Rousseff por Crime de Responsabilidade.

**Chapa 1:** 199 votos.

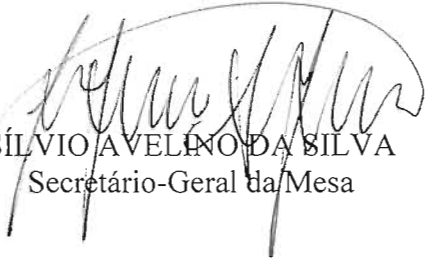
**Chapa 2** - Unindo o Brasil: 272 votos.

Branco: 0 voto.

**RESULTADO:**

**CHAPA ELEITA: CHAPA 2 - UNINDO O BRASIL**

Em 08/12/2015

  
SÍLVIO AVELINO DA SILVA  
Secretário-Geral da Mesa

*Supremo Tribunal Federal***URGENTE****FAX**

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara do Deputados

Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378

REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
ADV.(A/S) : ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

A fim de instruir o processo em epígrafe, solicito-lhe informações, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o alegado na petição inicial cuja cópia segue via fax, nos termos da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999. Atenciosamente, **Ministro Edson Fachin**, Relator/STF.

Secretaria-Geral Mesa STF 03/03/2015 21:25  
Porto: 3754 Ass.: *dufuf* Origem: Presidência



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL**

*"Cuida-se de abrir um processo, de imensa gravidade, é um processo cuja abertura, por si só, significa uma crise."*<sup>1</sup>

*"Em processo de tamanha magnitude institucional, que põe a juízo o mais elevado cargo do Estado e do Governo da Nação, é pressuposto elementar a observância do devido processo legal, formado e desenvolvido à base de um procedimento cuja validade esteja fora de qualquer dúvida de ordem jurídica".*<sup>2</sup>

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**, partido político com representação no Congresso Nacional, devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 22.441.349/0001-00, com sede na Rua Rêgo Freitas, n. 92, República, São Paulo, CEP 01220-010, representado, na forma do seu Estatuto Social (doc. 1), pelo seu Presidente, (ata da eleição anexa, doc. 2), vem, pelos seus advogados abaixo-assinados (procuração anexa, doc. 3), com fundamento no disposto no art. 102, § 1º da Constituição Federal e nos dispositivos da Lei nº 9.882/99, ajuizar a presente

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL  
com pedido de MEDIDA CAUTELAR**

<sup>1</sup> STF, MS 20941, Relator Min. Aldir Passarinho, Relator p/ Acórdão: Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992.

<sup>2</sup> STF, Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 33.837 DF, Relator Min. Teori Zavascki. Decisão proferida em 12/10/2015.



objetivando seja reconhecida a ilegitimidade constitucional de dispositivos e interpretações da Lei n. 1.079, de 1950, e também a legitimidade constitucional de outros dispositivos integrantes do mesmo diploma legal, e, em razão disso, seja determinada a adoção das providências listadas ao final, tendentes a sanar as lesões a preceitos fundamentais da Constituição Federal, decorrentes da manutenção na ordem jurídica de textos normativos e interpretações que, ao regular o processo de *impeachment* do Presidente da República de modo incompatível com o texto constitucional vigente, geram instabilidade jurídica, política, econômica e social.

#### **- PARTE I -**

### **QUESTÕES PRELIMINARES: LEGITIMIDADE, OBJETO, CABIMENTO DA ADPF E NECESSIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL**

#### **1.1. A LEGITIMIDADE ATIVA DOS AUTORES DA ADPF**

1. A Lei n. 9.882/99, ao regulamentar o instituto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, definiu, como legitimados para propô-la, os mesmos previstos para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade (art. 2º, I). Os partidos políticos possuem legitimidade ativa para promover o ajuizamento da presente ação de controle concentrado de constitucionalidade (art. 103, incisos VIII e IX, da CF). Exige-se apenas que possuam representantes no Congresso Nacional, os quais estão relacionados na lista anexa (doc. 4).



## 1.2. O OBJETO DA ADPF

2. A Lei n. 1.079/50, em sua segunda parte, estabelece normas procedimentais que disciplinam o processamento e o julgamento de denúncias pela prática de crime de responsabilidade. A presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental tem por objetivo requerer ao Supremo Tribunal Federal a declaração de ilegitimidade constitucional – não recepção – dos seguintes dispositivos da Lei n. 1.079/50:

*Art. 23. (...)*

*§ 1º Se da aprovação do parecer resultar a procedência da denúncia, considerar-se-á decretada a acusação pela Câmara dos Deputados.*

*§ 5º São efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final.*

*Art. 38. No processo e julgamento do Presidente da República e dos Ministros de Estado, serão subsidiários desta lei, naquilo em que lhes forem aplicáveis, assim os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como o Código de Processo Penal.*

*Art. 80. Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado, a Câmara dos Deputados é tribunal de pronúncia e o Senado Federal, tribunal de julgamento; nos crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador Geral da República, o Senado Federal é, simultaneamente, tribunal de pronúncia e julgamento.*

*Art. 81 A declaração de procedência da acusação nos crimes de responsabilidade só poderá ser decretada pela maioria absoluta da Câmara que a preferir.*



3. Busca-se ainda obter a declaração de legitimidade constitucional – de recepção – dos seguintes preceitos da Lei n. 1079/50:

*Art. 20. A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu Presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia.*

*§ 1º O parecer da comissão especial será lido no expediente da sessão da Câmara dos Deputados e publicado integralmente no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, juntamente com a denúncia, devendo as publicações ser distribuídas a todos os deputados.*

*§ 2º Quarenta e oito horas após a publicação oficial do parecer da Comissão especial, será o mesmo incluído, em primeiro lugar, na ordem do dia da Câmara dos Deputados, para uma discussão única.*

*Art. 21. Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.*

*Art. 22. Encerrada a discussão do parecer, e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contestá-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado.*

*§ 1º Findo esse prazo e com ou sem a contestação, a comissão especial determinará as diligências requeridas, ou que julgar convenientes, e realizará as sessões necessárias para a tomada do depoimento das testemunhas de ambas as partes, podendo ouvir o denunciante e o denunciado, que poderá assistir pessoalmente, ou por seu procurador, a todas as audiências e diligências realizadas pela comissão, interrogando e contestando as testemunhas e requerendo a reinquirição ou acareação das mesmas.*



§ 2º Findas essas diligências, a comissão especial proferirá, no prazo de dez dias, parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia.

§ 3º Publicado e distribuído esse parecer na forma do § 1º do art. 20, será o mesmo, incluído na ordem do dia da sessão imediata para ser submetido a duas discussões, com o interregno de 48 horas entre uma e outra.

§ 4º Nas discussões do parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia, cada representante de partido poderá falar uma só vez e durante uma hora, ficando as questões de ordem subordinadas ao disposto no § 2º do art. 20.

4. Busca-se, ainda, obter do Supremo Tribunal Federal interpretação conforme a Constituição das seguintes normas, inseridas na Lei n. 1079/50:

*Art. 16. A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser encontrados, nos crimes de que haja prova testemunhal, a denúncia deverá conter o rol das testemunhas, em número de cinco no mínimo.*

*Art. 18. As testemunhas arroladas no processo deverão comparecer para prestar o seu depoimento, e a Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado por ordem de quem serão notificadas, tomará as providências legais que se tornarem necessárias legais que se tornarem necessárias para compeli-las a obediência.*

*Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.*

*Art. 20. A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu Presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a*





*comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia.*

*Art. 22. Encerrada a discussão do parecer, e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não fôr considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contestá-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado.*

*§ 1º Findo esse prazo e com ou sem a contestação, a comissão especial determinará as diligências requeridas, ou que julgar convenientes, e realizará as sessões necessárias para a tomada do depoimento das testemunhas de ambas as partes, podendo ouvir o denunciante e o denunciado, que poderá assistir pessoalmente, ou por seu procurador, a tôdas as audiências e diligências realizadas pela comissão, interrogando e contestando as testemunhas e requerendo a reinquirição ou acareação das mesmas.*

*§ 2º Findas essas diligências, a comissão especial proferirá, no prazo de dez dias, parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia.*

*(...)*

*Art. 24. Recebido no Senado o decreto de acusação com o processo enviado pela Câmara dos Deputados e apresentado o libelo pela comissão acusadora, remeterá o Presidente cópia de tudo ao acusado, que, na mesma ocasião e nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 23, será notificado para comparecer em dia prefixado perante o Senado.*

*Parágrafo único. Ao Presidente do Supremo Tribunal Federal enviar-se-á o processo em original, com a comunicação do dia designado para o julgamento.*

*Art. 25. O acusado comparecerá, por si ou pêlos seus advogados, podendo, ainda, oferecer novos meios de prova.*

*Art. 27. No dia aprazado para o julgamento, presentes o acusado, seus advogados, ou o defensor nomeado a sua revelia, e a comissão acusadora, o Presidente do Supremo*



*Tribunal Federal, abrindo a sessão, mandará ler o processo preparatório o libelo e os artigos de defesa; em seguida inquirirá as testemunhas, que deverão depor publicamente e fora da presença umas das outras.*

*Art. 28. Qualquer membro da Comissão acusadora ou do Senado, e hem assim o acusado ou seus advogados, poderão requerer que se façam às testemunhas perguntas que julgarem necessárias.*

*Parágrafo único. A Comissão acusadora, ou o acusado ou seus advogados, poderão contestar ou arguir as testemunhas sem contudo interrompê-las e requerer a acareação.*

*Art. 29. Realizar-se-á a seguir o debate verbal entre a comissão acusadora e o acusado ou os seus advogados pelo prazo que o Presidente fixar e que não poderá exceder de duas horas.*

5. Por fim, busca-se suprir lacuna na regulamentação do disposto nos artigos 52, I, e 86, §1º, II, da Constituição Federal, determinando-se a aplicação analógica dos artigos seguintes preceitos:

*Art. 44. Recebida a denúncia pela Mesa do Senado, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial, eleita para opinar sobre a mesma.*

*Art. 45. A comissão a que alude o artigo anterior, reunir-se-á dentro de 48 horas e, depois de eleger o seu presidente e relator, emitirá parecer no prazo de 10 dias sobre se a denúncia deve ser, ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias.*

*Art. 46. O parecer da comissão, com a denúncia e os documentos que a instruírem, será lido no expediente de sessão do Senado, publicado no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, que deverão ser distribuídos entre os senadores, e dado para ordem do dia da sessão seguinte.*

*Art. 47. O parecer será submetido a uma só discussão, e a votação nominal (...)*



*Art. 48. Se o Senado resolver que a denúncia não deve constituir objeto de deliberação, serão os papeis arquivados.*

*Art. 49. Se a denúncia for considerada objeto de deliberação, a Mesa remeterá cópia de tudo ao denunciado, para responder à acusação no prazo de 10 dias.*

6. Impõe-se realizar verdadeira *filtragem constitucional*<sup>3</sup> da Lei n. 1.079/50 de modo a compatibilizá-la com as garantias constitucionais que compõem o núcleo essencial do devido processo legal, bem como com os princípios democrático, da separação de poderes e com a conformação dada pela Constituição Federal de 1988 ao instituto do *Impeachment*. É ver o que, da Lei n. 1.079, passados mais de 65 anos de sua edição, remanesce compatível com a ordem constitucional.<sup>4</sup>

7. Com efeito, se a legislação processual, em geral, e o Código de Processo Penal, em particular, sofreram nos últimos anos diversas reformas para se adequarem à matriz constitucional vigente, o mesmo não ocorreu com a Lei n. 1.079/50. Como o *impeachment* não é cogitado com frequência em sistemas presidencialistas bem ordenados, o Congresso Nacional não se preocupou em adaptar o procedimento previsto na Lei n. 1.079/50 aos novos ditames

<sup>3</sup> Como ressalta o Ministro Roberto Barroso, em estudo doutrinário, "*Nesse ambiente, a Constituição passa a ser não apenas um sistema em si — com a sua ordem, unidade e harmonia —, mas também um modo de olhar e interpretar todos os demais ramos do direito. Este fenômeno, identificado por alguns autores como filtragem constitucional, consiste em que toda a ordem jurídica deve ser lida e apreendida sob a lente da Constituição, de modo a realizar os valores nela consagrados. Como antes já assinalado, a constitucionalização do direito infraconstitucional não tem como sua principal marca a inclusão na Lei Maior de normas próprias de outros domínios, mas, sobretudo, a reinterpretação de seus institutos sob uma ótica constitucional.*" Cf. BARROSO, Luis Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (coord.). *A constitucionalização do Direito — fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Sobre o tema, cf. SHIER, Paulo Ricardo. *Filtragem Constitucional*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1999.

<sup>4</sup> Ferreres Comella assinala que a existência de uma nova Constituição — inspirada por outros valores —, constitui fator que reduz o grau de presunção de constitucionalidade da lei. Cf. COMELLA, Víctor Ferreres. *Justicia constitucional y democracia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.



constitucionais. Deveria tê-lo feito após o desfecho do *impeachment* do Presidente Fernando Collor, considerando, inclusive, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. Mas não fez. A Câmara de Deputados limitou-se a promover algumas alterações em seu Regimento Interno, desconsiderando que a Constituição Federal exige que o procedimento de *impeachment* seja fixado em lei específica.

8. Como ora o *impeachment* voltou a fazer parte do debate público – o tema, desafortunadamente, tem ocupado a atenção do país no ano de 2015 –, começaram a surgir sérias dúvidas sobre como um eventual processo contra a Presidente da República por crime de responsabilidade se desenvolveria nas Casas Legislativas. A primeira decisão do Presidente da Câmara fixando regras para o processamento do *impeachment*, ao responder à Questão de Ordem n. 105/2015, foi levada ao Supremo Tribunal Federal. O Ministro Teori Zavascki, relator, deferiu medida liminar, suspendendo o processamento de eventuais denúncias. Na ocasião, consignou que

*"em processo de tamanha magnitude institucional, que põe a juízo o mais elevado cargo do Estado e do Governo da Nação, é pressuposto elementar a observância do devido processo legal, formado e desenvolvido à base de um procedimento cuja validade esteja fora de qualquer dúvida de ordem jurídica".<sup>5</sup>*

9. Depois de três decisões do STF concedendo liminares para suspender a aplicação do rito definido na Questão de Ordem n. 105/2015, o Presidente da Câmara resolveu revoga-lo.<sup>6</sup> Com isso, abria espaço para eventual

<sup>5</sup> Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 33.837 DF, Relator Min. Teori Zavascki. Decisão proferida em 12/10/2015.

<sup>6</sup> Conferir, por todas, a seguinte notícia: "O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), revogou nesta quinta-feira (29) decisão tomada por ele próprio sobre as regras de tramitação de processo de *impeachment*, posteriormente questionadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A revogação visa impedir que as liminares (decisões provisórias) concedidas pelos ministros Teori Zavascki e Rosa Weber, do STF, travem o andamento de eventual processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. A decisão do presidente da Câmara



processamento de representações pendentes de apreciação. A imprensa divulgava que, com a revogação da Questão de Ordem n. 105/15, o Presidente da Câmara aplicaria a um eventual processo de impedimento, além da Constituição, também a Lei n. 1.079/50 e o Regimento Interno da Câmara.<sup>7</sup> Como aplicar a Constituição implica, necessariamente, reconhecer a revogação ou reter diversos dispositivos legais e regimentais, essa declaração de intenções do Pres. Câmara revela o quadro ora experimentado de absoluta insegurança quanto às regras que poderiam efetivamente ser aplicadas. O propósito da presente ADPF é, sobretudo, pedir que a Corte realize a adequada harmonização entre os sistemas constitucional e legal, esclarecendo quais normas se mantêm em vigor e quais foram revogadas, bem como a forma como as remanescentes devem ser interpretadas para se adequarem ao que dispõe a Constituição da República.

10. A expressiva distância, não só temporal, mas também axiológica e metodológica, entre a Constituição Federal e as normas procedimentais integrantes da Lei n. 1.079/50 conduzirá, sem sombra de dúvida, à judicialização

---

*sobre a tramitação do requerimento de impeachment foi tomada em resposta a uma questão de ordem da oposição, que visava deixar claro quais os procedimentos que poderiam ser adotados no curso do processo. No final da tarde, o presidente da Câmara pediu à Suprema Corte a extinção das três ações que suspenderam a validade do rito de impeachment. Cunha argumentou que, com a revogação das regras anunciadas no mês passado, a ação judicial perdeu o objeto" (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/cunha-revoga-decisoes-sobre-tramite-de-processo-de-impachment.html>, acesso em 30 de outubro de 2015).*

<sup>7</sup> Nesse sentido, por todas, a Revista Veja: "A decisão de Eduardo Cunha tem como pano de fundo esvaziar a possibilidade de interferência do STF na tramitação dos pedidos de impedimento contra Dilma. Com a revogação do rito do impeachment, a Câmara vai se valer agora da Lei 1079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade e o julgamento deles, além de se amparar na Constituição e do Regimento Interno da Câmara, que prevê a possibilidade de o próprio presidente da Casa, em decisão individual, dar seguimento ou não aos processos. O Regimento Interno da Casa prevê ainda a possibilidade de recurso, independentemente do rito que havia sido definido pelo peemedebista." (<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cunha-revoga-rito-do-impeachment/>, acesso em 30 de outubro de 2015). A esse respeito, o Globo: "De acordo com a Secretaria-Geral da Câmara, neste caso, eventual procedimento de impeachment deverá seguir as regras previstas na Constituição e no regimento interno" (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/cunha-revoga-decisoes-sobre-tramite-de-processo-de-impachment.html>, acesso em 30 de outubro de 2015).



de cada fase de um eventual processo de *impeachment*.<sup>8</sup> À já gravíssima incerteza quanto a eventual decisão de mérito se agregarão sequências de dúvidas e mal-entendidos quando ao procedimento. Indefinido como ora se encontra, o procedimento dará causa à instauração de sucessivas e graves polêmicas, suscitando, no calor dos acontecimentos, as mais variadas interpretações – desprovidas de imparcialidade, como já se pode antever. Com isso, ter-se-á uma quadra de enorme insegurança jurídica, com sério potencial de abalo da estabilidade das instituições democráticas, com graves reflexos na já combalida economia nacional.

### 1.3. O CABIMENTO DA ADPF

#### 1.3.1. PRECEITOS FUNDAMENTAIS VIOLADOS

11. Nem a Constituição Federal nem a Lei n. 9.882/99 definiram quais preceitos da Constituição são fundamentais para efeito de se definirem os parâmetros de controle cuja aplicação pode ser suscitada em ADPF. Nada obstante, há sólido consenso jurisprudencial no sentido de que, nessa categoria, figuram os princípios constitucionais fundamentais, assim como os direitos fundamentais, previstos nos Títulos I e II da Constituição Federal.<sup>9</sup> A defasagem constitucional da Lei n. 1.079/50 implica afronta grave aos seguintes preceitos fundamentais:

- a) Princípio da *separação de poderes*, previsto nos artigos 2º e 60, § 4º, III, da Constituição Federal. O

<sup>8</sup> Prova disso é o deferimento de três medidas cautelares pelo STF – MS nº 33.837 DF, MS 33.838 e Rcl n. 22.124 – a propósito do tema antes mesmo do início de qualquer processo de *impeachment*, quadro em que avulta a necessidade de definição prévia e segura das regras do jogo.

<sup>9</sup> Cf. Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco, *Curso de Direito Constitucional*, 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pp. 1267-1269; Luís Roberto Barroso, *O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. Exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 562-563.



impedimento do Presidente da República encerra a intervenção mais drástica que o Legislativo pode realizar o Executivo, devendo ocorrer apenas nos termos e nos limites definidos na Lei e na Constituição Federal.<sup>10</sup>;

b) Princípio *democrático*, previsto nos artigos 1º, *caput* e parágrafo único, e 60, § 4º, II, bem como em todo o capítulo IV do Título II da Constituição Federal. A realização de *impeachment* em desacordo com as regras materiais e processuais previstas na Constituição Federal e na legislação aplicável significaria gravíssima usurpação da decisão mais seria tomada pelo povo, a de eleger o Presidente da República.<sup>11</sup> Uma das dimensões mais importantes da democracia no Brasil é o voto direto, conquistado após a ampla mobilização popular das “Diretas-já”. O Parlamento não pode cassar mandatários escolhidos pelo voto direto do povo fora das hipóteses previstas constitucionalmente, sob pena de violar o próprio núcleo essencial do princípio democrático;

c) Princípio do *devido processo legal*, previsto no artigo 5º, LIV, da Constituição Federal. As decisões estatais são

<sup>10</sup> Além disso, é consolidado na jurisprudência do STF o entendimento segundo o qual o próprio desrespeito à cláusula de reserva de lei em sentido formal constitui grave ofensa ao princípio da separação de poderes. *in verbis*: “Não basta, para que se legitime a atividade estatal, que o Poder Público tenha promulgado um ato legislativo. Impõe-se, antes de mais nada, que o legislador, abstendo-se de agir *ultra vires*, não haja excedido os limites que condicionam, no plano constitucional, o exercício de sua indisponível prerrogativa de fazer instaurar, em caráter inaugural, a ordem jurídico-normativa. Isso significa dizer que o legislador não pode abdicar de sua competência institucional para permitir que outros órgãos do Estado - como o Poder Executivo - produzam a norma que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar” (STF, ADI 1296 MC, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/1995).

<sup>11</sup> O STF já reconheceu, e não poderia ser de outra forma, que os direitos políticos, notadamente no que concerne à participação política, com todos os seus consectários, são cláusulas pétreas da Constituição Federal de 1988. (Cf. voto do Ministro Gilmar Mendes no MS 32033, Tribunal Pleno, julgado em 20/06/2013).



legítimas quando tomadas em conformidade com regras procedimentais estabelecidas na Constituição e nas Leis. A jurisprudência do STF atribui à cláusula do devido processo legal os seguintes “elementos essenciais”: “(a) direito ao processo (garantia de acesso ao Poder Judiciário); (b) direito à citação e ao conhecimento prévio do teor da acusação; (c) direito a um julgamento público e célere, sem dilações indevidas; (d) direito ao contraditório e à plenitude de defesa (direito à autodefesa e à defesa técnica); (e) direito de não ser processado e julgado com base em leis ‘ex post facto’; (f) direito à igualdade entre as partes; (g) direito de não ser processado com fundamento em provas revestidas de ilicitude; (h) direito ao benefício da gratuidade; (i) direito à observância do princípio do juiz natural; (j) direito ao silêncio (privilegio contra a autoincriminação); (k) direito à prova; e (l) direito de presença e de ‘participação ativa’ nos atos de interrogatório judicial dos demais litisconsortes penais passivos, quando existentes.”<sup>12</sup>;

d) Princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, LV, da Constituição Federal. Todo cidadão tem direito a um processo no âmbito do qual possa efetivamente contribuir para a produção do resultado final. O processo oferece às partes a possibilidade de, por meio da troca de argumentos e contra-argumentos, interferirem na decisão que será proferida pelo órgão julgador da causa. Quando possuir natureza sancionadora, o resultado final – a sanção aplicável – só é legítimo quando o acusado tem a

<sup>12</sup> STF, HC 111567 AgR, Relator Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, DJe-213 30-10-2014.





oportunidade de apresentar provas e argumentos em sua defesa, insurgindo-se livremente contra as acusações que lhe imputam.

e) O instituto constitucional do *impeachment*, conformado no art. 86 da Constituição Federal, que, ao fixar normas para o processamento das representações pelo impedimento do Presidente, estabelece exceções constitucionalmente legítimas aos princípios da separação de poderes e da democracia. A maioria qualificada de 2/3 e a adequada conjugação entre os papéis desempenhados pela Câmara e pelo Senado Federal, que se equilibram reciprocamente, são preceitos que exercem importante função moderadora;

f) *Princípio do Juiz natural*, previsto no artigo 5º, LIII, da Constituição Federal. Tal princípio deve informar a composição dos órgãos de processamento e julgamento do *impeachment*;

12. O que se requer ao Supremo Tribunal Federal é que realize a “constitucionalização”<sup>13</sup> do procedimento do *impeachment* fixado na Lei n. 1079/50, por meio da aplicação dos preceitos fundamentais acima citados, que servirão como parâmetro para se verificar quais normas legais permanecem em vigor e de que forma devem ser interpretadas.

<sup>13</sup> Sobre o fenômeno da “constitucionalização do direito”, é especialmente precursora a obra do Ministro Edson Fachin. Cf. FACHIN, Luiz Edson. *Direito Civil: sentidos, transformações e fim*. Renovar: Rio de Janeiro, 2015; FACHIN, Luiz Edson. *Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2006. Para um exame da constitucionalização que se opera nos diversos ramos do direito brasileiro, cf.: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (Org.). *A constitucionalização do direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.



### 1.3.2. ATO DO PODER PÚBLICO. LEI ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. INEXISTÊNCIA DE OUTRO MEIO EFICAZ PARA SANAR A LESIVIDADE

13. Na presente hipótese, a lesão a preceitos fundamentais é perpetrada por preceitos (ou por suas respectivas interpretações) constantes da Lei n. 1.079, cuja vigência se inicia, ainda em 1950, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Aplica-se à hipótese o disposto no artigo 1º, parágrafo único, I, da Lei n. 9882: *“cabera também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição”*.

14. Cumprido também o requisito da *subsidiariedade* previsto no § 1º do artigo 4º da Lei n. 9882: *“Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.”* Como determina a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o pressuposto é atendido sempre que inexistirem outros instrumentos, no âmbito do *controle abstrato* de constitucionalidade<sup>14</sup>, aptos a sindicarem o equacionamento da questão constitucional suscitada. Na hipótese, não há. Afinal, discute-se, nesta ação, a legitimidade constitucional de ato normativo anterior à Constituição, e a jurisprudência do STF se consolidou no sentido que esse tipo de antinomia não consubstanciava inconstitucionalidade, mas revogação, razão pela qual não poderia ser impugnado por meio de ADI.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Como ressaltado em precedente da lavra do Ministro Gilmar Mendes, “13. Princípio da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99): inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão, compreendido no contexto da ordem constitucional global, como aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata. 14. A existência de processos ordinários e recursos extraordinários não deve excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental, em virtude da feição marcadamente objetiva desta ação.” (STF. ADPF 33, Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, julg. 07.12.2005).

<sup>15</sup> Cf. ADI 1663 MC, Pleno, Relator Min. Sepúlveda Pertence, julg. 04/09/1997.



**1.4. LEGITIMIDADE E NECESSIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. O STF COMO GUARDIÃO DO PROCEDIMENTO DEMOCRÁTICO. INAPLICABILIDADE DOS PARÂMETROS DE AUTOCONTENÇÃO “QUESTÕES POLÍTICAS” E “QUESTÕES INTERNA CORPORIS”.**

15. A generalização do controle de constitucionalidade nos mais diversos quadrantes é acompanhada invariavelmente de um debate sobre a esfera de atuação legítima de juízes e tribunais constitucionais.<sup>16</sup> Como precisamente ressaltou o Ministro Gilmar Mendes, em voto proferido perante o Supremo Tribunal Federal, até mesmo os críticos da jurisdição constitucional costumam aceitar como legítima sua intervenção para proteger o funcionamento regular do processo democrático:

*“O ponto é que uma das principais características da jurisdição constitucional – e que, por isso mesmo, torna-se parte de sua essência – é funcionar como uma espécie de garante das condições mínimas da democracia. Esse tipo de atuação das Cortes constitucionais e das Supremas Cortes é consensual, aceito e prestigiado até pelos mais fervorosos críticos do chamado ativismo judicial.*

*Por essa razão, a garantia do exercício dos direitos fundamentais e democráticos de participação política está intrinsecamente ligada à própria regularidade do processo democrático, e a atuação da jurisdição constitucional nessa seara revela-se de extrema importância sempre que haja lesão ou ameaça de lesão a tais direitos.”<sup>17</sup>*

16. Mesmo sob o prisma autocontido do chamado “procedimentalismo”, a controvérsia a propósito da definição das regras procedimentais aplicáveis ao processo de *impeachment* constitui matéria

---

<sup>16</sup> Na literatura brasileira, cf., dentre outros: VILHENA, Oscar. *A constituição e sua reserva de justiça*, 2001; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Teoria constitucional e democracia deliberativa*, 2005.

<sup>17</sup> STF, MS 32033, Relator Min. Gilmar Mendes, Relator p/ Acórdão: Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 20/06/2013, DJe-033 18-02-2014.



adequada para figurar como objeto da jurisdição constitucional. O controle judicial da legitimidade constitucional do procedimento a ser adotado em caso de instauração de processo de *impeachment* do Presidente da República constitui importante garantia da higidez da democracia brasileira e da estabilidade institucional do país.

17. Não se aplica à hipótese o antigo parâmetro de autocontenção do Judiciário segundo o qual não lhe cabe interferir em “questões políticas”, razão pela qual as controvérsias em torno do processo de *impeachment* seriam “insindicáveis”. Salvo hipóteses absolutamente residuais, hoje se entende que a vetusta doutrina das “questões políticas” se encontra superada, prevalecendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Mas sobretudo no tocante à observância das normas procedimentais, a atuação judiciária se legitima plenamente. Ao garanti-las, o Judiciário contribuirá para a legitimação da decisão final, ainda que, sob o prisma material, esta possa se apoiar, parcialmente, em critérios políticos. É o que tem entendido o Supremo Tribunal Federal, a propósito do processo de *impeachment*, sob a vigência da Constituição Federal de 1988:

*“‘Impeachment’: (...) 2. Preliminar de falta de jurisdição do poder judiciário para conhecer do pedido: rejeição, por maioria de votos, sob o fundamento de que, embora a autorização previa para a sua instauração e a decisão final sejam medidas de natureza predominantemente política - cujo mérito é insusceptível de controle judicial - a esse cabe submeter a regularidade do processo de ‘impeachment’, sempre que, no desenvolvimento dele, se alegue violação ou ameaça ao direito das partes.”<sup>18</sup>*

18. É igualmente inaplicável a antiga regra de autocontenção judiciária segundo a qual descabe ao Supremo Tribunal Federal intervir nas chamadas “questões *interna corporis*” ao Parlamento. O processo de *impeachment* não é

<sup>18</sup> MS 20941, Relator Min. Aldir Passarinho. Relator p/ Acórdão: Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992.



questão *interna corporis*. Pelo contrário. Concerne à relação entre os poderes da União, e o respectivo procedimento tem seus fundamentos estabelecidos no próprio texto constitucional. A decisão que seja tomada pelo Legislativo produzirá enorme impacto no Executivo, o que não pode ocorrer fora dos limites constitucionais. Como consigna o Ministro Ayres Britto, em artigo doutrinário, o tema do *impeachment* “se põe como a figura do Direito mais ‘externa corporis’”.<sup>19</sup> O ponto foi enfrentado pelos Ministros Rosa Weber e Teori Zavascki, em medidas cautelares recentemente concedidas (2015) para suspender ato do Presidente da Câmara dos Deputados que, à revelia da Constituição e da Lei n. 1079, estabelecia normas para o processamento de pedidos de *impeachment*. Confirmam-se as razões dadas pela Ministra Rosa para conhecer do MS impetrado:

*“5. Como reiteradamente tenho enfatizado (v.g. MS 32.885, decisão monocrática de 23.4.2014), na esteira da jurisprudência desta Suprema Corte e em respeito à independência dos Poderes consagrada no texto constitucional, tenho pautado a minha atuação nesta Casa pela máxima deferência à autonomia dos Poderes quando o conteúdo das questões políticas em debate nas Casas Legislativas se reveste de natureza eminentemente interna corporis e, nessa medida, se mostra estranho à competência do Supremo Tribunal Federal (v.g., MS 32.033/DF, MS 31.475/DF e MS 31.444/DF, também de minha relatoria). Abrem-se, contudo, as portas da jurisdição constitucional sempre que em jogo o texto da Lei Maior, cabendo ao Poder Judiciário o exercício do controle da juridicidade da atividade parlamentar. (...)”*

*Não há como desconsiderar, pelo menos em juízo precário de delibação, a controvérsia como um todo, nos moldes em que posta no mandamus, a ferir tema de inegável relevância e emvergadura constitucional, pertinente à definição das regras sobre o processo e o julgamento de Presidente da República por crime de responsabilidade, objeto do art. 85, parágrafo único, da Constituição, e a*

<sup>19</sup> Cf. Jornal Estadão, 25 de outubro de 2015, <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,licoes-do-impeachment,1785478>, acesso em 30.10.2015.



*apontar dificultada a deliberação do Plenário sobre incidentes a respeito. Visualizada nessa perspectiva, desvela-se, pelo menos em juízo perfunctório, o caráter materialmente constitucional do seu conteúdo.*"<sup>20</sup>

19. No mesmo sentido, decidiu o Ministro Teori Zavascki:

*"Embora, à primeira vista, a controvérsia pareça revestir-se de características de simples questão interna corporis, o que na realidade subjaz em seu objeto é, pelo menos indiretamente, a tutela de importantes valores de natureza constitucional, notadamente o que diz respeito à higidez das normas editadas pela autoridade impetrada sobre procedimentos 'relacionados e à análise de denúncias em desfavor da Presidente da República pela suposta prática de crimes de responsabilidade'. (...) São questões cuja estatutura constitucional ficam especialmente realçadas pelo disposto no parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal, que submete a cláusula de reserva de 'lei especial' não apenas a definição dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, como também o estabelecimento das correspondentes 'normas de processo e julgamento'. Ora, em processo de tamanha magnitude institucional, que põe a juízo o mais elevado cargo do Estado e do Governo da Nação, é pressuposto elementar a observância do devido processo legal, formado e desenvolvido à base de um procedimento cuja validade esteja fora de qualquer dúvida de ordem jurídica. No caso, os fundamentos deduzidos na inicial e os documentos que os acompanham deixam transparecer acentuados questionamentos sobre o inusitado modo de formatação do referido procedimento, o que, por si só, justifica um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito.*"<sup>21</sup>

20. O contexto presente encontra-se marcado por profunda dúvida quanto ao procedimento de acordo com o qual se processaria eventual pedido de *impeachment*. Após as decisões cautelares referidas acima, da lavra dos Ministros Rosa Weber e Teori Zavascki, o Presidente da Câmara de Deputados

<sup>20</sup> MS 33838 MC, Relator Min. Rosa Weber, julgado em 13/10/2015, DJe-206 15/10/2015.

<sup>21</sup> MS 33837 MC, Relator Min. Teori Zavascki, julgado em 12/10/2015, DJe-206 15/10/2015.



revogou as regras procedimentais que havia criado, ao decidir a rumorosa Questão de Ordem n. 105, de 2015. Depois de promover a revogação, afirmou que aplicaria o procedimento definido na Constituição, na Lei do *Impeachment* e no Regimento Interno da Câmara.

21. Mas o fato é que há graves incongruências entre as normas constitucionais, legais e regimentais aplicáveis – situação que gera insegurança jurídica e demanda a manifestação da Jurisdição Constitucional. Causa perplexidade, por exemplo, que a Constituição Federal e a Lei n. 1079/50 disponham diferentemente sobre o momento em que, instaurado o processo, o Presidente da República é “*suspenso de suas funções*”: de acordo com a Lei, a suspensão decorre da decisão da Câmara (art. 23, §5º); segundo a Constituição, da decisão do Senado (art. 86, § 1º, II).

22. A definição das regras procedimentais aplicáveis a eventual processo de *impeachment* é elemento fundamental para que o seu resultado se legitime em face da ordem constitucional em vigor e seja passível de ser aceito pelas vertentes políticas em litígio.<sup>22</sup> Naturalmente, a vida política desperta paixões e estimula comportamentos imoderados, sobretudo em momentos de crise política. Apenas a intervenção imparcial do Supremo Tribunal Federal, atuando sobre o litígio entre grupos antagônicos, pode conferir segurança à definição do procedimento a ser adotado.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Convém recordar a definição de Luhmann para o conceito de “legitimação pelo procedimento”: “disposição generalizada para aceitar decisões de conteúdo ainda não definido, dentro de certos limites de tolerância” (LUHMANN, N. *Legitimação pelo procedimento*, p. 30). Aceitando-se as premissas procedimentais, é possível se acatar um resultado com cujo conteúdo não necessariamente se concorda: “Os procedimentos encontram-se como que um reconhecimento generalizado. (...) e este reconhecimento arrasta consigo a aceitação e consideração das decisões obrigatórias” (*Ibid.*, p. 31).

<sup>23</sup> A definição das regras do jogo democrático, notadamente em matéria de tamanha relevância como o processo de *impeachment*, constitui papel que pode ser legitimamente desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal. Como alertou o Ministro Luís Roberto Barroso em sede doutrinária, “em países de tradição democrática menos enraizada, cabe ao tribunal constitucional funcionar como garantidor da estabilidade institucional, arbitrando conflitos entre Poderes ou entre estes e a sociedade civil. Estes os seus grandes papéis: resguardar os valores fundamentais e os procedimentos democráticos, assim como assegurar a estabilidade



- PARTE 2 -

**PREMISSAS TEÓRICAS E DOGMÁTICAS**

**2.1. O PROCESSO DE IMPEACHMENT COMO INSTITUIÇÃO DO PRESIDENCIALISMO. DISTINÇÃO ENTRE O IMPEACHMENT E A MOÇÃO DE DESCONFIANÇA.**

23. O *impeachment* é um instituto típico do presidencialismo. Por meio do processo de *impeachment*, apura-se a responsabilidade político-administrativa do Presidente da República pela prática de “crimes de responsabilidade”. O Presidente da República, eleito diretamente por milhões de votos, pode ser afastado do cargo e se tornar inelegível. Deve ter praticado conduta grave, atentatória à própria Constituição Federal e definida pela legislação como “crime de responsabilidade”. Não justifica a decretação do *impeachment* a circunstância de o Presidente perder apoio popular ou parlamentar. Como, no presidencialismo, o Presidente é eleito diretamente pelo povo, a perda de seu mandato, por decisão que não seja tomada pelo próprio povo, mas por representantes, apenas se justifica em hipóteses excepcionais, previstas em lei compatível com a Constituição.

24. O instituto do *impeachment* é bem diferente do instituto da moção de desconfiança, próprio do parlamentarismo. No parlamentarismo, o chefe de governo é escolhido pelos próprios parlamentares, não diretamente pelo povo. Ele responde politicamente perante os parlamentares. Se o elegem, é coerente que possam substituí-lo sempre que sua atuação não corresponda ao que

---

*institucional”* (Barroso, Luís Roberto, Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo / Luís Roberto Barroso. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 429).





consideraram conveniente ou oportuno. Para substituir o chefe de governo – o primeiro ministro –, basta se aprovar uma “moção de desconfiança”. As razões para fazê-lo são simplesmente políticas, inexistindo qualquer parâmetro material previamente estabelecido em que se deva fundamentar a reprovação.<sup>24</sup>

25. O Ministro Roberto Barroso, defensor do chamado “semipresidencialismo”<sup>25</sup>, em conferência proferida recentemente, distingue os institutos do *impeachment* e da moção de desconfiança:

*“Acho que deveríamos ter um modelo semipresidencialista, como é na França, em Portugal, que é um sistema que tem mecanismos institucionais de destituição de governo por perda de apoio político mediante moção de desconfiança ou outros meios. No modelo presidencialista, não existe essa forma institucionalizada de destituição de governos que perderam apoio político, só existe a fórmula do impeachment, e o impeachment exige a prática de um crime de responsabilidade.”*<sup>26</sup>

26. André Ramos Tavares, em parecer exarado sobre a matéria, também examina o ponto com precisão:

---

<sup>24</sup> Convém, a propósito da moção de desconfiança, típica do parlamentarismo, lembrar o que dispunha a Emenda Constitucional n. 4, de 1961, que instituiu entre nós o parlamentarismo. De acordo com o seu artigo 11, “Os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando este lhe fôr negada.” Já de acordo com o artigo 12, “A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de censura a qualquer de seus membros, só poderá ser apresentada por cinquenta deputados no mínimo, e será discutida e votada, salvo circunstância excepcional regulada em lei, cinco dias depois de proposta, dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.” Como se observa, o que estava em questão era a confiança política. O Presidente, por seu turno, não podia ser afastado mediante a aprovação de moção de desconfiança. De acordo com o artigo 4º, era necessária a instauração de processo de impeachment, e isso só se justificava quando ocorresse a prática de “crimes funcionais”.

<sup>25</sup> V. Luís Roberto Barroso. A reforma política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil, *Revista de Direito do Estado* 3:287, 2006.

<sup>26</sup> <http://www.conjur.com.br/2015-out-21/crisc-opportunidadc-semipresidencialismo-barroso>.



*"O impeachment não é nem pode ser uma alternativa à democracia eletiva, ou às políticas econômicas adotadas por determinado Governo. Descontentamento político com a postura de algum Presidente da República, desilusão com determinadas políticas econômicas (ou com políticas públicas) e, igualmente, o esmorecimento de laços de confiabilidade no projeto governamental (...) não ensejam impeachment e dessas razões não se pode valer o Congresso Nacional sem incursionar firmemente, ele próprio, em desvio grave à democracia e à Constituição.*

*Não se pode subverter nosso sistema para atender ao desejo de fazer uso do (e instaurar o) voto de desconfiança, típico de modelos parlamentaristas, mas completamente descabido em nosso sistema. Utilizar essas razões para permitir a abertura do processo de impeachment seria atuar completamente à margem da Constituição, para seguir exclusivamente um voluntarismo que pode resvalar facilmente para o autoritarismo ou para golpismos de vários matizes".*

27. Para impedir que o processo de *impeachment* se converta em um procedimento ilegítimo de substituição discricionária de governantes eleitos, dentre outros requisitos, é necessário que sua eventual instauração se dê respeitando-se as garantias inerentes do devido processo legal. É no processo que se apurará a prática de falta grave contra a Constituição. Do contrário, toda a estabilidade do sistema presidencialista se corrói. Democracia no Brasil significa, em grande parte, poder votar diretamente no Presidente da República. Pelo voto direto, o povo foi às ruas pôr fim ao regime militar. O voto direto, secreto universal e periódico é cláusula pétrea, prevista no artigo 60, § 4º, II, da Constituição Federal.<sup>27</sup>

28. O *impeachment* não pode ocorrer de modo apressado. Deve se processar adequadamente, de acordo com normas procedimentais previstas em

---

<sup>27</sup> Conforme salienta Jorge Miranda, o sufrágio é o direito político máximo, porque, através dele, os cidadãos escolhem os governantes e, assim, direta e indiretamente, as coordenadas principais de política do Estado (ou das entidades descentralizadas em que se situem)" (Os direitos políticos dos cidadãos na Constituição portuguesa, *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, Ano 15, n. 60, jul.-set./2007, p. 300-301).



lei. Cuida-se de processo de natureza excepcional. Retirar do processo de *impeachment* essa natureza, convertendo-o em moção de desconfiança, reduziria a fundamentalidade que o voto popular possui em nosso sistema, abrindo caminho para a vulgarização das soluções de ruptura com a normalidade constitucional. Após 1988, o Brasil tem empreendido enorme esforço para promover sua estabilização política e econômica, conferindo crescente seriedade a suas instituições. Abrir mão da normalidade conquistada significaria retrocesso que só poderia ser compensado pelo esforço de gerações.

## **2.2. NECESSIDADE DE RELEITURA DA LEI N. 1079/50 À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. A NOVA CONFORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTITUTO DO IMPEACHMENT. O JUÍZO DE AUTORIZAÇÃO PROFERIDO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

29. Na história constitucional brasileira, tradicionalmente se atribuía à Câmara dos Deputados, no processo de *impeachment*, a competência para “declarar procedente a acusação”. Entendia-se que a função da Câmara era proceder à acusação perante o Senado Federal. Nesse sentido, de acordo com o artigo 83 da Emenda Constitucional n. 1, de 1969, “*O Presidente, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos de responsabilidade.*” No mesmo sentido, determinava o artigo 23, § 1º: “*Se da aprovação do parecer resultar a procedência da denúncia, considerar-se-á decretada a acusação pela Câmara dos Deputados.*” O Texto Constitucional anterior havia seguido a redação tradicional no constitucionalismo brasileiro e, com isso, recepcionado a Lei n.1079, que, no tópico, conferia à Câmara dos Deputados o papel de formular “juízo de acusação”. A Câmara dos Deputados “decretava a acusação”.



30. A Constituição Federal de 1988 adota sistemática absolutamente diferente. O papel da Câmara não é mais formular a acusação, encampando eventual denúncia que lhe tenha sido dirigida. É o de *autorizar* o processamento da denúncia. A função da Câmara dos Deputados aproxima-se da que, no texto originário da Constituição, deveria ser exercida pelas casas legislativas em geral quando instadas a autorizar que um de seus membros respondesse a processo judicial. A natureza da sua manifestação também era de *autorização*. A casa legislativa autorizava o processamento. Mas caberia ao Judiciário processar e julgar. A natureza de *autorização* da decisão hoje tomada pela Câmara é confirmada pelo teor literal do artigo 51, I, da Constituição Federal: *"Compete privativamente à Câmara dos Deputados: I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado"*.

31. A instauração, que pressupõe a realização de juízo de admissibilidade (quem possui a competência para instaurar também possui para não instaurar), fica agora a cargo do Senado Federal. Se o Senado decidir pela instauração, de sua decisão resultará a grave consequência da suspensão do Presidente da República de suas funções. Confira-se a redação do artigo 86, § 1º, da Constituição Federal: *"O Presidente ficará suspenso de suas funções: (...) II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal."* Ao Senado Federal caberá não apenas julgar o Presidente da República; caber-lhe-á também "processá-lo". É o que determina o artigo 52 da Constituição Federal: *"Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade (...)"*.

32. Trata-se de diferença fundamental, como observou o Ministro Paulo Brossard, em livro clássico sobre o tema, na edição preparada após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988:



*"Quando uma Constituição reproduz dispositivo da anterior, supõe-se ter abonado o entendimento doutrinário e jurisprudencial firmado: quando diferente a formulação do preceito, presume-se não ter sido gratuita a alteração, salvo se meramente redacional. No que concerne à competência da Câmara em relação ao processo de responsabilidade, a Constituição de 1988 deixou de repetir o que era tradicional na linguagem das nossas leis, 'declarar a procedência ou a improcedência da acusação', para dizer que a ela compete 'autorizar pelo voto de dois terços de seus membros, a instauração do processo contra o Presidente da República'. Pode parecer que o novo texto não chega a discrepar dos anteriores, pois quem declara procedente a acusação autoriza o seu curso e quem autoriza a instauração do processo declara procedente a acusação para esse fim. No entanto, a alteração não foi apenas essa; enquanto ao Senado competia, tradicionalmente, julgar o residente nos processos de responsabilidade, compete-lhe agora 'processá-lo e julgá-lo, e enquanto a suspensão do exercício das funções presidenciais resultava da declaração de procedência da acusação pela Câmara, decorre ela agora da instauração do processo pelo Senado. Em verdade, a Câmara perdeu uma atribuição que lhe era historicamente reservada; seu poder se assemelha ao que as Assembleias possuem em relação às imunidades parlamentares".<sup>28</sup>*

33. Logo após o início da vigência da Constituição Federal de 1988, o tema foi examinado pelo Supremo Tribunal Federal nos seguintes termos:

*"I. - "impeachment" do Presidente da República: compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade (CF., art. 52, I; art. 86, par. 1., II), depois de autorizada, pela Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros, a instauração do processo (CF., art. 51, I), ou admitida a acusação (CF., art. 86). É dizer: o "impeachment" do Presidente da República será processado e julgado pelo Senado. O Senado e não mais a Câmara dos Deputados formulara a acusação (juízo de pronúncia) e proferira o julgamento (CF., art. 51, I; art. 52, I; art. 86, par. 1., II, par. 2.). II. - No regime da*

<sup>28</sup> BROSSARD, Paulo. *O impeachment. Aspectos da responsabilidade política do Presidente da República*. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 7-8.



*Carta de 1988, a Câmara dos Deputados, diante da denúncia oferecida contra o Presidente da República, examina a admissibilidade da acusação (CF, art. 86, 'caput'), podendo, portanto, rejeitar a denúncia oferecida na forma do art. 14 da lei 1079/50. III - No procedimento de admissibilidade da denúncia, a Câmara dos Deputados profere juízo político. Deve ser concedido ao acusado prazo para defesa, defesa que decorre do princípio inscrito no art. 5., LV, da Constituição, observadas, entretanto, as limitações do fato de a acusação somente materializar-se com a instauração do processo, no Senado. Neste, e que a denúncia será recebida, ou não, dado que, na câmara ocorre, apenas, a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Câmara verificara se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência, não sendo a acusação simplesmente fruto de quizílias ou desavenças políticas. Por isso, será na esfera institucional do senado, que processa e julga o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, que este poderá promover as indagações probatórias admissíveis.*"<sup>29</sup>

34. Como se observará mais adiante, se a Câmara deixa de formular a *acusação*, para passar a fazer *juízo de autorização*, inúmeros aspectos do processamento da representação de *impeachment* devem se alterar. Os deputados deixam de exercer a função de acusadores para passar a verificar a pertinência de a denúncia, depois, ser recebida e processada pelo Senado. A mudança foi tão expressiva que se chegou a cogitar da própria revogação da Lei n. 1079/50. Porém, o STF, no julgamento de mandados de segurança impetrados relativamente a denúncias de *impeachment* apresentadas contra os presidentes Sarney e Collor, entendeu que a revogação não teve lugar. Requer-se, na presente ADPF, que o Supremo Tribunal Federal, leve a termo a necessária "filtragem constitucional" da Lei n. 1079, adequando-a ao que estabelece a Constituição Federal de 1988.

<sup>29</sup> MS 21564, Relator Min. Octavio Gallotti, Relator p/ Acórdão Min. Carlos Velloso, DJ 27-08-1993.



### 2.3. NECESSIDADE DE RELEITURA DA LEI N. 1079/50 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

35. O alargamento da influência da jurisprudência das cortes internacionais de direitos humanos nos grandes debates jurídicos nacionais é um fenômeno que se reproduz nas democracias constitucionais contemporâneas, e que, no Brasil, já desempenha papel importante. A tendência cosmopolita que parece permear a jurisprudência brasileira mais recente encontra conforto na disciplina constitucional, que claramente sugere abertura do direito interno ao direito internacional. São especialmente relevantes, quanto ao tópico, os parágrafos 2º e 3º do artigo 5º da Constituição Federal.<sup>30</sup>

36. A progressiva utilização dos precedentes da Corte Interamericana pelo Supremo Tribunal Federal tem revelado a tendência de abertura do direito constitucional brasileiro ao direito internacional, sobretudo ao direito internacional dos direitos humanos. Não se trata de vinculação da jurisprudência nacional à internacional. Mas de diálogo.<sup>31</sup> O Ministro Roberto Barroso, em

<sup>30</sup> O tema é examinado, em voto, pelo Ministro Gilmar Mendes: "*Ressalte-se, nesse sentido, que há disposições da Constituição de 1988 que remetem o intérprete para realidades normativas relativamente diferenciadas em face da concepção tradicional do direito internacional público. Refiro-me, especificamente, a quatro disposições que sinalizam para uma maior abertura constitucional ao direito internacional e, na visão de alguns, ao direito supranacional. A primeira cláusula consta do parágrafo único do art. 4º, que estabelece que a 'República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações'. (...) A segunda cláusula é aquela constante do § 2º do art. 5º, ao estabelecer que os direitos e garantias expressos na Constituição brasileira 'não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte'. A terceira e quarta cláusulas foram acrescentadas pela Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, constantes dos §§ 3º e 4º do art. 5º, que rezem, respectivamente, que 'os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais', e 'o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.'"* (Voto do Ministro Gilmar Mendes no julgamento do RE 466.343, DJ de 5.3.2009).

<sup>31</sup> Como esclarece Daniel Sarmento, "*Embora, no ordenamento brasileiro, os conflitos insuperáveis entre normas constitucionais e os tratados sobre direitos humanos – afora os incorporados na forma do art. 5º, § 3º, CF – resolvam-se em favor da prevalência da Constituição, cumpre ao intérprete, antes de concluir no sentido da ocorrência da antinomia, empreender um genuíno esforço de harmonização entre os blocos normativos. Por isso, no*



estudo doutrinário, sem aderir à tese da vinculação à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, reconhece-lhe grande importância na fixação da interpretação, pelos tribunais nacionais, das normas convencionais. Cuida-se do que a doutrina europeia denomina "*eficácia de orientação*" ou "*função normativa de condução*".<sup>32</sup>

37. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos consolidou-se no sentido de que as *garantias judiciais* previstas no art. 8º da Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>33</sup> aplicam-se também ao processo

---

*campo do Direito Constitucional contemporâneo, até mais importante do que definir a hierarquia dos tratados internacionais é firmar a necessidade de recurso aos diálogos entre fontes e cortes no campo hermenêutico.*" (SARMENTO, Daniel. Interpretação constitucional cosmopolita. *Jota*, 14.04.2015).

<sup>32</sup> Parecer publicado na *Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro*, n. 65, 2010, p. 276-277. Esse dever de consideração consolidou-se na jurisprudência alemã, como adverte Virgílio Afonso da Silva: "*Segundo o Tribunal Constitucional alemão, as decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos não vinculam os tribunais alemães. Isso, no entanto, não faz com que seja possível imaginar que a questão se resume - ao contrário do que afirmei acima - a uma questão binária (ou existe ou não existe vinculação). O problema é mais complexo. Segundo o Tribunal Constitucional alemão, embora não haja vinculação formal estrita, desconsiderar as decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos não seria compatível com a proteção dos direitos humanos e com o princípio do Estado de Direito. Nesse sentido, não levar em consideração as decisões da Corte Europeia seria tão equivocado quanto tentar aplicá-las diretamente, como se houvesse uma supremacia pura e simples das decisões dessa corte em face das decisões dos tribunais nacionais. O valor das decisões da Corte Europeia seria, segundo o tribunal alemão, sobretudo um valor argumentativo. É claro que, enquanto decisão judicial, ela vincula as partes envolvidas em cada caso concreto, mas apenas no caso concreto. Para além dessa vinculação no caso concreto, o dever dos tribunais nacionais é de levar em consideração, na medida do metodologicamente sustentável, as normas da Convenção Europeia de Direitos Humanos, na forma como a Corte Europeia as interpreta. Nesse sentido, pode-se afirmar que as decisões da Corte Europeia impõem sobretudo um ônus argumentativo. Em outras palavras: o binômio "vinculação vs. não-vinculação" entre jurisdições não é suficiente para compreender o problema. Trata-se de uma questão de vinculação argumentativa, isto é, trata-se de receber e reprocessar ideias supranacionais. Em resumo: a integração pode existir (e, de fato, existe) ainda que não exista uma vinculação formal estrita às decisões supranacionais". Cf. Virgílio Afonso da Silva, *Integração e Diálogo Constitucional na América do Sul*. In: Armin Von Bogdandy, Flavia Piovesan e Mariela Morales Antoniazzi (coord.), *Direitos Humanos, Democracia e Integração Jurídica na América do Sul*, Rio de Janeiro, ed. Lumen Júris, 2010.*

<sup>33</sup> Confira-se a redação do artigo 8º: "*Garantias Judiciais 1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza. 2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove*





de *impeachment*. No caso *Tribunal Constitucional vs. Perú* discutia-se a legitimidade convencional do *impeachment* de três juízes da Corte Constitucional do Perú. A Corte reconheceu a incidência das garantias do devido processo legal previstas no art. 8º do Pacto de São José da Costa Rica. Na ocasião, adotou os seguintes fundamentos:

68. *El respeto a los derechos humanos constituye un límite a la actividad estatal, lo cual vale para todo órgano o funcionario que se encuentre en una situación de poder, en razón de su carácter oficial, respecto de las demás personas. Es, así, ilícita, toda forma de ejercicio del poder público que viole los derechos reconocidos por la Convención. Esto es aun más importante cuando el Estado ejerce su poder sancionatorio, pues éste no sólo presupone la actuación de las autoridades con un total apego al orden jurídico, sino implica además la concesión de las garantías mínimas del debido proceso a todas las personas que se encuentran sujetas a su jurisdicción, bajo las exigencias establecidas en la Convención.*

69. *Si bien el artículo 8 de la Convención Americana se titula "Garantías Judiciales", su aplicación no se limita a los recursos judiciales en sentido estricto, "sino el conjunto de requisitos que deben observarse en las instancias procesales" a efecto de que las personas puedan defenderse adecuadamente ante cualquier tipo de acto emanado del Estado que pueda afectar sus derechos.*

---

*legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, as seguintes garantias mínimas: a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou interprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal; b) comunicação prévia e pormenorizada ao acusado da acusação formulada; c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa; d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor; e) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei; f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presente no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos; g) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada; e h) direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior. 3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza. 4. O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá se submetido a novo processo pelos mesmos fatos. 5. O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça."*



70. Ya la Corte ha dejado establecido que a pesar de que el citado artículo no especifica garantías mínimas en materias que conciernen a la determinación de los derechos y obligaciones de orden civil, laboral, fiscal o de cualquier otro carácter, el elenco de garantías mínimas establecido en el numeral 2 del mismo precepto se aplica también a esos órdenes y, por ende, en ese tipo de materias el individuo tiene también el derecho, en general, al debido proceso que se aplica en materia penal.

71. De conformidad con la separación de los poderes públicos que existe en el Estado de Derecho, si bien la función jurisdiccional compete eminentemente al Poder Judicial, otros órganos o autoridades públicas pueden ejercer funciones del mismo tipo. Es decir, que cuando la Convención se refiere al derecho de toda persona a ser oída por un "juez o tribunal competente" para la "determinación de sus derechos", esta expresión se refiere a cualquier autoridad pública, sea administrativa, legislativa o judicial, que a través de sus resoluciones determine derechos y obligaciones de las personas. Por la razón mencionada, esta Corte considera que cualquier órgano del Estado que ejerza funciones de carácter materialmente jurisdiccional, tiene la obligación de adoptar resoluciones apegadas a las garantías del debido proceso legal en los términos del artículo 8 de la Convención Americana.

[...]

75. Esta Corte considera necesario que se garantice la independencia de cualquier juez en un Estado de Derecho y, en especial, la del juez constitucional en razón de la naturaleza de los asuntos sometidos a su conocimiento. Como lo señalara la Corte Europea, la independencia de cualquier juez supone que se cuente con un adecuado proceso de nombramiento, con una duración establecida en el cargo y con una garantía contra presiones externas.

[...]

77. En cuanto al ejercicio de las atribuciones del Congreso para llevar a cabo un juicio político, del que derivará la responsabilidad de un funcionario público, la Corte estima necesario recordar que toda persona sujeta a juicio de cualquier naturaleza ante un órgano del Estado deberá



*contar con la garantía de que dicho órgano sea competente, independiente e imparcial y actúe en los términos del procedimiento legalmente previsto para el conocimiento y la resolución del caso que se le somete.*<sup>34</sup>

38. No mesmo sentido, a Corte se pronunciou no caso *Baena Ricardo vs. Panamá*, ocasião em que se afirmou o entendimento de que, apesar de o art. 8º do Pacto de São José da Costa Rica se intitular “garantias judiciais”, sua aplicação não deveria se limitar ao âmbito judicial. Sua observância deveria ocorrer ante qualquer tipo de ato do Estado que pudesse afetar os direitos dos cidadãos.<sup>35</sup> Com maior razão esse entendimento é aplicável ao processo de *impeachment*, do qual pode resultar não apenas uma grave afetação dos direitos do ocupante do cargo, mas também a desestabilização da própria instituição da Presidência da República, com séria fragilização do princípio democrático.

39. Os Professores Juarez Tavares e Geraldo Prado, no parecer anexo, examinam detalhadamente a jurisprudência das Cortes supranacionais,

<sup>34</sup> [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Serice\\_55\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Serice_55_esp.pdf), acesso em 30/10/2015.

<sup>35</sup> [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Serice\\_72\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Serice_72_esp.pdf), acesso em 30.10.2015. Nessa ocasião, a Corte afirmou: “125. La Corte observa que el elenco de garantías mínimas establecido en el numeral 2 del artículo 8 de la Convención se aplica a los órdenes mencionados en el numeral 1 del mismo artículo, o sea, la determinación de derechos y obligaciones de orden “civil, laboral, fiscal o de cualquier otro carácter”. Esto revela el amplio alcance del debido proceso; el individuo tiene el derecho al debido proceso entendido en los términos del artículo 8.1 y 8.2, tanto en materia penal como en todos estos otros órdenes. 126. En cualquier materia, inclusive en la laboral y la administrativa, la discrecionalidad de la administración tiene límites infranqueables, siendo uno de ellos el respeto de los derechos humanos. Es importante que la actuación de la administración se encuentre regulada, y esta no puede invocar el orden público para reducir discrecionalmente las garantías de los administrados. Por ejemplo, no puede la administración dictar actos administrativos sancionatorios sin otorgar a los sancionados la garantía del debido proceso. 127. Es un derecho humano el obtener todas las garantías que permitan alcanzar decisiones justas, no estando la administración excluida de cumplir con este deber. Las garantías mínimas deben respetarse en el procedimiento administrativo y en cualquier otro procedimiento cuya decisión pueda afectar los derechos de las personas. [...] 129. La justicia, realizada a través del debido proceso legal, como verdadero valor jurídicamente protegido, se debe garantizar en todo proceso disciplinario, y los Estados no pueden sustraerse de esta obligación argumentando que no se aplican las debidas garantías del artículo 8 de la Convención Americana en el caso de sanciones disciplinarias y no penales. Permitirle a los Estados dicha interpretación equivaldría a dejar a su libre voluntad la aplicación o no del derecho de toda persona a un debido proceso.”



especialmente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre o processo de *impeachment*. Sua conclusão é pela necessária aplicação das garantias inerentes ao princípio do devido processo legal. Como consignaram, *“Ao decidir pela aplicação das garantias judiciais aos processos de impeachment a Corte Interamericana de Direitos Humanos renovou o entendimento de que o princípio democrático e o modelo republicano de controle do exercício do poder são temas de direitos humanos e estão situados na esfera do inegociável”*.<sup>36</sup>

40. A construção jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao afirmar a necessidade de se respeitarem, também no processo de *impeachment*, as garantias processuais típicas do processo penal e do processo administrativo sancionador, não é estranha à ordem constitucional brasileira. Entre nós, as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da presunção de inocência – típicos direitos fundamentais – compõem uma ordem objetiva de valores e condicionam a interpretação de todos os ramos do Direito, em especial dos processos estatais de caráter sancionador, como inegavelmente é o processo de *impeachment*.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Cf. parecer dos Professores Juarez Tavares e Geraldo Prado em anexo.

<sup>37</sup> Sobre o ponto, mais uma vez o parecer dos Professores Juarez Tavares e Geraldo Prado: *“Mais que compreensível que o processo de impeachment esteja cercado de garantias. É indispensável que assim o seja para assegurar sua validade jurídica e legitimidade política. Como salienta o mesmo Balbuena Pérez o “processo político” é, em primeiro lugar, um “processo”. Por isso, sua aspiração em configurar um dispositivo garantista, democrático, legal e transparente, a reclamar a aplicação das garantias do processo administrativo-sancionador e do penal consistentes na presunção de inocência, audiência, defesa, contraditório, prova, conhecimento das acusações, motivação das decisões, legalidade, irretroatividade etc.”* (fl. 29 do parecer anexo).



### - PARTE 3 -

#### VIOLAÇÕES ESPECÍFICAS AOS PRECEITOS FUNDAMENTAIS PERPETRADAS PELA LEI N. 1079/50 OU POR SUA INTERPRETAÇÃO ANÔMALA

##### 3.1. VIOLAÇÃO ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO: DIREITO À DEFESA PRÉVIA EM TODAS AS FASES DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

41. A exigência de manifestação da defesa antes da abertura do processo sancionador não é novidade na ordem jurídica brasileira.<sup>38</sup> A partir da Constituição vigente, o legislador ordinário passou a reconhecer que o acusado tem o direito a conhecer os termos da acusação e refutá-la antes da decisão pela instauração da correspondente ação penal. A Lei n. 8.038/90, que regula, inclusive, o processamento da ação penal ajuizada contra o Presidente da República por crime comum, estabeleceu um rito processual voltado a possibilitar que o acusado demonstre, de plano, a inconsistência da acusação, evitando, com isso, a instauração de processo desprovido de viabilidade jurídica.<sup>39</sup>

42. Na sequência, outras leis – tal como a que reformou, em 2002, a antiga lei de tóxicos – passaram a prever expressamente o direito à manifestação pelo acusado antes da tomada de qualquer decisão acerca da viabilidade da

<sup>38</sup> Antes mesmo da Constituição, o art. 514 do CPP já previa, em favor apenas dos funcionários públicos, o direito à apresentação de defesa preliminar, cujo descumprimento, ademais, o STF reconhecia como causa de nulidade absoluta da ação penal. Cf. STF, HC 95712, Relator Min. Ayres Britto, Primeira Turma, julgado em 20/04/2010, DJe-091 21-05-2010.

<sup>39</sup> Confira-se a redação dos preceitos: Art. 4º: "*Apresentada a denúncia ou a queixa ao Tribunal, far-se-á a notificação do acusado para oferecer resposta no prazo de quinze dias. § 1º - Com a notificação, serão entregues ao acusado cópia da denúncia ou da queixa, do despacho do relator e dos documentos por este indicados*". (...) Art. 6º: "*A seguir, o relator pedirá dia para que o Tribunal delibere sobre o recebimento, a rejeição da denúncia ou da queixa, ou a improcedência da acusação, se a decisão não depender de outras provas*."



acusação.<sup>40</sup> A última reforma do Código de Processo Penal criou a possibilidade de apresentação de resposta prévia antes do recebimento definitivo da acusação.<sup>41</sup> Além disso, também nas ações de improbidade administrativa, o réu tem o direito de apresentar resposta previamente à instauração do processo. Nos termos do art. 17, §§ 7º e 8º, da Lei n. 8.429/92, a defesa preliminar é o momento oportuno para que o acusado indique elementos que afastem de plano a existência de improbidade administrativa, a procedência da ação ou a adequação da via eleita.

<sup>40</sup> Nesse sentido: "(...) A inobservância do rito procedimental previsto na (revogada) Lei nº 10.409/2002 configurava típica hipótese de nulidade processual absoluta, sendo-lhe insita a própria ideia de prejuízo, eis que o não-cumprimento do que determinava, então, o art. 38 do diploma legislativo em causa comprometia o concreto exercício, pelo denunciado, da garantia constitucional da plenitude de defesa. Precedentes. - Subsistência, na novíssima Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/2006, art. 55), dessa mesma fase ritual de contraditório prévio, com iguais consequências jurídicas, no plano das nulidades processuais, se descumprida pelo magistrado processante. - A exigência de fiel observância, por parte do Estado, das formas processuais estabelecidas em lei, notadamente quando instituídas em favor do acusado, representa, no âmbito das perseguições penais, inestimável garantia de liberdade, pois o processo penal configura expressivo instrumento constitucional de salvaguarda dos direitos e garantias assegurados ao réu. Precedentes" (STF, HC 98382, Relator Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 02/06/2009, DJc-148 07-08-2009).

<sup>41</sup> Nesse sentido: "(...) 1. De acordo com a melhor doutrina, após a reforma legislativa operada pela Lei 11.719/2008, o momento recebimento da denúncia se dá, nos termos do artigo 396 do Código Penal, após o oferecimento da acusação e antes da apresentação de resposta à acusação, seguindo-se o juízo de absolvição sumária do acusado ou processamento da ação penal, tal como disposto nos artigos 397 e 399 da Lei Processual Penal. 2. A manifestação sobre a absolvição sumária no momento do recebimento da denúncia, antes mesmo da apresentação de resposta à acusação pela defesa, contraria o devido processo legal, sendo evidente o prejuízo ao paciente, que não teve as suas razões previamente analisadas pela magistrada de origem. 3. Mesmo que após o oferecimento da resposta preliminar a Juíza singular pudesse mudar sua opinião e efetivamente absolver sumariamente o paciente, não há dúvidas de que a sua manifestação precipitada por ocasião do recebimento da denúncia já revela a sua convicção sobre a causa, do que se retira o evidente dano à defesa do acusado, que viu negada a possibilidade de sua absolvição sumária sem que fossem observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurados no artigo 396-A do Código de Processo Penal. 4. Com a anulação do recebimento da denúncia, e considerando que os fatos ali narrados ocorreram entre agosto de 1998 e junho de 2001; que ao paciente foram imputados os delitos previstos nos artigos 172 e 288 do Código Penal, cujas penas máximas em abstrato não ultrapassam 4 (quatro) anos; e que restou anulado o primeiro marco interruptivo da prescrição, tem-se que esta se operou em junho de 2009. 5. Ordem concedida para anular a decisão de recebimento da denúncia, declarando-se, de ofício, a extinção da punibilidade do paciente, pois reconhecida a prescrição da pretensão punitiva estatal." (STJ, HC 153.751/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 13/03/2012, DJe 30/03/2012).



43. Percebe-se, com clareza, que o legislador ordinário, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, inspirou-se na versão atualizada da garantia do contraditório, para franquear ao acusado – tanto nas ações penais quanto nas cíveis sancionadoras – o direito à apresentação de defesa preliminar. A propósito, os Professores Juarez Tavares e Geraldo Prado assinalaram:

*51. Além da conclusão um tanto evidente de que o enquadramento proposto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos constitui obstáculo intransponível ao propósito de promover o processo de impeachment com base em regras do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – objeção que se traduz na Súmula Vinculante 46 – e não em lei obediente à reserva de lei adequada, outras conclusões decorrem da mesma fonte e definem os critérios de interpretação e aplicação da Lei nº 1.079/50:*

*1. A estrutura acusatória do processo de impeachment presume instâncias distintas e se orienta pela presunção de inocência;*

*2. Por isso e porque se trata de procedimento que pode resultar na “interrupção de um mandato presidencial legitimado pela vontade popular manifestada em sufrágio universal”, não cabe seja instaurado com base em notícia crime manifestamente improcedente;<sup>42</sup>*

*3. O exame da manifesta improcedência configura análise de justa causa para o processo político e, portanto, cingindo-se à cognição não exauriente que está a cargo do Presidente da Câmara dos Deputados, ainda assim deve cumprir a função garantista de filtro e não deve ser admitida imputação por fato que, em tese, não constitui infração política;*

*4. O dever de assegurar ao Presidente da República o direito à audiência prévia ao despacho de processamento do pedido de impeachment pelo Presidente da Câmara dos Deputados, antes da eleição da comissão especial, caso a denúncia não seja rejeitada liminarmente pelo Presidente da Casa – aplicando-se a regra do art. 4º da Lei nº 8.038/1990. A filtragem constitucional da Lei nº 1.079/50 impõe seja ela, no aspecto atinente ao exercício do direito de defesa (e audiência), aplicada consoante os termos da lei posterior que garante ao acusado a apreciação de suas*

<sup>42</sup> Neste sentido: Ag. Reg. em Mandado de Segurança nº 30.672 DF, Relator Min. Ricardo Lewandowski. Tribunal Pleno, Decisão proferida em 15/09/11.



*razões antes da emissão de juízo de admissibilidade, ainda que provisório, da acusação. A Lei Federal nº 8.038/90 cumpre este papel de integração porque tutela de modo efetivo o direito de defesa do Presidente, que igualmente configura garantia do regime republicano-representativo;*

44. A Lei 1.079/50 prevê que o recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados implica a constituição da comissão especial incumbida de produzir provas (art. 20), ouvir os representantes dos partidos (art. 21), discutir o relatório produzido (art. 22), realizar diligências adicionais (§ 1º do art. 22), ouvir o denunciado (§ 1º do art. 22) e, ao final, deliberar sobre a procedência ou improcedência da denúncia (§ 2º do art. 22). Isso mostra que, a partir do momento em que o Presidente da Câmara recebe a denúncia, o processo de *impeachment* já tem existência no plano político e material, ainda que sua instauração formal só ocorra posteriormente, no Senado. Uma vez que o Presidente da Câmara admita realizar o processamento da denúncia, passa-se a instruir a acusação e a discutir a sua viabilidade.

45. O fato de a Câmara dos Deputados receber a denúncia e iniciar o processamento do feito – com todas as consequências no âmbito da produção de provas e da participação defensiva do Presidente da República – já constitui fator de grave perturbação da estabilidade do mandato presidencial. Para se preservar o equilíbrio institucional, deve-se reconhecer a gravidade jurídica do ato de recebimento da acusação pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o que leva à exigência de apresentação de defesa prévia. Nesse sentido, vale destacar a expressiva passagem do voto do Ministro Sepúlveda Pertence no julgamento do MS 20.941:

*"Cuida-se de ahrir um processo, de imensa gravidade, é um processo cuja abertura, por si só, significa uma crise. Então nega-se ao Presidente da Câmara saber se o fato, em tese, é crime de responsabilidade? Se a denúncia, na linguagem do meu saudoso conterrâneo Orozimbo Nonato, é ou não uma criação mental da acusação? Se a documentação, que, segundo a lei, deve comprovar a*





*denúncia, pelo contrário, não prova a inexistência do crime de responsabilidade? (...) O que entendo é que não se pode reduzir o seu papel à verificação burocrática, que se pretende. É à alta autoridade do Presidente da Câmara dos Deputados que se confiou a decisão liminar num processo que, já na segunda fase, irá a Plenário para a eleição de uma comissão (...)"<sup>43</sup>*

46. Ao julgar o MS em que esse voto foi proferido (MS 20.941), o Supremo Tribunal Federal decidiu que, ao Presidente da Câmara dos Deputados, não cabe apenas a verificação das formalidades extrínsecas e da legitimidade de denunciante e denunciado, devendo também promover a rejeição imediata da acusação patentemente inepta. No mesmo sentido, sobre a natureza da decisão preliminar do Presidente da Câmara, convém citar precedente de 2011, da lavra do Ministro Lewandowski:

*"I – Na linha da jurisprudência firmada pelo Plenário desta Corte, a competência do Presidente da Câmara dos Deputados e da Mesa do Senado Federal para recebimento, ou não, de denúncia no processo de impeachment não se restringe a uma admissão meramente burocrática, cabendo-lhes, inclusive, a faculdade de rejeitá-la, de plano, acaso entendam ser patentemente inepta ou despida de justa causa. (...)"<sup>44</sup>*

47. Se é assim, quando o Presidente da Câmara antever a possibilidade de receber a denúncia, pela plausibilidade dos termos em que foi vazada, deve reconhecer ao denunciado o direito de responder os termos da acusação que lhe é dirigida antes da abertura do processo perante a Câmara dos Deputados. A plenitude de defesa exige que se conceda ao acusado a oportunidade de se contrapor à acusação antes mesmo da instauração do processo. Aplica-se à hipótese o que prevalece para todo o processo penal e o processo administrativo

<sup>43</sup> STF, MS 20941, Relator Min. Aldir Passarinho, Relator p/ Acórdão: Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992.

<sup>44</sup> STF, MS 30672 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Julgamento 15/09/2011, DJe-200 18-10-2011.



sancionador em geral. Convém citar o que decidiu o STF na esfera do processo penal, em acórdão da lavra do Ministro Ayres Britto:

*Tal como assinalai ao votar no HC 96.864, redator para o acórdão o Ministro Marco Aurélio (cuja discussão se assemelha ao caso dos autos), a ausência de oportunidade para o oferecimento da resposta preliminar na ocasião legalmente assinalada revela-se incompatível com a pureza do princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, mormente em matéria penal. É como dizer: a falta do alegado requisito da defesa preliminar à decisão judicial quanto ao recebimento da denúncia, em processo penal que se marca pela garantia constitucional da ampla defesa e do contraditório, é vício de natureza insanável. A ampla defesa é transformada em curta defesa, ainda que por um instante, e já não há como desconhecer o automático prejuízo para a parte processual acusada; pois o fato é que a garantia da prévia defesa é instituída como possibilidade concreta de a pessoa levar o magistrado a não receber a denúncia ministerial pública. Vale dizer, sem a oportunidade de se contrapor ao Ministério Público quanto à necessidade de instauração do processo penal – objetivo da denúncia do Ministério Público –, a pessoa acusada deixa de usufruir da garantia da plenitude de defesa para escapar à pecha de réu em processo penal. O que traduz, por modo automático, prejuízo processual irreparável, pois nunca se pode saber que efeitos produziria na subjetividade do magistrado processante a contradição do acusado quanto ao próprio juízo de recebimento da denúncia ministerial pública.<sup>45</sup>*

48. Os mesmos argumentos são aplicáveis ao processo de *impeachment*.<sup>46</sup> O acusado deve contar com a possibilidade concreta de, por meio da contraposição prévia de argumentos, levar o Presidente da Câmara dos

<sup>45</sup> STF, HC 95712, Relator Min. Ayres Britto, Primeira Turma, julgado em 20/04/2010, DJe-091 21-05-2010.

<sup>46</sup> Para o Ministro Sepúlveda Pertence, "as Casas do Congresso Nacional exerçam jurisdição, verdadeira jurisdição, quando, nos limites materiais que lhe demarcam a Constituição, processam e julgam as acusações dos chamados crimes de responsabilidade." (STF, MS 21.564). Mas ainda que assim não fosse, e o processo de *impeachment* possuisse natureza político administrativa, as garantias do devido processo legal devriam ser aplicadas.



Deputados a não receber a denúncia.<sup>47</sup> Note-se que essa conclusão pode ser extraída da própria garantia constitucional da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV), que se aplica, sem dúvida, ao processo regido pela Lei n. 1.079/50. É necessário conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 19 da Lei n. 1.079/50 – *“Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.”* – para fixar o entendimento de que o recebimento da denúncia referido no dispositivo legal deve ser precedido de defesa prévia do acusado, devendo o Presidente da Câmara abrir-lhe a oportunidade para manifestação.

49. Deve se superar essa lacuna inconstitucional da Lei n. 1079, aplicando-se à hipótese, por analogia, o disposto no artigo 4º da Lei n. 8038, que determina a abertura de prazo de quinze dias para que o acusado possa se manifestar previamente nas ações penais originárias processadas perante o STF e o STJ. Se o Presidente da República, quando processado pela prática de crime comum, perante o Supremo Tribunal Federal, tem direito à defesa prévia, a ser exercido em 15 dias, não há razão para não poder exercê-lo também, no mesmo prazo, perante o Presidente da Câmara. Se mesmo os magistrados do Supremo Tribunal Federal, cujo desenho institucional estimula a formulação de julgamentos imparciais, afastados dos litígios políticos, devem observar essas

<sup>47</sup> Essa analogia com o recebimento da denúncia no campo penal já estava presente no voto proferido pelo Ministro Sepúlveda Pertence no julgamento do MS 20.941: *“Entendo que cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados receber ou rejeitar a denúncia. Com as vênias ao eminente Patrono dos impetrantes, meu caríssimo Mestre Faoro, este recebimento não é um mero recebimento burocrático, um ato de protocolo: é recebimento, na extensão que tem – e, aí acolho as premissas da maioria, que entende que isto é uma denúncia –, do recebimento de uma denúncia.”* (Cf. STF, MS 20941, Relator Min. Aldir Passarinho, Relator p/ Acórdão: Min. Sepulveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992.) Também nessa linha o voto do Ministro Paulo Brossard: *“à semelhança do Juiz que pode rejeitar uma denúncia, ou uma inicial, o Presidente da Câmara também pode. O Presidente da Câmara não é um autômato. O Presidente da Câmara tem uma autoridade que é inerente à sua própria investidura, tem o dever de cumprir a Constituição, as leis em geral, e o Regimento, em particular que é lei específica. Se bem ou mal entendeu de determinar o arquivamento ... (...) A questão, para mim, está em saber se a autoridade que indeferiu, ou determinou o arquivamento da petição, tinha poder para fazê-lo. Minha resposta é afirmativa. (...) Ele exerce singular magistratura. (...)”*.



normas procedimentais, concedendo ao Presidente da República a oportunidade de oferecer defesa prévia, não há razão para que a mesma defesa também não possa ser oferecida perante o Presidente da Câmara ou perante a mesa do Senado Federal.

### 3.2. VIOLAÇÃO À RESERVA DE LEI ESPECIAL: IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

50. A Constituição criou “reserva de lei especial” para a definição das normas incidentes sobre processo de impedimento: *“Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento”* (parágrafo único do art. 85). Por essa razão, o Ministro Roberto Barroso, há quase duas décadas, defendeu o caráter juridicamente vinculado dos aspectos processuais do *impeachment*.<sup>48</sup> Como recentemente ressaltou o Ministro Teori Zavaski, *“São questões cuja estatutura constitucional fica especialmente realçada pelo disposto no parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal, que submete a cláusula de reserva de ‘lei especial’ não apenas a definição dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, como também o estabelecimento das correspondentes ‘normas de processo e julgamento’.”*<sup>49</sup> São dois os significados principais do parágrafo único do artigo 85:

- a) apenas lei em sentido estrito pode estabelecer normas sobre o processo de *impeachment*, excluindo-se, portanto, a possibilidade de os regimentos internos das casas legislativas disciplinarem a matéria;

<sup>48</sup> BARROSO, Luís Roberto. Aspectos do processo de *impeachment* – Renúncia e exoneração de agente político – Tipicidade constitucional dos crimes de responsabilidade, *Revista Forense*, volume 344, out-dez 1998, p. 287. Rio de Janeiro.

<sup>49</sup> MS 33837 MC, Relator Min. Teori Zavaski, julgado em 12/10/2015, DJe-206 15/10/2015.



b) a lei deve ser *específica*, de modo que as regras procedimentais aptas a reger o processo de *impeachment* devem constar de um único veículo legal, ou seja, (b.1) de uma lei que não trate de outros temas e que (b. 2) seja abarcante de toda a matéria.

51. As funções normativa, administrativa e jurisdicional são exercidas, em maior ou menor extensão, pelos três Poderes da República. A despeito dessa constatação, o princípio da separação de poderes, tal como concebido e concretizado pelo STF, envolve, como conteúdo mínimo de normatividade, o estabelecimento de campos delimitados de competência exclusiva de cada Poder. Tais *reservas de competência* funcionam como elementos garantidores da harmonia entre os Poderes (art. 3º da Constituição).<sup>50</sup> A referida reserva de lei especial é um importante limite para o exercício da competência legislativa para processar e julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.

52. Enquanto o regimento interno da Câmara de Deputados é elaborado exclusivamente pela própria Câmara, no exercício de competência privativa, nos termos do artigo 51 da Constituição Federal, a Lei que trate do *impeachment* deve ser lei em sentido formal, resultando de deliberação de que participem não apenas os deputados federais, mas também os senadores e o Presidente da República, que pode sancionar ou vetar o projeto aprovado nas casas legislativas.

---

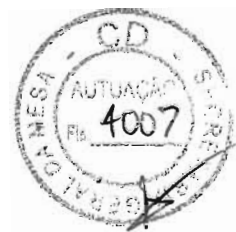
<sup>50</sup> A jurisprudência do STF tem contribuído para a fixação das reservas constitucionais de poder, como se colhe, a título de exemplo, dos seguintes precedentes: i) sobre a reserva de jurisdição (MS 23642, Relator Min. Néri da Silveira, Tribunal Pleno, julgado em 29/11/2000, DJ 09-03-2001 e RE 461366, Relator Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 03/08/2007, DJe 04-10-2007; ii) sobre a reserva de lei em sentido formal ou reserva de Parlamento (ADI 3306, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 17/03/2011, DJe 06-06-2011 e RE 426491 AgR, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, julgado em 08/02/2011, DJe 09-03-2011); iii) sobre a reserva de Administração (ADI 3343, Relator Min. Ayres Britto, Relator p/ Acórdão: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 01/09/2011, DJe 21-11-2011; RE 302803, Relator Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 01/02/2005, DJ 25-02- e ADI 2364 MC, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2001, DJ 14-12-2001).



No processo de elaboração da lei em sentido formal, o próprio Presidente da República participa.

53. O regimento interno da Câmara deve tratar de matérias *interna corporis*. A participação do Senado e do Presidente da República no processo legislativo não seria requerida. Mas, na hipótese, se requir, tendo em vista a gravíssima repercussão que o procedimento pode produzir na relação entre os poderes da União e na própria estabilidade institucional do País.<sup>51</sup>

<sup>51</sup> A esse propósito, deve-se considerar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acolhe a distinção entre *reserva de lei em sentido estrito* e *reserva de norma*: Tome-se o enunciado do preceito: *ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*. Ora, há visível distinção entre as seguintes situações: (i) vinculação às definições da lei; (ii) vinculação às definições decorrentes --- isto é, fixadas em virtude dela --- de lei. No primeiro caso estamos diante da reserva de lei; no segundo, em face da "reserva de norma" (norma que pode ser tanto legal quanto regulamentar; ou regimental). Na segunda situação, ainda que as definições em pauta se operem em atos normativos não da espécie legislativa --- mas decorrentes de previsão implícita ou explícita em lei --- o princípio estará sendo devidamente acatado. No caso, o princípio da legalidade expressa reserva de lei em termos relativos (= reserva de norma), razão pela qual não impede a atribuição, explícita ou implícita, ao Executivo e ao Judiciário, para, no exercício de função normativa, definir obrigação de fazer e não fazer que se imponha aos particulares --- e os vincule. Voltando ao artigo 5º, II do texto constitucional, verificamos que, nele, o princípio da legalidade é tomado em termos relativos, o que induz a conclusão de que o devido acatamento lhe estará sendo conferido quando --- manifesta, explícita ou implicitamente, atribuição para tanto --- ato normativo não legislativo, porém regulamentar ou regimental, definir obrigação de fazer ou de não fazer alguma coisa imposta a seus destinatários. Tanto isso é verdadeiro --- que o dispositivo constitucional em pauta consagra o princípio da legalidade em termos apenas relativos --- que em pelo menos três oportunidades (isto é, no artigo 5º, XXXIX, no artigo 150, I e no parágrafo único do artigo 170) a Constituição retoma o princípio, então o adotando em termos absolutos: não haverá crime ou pena, nem tributo, nem exigência de autorização de órgão público para o exercício de atividade econômica sem lei, aqui entendida como tipo específico de ato legislativo, que os estabeleça. Não tivesse o artigo 5º, II consagrado o princípio da legalidade em termos somente relativos e razão não haveria a justificar a sua inserção no bojo da Constituição, em termos absolutos, nas hipóteses referidas. Dizendo-o de outra forma: se há um princípio de reserva de lei --- ou seja, se há matérias que não podem ser reguladas senão por lei --- evidente que das excluídas a essa exigência podem tratar, sobre elas dispondo, o Poder Executivo e o Judiciário, em regulamentos e regimentos. Quanto à definição do que está incluído nas matérias de reserva de lei, há de ser colhida no texto constitucional; no que concerne a essas matérias não cabem regulamentos e regimentos. Inconcebível a admissão de que o texto constitucional contivesse disposição despicienda --- *verba cum effectu sunt accipienda*. (STF, HC 85060, Relator Min. Eros Grau, Primeira Turma, julgado em 23/09/2008, DJe 12-02-2009).



54. A definição das normas de processo e julgamento do *impeachment* do Presidente da República constitui típica reserva de lei em sentido absoluto.<sup>52</sup> A reserva de lei criada pela Constituição quanto às normas de processo e julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade constitui óbice intransponível à criação regimental de normas procedimentais. Apesar da recente revogação da decisão proferida pelo Presidente da Câmara dos Deputados na Questão de Ordem n. 105/2015, permanecem em vigor as normas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que dispõem sobre o procedimento de *impeachment*.

55. Incide na hipótese a reserva de lei *especial*, segundo o qual o rito deve estar definido em uma lei específica, não em uma multiplicidade de diplomas legais e regimentais. Como consigna a Ministra Cármen Lúcia, ao examinar a regra contida no art. 85 da CF, “*tem-se que somente lei especial votada pelo Congresso Nacional, logo, nacional, pode fixar regras processuais e de julgamento para punir os autores de crimes de responsabilidade*”.<sup>53</sup> Na mesma oportunidade, a Ministra destacou que “*a lei nacional especial a que se refere o parágrafo único do art. 85 da Constituição da República é a Lei n. 1.079/1950*”.

56. É certo que a própria Lei n. 1079, em seu artigo 38, prevê que, no julgamento do Presidente da República, poderia ocorrer a aplicação subsidiária dos regimentos internos da Câmara e do Senado Federal, bem como do Código de Processo Penal. O preceito, porém, está em contradição com o que determina o parágrafo único do artigo 85 da Constituição Federal, que institui, para o processo de *impeachment*, a regra da reserva de lei específica. As únicas normas

---

<sup>52</sup> Podem-se identificar pelo menos outras três reservas de lei em sentido absoluto: não haverá crime ou pena (artigo 5º, XXXIX), nem tributo (artigo 150, I), nem exigência de autorização de órgão público para o exercício de atividade econômica (parágrafo único do artigo 170) sem lei, aqui entendida como tipo específico de ato legislativo, que os estabeleça.

<sup>53</sup> STF, ADI 4792, Relatora Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 12/02/2015.



aptas a regular o processo de *impeachment* são as constantes da Lei n. 1079 e da Constituição Federal.<sup>54</sup> Por essas razões, requer-se seja declarada a ilegitimidade constitucional (não recepção) das expressões “regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado federal”, constantes do art. 38 da Lei n. 1.079/50

### 3.3. VIOLAÇÃO À RESERVA DE LEI ESPECIAL: FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO ESPECIAL EM DESCONFORMIDADE COM A LEI N. 1.079/50

57. Seguindo a mesma linha de raciocínio do tópico anterior – segundo o qual a definição das normas de processo e julgamento do *impeachment* do Presidente da República constitui típica reserva de lei especial –, impõe-se assinalar que a Câmara dos Deputados, por meio de seu regimento interno, extrapolou os limites da Lei n. 1.079/50 também ao dispor sobre a formação e funcionamento da comissão especial instituída naquela Casa Legislativa para instruir e debater a acusação.

58. A despeito da tentativa de adaptação da Lei n. 1.079/50 à Constituição promovida em sede de controle difuso de constitucionalidade no ano de 1993 (MS 21.564), convém se delimitar, agora em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o âmbito material da reserva legal inscrita no parágrafo único do art. 85 da Constituição. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem afirmado a inconstitucionalidade da chamada *delegação legislativa externa*, o que significa dizer que o legislador não pode abdicar de sua competência institucional para permitir que outros órgãos do Estado produzam a

---

<sup>54</sup> Como será esclarecido adiante, outras normas processuais só podem ser utilizadas, por analogia, como parâmetro para aplicar diretamente a Constituição, suprimindo-se a eventual falta de regulamentação.





norma que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar.<sup>55</sup>

59. A Constituição não deixou espaço para cada Casa Legislativa federal normatizar, por meio de seus regulamentos, os aspectos processuais do *impeachment*. Ao contrário, estabeleceu que somente a lei especial pode regular essa categoria temática. Essa reserva legal não pode ser afastada pelo simples fato de ter sido modificada a competência da Câmara dos Deputados – que era de órgão de acusação e passou a ser de autorização do processamento.

60. Disso decorrem, pelo menos, duas consequências diretas: (a) padece de grave ilegitimidade constitucional a adoção, relativamente ao parecer preliminar da Comissão Especial para o recebimento da acusação, o procedimento fixado no art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por diferir do previsto nos arts. 21 e 22 da Lei n. 1.079/1950<sup>56</sup>; (b) padece de grave ilegitimidade constitucional o preenchimento das vagas da comissão especial por representantes dos blocos parlamentares, por destoar do que determina o art. 19 da Lei n. 1.079/1950, que prevê o seu preenchimento por representantes de todos os partidos. A preferência pelo uso de regras do regimento interno da Câmara em detrimento das disposições legais viola a cláusula constitucional de reserva legal quanto ao tema, como bem ressaltaram Juarez Tavares e Geraldo Prado:

*40. A posição acolhida na súmula vinculante, referendada pelos Min. Rosa Weber e Teori Zavascki, do Supremo*

<sup>55</sup> STF, ADI 1296 MC, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/1995, DJ 10-08-1995. No mesmo sentido: ADI 1945 MC, Relator Min. Octavio Gallotti, Relator p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 26/05/2010, DJc-047 14-03-2011.

<sup>56</sup> Não há razões suficientes para afastar o procedimento previsto nos artigos 21 e 22 da Lei n. 1.079. A nova função constitucional imputada à Câmara dos Deputados em nada contrasta com o rito procedimental. A competência para autorizar o processamento do Presidente da República não impede que o procedimento – dotado de certa complexidade – seja capaz de conferir proteção eficaz ao mandato presidencial.



*Tribunal Federal, e pelo Professor Luis Roberto Barroso exprime a opinião pacífica dos juristas brasileiros de que não cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados, tampouco está inserido no âmbito normativo dos regimentos internos das Casas do Congresso, o poder de definir o procedimento a ser adotado no caso de impeachment do Presidente da República. Como é possível extrair das lições de Barroso, neste aspecto vigora a chamada reserva de lei qualificada ou proporcional, justamente porque, à semelhança das restrições ao exercício de direitos fundamentais, a pretensão deduzida no processo de impeachment consiste em afetação do princípio democrático em uma de suas principais facetas. Ingressa-se aqui, como salientado, na esfera do "indecidível".*

*41. A lei reitora da matéria é a nº 1.079, de 10 de abril de 1950, a ser aplicada em consonância com as regras constitucionais específicas já referidas neste parecer. A Questão de Ordem nº 105/2015, resolvida de modo singular pelo Presidente da Câmara dos Deputados, ensejou ao Presidente da citada Casa, sob a forma incabível de dúvida, estabelecer ele próprio o rito e definir práticas para o juízo político, em detrimento da segurança jurídica do sistema democrático. Análise distanciada do episódio ocorrido na Sessão de 24 de setembro de 2015, na Câmara dos Deputados, parece confirmar a tese dos cientistas políticos mencionados ao longo deste estudo: regras constitucionais e legais são sistematicamente ignoradas ou violadas em favor do propósito de fazer avançar um julgamento que não se desenvolva conforme parâmetros das "regras do jogo" próprias do impeachment.*

*42. (...) Da mesma forma, a decisão pretende impor ritmo acelerado ao procedimento, em particular no que concerne ao parecer preliminar de Comissão Especial (art. 218 do Regimento Interno) em detrimento daquele estabelecido nos arts. 21 e 22 da lei de regência, supostamente porque "a Casa, ao aprovar as alterações no art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, buscou assimilar ao texto do Regimento os dispositivos legais que ainda encontravam aplicabilidade sob o pálio da Constituição de 1988, razão pela qual é nesse dispositivo que a Presidência buscará amparo para a definição do rito de apreciação da admissibilidade de eventual denúncia por*



*crime de responsabilidade em desfavor do Presidente da República." Releva acrescentar que a despeito de regra específica – art. 19 da Lei nº 1.079/50 – que visa preservar a representatividade partidária e a proporcionalidade da Câmara dos Deputados na comissão especial a ser eleita para a emissão de parecer, a decisão da questão de ordem abre espaço para representantes de "blocos partidários".*

61. O procedimento previsto nos arts. 20, 21 e 22 da Lei n. 1.079 conta com as seguintes etapas: (a) a comissão especial apresentará, em primeiro lugar, parecer sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação; (b) o parecer será discutido (art. 20 e 21) e votado pelo Plenário; (c) em se decidindo que a denúncia será objeto de deliberação, abrir-se-á a instrução; (d) findas as diligências, a comissão proferirá parecer sobre a conveniência de se autorizar ou não a posterior instauração do processo de *impeachment* no Senado (§ 2º do art. 22); o parecer será objeto de deliberação no Plenário (art. 23). Isso significa que haverá duas votações no Plenário. A primeira versará sobre a plausibilidade da acusação; a segunda será a votação final na Câmara, da qual resultará a autorização para processamento do Presidente da República.

62. Quanto ao exigido para as deliberações levadas a efeito pelo Plenário da Câmara dos Deputados, deve-se aplicar o disposto no artigo 86, *caput*, da Constituição Federal, que determina a observância da maioria qualificada de 2/3. Não recepcionada, portanto, a maioria absoluta prevista no artigo 81 da Lei 1079/50. Cuida-se de violação, digamos, "chapada" ao que determina a Constituição Federal, não se demandando maior esforço argumentativo para se comprovar a sua revogação.

63. A maioria qualificada de 2/3 deve ser exigida mesmo para o Juízo de admissibilidade previsto nos artigos 20 a 22. O quórum qualificado é uma decorrência do princípio democrático e do princípio da separação de poderes. Apenas uma maioria parlamentar realmente expressiva pode revogar o mandato popular e veicular uma interferência tão incisiva de um poder sobre outro. Como



ressaltou a Ministra Cármen Lúcia a propósito do modelo constitucional de responsabilidade do Governador de Estado – raciocínio que se aplica com maior razão ao regime de responsabilidade do Presidente da República –, “a manutenção do quórum de 2/3 aliada à circunstância de se tratar de autorização a ser dada pelo Poder Legislativo em desfavor do chefe do Poder Executivo não caracteriza qualquer mácula aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade”, pois “a condição de procedibilidade (...) fundamenta-se na proteção do interesse público afeto à governabilidade do Estado cujo governador pode vir a ser afastado do cargo, caso seja instaurado processo para apuração e haja eventual condenação por crime de responsabilidade ou comum supostamente praticado por ele”.<sup>57</sup>

64. A exigência de 2/3 para que se deflagre o processo na Câmara é uma garantia fundamental da estabilidade política e institucional.<sup>58</sup> Ainda que o *impeachment* não seja decretado, o simples processamento da denúncia vulnera gravemente a tranquilidade pública, acirrando as disputas partidárias, adiando investimentos, desviando empreendedores privados do seu objetivo de produzir e crescer. Apenas amplas maiorias parlamentares podem determinar a instauração do processo. Do contrário, o instituto, tipicamente excepcional, tende a se converter em instrumento da política ordinária, vulgarizando as disputas em torno da interrupção do mandato presidencial. Dessa forma, deve-se reconhecer que a lacuna legislativa deve ser suprida com a afirmação do quórum de 2/3 para todas as votações realizadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados no âmbito do processo de *impeachment*.

<sup>57</sup> STF, ADI 4792, Relator Min. Carmen Lucia, Tribunal Pleno, julgado em 12/02/2015.

<sup>58</sup> No mesmo sentido se manifestou, também em parecer, o Professor Dalmo Dallari: “Em primeiro lugar, quanto à possibilidade de decisão por maioria simples da Câmara dos Deputados contrária ao arquivamento da denúncia a resposta é que, nos termos expressos do referido artigo 86, caput, as decisões admitindo a acusação devem ser adotadas por dois terços dos membros da Câmara, devendo, portanto, ser exigido o mesmo quórum qualificado para eventual recurso contra o arquivamento”.



65. Em síntese, impõe-se, em prestígio à reserva constitucional de lei em sentido formal, inscrito no parágrafo único do art. 85 da Constituição, (a) declarar a recepção dos artigos 21 e 22 da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual o art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados substituiu o procedimento previsto em lei para a formação e desenvolvimento das atividades da comissão especial; (b) interpretar os arts. 20 e 22 da Lei conforme a Constituição para afirmar que todas as votações realizadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados no processo de *impeachment* do Presidente da República submetem-se ao quórum de 2/3 dos seus integrantes; e (c) declarar a recepção do artigo 19 da Lei n. 1.079/50, afastando a interpretação segundo a qual a formação da comissão especial deve ser balizada pela escolha de representantes dos blocos parlamentares no lugar de representantes dos partidos políticos.

#### 3.4. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL: NECESSIDADE DE GARANTIR AO ACUSADO O DIREITO DE FALAR POR ÚLTIMO EM TODAS AS FASES DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT*

66. Como se aplicam ao processo de *impeachment* as garantias do processo penal e do processo administrativo-sancionador, conforme reiteradamente tem decidido a Corte Interamericana de Direitos Humanos, convém submeter a Lei n. 1.079/50 a um processo de *filtragem constitucional* para garantir a máxima efetividade, também no processo de *impeachment*, do postulado do devido processo legal. Não é novidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o reconhecimento de que, das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, decorre o direito do acusado de falar por último no processo sancionador. O Ministro Cezar Peluso, a propósito, afirmou o seguinte:

*As partes têm direito à observância do procedimento tipificado na lei, como concretização do princípio do devido processo legal, a cujo âmbito pertencem as*



*garantias específicas do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV, LV, da Constituição da República).*

*O exercício do contraditório deve, assim, permear todo o processo, garantindo sempre, como ônus, a possibilidade de manifestações oportunas e eficazes da defesa, desde a de arrazoar e contra-arrazoar recursos, até a de se fazer ouvir no próprio julgamento destes.*

*(...)*

*Estou em que fere, igualmente, as garantias da defesa todo expediente que impeça o acusado de, por meio do defensor, usar da palavra por último, em sustentação oral (...)*

*Permitir, pois, que o representante do Ministério Público promova sustentação oral depois da defesa, ainda mais no caso de ser ele o recorrente, comprometeria o pleno exercício do contraditório, que pressupõe o direito de a defesa falar por último, a fim de poder, querendo, reagir à opinião do Parquet.<sup>59</sup>*

67. O princípio do contraditório exige que se garanta aos acusados em geral o direito de falar por último, a fim de se preservar a possibilidade de confrontarem os argumentos da acusação e, assim, influenciar no convencimento dos juízes. Mais uma vez, a precisa lição do Ministro Cezar Peluso:

*O direito de a defesa falar por último decorre, aliás, do próprio sistema normativo como se vê, sem esforço, a diversos preceitos do Código de Processo Penal. As testemunhas da acusação são ouvidas antes das arroladas pela defesa (art. 396, caput). É conferida vista dos autos ao Ministério Público e, só depois, à defesa, para requerer diligências complementares (Art. 499), bem como para apresentação de alegações finais (Art. 500, incs. I e III).<sup>60</sup>*

68. A inversão processual consistente em permitir que a acusação fale por último implica ofensa às garantias da ampla defesa e do contraditório, na esteira da pacífica jurisprudência do STF: *"a inversão processual, falando antes*

<sup>59</sup> STF, HC 87926, Relator Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 20/02/2008, DJc-074 25-04-2008.

<sup>60</sup> STF, HC 87926, Relator Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 20/02/2008, DJc-074 25-04-2008.



*a defesa e depois a acusação nas alegações finais, implica em nulidade tanto quanto no caso da sustentação oral (RECrIm nº 91.661-MG, in RTJ 92/448), por ofensa ao princípio da ampla defesa e do contraditório".<sup>61</sup>*

69. Essa compreensão de que os princípios da ampla defesa e do contraditório impõem o reconhecimento do direito do acusado de falar por último conduziu o Supremo Tribunal Federal a afirmar, em sede de processo de cassação de parlamentar, a nulidade da prova produzida pela acusação depois da produção de provas pela defesa.<sup>62</sup> O voto condutor do acórdão, proferido pelo Ministro Cezar Peluso, mostra que também no processo de cassação de parlamentar – processo estatal com caráter sancionador – incidem as garantias que compõe o núcleo material do devido processo legal, inclusive o direito da defesa de sempre falar por último – e consequentemente produzir provas após a acusação –, *in verbis*:

*"Ora, quanto à perda de mandato parlamentar, não fosse a disposição expressa do art. 55, § 2º, que remete explicitamente a uma de duas cláusulas do devido processo legal, que não se exaure nelas, ou seja, à ampla defesa, já bastaria o princípio mesmo do devido processo legal para ver logo que ofensa de norma regimental do Congresso Nacional não é matéria interna corporis, insuscetível de conhecimento pela Corte, se dela resulta ofensa a direito subjetivo ou perda de bem jurídico sem observância do devido processo legal.*  
(...)

<sup>61</sup> STF, RHC 104261, Relator Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 15/03/2012, DJe-154 07-08-2012.

<sup>62</sup> Confira-se a ementa do acórdão: "Perda de mandato. Processo de cassação. Quebra de decoro parlamentar. Inversão da ordem das provas. Reinquirição de testemunha de acusação ouvida após as da defesa. Indeferimento pelo Conselho de Ética. Inadmissibilidade. Prejuízo presumido. Nulidade consequente. Inobservância do contraditório e da ampla defesa. Vulneração do justo processo da lei (due process of law). Ofensa aos arts. 5º, incs. LIV e LV, e 55, § 2º, da CF. Liminar concedida em parte, pelo voto intermediário, para suprimir, do Relatório da Comissão, o inteiro teor do depoimento e das referências que lhe faça. Votos vencidos. Em processo parlamentar de perda de mandato, não se admite aproveitamento de prova acusatória produzida após as provas de defesa, sem oportunidade de contradição real." (MS 25647 MC, Relator Min. Carlos Britto, Relator p/ Acórdão: Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 30/11/2005, DJ 15-12-2006).



*O fundamento relevante é o da inversão da ordem legal da inquirição das testemunhas.*

*O princípio do contraditório, isso é elementar, significa, por definição, a possibilidade de contradição dentro do processo. O processo é uma realidade jurídica que não se compõe apenas de ações linguísticas, isto é, que cada afirmação, segundo o princípio do contraditório, deve corresponder, sempre, possibilidade de o adversário promover uma reação linguística correspondente ou homóloga àquela a que responde. Mas também se compõe de ações reais, de outro tipo, de ações de outra natureza, como, por exemplo, colheita de prova. Não há aí ação linguística, mas o que a doutrina processual denomina ação real, porque consiste em fatos ou outros atos. O princípio do contraditório implica possibilidade de a uma ação real, a produção da prova, por exemplo, corresponder reação real, isto é, produção de outra prova tendente a infirmar a prova anterior. Isso é elementar, é o cerne do princípio do contraditório. A cada prova produzida deve, pois, corresponder ao réu, em geral, na área penal, o poder de promover uma ação real tendente a aniquilar, enfim, a atenuar a força retórica dessa prova.*

*É princípio não menos elementar de um processo que guarda com o processo criminal afinidades indiscutíveis, que a defesa deva ter a oportunidade de fazer a última prova. Por quê? Pela simples razão de que, de outro modo, se ofenderia a Constituição, não apenas no princípio geral do devido processo legal, ou na cláusula específica do artigo 5º, inciso LV, mas, também, na do art. 55, § 2º, que diz respeito ao processo de cassação e faz referência expressa à ampla defesa."*

70. O direito de o próprio acusado se manifestar por último no processo – após da produção probatória – também foi reconhecido como corolário dos princípios da ampla defesa e do contraditório<sup>63</sup> pelo Supremo Tribunal Federal:

(..) 3. O art. 400 do Código de Processo Penal, com a

<sup>63</sup> A não realização de interrogatório ao final da instrução subtrai do acusado a possibilidade de se manifestar, pessoalmente, sobre a prova acusatória coligida em seu desfavor e de, no exercício do direito de audiência, influir na formação do convencimento do julgador (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; SCARANCE FERNANDES, Antônio. *As nulidades do processo penal*. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 75).





redação dada pela Lei nº 11.719/2008, fixou o interrogatório do réu como ato derradeiro da instrução penal, sendo certo que tal prática, benéfica à defesa, deve prevalecer nas ações penais em trâmite perante a Justiça Militar, em detrimento do previsto no art. 302 do Decreto-Lei nº 1.002/69, como corolário da máxima efetividade das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (CRFB, art. 5º, LV), dimensões elementares do devido processo legal (CRFB, art. 5º, LIV) e cânones essenciais do Estado Democrático de Direito (CRFB, art. 1º, caput). Precedente do Supremo Tribunal Federal (Ação Penal nº 528 AgR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, j. em 24/03/2011, DJe-109 divulg. 07-06-2011). 4. In casu, o Conselho Permanente de Justiça para o Exército (5ª CJM) rejeitou, 27/02/2012, o requerimento da defesa quanto à realização do interrogatório do paciente ao final da sessão de julgamento, negando aplicação do art. 400 do Código de Processo Penal, o que contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 5. Ordem de habeas corpus concedida para anular os atos processuais praticados após o indeferimento do pleito defensivo e permitir o interrogatório do paciente antes da sessão de julgamento, com aplicação subsidiária das regras previstas na Lei nº 11.719/08 ao rito ordinário castrense. "64

"Interrogatório. Realização ao final da instrução (art. 400, CPP). Obrigatoriedade. Aplicação às ações penais em trâmite na Justiça Militar dessa alteração introduzida pela Lei nº 11.719/08, em detrimento do art. 302 do Decreto-Lei nº 1.002/69. Precedentes. Nulidade absoluta. Prejuízo evidente. Subtração ao réu do direito de, ao final da instrução, manifestar-se pessoalmente sobre a prova acusatória desfavorável e de, no exercício do direito de audiência, influir na formação do convencimento do julgador. Condenação. Anulação em sede de habeas corpus. (...) 6. A não realização do interrogatório ao final da instrução subtraiu ao réu a possibilidade de se manifestar pessoalmente sobre a prova acusatória coligida em seu desfavor e de, no exercício do direito de audiência, influir na formação do convencimento do julgador. Prejuízo evidente. Nulidade absoluta configurada. (...) 8.

<sup>64</sup> STF, HC 115530, Relator Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 25/06/2013, DJe-158 14-08-2013.



*Anulada, em habeas corpus, condenação alcançada por indulto para que o paciente seja submetido a novo julgamento, devem-se prostrar os efeitos jurídicos dessa causa de extinção de punibilidade, de modo a alcançar eventual nova condenação, como expressão do favor rei ou do favor libertatis. 9. Ordem de habeas corpus concedida para anular a condenação do paciente e determinar sua submissão a novo interrogatório.”<sup>65</sup>*

71. Todo o procedimento previsto na Lei n. 1.079/50 deve ser adequado ao sentido atribuído pelo Supremo Tribunal Federal à cláusula constitucional do devido processo legal. Também no processo de *impeachment*, deve-se garantir que toda a atividade probatória (artigos 18, § 1º do art. 22, 27, 28 e 29) seja desenvolvida em primeiro lugar pela acusação e depois pela defesa, e que, em cada fase, a oitiva do acusado seja o último ato de instrução (§ 1º do art. 22, 28 e 29).

### 3.5. NATUREZA DA DECISÃO DO SENADO FEDERAL SOBRE A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT

72. A Constituição Federal expressamente atribui à Câmara dos Deputados a função de *autorizar* e, ao Senado, a de *instaurar* o processo de *impeachment* – com a gravíssima consequência jurídica de afastar o acusado do exercício das funções. A decisão senatorial não é mero ato de execução da decisão proferida pela Câmara dos Deputados – que autoriza o processamento. Ao contrário, trata-se de decisão autônoma do Senado Federal, que pode instaurar, ou não, o processo por crime de responsabilidade. A decisão da Câmara é condição de procedibilidade, a qual deve ser considerada, entre outras, pelo Senado Federal.

<sup>65</sup> HC 121907, Relator Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 30/09/2014, DJe-211 28-10-2014.



73. Como antes ressaltado, o próprio STF não tardou em reconhecer a ampla alteração na distribuição de competências entre as casas legislativas promovida pela Constituição Federal de 1988. A Câmara dos Deputados, outrora responsável pela formulação de juízo acusatório, passou a realizar apenas um juízo de autorização do processamento do Presidente da República, tanto por crime comum quanto por crime de responsabilidade. Na sequência, o processo é encaminhado aos órgãos julgadores: o STF, para os crimes comuns; e o Senado Federal, para os crimes de responsabilidade. Quem autoriza o processamento não instaura efetivamente o processo, mas apenas abre caminho para uma possível instauração. Do contrário, *autorização* significaria, sob o prisma jurídico, a *instauração* mesma do processo.<sup>66</sup>

74. A Constituição, no ponto, definiu, simetricamente, caber aos respectivos órgãos julgadores a decisão pela instauração dos processos de apuração de crime pelo Presidente da República. É dizer: autorizado processamento do Chefe de Estado pela Câmara dos Deputados, surge a possibilidade – uma vez satisfeita a condição de procedibilidade – de instauração de ação penal pelo Supremo Tribunal Federal (com o recebimento da denúncia) ou de processo de *impeachment* pelo Senado Federal (com a instauração do processo). Por essa razão, são textualmente incompatíveis com a Constituição os artigos 80 e 81 da Lei n. 1.079: (a) a Câmara dos Deputados não é “tribunal de pronúncia” – art. 80 –, mas instância autorizadora de eventual e posterior processo por crime de responsabilidade; (b) não há “declaração de procedência da acusação” por parte da Câmara dos Deputados, mas mero juízo de autorização, perfazendo condição de procedibilidade.

75. O tratamento uniforme dado à instauração dos processos de apuração pela prática de crime pelo Presidente da República – cabendo, em qualquer caso, ao respectivo órgão julgador (STF ou Senado), a decisão pela

<sup>66</sup> Homologação-se, desse modo, o clássico princípio hermenêutico de que não existem palavras inúteis na Constituição (ADI 3.506-AgR/DF, Rel. Min. Ellen Gracie).



instauração ou não do processo – tem como justificativa a gravidade da consequência jurídica dela decorrente: a suspensão do exercício das funções presidenciais. Daí porque a norma constitucional ter determinado expressamente que “*O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal*”. Não se pode cogitar que uma decisão dessa gravidade seja tomada de modo meramente protocolar, consubstanciando simples cumprimento de uma decisão anterior proferida pela Câmara dos Deputados.

76. Do mesmo modo que o STF não está vinculado a receber a denúncia por crime comum pelo fato de a Câmara dos Deputados ter autorizado a abertura do processo criminal, o Senado – que ocupa, por simetria, a mesma posição do STF – não está vinculado a instaurar o processo de *impeachment*, devendo exercer juízo prévio de recebimento da acusação por crime de responsabilidade. Tanto o STF quanto o Senado Federal desempenham, cada qual em relação a um tipo específico de infração, a grave competência de instaurar o processo contra o Presidente da República – momento em que deve ser afastado de suas funções – e, posteriormente, julgar a acusação, condenando-o ou absolvendo-o.

77. A instauração do processo contra o Presidente da República, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, envolve, por parte do órgão julgador, a tomada de posição quanto à probabilidade de êxito da acusação formulada a partir dos elementos empíricos e jurídicos que compõem a denúncia. O juízo positivo que determina a instauração do processo – com o recebimento da denúncia pelo STF ou com a instauração do processo de *impeachment* pelo Senado – implica o imediato afastamento do Presidente da República de suas funções, medida esta que traduz típica tutela cautelar obrigatória deferida pelo órgão julgador.



78. Observe-se que a instauração do processo se processa “pelo” Senado Federal, e não apenas “no” Senado, o que revela a dimensão *ativa* da sua competência, e não *passiva*, de mera recepção *protocolar* de uma decisão exauriente já tomada na Câmara. Verifique-se também que, de acordo com o texto constitucional atual (artigo 52. I), o Senado Federal “*processa e julga*” o Presidente da República, e não apenas “*julga*”, como previsto na ordem constitucional anterior. De acordo com o artigo 42 da EC n. 1/69, seguindo o que era tradicional na história constitucional brasileira, competia “*privativamente ao Senado Federal: I - julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade*”. Já o inciso II determinava competir-lhe “*processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade*”. Em razão dessa distinção, a Lei n. 1079 só previa uma fase de juízo de admissibilidade no Senado para os processos relativos aos Ministros do STF e ao Procurador-Geral da República, e, nisso, estava em conformidade com a Constituição Federal. Hoje, porém, o Senado não só julga, mas também “processa” o Presidente da República, demandando-se a harmonização da Lei n. 1079/50 com a nova ordem constitucional.

79. Não se pode presumir que a Constituição utilize expressões desnecessárias ou promova modificações institucionais desprovidas de qualquer eficácia. Claramente, a Constituição de 1988 incumbiu os órgãos julgadores do Presidente da República – STF e Senado – da função de emitir juízo sobre a justa causa da denúncia e decidir, desse modo, sobre a abertura ou não do respectivo processo (crime comum ou crime de responsabilidade). Essa lógica não escaparia ao Eminentíssimo Ministro Carlos Velloso, que se desincumbiu da redação do acórdão que resultou do julgamento do MS 21.564, cuja ementa se transcreve a seguir:

*“No procedimento de admissibilidade da denúncia, a Câmara dos Deputados profere juízo político. Deve ser concedido ao acusado prazo para defesa, defesa que decorre do princípio inscrito no art. 5º, LV, da Constituição, observadas, entretanto, as limitações do fato de a acusação somente materializar-se com a instauração*



*do processo, no Senado. Neste, é que a denúncia será recebida, ou não, dado que, na Câmara ocorre, apenas, a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Câmara verificará se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência, não sendo a acusação simplesmente fruto de quizílias ou desavenças políticas".*

80. Note-se a conclusão do julgamento: o Senado receberá, ou não, a denúncia. Vale dizer, instaurará, ou não, o processo de *impeachment*. Até mesmo porque dessa decisão decorre o afastamento, ou não, do Presidente da República de suas funções. A gravidade das suas consequências evidencia a necessidade de deliberação específica sobre o recebimento da denúncia e sobre a respectiva instauração do processo de *impeachment*, tudo em simetria com o que ocorre na apuração de crimes comuns, em relação aos quais o STF realiza, primeiro, um juízo de recebimento da denúncia; segundo, um juízo definitivo sobre a culpa do acusado.

81. O artigo 24 da Lei n. 1.079 – redigido sob a égide de Constituição que previa outras funções para a Câmara e para o Senado – afirma que *"Recebido no Senado o decreto de acusação com o processo enviado pela Câmara dos Deputados e apresentado o libelo pela comissão acusadora, remeterá ao Presidente cópia de tudo ao acusado, que, na mesma ocasião e nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 23, será notificado para comparecer em dia prefixado perante o Senado"*. O recebimento da denúncia referido no dispositivo legal deve ser filtrado à luz da nova Constituição. Agora, o recebimento da denúncia – momento que traduz a *instauração do processo* – depende de decisão do Senado Federal, não mais podendo significar mero exercício de função protocolar de recebimento físico do processo vindo da Câmara com o posterior chamamento do acusado para responder à acusação.

82. Daí decorre a necessidade de se interpretar o art. 24 da Lei n. 1.079 em conformidade com a Constituição. Para se suprir omissão quando ao juízo de



admissibilidade que se deve proferir no Senado, pode-se aplicar, por analogia<sup>67</sup>, o disposto nos artigos 44 a 49, previstos originariamente para disciplinar o *impeachment* de Ministros do STF e do Procurador Geral da República. Confira-se o teor dos preceitos:

*Art. 44. Recebida a denúncia pela Mesa do Senado, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial, eleita para opinar sobre a mesma.*

*Art. 45. A comissão a que alude o artigo anterior, reunir-se-á dentro de 48 horas e, depois de eleger o seu presidente e relator, emitirá parecer no prazo de 10 dias sobre se a denúncia deve ser, ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias.*

*Art. 46. O parecer da comissão, com a denúncia e os documentos que a instruírem, será lido no expediente de sessão do Senado, publicado no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, que deverão ser distribuídos entre os senadores, e dado para ordem do dia da sessão seguinte.*

*Art. 47. O parecer será submetido a uma só discussão, e a votação nominal (...)*

*Art. 48. Se o Senado resolver que a denúncia não deve constituir objeto de deliberação, serão os papeis arquivados.*

*Art. 49. Se a denúncia for considerada objeto de deliberação, a Mesa remeterá cópia de tudo ao denunciado, para responder à acusação no prazo de 10 dias.*

83. De acordo com o artigo 44, no Senado, o exame prévio da admissibilidade deve ser feito pela mesa do Senado Federal. Como antes

<sup>67</sup> Os argumentos que priorizam o raciocínio jurídico analógico, em geral, também são válidos aqui. Se o legislador já concretizou preceito constitucional semelhante, por razões de legitimação democrática, deve o Judiciário provisoriamente aplicar a legislação análoga, fazendo as correções devidas. É justamente o que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos MIs 670 e 712, em que determinou que se aplicasse ao direito de greve do servidor público a regulamentação que o legislador ordinário elaborou para o direito de greve dos empregados da iniciativa privada, fazendo, contudo, as correções devidas, com ênfase na necessidade de se observar o princípio da continuidade dos serviços públicos.



verificado, o Senado pode instaurar ou não o processo, realizando juízo de admissibilidade. A autorização eventualmente dada pela Câmara será uma condição de procedibilidade, sem a qual o juízo de admissibilidade será necessariamente negativo. Considerando o que dispõem os artigos 45 a 49, o que se disse quanto à confirmação do juízo de admissibilidade pelo Plenário da Câmara, também se aplica à decisão da mesa do Senado: a matéria é devolvida ao Plenário do Senado. Também no que toca ao Senado deve-se exigir, para que prevalecesse a decisão de admitir o processo, a formação de uma maioria de 2/3 dos membros. Não aplica, portanto, a maioria simples prevista no artigo 47 para a decisão que admite a instauração do processo de *impeachment* de ministros do STF e do Procurador-geral da República.

84. Verifique-se que a exigência de duas votações por maioria de 2/3 em cada casa legislativa para que se promova o *impeachment* não é estranha à forma como a Constituição concebe alguns dos institutos que operam na esfera da política constitucional. É o caso do procedimento previsto para a manifestação do poder constituinte reformador. Exige-se maioria de 3/5 dos votos dos membros de cada casa legislativa, os quais devem deliberar em dois turnos. Como a decisão de alterar a Constituição é gravíssima, a confirmação da decisão uma segunda vez, em cada casa, é salutar, embora, no Brasil, não costume impedir a promulgação frequente de emendas constitucionais. Pelo contrário. O mesmo se pode dizer do processo de *impeachment*. Sua absoluta excepcionalidade, torna saudável a complexidade que decorre da forma como a Constituição Federal de 1988 concebe o instituto. O Presidente da República é eleito diretamente pelo povo: a decisão de parlamentares só pode retirá-lo do poder quando se forma uma maioria ampla, sólida e decidida.





**3.6. NÃO RECEPÇÃO DO § 1º DO ART. 23 DA LEI N. 1.079: AFASTAMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE SUAS FUNÇÕES A PARTIR DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO PELO SENADO FEDERAL (INCISO II DO § 1º DO ART. 86 DA CF)**

85. A incompatibilidade entre o disposto no § 1º do art. 23 da Lei n. 1.079 e o estabelecido no inciso II do § 1º do art. 86 da CF é evidente. De um lado, o dispositivo integrante do capítulo II da segunda parte do diploma legal – que dispõe sobre as funções da Câmara dos Deputados –, determina: *“São efeitos imediatos do decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final”*. De outro, a Constituição determina que *“O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal”*.

86. É evidente que a Constituição exige, para o afastamento do Presidente da República de suas funções, mais do que a autorização da Câmara dos Deputados para o processamento de crime comum ou de responsabilidade: demanda que o Supremo Tribunal Federal receba a denúncia ou queixa-crime – no caso de crime comum – ou que o Senado Federal instaure o processo – no caso de crime de responsabilidade. A contrariedade do dispositivo legal ao parâmetro constitucional é textual, e seu exame não carece, mercê do precedente firmado pelo Plenário do STF a propósito do tema, de maior esforço argumentativo: a declaração de não recepção do § 1º do art. 23 da Lei n. 1.079 pelos incisos I e II do § 1º do art. 86 da CF é medida impositiva.



### 3.7. VIOLAÇÃO PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE: NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE OS PAPEIS DE ACUSADOR E DE JUIZ COMO COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

87. A imparcialidade, inequívoca derivação normativa do princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV), é atualmente tida como “direito processual fundamental”.<sup>68</sup> A necessidade de garantir a imparcialidade do julgamento exige a releitura da Lei n. 1.079/50 sob a ótica dos princípios do devido processo legal e do juiz natural, de modo a garantir a separação entre as funções de acusação e de juiz no âmbito do processo de *impeachment*.<sup>69</sup> Isso conduz à conclusão de que os Senadores, verdadeiros juízes da causa, devem se apartar da *função acusatória*, o que resulta na vedação à assunção da incumbência de apurar e produzir provas. Tudo isso porque, segundo a jurisprudência do STF, a separação entre as funções acusatória e decisória constitui decorrência do princípio do devido processo legal:

*9. O traço mais marcante do sistema acusatório consiste no estabelecimento de uma separação rígida entre os momentos da acusação e do julgamento. Disso decorrem algumas consequências, sendo duas delas de especial significado constitucional. Em primeiro lugar, ao contrário do que se verifica no sistema inquisitorial, o juiz deixa de exercer um papel ativo na fase de investigação e de acusação. Isso preserva a neutralidade do Estado julgador para o eventual julgamento das imputações, evitando ou atenuando o risco de que se formem pré- compreensões*

68 DUARTE, Ronnie Preuss. Pré-julgamento e suspeição do julgador. *Revista de Processo*, ano 31, n. 138, pp. 56-77, ago. 2006, p. 59.

69 Nesse sentido, a jurisprudência do STF: “A imparcialidade da jurisdição é exigência primária do princípio do devido processo legal, entendido como justo processo da lei, na medida em que não pode haver processo que, conquanto legal ou oriundo da lei, como deve ser, seja também justo – como postula a Constituição da República –, sem o caráter imparcial da jurisdição. Não há, deveras, como conceber-se processo jurisdicional – que, como categoria jurídica, tem por pressuposto de validade absoluta a concreta realização da promessa constitucional de ser justo ou devido por justiça (due process) –, sem o predicado da imparcialidade da jurisdição” (Voto do Ministro Cezar Peluso, STF, HC 94641, Relator Min. Ellen Gracie, Relator p/ Acórdão: Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgado em 11/11/2008.)



*em qualquer sentido. Uma das projeções mais intuitivas dessa exigência é o princípio da inércia jurisdicional, pelo qual se condiciona a atuação dos magistrados à provocação por um agente externo devidamente legitimado para atuar.*

*10. Em segundo lugar, o sistema acusatório busca promover a paridade de armas entre acusação e defesa, uma vez que ambos os lados se encontram dissociados e, ao menos idealmente, equidistantes do Estado-juiz. Nesse contexto, cabe às partes o ônus de desenvolverem seus argumentos à luz do material probatório disponível, de modo a convencer o julgador da consistência de suas alegações. Afasta-se, assim, a dinâmica inquisitorial em que a figura do juiz se confunde com a de um acusador, apto a se valer do poder estatal para direcionar o julgamento – quase sempre no sentido de um juízo condenatório.*

*(...)*

*12. Em suma, o sistema acusatório estabelece determinadas balizas para os procedimentos de investigação criminal, que devem ser desenvolvidos ordinariamente pela autoridade policial sob a supervisão do Ministério Público. Ainda que o legislador disponha de alguma liberdade de conformação na matéria, inclusive para tratar de contextos específicos como o da Justiça Eleitoral, não é válido que esvazie a opção do constituinte e crie para o juiz um poder genérico de direção dessa fase pré-processual.*

88. Nesse aspecto, o processo regido pela Lei n. 1.079/50 deve se aproximar, uma vez mais, do nível de garantia reconhecido atualmente no âmbito do processo penal.<sup>70</sup> Em prestígio à estrutura acusatória do processo e também para garantir a imparcialidade objetiva do julgamento<sup>71</sup>, somente deve-se permitir

<sup>70</sup> A Lei n. 11.690, de 9 de junho de 2008, alterou a redação do art. 212 do Código de Processo Penal, passando-se a adotar o procedimento do Direito Norte-Americano, chamado *cross-examination*, no qual as testemunhas são questionadas diretamente pela parte que as arrolou, facultada à parte contrária, a seguir, sua inquirição (exame direto e cruzado), e ao juiz os esclarecimentos remanescentes e o poder de fiscalização.

<sup>71</sup> A esse respeito, é precisa a jurisprudência do STF: “Abstraídos os demais fundamentos do pedido, estou em que se patenteia, no caso, quebra da chamada imparcialidade objetiva, de que deve, como cláusula elementar do princípio constitucional do justo processo da lei (due process of law), revestir-se, na situação de cada causa, o magistrado competente para decidi-la. (...) Caracteriza-se, portanto, hipótese exemplar de ruptura da situação de imparcialidade objetiva, cuja falta incapacita, de todo, o magistrado para conhecer e decidir causa que lhe tenha sido



aos Senadores a realização de diligências ou a produção de provas de modo residual e complementar às partes, sem assumir, para si, a função acusatória.<sup>72</sup> Isso porque *"o contato direto com o sujeito passivo e com os fatos e dados pode provocar no ânimo do juiz-instrutor uma série de pré-juízos e impressões a favor ou em contra do imputado, influenciando no momento de sentenciar"*.<sup>73</sup>

*submetida, em relação à qual a incontornável predisposição psicológica nascida de profundo contato anterior com as relações e a força retórica da prova dos fatos o torna concretamente incompatível com a exigência do exercício isento da função jurisdicional. Tal qualidade, carente no caso, diz-se objetiva, porque não provém de ausência de vínculos juridicamente importantes entre o juiz e qualquer dos interessados na causa, sejam partes ou não (imparcialidade dita subjetiva), mas porque corresponde à condição de originalidade da cognição que irá o juiz desenvolver na causa, no sentido de que não haja ainda, de modo consciente ou inconsciente, formado nenhuma convicção ou juízo prévio, no mesmo ou em outro processo, sobre os fatos por apurar ou sobre a sorte jurídica da lide por decidir. Como é óbvio, sua perda significa falta da isenção inerente ao exercício legítimo da função jurisdicional."* (Voto do Ministro Cezar Peluso, STF, HC 94641, Relator Min. Ellen Gracie, Relator p/ Acórdão: Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgado em 11/11/2008).

<sup>72</sup> Nesse sentido: "1. A estrutura acusatória do processo penal pátrio impede que se sobreponham em um mesmo sujeito processual as funções de defender, acusar e julgar, mas não elimina, dado a natureza publicista do processo, a possibilidade de o juiz determinar, mediante fundamentação e sob contraditório, a realização de diligências ou a produção de meios de prova para a melhor reconstrução histórica dos fatos, desde que assim proceda de modo residual e complementar às partes e com o cuidado de preservar sua imparcialidade. 2. Não fora assim, restaria ao juiz, a quem se outorga o poder soberano de dizer o direito, lavar as mãos e reconhecer sua incapacidade de outorgar, com justeza e justiça, a tutela jurisdicional postulada, seja para condenar, seja para absolver o acusado. Uma postura de tal jaez ilidiria o compromisso judicial com a verdade e com a justiça, sujeitando-o, sem qualquer reserva, ao resultado da atividade instrutória das partes, nem sempre suficiente para esclarecer, satisfatoriamente, os fatos sobre os quais se assenta a pretensão punitiva. 3. O uso, pelo magistrado, de seus poderes instrutórios, presentes em inúmeros dispositivos do Código de Processo Penal, não autoriza, porém, posturas de vanguarda ou de protagonismo judicial. Assim, deve ser anulada a decisão da autoridade judiciária que, ao manter o recebimento da denúncia, determinou, imotivadamente, a oitiva de delegado e de inspetores de polícia, pois ao determinar, antes do início da instrução criminal, prova não urgente e não requerida pelas partes, o Juiz agiu em substituição aos litigantes. 4. Entretanto, deve ser prestigiada a atividade probatória deflagrada depois do término da audiência de instrução, quando, na própria ata, o Juiz determinou, de ofício, a oitiva de pessoas a que as testemunhas se referiram, de forma residual e em consonância com o art. 209, § 1º, do CPP, para a correta verificação de fatos referidos durante a produção da prova oral. 5. Recurso ordinário parcialmente provido para declarar somente a nulidade da decisão que, ao ratificar o recebimento da denúncia, ordenou, de ofício, a oitiva de delegado e de inspetores de polícia, devendo tais depoimentos ser desentranhados dos autos do processo, sem prejuízo de que tais testemunhos sejam requeridos pelas partes, na fase do art. 402 do CPP, ou, justificadamente, determinados pelo Juiz, nos termos dos arts. 156 ou 209 do CPP" (STJ, RHC 58.186/RJ, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, 6ª Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 15/09/2015).

<sup>73</sup> LOPES JR., Aury. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. 3ª ed. RJ: Lumen Juris, 2008, pp. 125-127.



Exatamente para evitar essa contaminação do juiz pelo contato com a produção da prova – o que afeta negativamente a confiança que o julgamento deve inspirar nos cidadãos –, é o que o STF concluiu que *“a regra processual penal não pode valer apenas para a hipótese da chamada progressão vertical do processo, a qual exclui atuação de juiz que haja atuado em outro grau de jurisdição da mesma causa, pois as razões que sustentariam tal exclusão, de todo se aplicam ao fenómeno do desenvolvimento processual horizontal, proibindo, diante de igual presunção de pré-juízo, exercer jurisdição, no processo principal, o juiz que tenha recolhido provas em procedimento preliminar sobre os fatos”*.<sup>74</sup>

89. Atualmente, grande parte da discussão, no entanto, reside na apartação teórica proposta desde 1982 pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos (Caso *Piersack*)<sup>75</sup> entre os conceitos de imparcialidade subjetiva e objetiva. Na locução daquela Corte<sup>76</sup>:

*De acuerdo con la jurisprudencia constante del Tribunal, la existencia de imparcialidad en lo que se refiere al artículo 6.1 debe ser determinada de acuerdo a una valoración subjetiva donde se deben tener en cuenta la convicción personal y el comportamiento de un juez en particular, esto es, si el juez tiene algún prejuicio personal o favoritismo en algún caso dado; y también de acuerdo con una valoración objetiva, es decir asegurando si el tribunal en sí mismo y, entre otros aspectos, su composición, ofrece suficientes garantías para excluir cualquier duda legítima con respecto a su imparcialidad.*

90. Além da imperiosa necessidade de garantir que os juízes do processo de *impeachment* – Senadores da República – não desempenhem funções

<sup>74</sup> Voto do Ministro Cezar Peluso, STF, HC 94641, Relator Min. Ellen Gracie, Relator p/ Acórdão: Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgado em 11/11/2008.

<sup>75</sup> JÚNIOR, Aury Lopes. *Direito Processual Penal*. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014, p. 172.

<sup>76</sup> Caso *Micallef contra Malta*, de 15 de outubro de 2009.



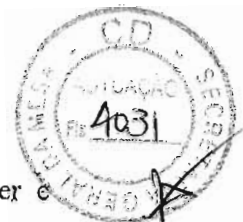
acusatórias, deve-se assegurar que também os agentes públicos competentes para autorizar o processamento da Presidente da República por crime de responsabilidade tenham a necessária imparcialidade. No tocante ao procedimento já recebido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, verifica-se que a ausência de imparcialidade é objetivamente aferível. O Presidente da Câmara de Deputados é alvo de representação pelo cometimento de falta ética no âmbito da Comissão de ética da Câmara dos Deputados, o que pode conduzir à perda do seu mandato. E o recebimento da representação, com a instauração do processo, resultaria de decisão colegiada da qual participariam deputados integrantes do partido da Presidente da República. Institui-se, por isso, um contexto de suspeição objetivamente aferível, que inabilita o Presidente da Câmara para tomar a decisão de receber o processo de Impeachment. Asseverasse, ainda, que a suspeição do Presidente da Câmara, na hipótese, não resulta de divergências ideológicas ou partidárias, mas de um conflito de interesses instaurado e amplamente reconhecido pela esfera pública nacional.

#### - PARTE 4 -

#### PEDIDO CAUTELAR

91. O requisito do *fumus boni iuris* decorre de tudo o que se disse acima quanto à necessidade de adequação do procedimento previsto na Lei n. 1079 ao texto constitucional de 1988, o que não ocorre. As decisões proferidas por ocasião do julgamento do *impeachment* do Presidente Fernando Collor promoveram, apenas em parte, a filtragem constitucional da referida lei. Muitos pontos remanescem imunes à jurisdição constitucional, e se mantêm alheios ao que a Constituição Federal promoveu de inovação.

92. A presença de tal requisito foi reconhecida nas decisões liminares recentemente proferidas a propósito do procedimento a ser adotado para o



processamento de denúncias de *impeachment* pelos Ministros Rosa Weber e Teori Zavascki, já citados ao longo desta inicial. Como consignou o Ministro Teori Zavascki, ao julgar o MS 33837 MC/DF, “*em processo de tamanha magnitude institucional, que põe a juízo o mais elevado cargo do Estado e do Governo da Nação, é pressuposto elementar a observância do devido processo legal, formado e desenvolvido à base de um procedimento cuja validade esteja fora de qualquer dúvida de ordem jurídica*”.

93. O *fumus boni iuris* decorre ainda das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, como a Corte Europeia, tem determinado a incidência, também nos processos de impedimento de chefes de estado, do princípio do devido processo legal, especialmente das garantias inerentes ao processo penal e ao processo administrativo sancionador.

94. O requisito do *periculum in mora* decorre da circunstância de o Presidente da Câmara dos Deputados ter recebido, em 02.12.2015, o pedido de *impeachment* contra a Presidente da República (decisão anexa). Como havia consignado a Ministra Rosa Weber na decisão proferida no âmbito da Reclamação n. 22124 MC/DF, a liminar era concedida “*diante da iminência de exame pelo Presidente da Câmara dos Deputados de inúmeras denúncias de crime de responsabilidade imputado à Presidente da República*”. O Presidente Eduardo Cunha revogou a resposta que havia formulado à questão de ordem relativa ao referido procedimento, tendo em vista decisões liminares do Supremo Tribunal Federal. Há, com isso, grave insegurança quanto ao procedimento que regerá o processamento dos pedidos de *impeachment*, a esta parte iniciado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

95. Como antes consignado, como se cuida de procedimento que pode levar à interrupção de mandato presidencial, a incerteza jurídica produz insegurança política e econômica, contribuindo para desestabilizar ainda mais os sistemas político e econômico nacionais. É urgente a manifestação do Supremo



Tribunal Federal para que a denúncia por crime de responsabilidade seja processada de acordo com procedimento válido e previamente estabelecido. Do contrário, o que se antevê é uma sequência de mandados de segurança e o desenvolvimento errático de um procedimento obtuso, já suplantado pelo curso do tempo e pela afirmação histórica do estado democrático de direito.

96. Em face do exposto, requer o autor, cautelarmente, o deferimento de decisão monocrática para suspender, de imediato, o processo de *impeachment* iniciado contra a Presidente da República, até que seja julgada a medida cautelar ora pleiteada.

97. Requer o autor, ainda, o deferimento de medida cautelar para que:

- a) seja realizada interpretação conforme à Constituição do art. 19 da Lei n. 1.079/50, para se fixar, com efeito *ex tunc* – abrangendo os processos em andamento –, a interpretação segundo a qual o recebimento da denúncia referido no dispositivo legal deve ser precedido de audiência prévia do acusado, no prazo de quinze dias;
- b) seja declarada a ilegitimidade constitucional (não recepção) das expressões “regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado federal”, constantes do art. 38 da Lei n. 1.079/50;
- c) seja declarada a recepção dos artigos 19, 20, 21, 22 e 23, *caput*, da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual o art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados substitui o procedimento previsto nos referidos preceitos legais;
- d) seja realizada interpretação conforme a Constituição do art. 19 da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual a formação da comissão especial deve se dar com representantes dos





blocos parlamentares no lugar de representantes dos partidos políticos;

e) seja realizada interpretação conforme dos artigos 18, § 1º, 22, 27, 28 e 29 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual toda a atividade probatória deve ser desenvolvida em primeiro lugar pela acusação e por último pela defesa;

f) seja realizada interpretação conforme do § 1º do art. 22 e dos artigos 28 e 29, todos da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual, em cada fase processual – perante a Câmara Federal e perante o Senado Federal –, a manifestação do acusado, pessoalmente ou por seus representantes legais, seja o último ato de instrução;

g) seja realizada interpretação conforme a Constituição do artigo 24 da Lei n. 1.079 para se fixar a interpretação segundo a qual o processo de *impeachment*, autorizado pela Câmara, pode ou não ser instaurado no Senado, cabendo a decisão de instaurá-lo ou não à respectiva Mesa, aplicando-se analogicamente o disposto no artigo 44 da própria Lei 1079/50, não sendo tal decisão passível de recurso;

h) seja realizada interpretação conforme a Constituição do artigo 24 da Lei n. 1079/50 para se fixar a interpretação segundo a qual a decisão da mesa do Senado pela instauração do processo deve ser submetida ao Plenário da Casa, aplicando-se, por analogia, os artigos 45, 46, 48 e 49 da própria Lei n. 1079, exigindo-se, para se confirmar a instauração do processo, a decisão de 2/3 dos senadores;

i) seja declarada a ilegitimidade constitucional – não recepção – dos §§ 1º e 5º do art. 23, e dos artigos 80 e 81 da Lei n. 1.079;



j) seja realizada interpretação conforme dos artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual os Senadores só devem realizar diligências ou a produção de provas de modo residual e complementar às partes, sem assumir, para si, a função acusatória;

k) seja realizada interpretação conforme do art. 19 da Lei n. 1.079/50, com efeitos *ex tunc* – alcançando processos em andamento –, para fixar a interpretação segundo a qual o Presidente da Câmara dos Deputados apenas pode praticar o ato de recebimento da acusação contra a Presidente da República se não incidir em qualquer das hipóteses de impedimento ou suspeição, esta última objetivamente aferível pela presença de conflito concreto de interesses.

**- PARTE 5 -**  
**PEDIDOS DE MÉRITO**

98. Em face do exposto, requerem os autores que:

- a) seja recebida e julgada procedente a presente ADPF;
- b) sejam notificados a Presidência da República, e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, por intermédio de seus presidentes, para que, como responsáveis pela elaboração das normas impugnadas, se manifestem;
- c) seja notificado o Exmo. Sr. Advogado-Geral da União para se manifestar sobre o mérito da presente Ação;



- d) seja notificado do Exmo. Sr. Procurador Geral da República para que emita o seu Parecer;
- e) seja julgada procedente a presente ADPF para que o STF profira decisão nos termos aduzidos nos itens que se seguem;
- f) seja realizada interpretação conforme à Constituição do art. 19 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual o recebimento da denúncia referido no dispositivo legal deve ser precedido de audiência prévia do acusado, no prazo de quinze dias;
- g) seja declarada a ilegitimidade constitucional (não recepção) das expressões “regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado federal”, constantes do art. 38 da Lei n. 1.079/50;
- h) seja declarada a recepção dos artigos 19, 20, 21, 22 e 23, *caput*, da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual o art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados substitui o procedimento previsto nos referidos preceitos legais;
- i) seja realizada interpretação conforme a Constituição do art. 19 da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual a formação da comissão especial deve se dar com representantes dos blocos parlamentares no lugar de representantes dos partidos políticos;
- j) seja realizada interpretação conforme dos artigos 18, § 1º, 22, 27, 28 e 29 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual toda a atividade probatória deve ser desenvolvida em primeiro lugar pela acusação e por último pela defesa;
- k) seja realizada interpretação conforme do § 1º do art. 22 e dos artigos 28 e 29, todos da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual, em cada fase processual — perante a



Câmara Federal e perante o Senado Federal —, a manifestação do acusado, pessoalmente ou por seus representantes legais, seja o último ato de instrução;

l) seja realizada interpretação conforme a Constituição do artigo 24 da Lei n. 1.079 para se fixar a interpretação segundo a qual o processo de *impeachment*, autorizado pela Câmara, pode ou não ser instaurado no Senado, cabendo a decisão de instaurá-lo ou não à respectiva Mesa, aplicando-se analogicamente o disposto no artigo 44 da própria Lei 1079/50, não sendo tal decisão passível de recurso;

m) seja realizada interpretação conforme a Constituição do artigo 24 da Lei n. 1079/50 para se fixar a interpretação segundo a qual a decisão da mesa do Senado pela instauração do processo deve ser submetida ao Plenário da Casa, aplicando-se, por analogia, os artigos 45, 46, 48 e 49 da própria Lei n. 1079, exigindo-se, para se confirmar a instauração do processo, a decisão de 2/3 dos senadores;

n) seja declarada a ilegitimidade constitucional — não recepção — dos §§ 1º e 5º do art. 23, e dos artigos 80 e 81 da Lei n. 1.079;

o) seja realizada interpretação conforme dos artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual os Senadores só devem realizar diligências ou a produção de provas de modo residual e complementar às partes, sem assumir, para si, a função acusatória;

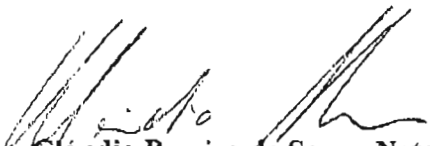
p) seja realizada interpretação conforme do art. 19 da Lei n. 1.079/50, com efeitos *ex tunc* — alcançando processos em andamento —, para fixar a interpretação segundo a qual o Presidente da Câmara dos Deputados apenas pode praticar o ato de



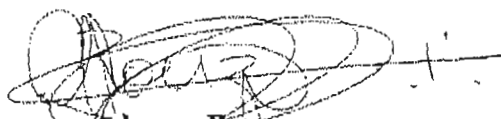
recebimento da acusação contra a Presidente da República se não incidir em qualquer das hipóteses de impedimento ou suspeição, esta última objetivamente aferível pela presença de conflito concreto de interesses.

Pedem Deferimento

Brasília, 3 de dezembro de 2015.



Cláudio Pereira de Souza Neto  
OAB-RJ 96.073



Ademair Borges  
OAB-DF 29.178

*Supremo Tribunal Federal***MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 378 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN  
REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
ADV.(A/S) : ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**DESPACHO:** Trata-se de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, com pedido de medida cautelar, proposta pelo Partido Comunista do Brasil em face da Lei 1.079/1950.

Solicitem-se informações à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, bem como à Advocacia Geral da União e à Procuradoria Geral da República, no prazo comum de 05 (cinco) dias (art. 5º, §2º da Lei 9.882/1999).

Comunique-se, com a máxima urgência, inclusive via fax ou outro meio mais expedito, o teor do presente despacho.

Decorrido o prazo, com (ou sem) as informações, venham os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

*Documento assinado digitalmente*

Protocolo: 2015/149169  
Data e Hora: 11/12/2015-17:03  
Interessado: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
Iniciativa:  
Assunto: Ofício MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL Nº 378



*Supremo Tribunal Federal*



**URGENTE**

Ofício nº 29231/2015

Brasília, 3 de dezembro de 2015.

Medida Cautelar na Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378

REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
ADV.(A/S) : ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Senhor Presidente,

A fim de instruir o processo em epígrafe, solicito-lhe informações, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o alegado na petição inicial de cópia anexa, nos termos da Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999.

Apresento o testemunho de apreço e consideração.

**Ministro Edson Fachin**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Federal EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados

PRESIDÊNCIA CAMARA 11/12/2015 16:53 002954

Secretaria-Geral da Mesa do STF 11/12/2015 17:26  
Ponto: 4148 Ass.:  
Origem: 1001



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL**

*“Cuida-se de abrir um processo, de imensa gravidade, é um processo cuja abertura, por si só, significa uma crise.”<sup>1</sup>*

*“Em processo de tamanha magnitude institucional, que põe a juízo o mais elevado cargo do Estado e do Governo da Nação, é pressuposto elementar a observância do devido processo legal, formado e desenvolvido à base de um procedimento cuja validade esteja fora de qualquer dúvida de ordem jurídica”.<sup>2</sup>*

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**, partido político com representação no Congresso Nacional, devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 22.441.349/0001-00, com sede na Rua Rêgo Freitas, n. 92, República, São Paulo, CEP 01220-010, representado, na forma do seu Estatuto Social (doc. 1), pelo seu Presidente, (ata da eleição anexa, doc. 2), vem, pelos seus advogados abaixo-assinados (procuração anexa, doc. 3), com fundamento no disposto no art. 102, § 1º da Constituição Federal e nos dispositivos da Lei nº 9.882/99, ajuizar a presente

**ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL  
com pedido de MEDIDA CAUTELAR**

---

<sup>1</sup> STF, MS 20941, Relator Min. Aldir Passarinho, Relator p/ Acórdão: Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992.

<sup>2</sup> STF, Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 33.837 DF, Relator Min. Teori Zavascki. Decisão proferida em 12/10/2015.





objetivando seja reconhecida a ilegitimidade constitucional de dispositivos e interpretações da Lei n. 1.079, de 1950, e também a legitimidade constitucional de outros dispositivos integrantes do mesmo diploma legal, e, em razão disso, seja determinada a adoção das providências listadas ao final, tendentes a sanar as lesões a preceitos fundamentais da Constituição Federal, decorrentes da manutenção na ordem jurídica de textos normativos e interpretações que, ao regular o processo de *impeachment* do Presidente da República de modo incompatível com o texto constitucional vigente, geram instabilidade jurídica, política, econômica e social.

#### **- PARTE I -**

### **QUESTÕES PRELIMINARES: LEGITIMIDADE, OBJETO, CABIMENTO DA ADPF E NECESSIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL**

#### **1.1. A LEGITIMIDADE ATIVA DOS AUTORES DA ADPF**

1. A Lei n. 9.882/99, ao regulamentar o instituto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, definiu, como legitimados para propô-la, os mesmos previstos para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade (art. 2º, I). Os partidos políticos possuem legitimidade ativa para promover o ajuizamento da presente ação de controle concentrado de constitucionalidade (art. 103, incisos VIII e IX, da CF). Exige-se apenas que possuam representantes no Congresso Nacional, os quais estão relacionados na lista anexa (doc. 4).



objetivando seja reconhecida a ilegitimidade constitucional de dispositivos e interpretações da Lei n. 1.079, de 1950, e também a legitimidade constitucional de outros dispositivos integrantes do mesmo diploma legal, e, em razão disso, seja determinada a adoção das providências listadas ao final, tendentes a sanar as lesões a preceitos fundamentais da Constituição Federal, decorrentes da manutenção na ordem jurídica de textos normativos e interpretações que, ao regular o processo de *impeachment* do Presidente da República de modo incompatível com o texto constitucional vigente, geram instabilidade jurídica, política, econômica e social.

#### **- PARTE I -**

### **QUESTÕES PRELIMINARES: LEGITIMIDADE, OBJETO, CABIMENTO DA ADPF E NECESSIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL**

#### **1.1. A LEGITIMIDADE ATIVA DOS AUTORES DA ADPF**

1. A Lei n. 9.882/99, ao regulamentar o instituto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, definiu, como legitimados para propô-la, os mesmos previstos para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade (art. 2º, I). Os partidos políticos possuem legitimidade ativa para promover o ajuizamento da presente ação de controle concentrado de constitucionalidade (art. 103, incisos VIII e IX, da CF). Exige-se apenas que possuam representantes no Congresso Nacional, os quais estão relacionados na lista anexa (doc. 4).



## 1.2. O OBJETO DA ADPF

2. A Lei n. 1.079/50, em sua segunda parte, estabelece normas procedimentais que disciplinam o processamento e o julgamento de denúncias pela prática de crime de responsabilidade. A presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental tem por objetivo requerer ao Supremo Tribunal Federal a declaração de ilegitimidade constitucional – não recepção – dos seguintes dispositivos da Lei n. 1.079/50:

*Art. 23. (...)*

*§ 1º Se da aprovação do parecer resultar a procedência da denúncia, considerar-se-á decretada a acusação pela Câmara dos Deputados.*

*§ 5º São efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final.*

*Art. 38. No processo e julgamento do Presidente da República e dos Ministros de Estado, serão subsidiários desta lei, naquilo em que lhes forem aplicáveis, assim os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como o Código de Processo Penal.*

*Art. 80. Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado, a Câmara dos Deputados é tribunal de pronuncia e o Senado Federal, tribunal de julgamento; nos crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador Geral da República, o Senado Federal é, simultaneamente, tribunal de pronuncia e julgamento.*

*Art. 81 A declaração de procedência da acusação nos crimes de responsabilidade só poderá ser decretada pela maioria absoluta da Câmara que a preferir.*



3. Busca-se ainda obter a declaração de legitimidade constitucional – de recepção – dos seguintes preceitos da Lei n. 1079/50:

*Art. 20. A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu Presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia.*

*§ 1º O parecer da comissão especial será lido no expediente da sessão da Câmara dos Deputados e publicado integralmente no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, juntamente com a denúncia, devendo as publicações ser distribuídas a todos os deputados.*

*§ 2º Quarenta e oito horas após a publicação oficial do parecer da Comissão especial, será o mesmo incluído, em primeiro lugar, na ordem do dia da Câmara dos Deputados, para uma discussão única.*

*Art. 21. Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.*

*Art. 22. Encerrada a discussão do parecer, e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não fôr considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contestá-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado.*

*§ 1º Findo esse prazo e com ou sem a contestação, a comissão especial determinará as diligências requeridas, ou que julgar convenientes, e realizará as sessões necessárias para a tomada do depoimento das testemunhas de ambas as partes, podendo ouvir o denunciante e o denunciado, que poderá assistir pessoalmente, ou por seu procurador, a todas as audiências e diligências realizadas pela comissão, interrogando e contestando as testemunhas e requerendo a reinquirição ou acareação das mesmas.*



§ 2º Findas essas diligências, a comissão especial proferirá, no prazo de dez dias, parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia.

§ 3º Publicado e distribuído esse parecer na forma do § 1º do art. 20, será o mesmo, incluído na ordem do dia da sessão imediata para ser submetido a duas discussões, com o interregno de 48 horas entre uma e outra.

§ 4º Nas discussões do parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia, cada representante de partido poderá falar uma só vez e durante uma hora, ficando as questões de ordem subordinadas ao disposto no § 2º do art. 20.

4. Busca-se, ainda, obter do Supremo Tribunal Federal interpretação conforme a Constituição das seguintes normas, inseridas na Lei n. 1079/50:

*Art. 16. A denúncia assinada pelo denunciante e com a firma reconhecida, deve ser acompanhada dos documentos que a comprovem, ou da declaração de impossibilidade de apresentá-los, com a indicação do local onde possam ser encontrados, nos crimes de que haja prova testemunhal, a denúncia deverá conter o rol das testemunhas, em número de cinco no mínimo.*

*Art. 18. As testemunhas arroladas no processo deverão comparecer para prestar o seu depoimento, e a Mesa da Câmara dos Deputados ou do Senado por ordem de quem serão notificadas, tomará as providências legais que se tornarem necessárias legais que se tornarem necessárias para compeli-las a obediência.*

*Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.*

*Art. 20. A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu Presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a*



*comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia.*

*Art. 22. Encerrada a discussão do parecer, e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não fôr considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contestá-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado.*

*§ 1º Findo esse prazo e com ou sem a contestação, a comissão especial determinará as diligências requeridas, ou que julgar convenientes, e realizará as sessões necessárias para a tomada do depoimento das testemunhas de ambas as partes, podendo ouvir o denunciante e o denunciado, que poderá assistir pessoalmente, ou por seu procurador, a tôdas as audiências e diligências realizadas pela comissão, interrogando e contestando as testemunhas e requerendo a reinquirição ou acareação das mesmas.*

*§ 2º Findas essas diligências, a comissão especial proferirá, no prazo de dez dias, parecer sobre a procedência ou improcedência da denúncia.*

*(...)*

*Art. 24. Recebido no Senado o decreto de acusação com o processo enviado pela Câmara dos Deputados e apresentado o libelo pela comissão acusadora, remeterá o Presidente cópia de tudo ao acusado, que, na mesma ocasião e nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 23, será notificado para comparecer em dia prefixado perante o Senado.*

*Parágrafo único. Ao Presidente do Supremo Tribunal Federal enviar-se-á o processo em original, com a comunicação do dia designado para o julgamento.*

*Art. 25. O acusado comparecerá, por si ou pelos seus advogados, podendo, ainda, oferecer novos meios de prova.*

*Art. 27. No dia aprazado para o julgamento, presentes o acusado, seus advogados, ou o defensor nomeado a sua revelia, e a comissão acusadora, o Presidente do Supremo*



*Tribunal Federal, abrindo a sessão, mandará ler o processo preparatório o libelo e os artigos de defesa; em seguida inquirirá as testemunhas, que deverão depor publicamente e fora da presença umas das outras.*

*Art. 28. Qualquer membro da Comissão acusadora ou do Senado, e bem assim o acusado ou seus advogados, poderão requerer que se façam às testemunhas perguntas que julgarem necessárias.*

*Parágrafo único. A Comissão acusadora, ou o acusado ou seus advogados, poderão contestar ou arguir as testemunhas sem contudo interrompê-las e requerer a acareação.*

*Art. 29. Realizar-se-á a seguir o debate verbal entre a comissão acusadora e o acusado ou os seus advogados pelo prazo que o Presidente fixar e que não poderá exceder de duas horas.*

5. Por fim, busca-se suprir lacuna na regulamentação do disposto nos artigos 52, I, e 86, §1º, II, da Constituição Federal, determinando-se a aplicação analógica dos artigos seguintes preceitos:

*Art. 44. Recebida a denúncia pela Mesa do Senado, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial, eleita para opinar sobre a mesma.*

*Art. 45. A comissão a que alude o artigo anterior, reunir-se-á dentro de 48 horas e, depois de eleger o seu presidente e relator, emitirá parecer no prazo de 10 dias sobre se a denúncia deve ser, ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias.*

*Art. 46. O parecer da comissão, com a denúncia e os documentos que a instruírem, será lido no expediente de sessão do Senado, publicado no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, que deverão ser distribuídos entre os senadores, e dado para ordem do dia da sessão seguinte.*

*Art. 47. O parecer será submetido a uma só discussão, e a votação nominal (...)*



*Art. 48. Se o Senado resolver que a denúncia não deve constituir objeto de deliberação, serão os papeis arquivados.*

*Art. 49. Se a denúncia for considerada objeto de deliberação, a Mesa remeterá cópia de tudo ao denunciado, para responder à acusação no prazo de 10 dias.*

6. Impõe-se realizar verdadeira *filtragem constitucional*<sup>3</sup> da Lei n. 1.079/50 de modo a compatibilizá-la com as garantias constitucionais que compõem o núcleo essencial do devido processo legal, bem como com os princípios democrático, da separação de poderes e com a conformação dada pela Constituição Federal de 1988 ao instituto do *Impeachment*. É ver o que, da Lei n. 1079, passados mais de 65 anos de sua edição, remanesce compatível com a ordem constitucional.<sup>4</sup>

7. Com efeito, se a legislação processual, em geral, e o Código de Processo Penal, em particular, sofreram nos últimos anos diversas reformas para se adequarem à matriz constitucional vigente, o mesmo não ocorreu com a Lei n. 1.079/50. Como o *impeachment* não é cogitado com frequência em sistemas presidencialistas bem ordenados, o Congresso Nacional não se preocupou em adaptar o procedimento previsto na Lei n. 1.079/50 aos novos ditames

---

<sup>3</sup> Como ressalta o Ministro Roberto Barroso, em estudo doutrinário, “*Nesse ambiente, a Constituição passa a ser não apenas um sistema em si — com a sua ordem, unidade e harmonia —, mas também um modo de olhar e interpretar todos os demais ramos do direito. Este fenômeno, identificado por alguns autores como filtragem constitucional, consiste em que toda a ordem jurídica deve ser lida e apreendida sob a lente da Constituição, de modo a realizar os valores nela consagrados. Como antes já assinalado, a constitucionalização do direito infraconstitucional não tem como sua principal marca a inclusão na Lei Maior de normas próprias de outros domínios, mas, sobretudo, a reinterpretação de seus institutos sob uma ótica constitucional.*” Cf. BARROSO, Luis Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (coord.). *A constitucionalização do Direito — fundamentos teóricos e aplicações específicas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Sobre o tema, cf. SHIER, Paulo Ricardo. *Filtragem Constitucional*. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1999.

<sup>4</sup> Ferreres Comella assinala que a existência de uma nova Constituição — inspirada por outros valores —, constitui fator que reduz o grau de presunção de constitucionalidade da lei. Cf. COMELLA, Víctor Ferreres. *Justicia constitucional y democracia*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.





constitucionais. Deveria tê-lo feito após o desfecho do *impeachment* do Presidente Fernando Collor, considerando, inclusive, as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a matéria. Mas não fez. A Câmara de Deputados limitou-se a promover algumas alterações em seu Regimento Interno, desconsiderando que a Constituição Federal exige que o procedimento de *impeachment* seja fixado em lei específica.

8. Como ora o *impeachment* voltou a fazer parte do debate público – o tema, desafortunadamente, tem ocupado a atenção do país no ano de 2015 –, começaram a surgir sérias dúvidas sobre como um eventual processo contra a Presidente da República por crime de responsabilidade se desenvolveria nas Casas Legislativas. A primeira decisão do Presidente da Câmara fixando regras para o processamento do *impeachment*, ao responder à Questão de Ordem n. 105/2015, foi levada ao Supremo Tribunal Federal. O Ministro Teori Zavascki, relator, deferiu medida liminar, suspendendo o processamento de eventuais denúncias. Na ocasião, consignou que

*“em processo de tamanha magnitude institucional, que põe a juízo o mais elevado cargo do Estado e do Governo da Nação, é pressuposto elementar a observância do devido processo legal, formado e desenvolvido à base de um procedimento cuja validade esteja fora de qualquer dúvida de ordem jurídica”.*<sup>5</sup>

9. Depois de três decisões do STF concedendo liminares para suspender a aplicação do rito definido na Questão de Ordem n. 105/2015, o Presidente da Câmara resolveu revoga-lo.<sup>6</sup> Com isso, abriria espaço para eventual

---

<sup>5</sup> Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 33.837 DF, Relator Min. Teori Zavascki. Decisão proferida em 12/10/2015.

<sup>6</sup> Conferir, por todas, a seguinte notícia: “O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), revogou nesta quinta-feira (29) decisão tomada por ele próprio sobre as regras de tramitação de processo de *impeachment*, posteriormente questionadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A revogação visa impedir que as liminares (decisões provisórias) concedidas pelos ministros Teori Zavascki e Rosa Weber, do STF, travem o andamento de eventual processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff. A decisão do presidente da Câmara



processamento de representações pendentes de apreciação. A imprensa divulgava que, com a revogação da Questão de Ordem n. 105/15, o Presidente da Câmara aplicaria a um eventual processo de impedimento, além da Constituição, também a Lei n. 1.079/50 e o Regimento Interno da Câmara.<sup>7</sup> Como aplicar a Constituição implica, necessariamente, reconhecer a revogação ou reler diversos dispositivos legais e regimentais, essa declaração de intenções do Pres. Câmara revela o quadro ora experimentado de absoluta insegurança quanto às regras que poderiam efetivamente ser aplicadas. O propósito da presente ADPF é, sobretudo, pedir que a Corte realize a adequada harmonização entre os sistemas constitucional e legal, esclarecendo quais normas se mantêm em vigor e quais foram revogadas, bem como a forma como as remanescentes devem ser interpretadas para se adequarem ao que dispõe a Constituição da República.

10. A expressiva distância, não só temporal, mas também axiológica e metodológica, entre a Constituição Federal e as normas procedimentais integrantes da Lei n. 1.079/50 conduzirá, sem sombra de dúvida, à judicialização

---

*sobre a tramitação do requerimento de impeachment foi tomada em resposta a uma questão de ordem da oposição, que visava deixar claro quais os procedimentos que poderiam ser adotados no curso do processo. No final da tarde, o presidente da Câmara pediu à Suprema Corte a extinção das três ações que suspenderam a validade do rito de impeachment. Cunha argumentou que, com a revogação das regras anunciadas no mês passado, a ação judicial perdeu o objeto" (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/cunha-revoga-decisoes-sobre-tramite-de-processo-de-impeachment.html>, acesso em 30 de outubro de 2015).*

<sup>7</sup> Nesse sentido, por todas, a Revista Veja: "A decisão de Eduardo Cunha tem como pano de fundo esvaziar a possibilidade de interferência do STF na tramitação dos pedidos de impedimento contra Dilma. Com a revogação do rito do impeachment, a Câmara vai se valer agora da Lei 1079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade e o julgamento deles, além de se amparar na Constituição e do Regimento Interno da Câmara, que prevê a possibilidade de o próprio presidente da Casa, em decisão individual, dar seguimento ou não aos processos. O Regimento Interno da Casa prevê ainda a possibilidade de recurso, independentemente do rito que havia sido definido pelo peemedebista." (<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cunha-revoga-rito-do-impeachment/>, acesso em 30 de outubro de 2015). A esse respeito, o Globo: "De acordo com a Secretaria-Geral da Câmara, neste caso, eventual procedimento de impeachment deverá seguir as regras previstas na Constituição e no regimento interno" (<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/cunha-revoga-decisoes-sobre-tramite-de-processo-de-impeachment.html>, acesso em 30 de outubro de 2015).



de cada fase de um eventual processo de *impeachment*.<sup>8</sup> À já gravíssima incerteza quanto a eventual decisão de mérito se agregarão sequências de dúvidas e mal-entendidos quando ao procedimento. Indefinido como ora se encontra, o procedimento dará causa à instauração de sucessivas e graves polêmicas, suscitando, no calor dos acontecimentos, as mais variadas interpretações – desprovidas de imparcialidade, como já se pode antever. Com isso, ter-se-á uma quadra de enorme insegurança jurídica, com sério potencial de abalo da estabilidade das instituições democráticas, com graves reflexos na já combalida economia nacional.

### 1.3. O CABIMENTO DA ADPF

#### 1.3.1. PRECEITOS FUNDAMENTAIS VIOLADOS

11. Nem a Constituição Federal nem a Lei n. 9.882/99 definiram quais preceitos da Constituição são fundamentais para efeito de se definirem os parâmetros de controle cuja aplicação pode ser suscitada em ADPF. Nada obstante, há sólido consenso jurisprudencial no sentido de que, nessa categoria, figuram os princípios constitucionais fundamentais, assim como os direitos fundamentais, previstos nos Títulos I e II da Constituição Federal.<sup>9</sup> A defasagem constitucional da Lei n. 1.079/50 implica afronta grave aos seguintes preceitos fundamentais:

- a) Princípio da *separação de poderes*, previsto nos artigos 2º e 60, § 4º, III, da Constituição Federal. O

---

<sup>8</sup> Prova disso é o deferimento de três medidas cautelares pelo STF – MS nº 33.837 DF, MS 33.838 e Rcl n. 22.124 – a propósito do tema antes mesmo do início de qualquer processo de *impeachment*, quadro em que avulta a necessidade de definição prévia e segura das regras do jogo.

<sup>9</sup> Cf. Gilmar Ferreira Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. *Curso de Direito Constitucional*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pp; 1267-1269; Luís Roberto Barroso. *O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. Exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 562-563.



impedimento do Presidente da República encerra a intervenção mais drástica que o Legislativo pode realizar o Executivo, devendo ocorrer apenas nos termos e nos limites definidos na Lei e na Constituição Federal.<sup>10</sup>;

b) Princípio *democrático*, previsto nos artigos 1º, *caput* e parágrafo único, e 60, § 4º, II, bem como em todo o capítulo IV do Título II da Constituição Federal. A realização de *impeachment* em desacordo com as regras materiais e processuais previstas na Constituição Federal e na legislação aplicável significaria gravíssima usurpação da decisão mais seria tomada pelo povo, a de eleger o Presidente da República.<sup>11</sup> Uma das dimensões mais importantes da democracia no Brasil é o voto direto, conquistado após a ampla mobilização popular das “Diretas-já”. O Parlamento não pode cassar mandatários escolhidos pelo voto direto do povo fora das hipóteses previstas constitucionalmente, sob pena de violar o próprio núcleo essencial do princípio democrático;

c) Princípio do *devido processo legal*, previsto no artigo 5º, LIV, da Constituição Federal. As decisões estatais são

<sup>10</sup> Além disso, é consolidado na jurisprudência do STF o entendimento segundo o qual o próprio desrespeito à cláusula de reserva de lei em sentido formal constitui grave ofensa ao princípio da separação de poderes, *in verbis*: “Não basta, para que se legitime a atividade estatal, que o Poder Público tenha promulgado um ato legislativo. Impõe-se, antes de mais nada, que o legislador, abstendo-se de agir *ultra vires*, não haja excedido os limites que condicionam, no plano constitucional, o exercício de sua indisponível prerrogativa de fazer instaurar, em caráter inaugural, a ordem jurídico-normativa. Isso significa dizer que o legislador não pode abdicar de sua competência institucional para permitir que outros órgãos do Estado - como o Poder Executivo - produzam a norma que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar” (STF, ADI 1296 MC, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/1995).

<sup>11</sup> O STF já reconheceu, e não poderia ser de outra forma, que os direitos políticos, notadamente no que concerne à participação política, com todos os seus consectários, são cláusulas pétreas da Constituição Federal de 1988. (Cf. voto do Ministro Gilmar Mendes no MS 32033, Tribunal Pleno, julgado em 20/06/2013).



legítimas quando tomadas em conformidade com regras procedimentais estabelecidas na Constituição e nas Leis. A jurisprudência do STF atribui à cláusula do devido processo legal os seguintes “elementos essenciais”: “(a) *direito ao processo (garantia de acesso ao Poder Judiciário); (b) direito à citação e ao conhecimento prévio do teor da acusação; (c) direito a um julgamento público e célere, sem dilações indevidas; (d) direito ao contraditório e à plenitude de defesa (direito à autodefesa e à defesa técnica); (e) direito de não ser processado e julgado com base em leis ‘ex post facto’; (f) direito à igualdade entre as partes; (g) direito de não ser processado com fundamento em provas revestidas de ilicitude; (h) direito ao benefício da gratuidade; (i) direito à observância do princípio do juiz natural; (j) direito ao silêncio (privilégio contra a autoincriminação); (k) direito à prova; e (l) direito de presença e de ‘participação ativa’ nos atos de interrogatório judicial dos demais litisconsortes penais passivos, quando existentes.*”<sup>12</sup>;

d) Princípios do *contraditório* e da *ampla defesa*, previstos no artigo 5º, LV, da Constituição Federal. Todo cidadão tem direito a um processo no âmbito do qual possa efetivamente contribuir para a produção do resultado final. O processo oferece às partes a possibilidade de, por meio da troca de argumentos e contra-argumentos, interferirem na decisão que será proferida pelo órgão julgador da causa. Quando possuir natureza sancionadora, o resultado final – a sanção aplicável – só é legítimo quando o acusado tem a

---

<sup>12</sup> STF, HC 111567 AgR, Relator Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 05/08/2014, DJe-213 30-10-2014.



oportunidade de apresentar provas e argumentos em sua defesa, insurgindo-se livremente contra as acusações que lhe imputam.

e) O instituto constitucional do *impeachment*, conformado no art. 86 da Constituição Federal, que, ao fixar normas para o processamento das representações pelo impedimento do Presidente, estabelece exceções constitucionalmente legítimas aos princípios da separação de poderes e da democracia. A maioria qualificada de 2/3 e a adequada conjugação entre os papéis desempenhados pela Câmara e pelo Senado Federal, que se equilibram reciprocamente, são preceitos que exercem importante função moderadora;

f) *Princípio do Juiz natural*, previsto no artigo 5º, LIII, da Constituição Federal. Tal princípio deve informar a composição dos órgãos de processamento e julgamento do *impeachment*;

12. O que se requer ao Supremo Tribunal Federal é que realize a “constitucionalização”<sup>13</sup> do procedimento do *impeachment* fixado na Lei n. 1079/50, por meio da aplicação dos preceitos fundamentais acima citados, que servirão como parâmetro para se verificar quais normas legais permanecem em vigor e de que forma devem ser interpretadas.

---

<sup>13</sup> Sobre o fenômeno da “constitucionalização do direito”, é especialmente precursora a obra do Ministro Edson Fachin. Cf. FACHIN, Luiz Edson. *Direito Civil: sentidos, transformações e fim*. Renovar: Rio de Janeiro, 2015; FACHIN, Luiz Edson. *Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2006. Para um exame da constitucionalização que se opera nos diversos ramos do direito brasileiro, cf.: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel (Org.). *A constitucionalização do direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.



### 1.3.2. ATO DO PODER PÚBLICO. LEI ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. INEXISTÊNCIA DE OUTRO MEIO EFICAZ PARA SANAR A LESIVIDADE

13. Na presente hipótese, a lesão a preceitos fundamentais é perpetrada por preceitos (ou por suas respectivas interpretações) constantes da Lei n. 1.079, cuja vigência se inicia, ainda em 1950, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Aplica-se à hipótese o disposto no artigo 1º, parágrafo único, I, da Lei n. 9882: *“cabera também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição”*.

14. Cumprido também o requisito da *subsidiariedade* previsto no § 1º do artigo 4º da Lei n. 9882: *“Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.”* Como determina a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o pressuposto é atendido sempre que inexistirem outros instrumentos, no âmbito do *controle abstrato* de constitucionalidade<sup>14</sup>, aptos a sindicarem o equacionamento da questão constitucional suscitada. Na hipótese, não há. Afinal, discute-se, nesta ação, a legitimidade constitucional de ato normativo anterior à Constituição, e a jurisprudência do STF se consolidou no sentido que esse tipo de antinomia não consubstanciava inconstitucionalidade, mas revogação, razão pela qual não poderia ser impugnado por meio de ADI.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Como ressaltado em precedente da lavra do Ministro Gilmar Mendes, “13. *Princípio da subsidiariedade* (art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99): *inexistência de outro meio eficaz de sanar a lesão, compreendido no contexto da ordem constitucional global, como aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata.* 14. *A existência de processos ordinários e recursos extraordinários não deve excluir, a priori, a utilização da arguição de descumprimento de preceito fundamental, em virtude da feição marcadamente objetiva desta ação.*” (STF. ADPF 33, Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, julg. 07.12.2005).

<sup>15</sup> Cf. ADI 1663 MC, Pleno, Relator Min. Sepúlveda Pertence, julg. 04/09/1997.



**1.4. LEGITIMIDADE E NECESSIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. O STF COMO GUARDIÃO DO PROCEDIMENTO DEMOCRÁTICO. INAPLICABILIDADE DOS PARÂMETROS DE AUTOCONTENÇÃO “QUESTÕES POLÍTICAS” E “QUESTÕES INTERNA CORPORIS”.**

15. A generalização do controle de constitucionalidade nos mais diversos quadrantes é acompanhada invariavelmente de um debate sobre a esfera de atuação legítima de juízes e tribunais constitucionais.<sup>16</sup> Como precisamente ressaltou o Ministro Gilmar Mendes, em voto proferido perante o Supremo Tribunal Federal, até mesmo os críticos da jurisdição constitucional costumam aceitar como legítima sua intervenção para proteger o funcionamento regular do processo democrático:

*“O ponto é que uma das principais características da jurisdição constitucional – e que, por isso mesmo, torna-se parte de sua essência – é funcionar como uma espécie de garante das condições mínimas da democracia. Esse tipo de atuação das Cortes constitucionais e das Supremas Cortes é consensual, aceito e prestigiado até pelos mais fervorosos críticos do chamado ativismo judicial.*

*Por essa razão, a garantia do exercício dos direitos fundamentais e democráticos de participação política está intrinsecamente ligada à própria regularidade do processo democrático, e a atuação da jurisdição constitucional nessa seara revela-se de extrema importância sempre que haja lesão ou ameaça de lesão a tais direitos.”<sup>17</sup>*

16. Mesmo sob o prisma autocontido do chamado “procedimentalismo”, a controvérsia a propósito da definição das regras procedimentais aplicáveis ao processo de *impeachment* constitui matéria

---

<sup>16</sup> Na literatura brasileira, cf., dentre outros: VILHENA, Oscar. *A constituição e sua reserva de justiça*, 2001; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. *Teoria constitucional e democracia deliberativa*, 2005.

<sup>17</sup> STF, MS 32033, Relator Min. Gilmar Mendes, Relator p/ Acórdão: Min. Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 20/06/2013, DJe-033 18-02-2014.





adequada para figurar como objeto da jurisdição constitucional. O controle judicial da legitimidade constitucional do procedimento a ser adotado em caso de instauração de processo de *impeachment* do Presidente da República constitui importante garantia da higidez da democracia brasileira e da estabilidade institucional do país.

17. Não se aplica à hipótese o antigo parâmetro de autocontenção do Judiciário segundo o qual não lhe cabe interferir em “questões políticas”, razão pela qual as controvérsias em torno do processo de *impeachment* seriam “insindicáveis”. Salvo hipóteses absolutamente residuais, hoje se entende que a vetusta doutrina das “questões políticas” se encontra superada, prevalecendo o princípio da inafastabilidade da jurisdição. Mas sobretudo no tocante à observância das normas procedimentais, a atuação judiciária se legitima plenamente. Ao garanti-las, o Judiciário contribuirá para a legitimação da decisão final, ainda que, sob o prisma material, esta possa se apoiar, parcialmente, em critérios políticos. É o que tem entendido o Supremo Tribunal Federal, a propósito do processo de *impeachment*, sob a vigência da Constituição Federal de 1988:

“‘Impeachment’: (...) 2. *Preliminar de falta de jurisdição do poder judiciário para conhecer do pedido: rejeição, por maioria de votos, sob o fundamento de que, embora a autorização previa para a sua instauração e a decisão final sejam medidas de natureza predominantemente política - cujo mérito é insusceptível de controle judicial - a esse cabe submeter a regularidade do processo de ‘impeachment’, sempre que, no desenvolvimento dele, se alegue violação ou ameaça ao direito das partes.*”<sup>18</sup>

18. É igualmente inaplicável a antiga regra de autocontenção judiciária segundo a qual descabe ao Supremo Tribunal Federal intervir nas chamadas “questões *interna corporis*” ao Parlamento. O processo de *impeachment* não é

---

<sup>18</sup> MS 20941, Relator Min. Aldir Passarinho, Relator p/ Acórdão: Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992.



questão *interna corporis*. Pelo contrário. Concerne à relação entre os poderes da União, e o respectivo procedimento tem seus fundamentos estabelecidos no próprio texto constitucional. A decisão que seja tomada pelo Legislativo produzirá enorme impacto no Executivo, o que não pode ocorrer fora dos limites constitucionais. Como consigna o Ministro Ayres Britto, em artigo doutrinário, o tema do *impeachment* “se põe como a figura do Direito mais ‘externa corporis’”.<sup>19</sup> O ponto foi enfrentado pelos Ministros Rosa Weber e Teori Zavascki, em medidas cautelares recentemente concedidas (2015) para suspender ato do Presidente da Câmara dos Deputados que, à revelia da Constituição e da Lei n. 1079, estabelecia normas para o processamento de pedidos de *impeachment*. Confirmam-se as razões dadas pela Ministra Rosa para conhecer do MS impetrado:

*“5. Como reiteradamente tenho enfatizado (v.g. MS 32.885, decisão monocrática de 23.4.2014), na esteira da jurisprudência desta Suprema Corte e em respeito à independência dos Poderes consagrada no texto constitucional, tenho pautado a minha atuação nesta Casa pela máxima deferência à autonomia dos Poderes quando o conteúdo das questões políticas em debate nas Casas Legislativas se reveste de natureza eminentemente interna corporis e, nessa medida, se mostra estranho à competência do Supremo Tribunal Federal (v.g., MS 32.033/DF, MS 31.475/DF e MS 31.444/DF, também de minha relatoria). Abrem-se, contudo, as portas da jurisdição constitucional sempre que em jogo o texto da Lei Maior, cabendo ao Poder Judiciário o exercício do controle da juridicidade da atividade parlamentar. (...)”*

*Não há como desconsiderar, pelo menos em juízo precário de delibação, a controvérsia como um todo, nos moldes em que posta no mandamus, a ferir tema de inegável relevância e envergadura constitucional, pertinente à definição das regras sobre o processo e o julgamento de Presidente da República por crime de responsabilidade, objeto do art. 85, parágrafo único, da Constituição, e a*

---

<sup>19</sup> Cf. Jornal Estadão, 25 de outubro de 2015, <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,licoesda-impeachment,1785478>, acesso em 30.10.2015.



*apontar dificultada a deliberação do Plenário sobre incidentes a respeito. Visualizada nessa perspectiva, desvela-se, pelo menos em juízo perfunctório, o caráter materialmente constitucional do seu conteúdo.*”<sup>20</sup>

19. No mesmo sentido, decidiu o Ministro Teori Zavascki:

*“Embora, à primeira vista, a controvérsia pareça revestir-se de características de simples questão interna corporis, o que na realidade subjaz em seu objeto é, pelo menos indiretamente, a tutela de importantes valores de natureza constitucional, notadamente o que diz respeito à higidez das normas editadas pela autoridade impetrada sobre procedimentos ‘relacionados e à análise de denúncias em desfavor da Presidente da República pela suposta prática de crimes de responsabilidade’. (...) São questões cuja estatutura constitucional ficam especialmente realçadas pelo disposto no parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal, que submete a cláusula de reserva de ‘lei especial’ não apenas a definição dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, como também o estabelecimento das correspondentes ‘normas de processo e julgamento’. Ora, em processo de tamanha magnitude institucional, que põe a juízo o mais elevado cargo do Estado e do Governo da Nação, é pressuposto elementar a observância do devido processo legal, formado e desenvolvido à base de um procedimento cuja validade esteja fora de qualquer dúvida de ordem jurídica. No caso, os fundamentos deduzidos na inicial e os documentos que os acompanham deixam transparecer acentuados questionamentos sobre o inusitado modo de formatação do referido procedimento, o que, por si só, justifica um pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito.*”<sup>21</sup>

20. O contexto presente encontra-se marcado por profunda dúvida quanto ao procedimento de acordo com o qual se processaria eventual pedido de *impeachment*. Após as decisões cautelares referidas acima, da lavra dos Ministros Rosa Weber e Teori Zavascki, o Presidente da Câmara de Deputados

---

<sup>20</sup> MS 33838 MC, Relator Min. Rosa Weber, julgado em 13/10/2015, DJe-206 15/10/2015.

<sup>21</sup> MS 33837 MC, Relator Min. Teori Zavascki, julgado em 12/10/2015, DJe-206 15/10/2015.



revogou as regras procedimentais que havia criado, ao decidir a rumorosa Questão de Ordem n. 105, de 2015. Depois de promover a revogação, afirmou que aplicaria o procedimento definido na Constituição, na Lei do *Impeachment* e no Regimento Interno da Câmara.

21. Mas o fato é que há graves incongruências entre as normas constitucionais, legais e regimentais aplicáveis – situação que gera insegurança jurídica e demanda a manifestação da Jurisdição Constitucional. Causa perplexidade, por exemplo, que a Constituição Federal e a Lei n. 1079/50 disponham diferentemente sobre o momento em que, instaurado o processo, o Presidente da República é “*suspenso de suas funções*”: de acordo com a Lei, a suspensão decorre da decisão da Câmara (art. 23, §5º); segundo a Constituição, da decisão do Senado (art. 86, § 1º, II).

22. A definição das regras procedimentais aplicáveis a eventual processo de *impeachment* é elemento fundamental para que o seu resultado se legitime em face da ordem constitucional em vigor e seja passível de ser aceito pelas vertentes políticas em litígio.<sup>22</sup> Naturalmente, a vida política desperta paixões e estimula comportamentos imoderados, sobretudo em momentos de crise política. Apenas a intervenção imparcial do Supremo Tribunal Federal, atuando sobre o litígio entre grupos antagônicos, pode conferir segurança à definição do procedimento a ser adotado.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Convém recordar a definição de Luhmann para o conceito de “legitimação pelo procedimento”: “*disposição generalizada para aceitar decisões de conteúdo ainda não definido, dentro de certos limites de tolerância*” (LUHMANN, N. *Legitimação pelo procedimento*, p. 30). Aceitando-se as premissas procedimentais, é possível se acatar um resultado com cujo conteúdo não necessariamente se concorda: “*Os procedimentos encontram como que um reconhecimento generalizado, (...) e este reconhecimento arrasta consigo a aceitação e consideração das decisões obrigatórias*” (*Ibid.*, p. 31).

<sup>23</sup> A definição das regras do jogo democrático, notadamente em matéria de tamanha relevância como o processo de *impeachment*, constitui papel que pode ser legitimamente desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal. Como alertou o Ministro Luís Roberto Barroso em sede doutrinária, “*em países de tradição democrática menos enraizada, cabe ao tribunal constitucional funcionar como garantidor da estabilidade institucional, arbitrando conflitos entre Poderes ou entre estes e a sociedade civil. Estes os seus grandes papéis: resguardar os valores fundamentais e os procedimentos democráticos, assim como assegurar a estabilidade*



## - PARTE 2 -

### PREMISSAS TEÓRICAS E DOGMÁTICAS

#### 2.1. O PROCESSO DE *IMPEACHMENT* COMO INSTITUIÇÃO DO PRESIDENCIALISMO. DISTINÇÃO ENTRE O *IMPEACHMENT* E A MOÇÃO DE DESCONFIANÇA.

23. O *impeachment* é um instituto típico do presidencialismo. Por meio do processo de *impeachment*, apura-se a responsabilidade político-administrativa do Presidente da República pela prática de “crimes de responsabilidade”. O Presidente da República, eleito diretamente por milhões de votos, pode ser afastado do cargo e se tornar inelegível. Deve ter praticado conduta grave, atentatória à própria Constituição Federal e definida pela legislação como “crime de responsabilidade”. Não justifica a decretação do *impeachment* a circunstância de o Presidente perder apoio popular ou parlamentar. Como, no presidencialismo, o Presidente é eleito diretamente pelo povo, a perda de seu mandato, por decisão que não seja tomada pelo próprio povo, mas por representantes, apenas se justifica em hipóteses excepcionais, previstas em lei compatível com a Constituição.

24. O instituto do *impeachment* é bem diferente do instituto da moção de desconfiança, próprio do parlamentarismo. No parlamentarismo, o chefe de governo é escolhido pelos próprios parlamentares, não diretamente pelo povo. Ele responde politicamente perante os parlamentares. Se o elegend, é coerente que possam substituí-lo sempre que sua atuação não corresponda ao que

---

*institucional”* (Barroso, Luís Roberto, Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo / Luís Roberto Barroso. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 429).



consideraram conveniente ou oportuno. Para substituir o chefe de governo – o primeiro ministro –, basta se aprovar uma “moção de desconfiança”. As razões para fazê-lo são simplesmente políticas, inexistindo qualquer parâmetro material previamente estabelecido em que se deva fundamentar a reprovação.<sup>24</sup>

25. O Ministro Roberto Barroso, defensor do chamado “semipresidencialismo”<sup>25</sup>, em conferência proferida recentemente, distingue os institutos do *impeachment* e da moção de desconfiança:

*“Acho que deveríamos ter um modelo semipresidencialista, como é na França, em Portugal, que é um sistema que tem mecanismos institucionais de destituição de governo por perda de apoio político mediante moção de desconfiança ou outros meios. No modelo presidencialista, não existe essa forma institucionalizada de destituição de governos que perderam apoio político, só existe a fórmula do impeachment, e o impeachment exige a prática de um crime de responsabilidade.”*<sup>26</sup>

26. André Ramos Tavares, em parecer exarado sobre a matéria, também examina o ponto com precisão:

---

<sup>24</sup> Convém, a propósito da moção de desconfiança, típica do parlamentarismo, lembrar o que dispunha a Emenda Constitucional n. 4, de 1961, que instituiu entre nós o parlamentarismo. De acordo com o seu artigo 11, “Os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando êste lhe fôr negada.” Já de acordo com o artigo 12, “A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de censura a qualquer de seus membros, só poderá ser apresentada por cinquenta deputados no mínimo, e será discutida e votada, salvo circunstância excepcional regulada em lei, cinco dias depois de proposta, dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.” Como se observa, o que estava em questão era a confiança política. O Presidente, por seu turno, não podia ser afastado mediante a aprovação de moção de desconfiança. De acordo com o artigo 4º, era necessária a instauração de processo de impeachment, e isso só se justificava quando ocorresse a prática de “crimes funcionais”.

<sup>25</sup> V. Luís Roberto Barroso. A reforma política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil. *Revista de Direito do Estado* 3:287, 2006.

<sup>26</sup> <http://www.conjur.com.br/2015-out-21/crise-oportunidade-semipresidencialismo-barroso>.



*“O impeachment não é nem pode ser uma alternativa à democracia eletiva, ou às políticas econômicas adotadas por determinado Governo. Descontentamento político com a postura de algum Presidente da República, desilusão com determinadas políticas econômicas (ou com políticas públicas) e, igualmente, o esmorecimento de laços de confiabilidade no projeto governamental (...) não ensejam impeachment e dessas razões não se pode valer o Congresso Nacional sem incursionar firmemente, ele próprio, em desvio grave à democracia e à Constituição.*

*Não se pode subverter nosso sistema para atender ao desejo de fazer uso do (e instaurar o) voto de desconfiança, típico de modelos parlamentaristas, mas completamente descabido em nosso sistema. Utilizar essas razões para permitir a abertura do processo de impeachment seria atuar completamente à margem da Constituição, para seguir exclusivamente um voluntarismo que pode resvalar facilmente para o autoritarismo ou para golpismos de vários matizes”.*

27. Para impedir que o processo de *impeachment* se converta em um procedimento ilegítimo de substituição discricionária de governantes eleitos, dentre outros requisitos, é necessário que sua eventual instauração se dê respeitando-se as garantias inerentes do devido processo legal. É no processo que se apurará a prática de falta grave contra a Constituição. Do contrário, toda a estabilidade do sistema presidencialista se corrói. Democracia no Brasil significa, em grande parte, poder votar diretamente no Presidente da República. Pelo voto direto, o povo foi às ruas pôr fim ao regime militar. O voto direto, secreto universal e periódico é cláusula pétrea, prevista no artigo 60, § 4º, II, da Constituição Federal.<sup>27</sup>

28. O *impeachment* não pode ocorrer de modo apressado. Deve se processar adequadamente, de acordo com normas procedimentais previstas em

---

<sup>27</sup> Conforme salienta Jorge Miranda, o sufrágio é o direito político máximo, porque, através dele, os cidadãos escolhem os governantes e, assim, direta e indiretamente, as coordenadas principais de política do Estado (ou das entidades descentralizadas em que se situem)” (Os direitos políticos dos cidadãos na Constituição portuguesa. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. Ano 15, n. 60, jul.-set./2007, p. 300-301).



lei. Cuida-se de processo de natureza excepcional. Retirar do processo de *impeachment* essa natureza, convertendo-o em moção de desconfiança, reduziria a fundamentalidade que o voto popular possui em nosso sistema, abrindo caminho para a vulgarização das soluções de ruptura com a normalidade constitucional. Após 1988, o Brasil tem empreendido enorme esforço para promover sua estabilização política e econômica, conferindo crescente seriedade a suas instituições. Abrir mão da normalidade conquistada significaria retrocesso que só poderia ser compensado pelo esforço de gerações.

## **2.2. NECESSIDADE DE RELEITURA DA LEI N. 1079/50 À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. A NOVA CONFORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DO INSTITUTO DO IMPEACHMENT. O JUÍZO DE AUTORIZAÇÃO PROFERIDO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS.**

29. Na história constitucional brasileira, tradicionalmente se atribuía à Câmara dos Deputados, no processo de *impeachment*, a competência para “declarar procedente a acusação”. Entendia-se que a função da Câmara era proceder à acusação perante o Senado Federal. Nesse sentido, de acordo com o artigo 83 da Emenda Constitucional n. 1, de 1969, “*O Presidente, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos de responsabilidade.*” No mesmo sentido, determinava o artigo 23, § 1º: “*Se da aprovação do parecer resultar a procedência da denúncia, considerar-se-á decretada a acusação pela Câmara dos Deputados.*” O Texto Constitucional anterior havia seguido a redação tradicional no constitucionalismo brasileiro e, com isso, recepcionado a Lei n.1079, que, no tópico, conferia à Câmara dos Deputados o papel de formular “juízo de acusação”. A Câmara dos Deputados “decretava a acusação”.





30. A Constituição Federal de 1988 adota sistemática absolutamente diferente. O papel da Câmara não é mais formular a acusação, encampando eventual denúncia que lhe tenha sido dirigida. É o de *autorizar* o processamento da denúncia. A função da Câmara dos Deputados aproxima-se da que, no texto originário da Constituição, deveria ser exercida pelas casas legislativas em geral quando instadas a autorizar que um de seus membros respondesse a processo judicial. A natureza da sua manifestação também era de *autorização*. A casa legislativa autorizava o processamento. Mas caberia ao Judiciário processar e julgar. A natureza de *autorização* da decisão hoje tomada pela Câmara é confirmada pelo teor literal do artigo 51, I, da Constituição Federal: “*Compete privativamente à Câmara dos Deputados: I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado*”.

31. A instauração, que pressupõe a realização de juízo de admissibilidade (quem possui a competência para instaurar também possui para não instaurar), fica agora a cargo do Senado Federal. Se o Senado decidir pela instauração, de sua decisão resultará a grave consequência da suspensão do Presidente da República de suas funções. Confira-se a redação do artigo 86, § 1º, da Constituição Federal: “*O Presidente ficará suspenso de suas funções: (...) II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.*” Ao Senado Federal caberá não apenas julgar o Presidente da República; caber-lhe-á também “processá-lo”. É o que determina o artigo 52 da Constituição Federal: “*Compete privativamente ao Senado Federal: I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade (...)*”.

32. Trata-se de diferença fundamental, como observou o Ministro Paulo Brossard, em livro clássico sobre o tema, na edição preparada após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988:



*“Quando uma Constituição reproduz dispositivo da anterior, supõe-se ter abonado o entendimento doutrinário e jurisprudencial firmado; quando diferente a formulação do preceito, presume-se não ter sido gratuita a alteração, salvo se meramente redacional. No que concerne à competência da Câmara em relação ao processo de responsabilidade, a Constituição de 1988 deixou de repetir o que era tradicional na linguagem das nossas leis, ‘declarar a procedência ou a improcedência da acusação’, para dizer que a ela compete ‘autorizar pelo voto de dois terços de seus membros, a instauração do processo contra o Presidente da República’. Pode parecer que o novo texto não chega a discrepar dos anteriores, pois quem declara procedente a acusação autoriza o seu curso e quem autoriza a instauração do processo declara procedente a acusação para esse fim. No entanto, a alteração não foi apenas essa; enquanto ao Senado competia, tradicionalmente, julgar o residente nos processos de responsabilidade, compete-lhe agora ‘processá-lo e julgá-lo, e enquanto a suspensão do exercício das funções presidenciais resultava da declaração de procedência da acusação pela Câmara, decorre ela agora da instauração do processo pelo Senado. Em verdade, a Câmara perdeu uma atribuição que lhe era historicamente reservada; seu poder se assemelha ao que as Assembleias possuem em relação às imunidades parlamentares”.*<sup>28</sup>

33. Logo após o início da vigência da Constituição Federal de 1988, o tema foi examinado pelo Supremo Tribunal Federal nos seguintes termos:

*“I. - “impeachment” do Presidente da República: compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade (CF., art. 52, I; art. 86, par. 1., II), depois de autorizada, pela Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros, a instauração do processo (CF., art. 51, I), ou admitida a acusação (CF., art. 86). É dizer: o “impeachment” do Presidente da República será processado e julgado pelo Senado. O Senado e não mais a Câmara dos Deputados formulara a acusação (juízo de pronúncia) e proferira o julgamento (CF, art. 51, I; art. 52, I; art. 86, par. 1., II, par. 2.). II. - No regime da*

<sup>28</sup> BROSSARD, Paulo. *O impeachment*. Aspectos da responsabilidade política do Presidente da República. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 7-8.



*Carta de 1988, a Câmara dos Deputados, diante da denúncia oferecida contra o Presidente da República, examina a admissibilidade da acusação (CF, art. 86, 'caput'), podendo, portanto, rejeitar a denúncia oferecida na forma do art. 14 da lei 1079/50. III - No procedimento de admissibilidade da denúncia, a Câmara dos Deputados profere juízo político. Deve ser concedido ao acusado prazo para defesa, defesa que decorre do princípio inscrito no art. 5., LV, da Constituição, observadas, entretanto, as limitações do fato de a acusação somente materializar-se com a instauração do processo, no Senado. Neste, e que a denúncia será recebida, ou não, dado que, na câmara ocorre, apenas, a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Câmara verificara se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência, não sendo a acusação simplesmente fruto de quizílias ou desavenças políticas. Por isso, será na esfera institucional do senado, que processa e julga o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, que este poderá promover as indagações probatórias admissíveis."*<sup>29</sup>

34. Como se observará mais adiante, se a Câmara deixa de formular a *acusação*, para passar a fazer *juízo de autorização*, inúmeros aspectos do processamento da representação de *impeachment* devem se alterar. Os deputados deixam de exercer a função de acusadores para passar a verificar a pertinência de a denúncia, depois, ser recebida e processada pelo Senado. A mudança foi tão expressiva que se chegou a cogitar da própria revogação da Lei n. 1079/50. Porém, o STF, no julgamento de mandados de segurança impetrados relativamente a denúncias de *impeachment* apresentadas contra os presidentes Sarney e Collor, entendeu que a revogação não teve lugar. Requer-se, na presente ADPF, que o Supremo Tribunal Federal, leve a termo a necessária "filtragem constitucional" da Lei n. 1079, adequando-a ao que estabelece a Constituição Federal de 1988.

---

<sup>29</sup> MS 21564, Relator Min. Octavio Gallotti, Relator p/ Acórdão Min. Carlos Velloso, DJ 27-08-1993.



### 2.3. NECESSIDADE DE RELEITURA DA LEI N. 1079/50 À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

35. O alargamento da influência da jurisprudência das cortes internacionais de direitos humanos nos grandes debates jurídicos nacionais é um fenômeno que se reproduz nas democracias constitucionais contemporâneas, e que, no Brasil, já desempenha papel importante. A tendência cosmopolita que parece permear a jurisprudência brasileira mais recente encontra conforto na disciplina constitucional, que claramente sugere abertura do direito interno ao direito internacional. São especialmente relevantes, quanto ao tópico, os parágrafos 2º e 3º do artigo 5º da Constituição Federal.<sup>30</sup>

36. A progressiva utilização dos precedentes da Corte Interamericana pelo Supremo Tribunal Federal tem revelado a tendência de abertura do direito constitucional brasileiro ao direito internacional, sobretudo ao direito internacional dos direitos humanos. Não se trata de vinculação da jurisprudência nacional à internacional. Mas de diálogo.<sup>31</sup> O Ministro Roberto Barroso, em

<sup>30</sup> O tema é examinado, em voto, pelo Ministro Gilmar Mendes: “*Ressalte-se, nesse sentido, que há disposições da Constituição de 1988 que remetem o intérprete para realidades normativas relativamente diferenciadas em face da concepção tradicional do direito internacional público. Refiro-me, especificamente, a quatro disposições que sinalizam para uma maior abertura constitucional ao direito internacional e, na visão de alguns, ao direito supranacional. A primeira clausula consta do parágrafo único do art. 4º, que estabelece que a ‘República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações’.* (...) *A segunda clausula é aquela constante do § 2º do art. 5º, ao estabelecer que os direitos e garantias expressos na Constituição brasileira ‘não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte’.* A terceira e quarta cláusulas foram acrescentadas pela Emenda Constitucional n. 45, de 8.12.2004, constantes dos §§ 3º e 4º do art. 5º, que rezam, respectivamente, que ‘os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes as emendas constitucionais’, e ‘o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.’” (Voto do Ministro Gilmar Mendes no julgamento do RE 466.343, DJ de 5.3.2009).

<sup>31</sup> Como esclarece Daniel Sarmento, “*Embora, no ordenamento brasileiro, os conflitos insuperáveis entre normas constitucionais e os tratados sobre direitos humanos – afora os incorporados na forma do art. 5º, § 3º, CF – resolvam-se em favor da prevalência da Constituição, cumpre ao intérprete, antes de concluir no sentido da ocorrência da antinomia, empreender um genuíno esforço de harmonização entre os blocos normativos.* Por isso, no



estudo doutrinário, sem aderir à tese da vinculação à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, reconhece-lhe grande importância na fixação da interpretação, pelos tribunais nacionais, das normas convencionais. Cuida-se do que a doutrina europeia denomina “*eficácia de orientação*” ou “*função normativa de condução*”.<sup>32</sup>

37. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos consolidou-se no sentido de que as *garantias judiciais* previstas no art. 8º da Convenção Americana de Direitos Humanos<sup>33</sup> aplicam-se também ao processo

---

*campo do Direito Constitucional contemporâneo, até mais importante do que definir a hierarquia dos tratados internacionais é firmar a necessidade de recurso aos diálogos entre fontes e cortes no campo hermenêutico.*” (SARMENTO, Daniel. Interpretação constitucional cosmopolita. *Jota*, 14.04.2015).

<sup>32</sup> Parecer publicado na *Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro*, n. 65, 2010, p. 276-277. Esse dever de consideração consolidou-se na jurisprudência alemã, como adverte Virgílio Afonso da Silva: “*Segundo o Tribunal Constitucional alemão, as decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos não vinculam os tribunais alemães. Isso, no entanto, não faz com que seja possível imaginar que a questão se resume - ao contrário do que afirmei acima - a uma questão binária (ou existe ou não existe vinculação). O problema é mais complexo. Segundo o Tribunal Constitucional alemão, embora não haja vinculação formal estrita, desconsiderar as decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos não seria compatível com a proteção dos direitos humanos e com o princípio do Estado de Direito. Nesse sentido, não levar em consideração as decisões da Corte Europeia seria tão equivocado quanto tentar aplicá-las diretamente, como se houvesse uma supremacia pura e simples das decisões dessa corte em face das decisões dos tribunais nacionais. O valor das decisões da Corte Europeia seria, segundo o tribunal alemão, sobretudo um valor argumentativo. É claro que, enquanto decisão judicial, ela vincula as partes envolvidas em cada caso concreto, mas apenas no caso concreto. Para além dessa vinculação no caso concreto, o dever dos tribunais nacionais é de levar em consideração, na medida do metodologicamente sustentável, as normas da Convenção Europeia de Direitos Humanos, na forma como a Corte Europeia as interpreta. Nesse sentido, pode-se afirmar que as decisões da Corte Europeia impõem sobretudo um ônus argumentativo. Em outras palavras: o binômio “vinculação vs. não-vinculação” entre jurisdições não é suficiente para compreender o problema. Trata-se de uma questão de vinculação argumentativa, isto é, trata-se de receber e reprocessar ideias supranacionais. Em resumo: a integração pode existir (e, de fato, existe) ainda que não exista uma vinculação formal estrita às decisões supranacionais*”. Cf. Virgílio Afonso da Silva, *Integração e Diálogo Constitucional na América do Sul*, In: Armin Von Bogdandy, Flavia Piovesan e Mariela Morales Antoniazzi (coord.), *Direitos Humanos, Democracia e Integração Jurídica na América do Sul*, Rio de Janeiro, ed. Lumen Júris, 2010.

<sup>33</sup> Confira-se a redação do artigo 8º: “*Garantias Judiciais 1. Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação pena formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza. 2. Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove*



de *impeachment*. No caso *Tribunal Constitucional vs. Perú* discutia-se a legitimidade convencional do *impeachment* de três juízes da Corte Constitucional do Perú. A Corte reconheceu a incidência das garantias do devido processo legal previstas no art. 8º do Pacto de São José da Costa Rica. Na ocasião, adotou os seguintes fundamentos:

68. *El respeto a los derechos humanos constituye un límite a la actividad estatal, lo cual vale para todo órgano o funcionario que se encuentre en una situación de poder, en razón de su carácter oficial, respecto de las demás personas. Es, así, ilícita, toda forma de ejercicio del poder público que viole los derechos reconocidos por la Convención. Esto es aun más importante cuando el Estado ejerce su poder sancionatorio, pues éste no sólo presupone la actuación de las autoridades con un total apego al orden jurídico, sino implica además la concesión de las garantías mínimas del debido proceso a todas las personas que se encuentran sujetas a su jurisdicción, bajo las exigencias establecidas en la Convención.*

69. *Si bien el artículo 8 de la Convención Americana se titula "Garantías Judiciales", su aplicación no se limita a los recursos judiciales en sentido estricto, "sino el conjunto de requisitos que deben observarse en las instancias procesales" a efecto de que las personas puedan defenderse adecuadamente ante cualquier tipo de acto emanado del Estado que pueda afectar sus derechos.*

---

*legalmente sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, as seguintes garantias mínimas: a) direito do acusado de ser assistido gratuitamente por tradutor ou interprete, se não compreender ou não falar o idioma do juízo ou tribunal; b) comunicação previa e pormenorizada ao acusado da acusação formulada; c) concessão ao acusado do tempo e dos meios adequados para a preparação de sua defesa; d) direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor; e) direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei; f) direito da defesa de inquirir as testemunhas presente no tribunal e de obter o comparecimento, como testemunhas ou peritos, de outras pessoas que possam lançar luz sobre os fatos; g) direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada; e h) direito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior. 3. A confissão do acusado só é válida se feita sem coação de nenhuma natureza. 4. O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá se submetido a novo processo pelos mesmos fatos. 5. O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça."*



70. Ya la Corte ha dejado establecido que a pesar de que el citado artículo no especifica garantías mínimas en materias que conciernen a la determinación de los derechos y obligaciones de orden civil, laboral, fiscal o de cualquier otro carácter, el elenco de garantías mínimas establecido en el numeral 2 del mismo precepto se aplica también a esos órdenes y, por ende, en ese tipo de materias el individuo tiene también el derecho, en general, al debido proceso que se aplica en materia penal.

71. De conformidad con la separación de los poderes públicos que existe en el Estado de Derecho, si bien la función jurisdiccional compete eminentemente al Poder Judicial, otros órganos o autoridades públicas pueden ejercer funciones del mismo tipo. Es decir, que cuando la Convención se refiere al derecho de toda persona a ser oída por un “juez o tribunal competente” para la “determinación de sus derechos”, esta expresión se refiere a cualquier autoridad pública, sea administrativa, legislativa o judicial, que a través de sus resoluciones determine derechos y obligaciones de las personas. Por la razón mencionada, esta Corte considera que cualquier órgano del Estado que ejerza funciones de carácter materialmente jurisdiccional, tiene la obligación de adoptar resoluciones apegadas a las garantías del debido proceso legal en los términos del artículo 8 de la Convención Americana.

[...]

75. Esta Corte considera necesario que se garantice la independencia de cualquier juez en un Estado de Derecho y, en especial, la del juez constitucional en razón de la naturaleza de los asuntos sometidos a su conocimiento. Como lo señalara la Corte Europea, la independencia de cualquier juez supone que se cuente con un adecuado proceso de nombramiento, con una duración establecida en el cargo y con una garantía contra presiones externas.

[...]

77. En cuanto al ejercicio de las atribuciones del Congreso para llevar a cabo un juicio político, del que derivará la responsabilidad de un funcionario público, la Corte estima necesario recordar que toda persona sujeta a juicio de cualquier naturaleza ante un órgano del Estado deberá



*contar con la garantía de que dicho órgano sea competente, independiente e imparcial y actúe en los términos del procedimiento legalmente previsto para el conocimiento y la resolución del caso que se le somete.*<sup>34</sup>

38. No mesmo sentido, a Corte se pronunciou no caso *Baena Ricardo vs. Panamá*, ocasião em que se afirmou o entendimento de que, apesar de o art. 8º do Pacto de São José da Costa Rica se intitular “garantias judiciais”, sua aplicação não deveria se limitar ao âmbito judicial. Sua observância deveria ocorrer ante qualquer tipo de ato do Estado que pudesse afetar os direitos dos cidadãos.<sup>35</sup> Com maior razão esse entendimento é aplicável ao processo de *impeachment*, do qual pode resultar não apenas uma grave afetação dos direitos do ocupante do cargo, mas também a desestabilização da própria instituição da Presidência da República, com séria fragilização do princípio democrático.

39. Os Professores Juarez Tavares e Geraldo Prado, no parecer anexo, examinam detalhadamente a jurisprudência das Cortes supranacionais,

<sup>34</sup> [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec\\_55\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_55_esp.pdf), acesso em 30/10/2015.

<sup>35</sup> [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec\\_72\\_esp.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/Seriec_72_esp.pdf), acesso em 30.10.2015. Nessa ocasião, a Corte afirmou: “125. La Corte observa que el elenco de garantías mínimas establecido en el numeral 2 del artículo 8 de la Convención se aplica a los órdenes mencionados en el numeral 1 del mismo artículo, o sea, la determinación de derechos y obligaciones de orden “civil, laboral, fiscal o de cualquier otro carácter”. Esto revela el amplio alcance del debido proceso; el individuo tiene el derecho al debido proceso entendido en los términos del artículo 8.1 y 8.2, tanto en materia penal como en todos estos otros órdenes. 126. En cualquier materia, inclusive en la laboral y la administrativa, la discrecionalidad de la administración tiene límites infranqueables, siendo uno de ellos el respeto de los derechos humanos. Es importante que la actuación de la administración se encuentre regulada, y esta no puede invocar el orden público para reducir discrecionalmente las garantías de los administrados. Por ejemplo, no puede la administración dictar actos administrativos sancionatorios sin otorgar a los sancionados la garantía del debido proceso. 127. Es un derecho humano el obtener todas las garantías que permitan alcanzar decisiones justas, no estando la administración excluida de cumplir con este deber. Las garantías mínimas deben respetarse en el procedimiento administrativo y en cualquier otro procedimiento cuya decisión pueda afectar los derechos de las personas. [...] 129. La justicia, realizada a través del debido proceso legal, como verdadero valor jurídicamente protegido, se debe garantizar en todo proceso disciplinario, y los Estados no pueden sustraerse de esta obligación argumentando que no se aplican las debidas garantías del artículo 8 de la Convención Americana en el caso de sanciones disciplinarias y no penales. Permitirle a los Estados dicha interpretación equivaldría a dejar a su libre voluntad la aplicación o no del derecho de toda persona a un debido proceso.”





especialmente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre o processo de *impeachment*. Sua conclusão é pela necessária aplicação das garantias inerentes ao princípio do devido processo legal. Como consignaram, “Ao decidir pela aplicação das garantias judiciais aos processos de *impeachment* a Corte Interamericana de Direitos Humanos renovou o entendimento de que o princípio democrático e o modelo republicano de controle do exercício do poder são temas de direitos humanos e estão situados na esfera do inegociável”.<sup>36</sup>

40. A construção jurisprudencial da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao afirmar a necessidade de se respeitarem, também no processo de *impeachment*, as garantias processuais típicas do processo penal e do processo administrativo sancionador, não é estranha à ordem constitucional brasileira. Entre nós, as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da presunção de inocência – típicos direitos fundamentais – compõem uma ordem objetiva de valores e condicionam a interpretação de todos os ramos do Direito, em especial dos processos estatais de caráter sancionador, como inegavelmente é o processo de *impeachment*.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Cf. parecer dos Professores Juarez Tavares e Geraldo Prado em anexo.

<sup>37</sup> Sobre o ponto, mais uma vez o parecer dos Professores Juarez Tavares e Geraldo Prado: “Mais que compreensível que o processo de *impeachment* esteja cercado de garantias. É indispensável que assim o seja para assegurar sua validade jurídica e legitimidade política. Como salienta o mesmo Balbuena Pérez o “processo político” é, em primeiro lugar, um “processo”. Por isso, sua aspiração em configurar um dispositivo garantista, democrático, legal e transparente, a reclamar a aplicação das garantias do processo administrativo-sancionador e do penal consistentes na presunção de inocência, audiência, defesa, contraditório, prova, conhecimento das acusações, motivação das decisões, legalidade, irretroatividade etc.” (fl. 29 do parecer anexo).



### - PARTE 3 -

#### VIOLAÇÕES ESPECÍFICAS AOS PRECEITOS FUNDAMENTAIS PERPETRADAS PELA LEI N. 1079/50 OU POR SUA INTERPRETAÇÃO ANÔMALA

##### 3.1. VIOLAÇÃO ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO: DIREITO À DEFESA PRÉVIA EM TODAS AS FASES DO PROCESSO DE IMPEACHMENT

41. A exigência de manifestação da defesa antes da abertura do processo sancionador não é novidade na ordem jurídica brasileira.<sup>38</sup> A partir da Constituição vigente, o legislador ordinário passou a reconhecer que o acusado tem o direito a conhecer os termos da acusação e refutá-la antes da decisão pela instauração da correspondente ação penal. A Lei n. 8.038/90, que regula, inclusive, o processamento da ação penal ajuizada contra o Presidente da República por crime comum, estabeleceu um rito processual voltado a possibilitar que o acusado demonstre, de plano, a inconsistência da acusação, evitando, com isso, a instauração de processo desprovido de viabilidade jurídica.<sup>39</sup>

42. Na sequência, outras leis – tal como a que reformou, em 2002, a antiga lei de tóxicos – passaram a prever expressamente o direito à manifestação pelo acusado antes da tomada de qualquer decisão acerca da viabilidade da

---

<sup>38</sup> Antes mesmo da Constituição, o art. 514 do CPP já previa, em favor apenas dos funcionários públicos, o direito à apresentação de defesa preliminar, cujo descumprimento, ademais, o STF reconhecia como causa de nulidade absoluta da ação penal. Cf. STF, HC 95712, Relator Min. Ayres Britto, Primeira Turma, julgado em 20/04/2010, DJe-091 21-05-2010.

<sup>39</sup> Confira-se a redação dos preceitos: Art. 4º: “*Apresentada a denúncia ou a queixa ao Tribunal, far-se-á a notificação do acusado para oferecer resposta no prazo de quinze dias. § 1º - Com a notificação, serão entregues ao acusado cópia da denúncia ou da queixa, do despacho do relator e dos documentos por este indicados*”. (...) Art. 6º: “*A seguir, o relator pedirá dia para que o Tribunal delibere sobre o recebimento, a rejeição da denúncia ou da queixa, ou a improcedência da acusação, se a decisão não depender de outras provas.*”



acusação.<sup>40</sup> A última reforma do Código de Processo Penal criou a possibilidade de apresentação de resposta prévia antes do recebimento definitivo da acusação.<sup>41</sup> Além disso, também nas ações de improbidade administrativa, o réu tem o direito de apresentar resposta previamente à instauração do processo. Nos termos do art. 17, §§ 7º e 8º, da Lei n. 8.429/92, a defesa preliminar é o momento oportuno para que o acusado indique elementos que afastem de plano a existência de improbidade administrativa, a procedência da ação ou a adequação da via eleita.

---

<sup>40</sup> Nesse sentido: "(...) A inobservância do rito procedimental previsto na (revogada) Lei nº 10.409/2002 configurava típica hipótese de nulidade processual absoluta, sendo-lhe insita a própria idéia de prejuízo, eis que o não-cumprimento do que determinava, então, o art. 38 do diploma legislativo em causa comprometia o concreto exercício, pelo denunciado, da garantia constitucional da plenitude de defesa. Precedentes. - Subsistência, na novíssima Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/2006, art. 55), dessa mesma fase ritual de contraditório prévio, com iguais consequências jurídicas, no plano das nulidades processuais, se descumprida pelo magistrado processante. - A exigência de fiel observância, por parte do Estado, das formas processuais estabelecidas em lei, notadamente quando instituídas em favor do acusado, representa, no âmbito das perseguições penais, inestimável garantia de liberdade, pois o processo penal configura expressivo instrumento constitucional de salvaguarda dos direitos e garantias assegurados ao réu. Precedentes" (STF, HC 98382, Relator Min. Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 02/06/2009, DJe-148 07-08-2009).

<sup>41</sup> Nesse sentido: "(...) 1. De acordo com a melhor doutrina, após a reforma legislativa operada pela Lei 11.719/2008, o momento recebimento da denúncia se dá, nos termos do artigo 396 do Código Penal, após o oferecimento da acusação e antes da apresentação de resposta à acusação, seguindo-se o juízo de absolvição sumária do acusado ou processamento da ação penal, tal como disposto nos artigos 397 e 399 da Lei Processual Penal. 2. A manifestação sobre a absolvição sumária no momento do recebimento da denúncia, antes mesmo da apresentação de resposta à acusação pela defesa, contraria o devido processo legal, sendo evidente o prejuízo ao paciente, que não teve as suas razões previamente analisadas pela magistrada de origem. 3. Mesmo que após o oferecimento da resposta preliminar a Juíza singular pudesse mudar sua opinião e efetivamente absolver sumariamente o paciente, não há dúvidas de que a sua manifestação precipitada por ocasião do recebimento da denúncia já revela a sua convicção sobre a causa, do que se retira o evidente dano à defesa do acusado, que viu negada a possibilidade de sua absolvição sumária sem que fossem observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurados no artigo 396-A do Código de Processo Penal. 4. Com a anulação do recebimento da denúncia, e considerando que os fatos ali narrados ocorreram entre agosto de 1998 e junho de 2001; que ao paciente foram imputados os delitos previstos nos artigos 172 e 288 do Código Penal, cujas penas máximas em abstrato não ultrapassam 4 (quatro) anos; e que restou anulado o primeiro marco interruptivo da prescrição, tem-se que esta se operou em junho de 2009. 5. Ordem concedida para anular a decisão de recebimento da denúncia, declarando-se, de ofício, a extinção da punibilidade do paciente, pois reconhecida a prescrição da pretensão punitiva estatal." (STJ, HC 153.751/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 13/03/2012, DJe 30/03/2012).



43. Percebe-se, com clareza, que o legislador ordinário, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, inspirou-se na versão atualizada da garantia do contraditório, para franquear ao acusado – tanto nas ações penais quanto nas cíveis sancionadoras – o direito à apresentação de defesa preliminar. A propósito, os Professores Juarez Tavares e Geraldo Prado assinalaram:

*51. Além da conclusão um tanto evidente de que o enquadramento proposto pela Corte Interamericana de Direitos Humanos constitui obstáculo intransponível ao propósito de promover o processo de impeachment com base em regras do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – objeção que se traduz na Súmula Vinculante 46 – e não em lei obediente à reserva de lei adequada, outras conclusões decorrem da mesma fonte e definem os critérios de interpretação e aplicação da Lei nº 1.079/50:*

*1. A estrutura acusatória do processo de impeachment presume instâncias distintas e se orienta pela presunção de inocência;*

*2. Por isso e porque se trata de procedimento que pode resultar na “interrupção de um mandato presidencial legitimado pela vontade popular manifestada em sufrágio universal”, não cabe seja instaurado com base em notícia crime manifestamente improcedente;<sup>42</sup>*

*3. O exame da manifesta improcedência configura análise de justa causa para o processo político e, portanto, cingindo-se à cognição não exauriente que está a cargo do Presidente da Câmara dos Deputados, ainda assim deve cumprir a função garantista de filtro e não deve ser admitida imputação por fato que, em tese, não constitui infração política;*

*4. O dever de assegurar ao Presidente da República o direito à audiência prévia ao despacho de processamento do pedido de impeachment pelo Presidente da Câmara dos Deputados, antes da eleição da comissão especial, caso a denúncia não seja rejeitada liminarmente pelo Presidente da Casa – aplicando-se a regra do art. 4º da Lei nº 8.038/1990. A filtragem constitucional da Lei nº 1.079/50 impõe seja ela, no aspecto atinente ao exercício do direito de defesa (e audiência), aplicada consoante os termos da lei posterior que garante ao acusado a apreciação de suas*

---

<sup>42</sup> Neste sentido: Ag. Reg. em Mandado de Segurança nº 30.672 DF, Relator Min. Ricardo Lewandowski. Tribunal Pleno. Decisão proferida em 15/09/11.



*razões antes da emissão de juízo de admissibilidade, ainda que provisório, da acusação. A Lei Federal nº 8.038/90 cumpre este papel de integração porque tutela de modo efetivo o direito de defesa do Presidente, que igualmente configura garantia do regime republicano-representativo;*

44. A Lei 1.079/50 prevê que o recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados implica a constituição da comissão especial incumbida de produzir provas (art. 20), ouvir os representantes dos partidos (art. 21), discutir o relatório produzido (art. 22), realizar diligências adicionais (§ 1º do art. 22), ouvir o denunciado (§ 1º do art. 22) e, ao final, deliberar sobre a procedência ou improcedência da denúncia (§ 2º do art. 22). Isso mostra que, a partir do momento em que o Presidente da Câmara recebe a denúncia, o processo de *impeachment* já tem existência no plano político e material, ainda que sua instauração formal só ocorra posteriormente, no Senado. Uma vez que o Presidente da Câmara admita realizar o processamento da denúncia, passa-se a instruir a acusação e a discutir a sua viabilidade.

45. O fato de a Câmara dos Deputados receber a denúncia e iniciar o processamento do feito – com todas as consequências no âmbito da produção de provas e da participação defensiva do Presidente da República – já constitui fator de grave perturbação da estabilidade do mandato presidencial. Para se preservar o equilíbrio institucional, deve-se reconhecer a gravidade jurídica do ato de recebimento da acusação pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o que leva à exigência de apresentação de defesa prévia. Nesse sentido, vale destacar a expressiva passagem do voto do Ministro Sepúlveda Pertence no julgamento do MS 20.941:

*“Cuida-se de abrir um processo, de imensa gravidade, é um processo cuja abertura, por si só, significa uma crise. Então nega-se ao Presidente da Câmara saber se o fato, em tese, é crime de responsabilidade? Se a denúncia, na linguagem do meu saudoso conterrâneo Orozimbo Nonato, é ou não uma criação mental da acusação? Se a documentação, que, segundo a lei, deve comprovar a*



*denúncia, pelo contrário, não prova a inexistência do crime de responsabilidade? (...) O que entendo é que não se pode reduzir o seu papel à verificação burocrática, que se pretende. É à alta autoridade do Presidente da Câmara dos Deputados que se confiou a decisão liminar num processo que, já na segunda fase, irá a Plenário para a eleição de uma comissão (...)"<sup>43</sup>*

46. Ao julgar o MS em que esse voto foi proferido (MS 20.941), o Supremo Tribunal Federal decidiu que, ao Presidente da Câmara dos Deputados, não cabe apenas a verificação das formalidades extrínsecas e da legitimidade de denunciante e denunciado, devendo também promover a rejeição imediata da acusação patentemente inepta. No mesmo sentido, sobre a natureza da decisão preliminar do Presidente da Câmara, convém citar precedente de 2011, da lavra do Ministro Lewandowski:

*"I – Na linha da jurisprudência firmada pelo Plenário desta Corte, a competência do Presidente da Câmara dos Deputados e da Mesa do Senado Federal para recebimento, ou não, de denúncia no processo de impeachment não se restringe a uma admissão meramente burocrática, cabendo-lhes, inclusive, a faculdade de rejeitá-la, de plano, acaso entendam ser patentemente inepta ou despida de justa causa. (...)"<sup>44</sup>*

47. Se é assim, quando o Presidente da Câmara antever a possibilidade de receber a denúncia, pela plausibilidade dos termos em que foi vazada, deve reconhecer ao denunciado o direito de responder os termos da acusação que lhe é dirigida antes da abertura do processo perante a Câmara dos Deputados. A plenitude de defesa exige que se conceda ao acusado a oportunidade de se contrapor à acusação antes mesmo da instauração do processo. Aplica-se à hipótese o que prevalece para todo o processo penal e o processo administrativo

---

<sup>43</sup> STF, MS 20941, Relator Min. Aldir Passarinho, Relator p/ Acórdão: Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992.

<sup>44</sup> STF, MS 30672 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Julgamento 15/09/2011, DJe-200 18-10-2011.



sancionador em geral. Convém citar o que decidiu o STF na esfera do processo penal, em acórdão da lavra do Ministro Ayres Britto:

*Tal como assinalei ao votar no HC 96.864, redator para o acórdão o Ministro Marco Aurélio (cuja discussão se assemelha ao caso dos autos), a ausência de oportunidade para o oferecimento da resposta preliminar na ocasião legalmente assinalada revela-se incompatível com a pureza do princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, mormente em matéria penal. É como dizer: a falta do alegado requisito da defesa preliminar à decisão judicial quanto ao recebimento da denúncia, em processo penal que se marca pela garantia constitucional da ampla defesa e do contraditório, é vício de natureza insanável. A ampla defesa é transformada em curta defesa, ainda que por um instante, e já não há como desconhecer o automático prejuízo para a parte processual acusada; pois o fato é que a garantia da prévia defesa é instituída como possibilidade concreta de a pessoa levar o magistrado a não receber a denúncia ministerial pública. Vale dizer, sem a oportunidade de se contrapor ao Ministério Público quanto à necessidade de instauração do processo penal – objetivo da denúncia do Ministério Público –, a pessoa acusada deixa de usufruir da garantia da plenitude de defesa para escapar à pecha de réu em processo penal. O que traduz, por modo automático, prejuízo processual irreparável, pois nunca se pode saber que efeitos produziria na subjetividade do magistrado processante a contradição do acusado quanto ao próprio juízo de recebimento da denúncia ministerial pública.<sup>45</sup>*

48. Os mesmos argumentos são aplicáveis ao processo de *impeachment*.<sup>46</sup> O acusado deve contar com a possibilidade concreta de, por meio da contraposição prévia de argumentos, levar o Presidente da Câmara dos

---

<sup>45</sup> STF, HC 95712, Relator Min. Ayres Britto, Primeira Turma, julgado em 20/04/2010, DJe-091 21-05-2010.

<sup>46</sup> Para o Ministro Sepúlveda Pertence, “as Casas do Congresso Nacional exerçam jurisdição, verdadeira jurisdição, quando, nos limites materiais que lhe demarcam a Constituição, processam e julgam as acusações dos chamados crimes de responsabilidade.” (STF, MS 21.564). Mas ainda que assim não fosse, e o processo de *impeachment* possuisse natureza político administrativa, as garantias do devido processo legal deveriam ser aplicadas.



Deputados a não receber a denúncia.<sup>47</sup> Note-se que essa conclusão pode ser extraída da própria garantia constitucional da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV), que se aplica, sem dúvida, ao processo regido pela Lei n. 1.079/50. É necessário conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 19 da Lei n. 1.079/50 – *“Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.”* – para fixar o entendimento de que o recebimento da denúncia referido no dispositivo legal deve ser precedido de defesa prévia do acusado, devendo o Presidente da Câmara abrir-lhe a oportunidade para manifestação.

49. Deve se superar essa lacuna inconstitucional da Lei n. 1079, aplicando-se à hipótese, por analogia, o disposto no artigo 4º da Lei n. 8038, que determina a abertura de prazo de quinze dias para que o acusado possa se manifestar previamente nas ações penais originárias processadas perante o STF e o STJ. Se o Presidente da República, quando processado pela prática de crime comum, perante o Supremo Tribunal Federal, tem direito à defesa prévia, a ser exercido em 15 dias, não há razão para não poder exercê-lo também, no mesmo prazo, perante o Presidente da Câmara. Se mesmo os magistrados do Supremo Tribunal Federal, cujo desenho institucional estimula a formulação de julgamentos imparciais, afastados dos litígios políticos, devem observar essas

---

<sup>47</sup> Essa analogia com o recebimento da denúncia no campo penal já estava presente no voto proferido pelo Ministro Sepúlveda Pertence no julgamento do MS 20.941: *“Entendo que cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados receber ou rejeitar a denúncia. Com as vênias ao eminente Patrono dos impetrantes, meu caríssimo Mestre Faoro, este recebimento não é um mero recebimento burocrático, um ato de protocolo: é recebimento, na extensão que tem – e, aí acolho as premissas da maioria, que entende que isto é uma denúncia –, do recebimento de uma denúncia.”* (Cf. STF, MS 20941, Relator Min. Aldir Passarinho, Relator p/ Acórdão: Min. Sepulveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 09/02/1990, DJ 31-08-1992.) Também nessa linha o voto do Ministro Paulo Brossard: *“à semelhança do Juiz que pode rejeitar uma denúncia, ou uma inicial, o Presidente da Câmara também pode. O Presidente da Câmara não é um autômato. O Presidente da Câmara tem uma autoridade que é inerente à sua própria investidura, tem o dever de cumprir a Constituição, as leis em geral, e o Regimento, em particular que é lei específica. Se bem ou mal entendeu de determinar o arquivamento ... (...) A questão, para mim, está em saber se a autoridade que indeferiu, ou determinou o arquivamento da petição, tinha poder para fazê-lo. Minha resposta é afirmativa. (...) Ele exerce singular magistratura. (...)”*.





normas procedimentais, concedendo ao Presidente da República a oportunidade de oferecer defesa prévia, não há razão para que a mesma defesa também não possa ser oferecida perante o Presidente da Câmara ou perante a mesa do Senado Federal.

### 3.2. VIOLAÇÃO À RESERVA DE LEI ESPECIAL: IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

50. A Constituição criou “reserva de lei especial” para a definição das normas incidentes sobre processo de impedimento: *“Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento”* (parágrafo único do art. 85). Por essa razão, o Ministro Roberto Barroso, há quase duas décadas, defendeu o caráter juridicamente vinculado dos aspectos processuais do *impeachment*.<sup>48</sup> Como recentemente ressaltou o Ministro Teori Zavaski, *“São questões cuja estatura constitucional fica especialmente realçada pelo disposto no parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal, que submete a cláusula de reserva de ‘lei especial’ não apenas a definição dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, como também o estabelecimento das correspondentes ‘normas de processo e julgamento’.*<sup>49</sup> São dois os significados principais do parágrafo único do artigo 85:

- a) apenas *lei em sentido estrito* pode estabelecer normas sobre o processo de *impeachment*, excluindo-se, portanto, a possibilidade de os regimentos internos das casas legislativas disciplinarem a matéria;

---

<sup>48</sup> BARROSO, Luís Roberto. Aspectos do processo de *impeachment* – Renúncia e exoneração de agente político – Tipicidade constitucional dos crimes de responsabilidade, *Revista Forense*, volume 344, out-dez 1998, p. 287. Rio de Janeiro.

<sup>49</sup> MS 33837 MC, Relator Min. Teori Zavaski, julgado em 12/10/2015, DJe-206 15/10/2015.



b) a lei deve ser *específica*, de modo que as regras procedimentais aptas a reger o processo de *impeachment* devem constar de um único veículo legal, ou seja, (b.1) de uma lei que não trate de outros temas e que (b. 2) seja abarcante de toda a matéria.

51. As funções normativa, administrativa e jurisdicional são exercidas, em maior ou menor extensão, pelos três Poderes da República. A despeito dessa constatação, o princípio da separação de poderes, tal como concebido e concretizado pelo STF, envolve, como conteúdo mínimo de normatividade, o estabelecimento de campos delimitados de competência exclusiva de cada Poder. Tais *reservas de competência* funcionam como elementos garantidores da harmonia entre os Poderes (art. 3º da Constituição).<sup>50</sup> A referida reserva de lei especial é um importante limite para o exercício da competência legislativa para processar e julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.

52. Enquanto o regimento interno da Câmara de Deputados é elaborado exclusivamente pela própria Câmara, no exercício de competência privativa, nos termos do artigo 51 da Constituição Federal, a Lei que trate do *impeachment* deve ser lei em sentido formal, resultando de deliberação de que participem não apenas os deputados federais, mas também os senadores e o Presidente da República, que pode sancionar ou vetar o projeto aprovado nas casas legislativas.

---

<sup>50</sup> A jurisprudência do STF tem contribuído para a fixação das reservas constitucionais de poder, como se colhe, a título de exemplo, dos seguintes precedentes: i) sobre a reserva de jurisdição (MS 23642, Relator Min. Néri da Silveira, Tribunal Pleno, julgado em 29/11/2000, DJ 09-03-2001 e RE 461366, Relator Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, julgado em 03/08/2007, DJe 04-10-2007; ii) sobre a reserva de lei em sentido formal ou reserva de Parlamento (ADI 3306, Relator Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 17/03/2011, DJe 06-06-2011 e RE 426491 AgR, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, julgado em 08/02/2011, DJe 09-03-2011); iii) sobre a reserva de Administração (ADI 3343, Relator Min. Ayres Britto, Relator p/ Acórdão: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 01/09/2011, DJe 21-11-2011; RE 302803, Relator Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 01/02/2005, DJ 25-02- e ADI 2364 MC, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2001, DJ 14-12-2001).



No processo de elaboração da lei em sentido formal, o próprio Presidente da República participa.

53. O regimento interno da Câmara deve tratar de matérias *interna corporis*. A participação do Senado e do Presidente da República no processo legislativo não seria requerida. Mas, na hipótese, se requer, tendo em vista a gravíssima repercussão que o procedimento pode produzir na relação entre os poderes da União e na própria estabilidade institucional do País.<sup>51</sup>

<sup>51</sup> A esse propósito, deve-se considerar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acolhe a distinção entre *reserva de lei em sentido estrito* e *reserva de norma*: Tome-se o enunciado do preceito: *ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*. Ora, há visível distinção entre as seguintes situações: (i) vinculação às definições da lei; (ii) vinculação às definições decorrentes --- isto é, fixadas em virtude dela --- de lei. No primeiro caso estamos diante da reserva de lei; no segundo, em face da “reserva de norma” (norma que pode ser tanto legal quanto regulamentar; ou regimental). Na segunda situação, ainda que as definições em pauta se operem em atos normativos não da espécie legislativa --- mas decorrentes de previsão implícita ou explícita em lei --- o princípio estará sendo devidamente acatado. No caso, o princípio da legalidade expressa reserva de lei em termos relativos (= reserva de norma), razão pela qual não impede a atribuição, explícita ou implícita, ao Executivo e ao Judiciário, para, no exercício de função normativa, definir obrigação de fazer e não fazer que se imponha aos particulares --- e os vincule. Voltando ao artigo 5º, II do texto constitucional, verificamos que, nele, o princípio da legalidade é tomado em termos relativos, o que induz a conclusão de que o devido acatamento lhe estará sendo conferido quando --- manifesta, explícita ou implicitamente, atribuição para tanto --- ato normativo não legislativo, porém regulamentar ou regimental, definir obrigação de fazer ou de não fazer alguma coisa imposta a seus destinatários. Tanto isso é verdadeiro --- que o dispositivo constitucional em pauta consagra o princípio da legalidade em termos apenas relativos --- que em pelo menos três oportunidades (isto é, no artigo 5º, XXXIX, no artigo 150, I e no parágrafo único do artigo 170) a Constituição retoma o princípio, então o adotando em termos absolutos: não haverá crime ou pena, nem tributo, nem exigência de autorização de órgão público para o exercício de atividade econômica sem lei, aqui entendida como tipo específico de ato legislativo, que os estabeleça. Não tivesse o artigo 5º, II consagrado o princípio da legalidade em termos somente relativos e razão não haveria a justificar a sua inserção no bojo da Constituição, em termos absolutos, nas hipóteses referidas. Dizendo-o de outra forma: se há um princípio de reserva de lei --- ou seja, se há matérias que não podem ser reguladas senão por lei --- evidente que das excluídas a essa exigência podem tratar, sobre elas dispondo, o Poder Executivo e o Judiciário, em regulamentos e regimentos. Quanto à definição do que está incluído nas matérias de reserva de lei, há de ser colhida no texto constitucional; no que concerne a essas matérias não cabem regulamentos e regimentos. Inconcebível a admissão de que o texto constitucional contivesse disposição despicienda --- *verba cum effectu sunt accipienda*.” (STF, HC 85060, Relator Min. Eros Grau, Primeira Turma, julgado em 23/09/2008, DJe 12-02-2009).



54. A definição das normas de processo e julgamento do *impeachment* do Presidente da República constitui típica reserva de lei em sentido absoluto.<sup>52</sup> A reserva de lei criada pela Constituição quanto às normas de processo e julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade constitui óbice intransponível à criação regimental de normas procedimentais. Apesar da recente revogação da decisão proferida pelo Presidente da Câmara dos Deputados na Questão de Ordem n. 105/2015, permanecem em vigor as normas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que dispõem sobre o procedimento de *impeachment*.

55. Incide na hipótese a reserva de lei *especial*, segundo o qual o rito deve estar definido em uma lei específica, não em uma multiplicidade de diplomas legais e regimentais. Como consigna a Ministra Cármen Lúcia, ao examinar a regra contida no art. 85 da CF, “*tem-se que somente lei especial votada pelo Congresso Nacional, logo, nacional, pode fixar regras processuais e de julgamento para punir os autores de crimes de responsabilidade*”.<sup>53</sup> Na mesma oportunidade, a Ministra destacou que “*a lei nacional especial a que se refere o parágrafo único do art. 85 da Constituição da República é a Lei n. 1.079/1950*”.

56. É certo que a própria Lei n. 1079, em seu artigo 38, prevê que, no julgamento do Presidente da República, poderia ocorrer a aplicação subsidiária dos regimentos internos da Câmara e do Senado Federal, bem como do Código de Processo Penal. O preceito, porém, está em contradição com o que determina o parágrafo único do artigo 85 da Constituição Federal, que institui, para o processo de *impeachment*, a regra da reserva de lei específica. As únicas normas

---

<sup>52</sup> Podem-se identificar pelo menos outras três reservas de lei em sentido absoluto: não haverá crime ou pena (artigo 5º, XXXIX), nem tributo (artigo 150, I), nem exigência de autorização de órgão público para o exercício de atividade econômica (parágrafo único do artigo 170) sem *lei*, aqui entendida como tipo específico de ato legislativo, que os estabeleça.

<sup>53</sup> STF, ADI 4792, Relatora Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, julgado em 12/02/2015.



aptas a regular o processo de *impeachment* são as constantes da Lei n. 1079 e da Constituição Federal.<sup>54</sup> Por essas razões, requer-se seja declarada a ilegitimidade constitucional (não recepção) das expressões “regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado federal”, constantes do art. 38 da Lei n. 1.079/50

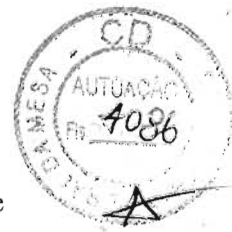
### **3.3. VIOLAÇÃO À RESERVA DE LEI ESPECIAL: FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO ESPECIAL EM DESCONFORMIDADE COM A LEI N. 1.079/50**

57. Seguindo a mesma linha de raciocínio do tópico anterior – segundo o qual a definição das normas de processo e julgamento do *impeachment* do Presidente da República constitui típica reserva de lei especial –, impõe-se assinalar que a Câmara dos Deputados, por meio de seu regimento interno, extrapolou os limites da Lei n. 1.079/50 também ao dispor sobre a formação e funcionamento da comissão especial instituída naquela Casa Legislativa para instruir e debater a acusação.

58. A despeito da tentativa de adaptação da Lei n. 1.079/50 à Constituição promovida em sede de controle difuso de constitucionalidade no ano de 1993 (MS 21.564), convém se delimitar, agora em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o âmbito material da reserva legal inscrita no parágrafo único do art. 85 da Constituição. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem afirmado a inconstitucionalidade da chamada *delegação legislativa externa*, o que significa dizer que o legislador não pode abdicar de sua competência institucional para permitir que outros órgãos do Estado produzam a

---

<sup>54</sup> Como será esclarecido adiante, outras normas processuais só podem ser utilizadas, por analogia, como parâmetro para aplicar diretamente a Constituição, suprimindo-se a eventual falta de regulamentação.



norma que, por efeito de expressa reserva constitucional, só pode derivar de fonte parlamentar.<sup>55</sup>

59. A Constituição não deixou espaço para cada Casa Legislativa federal normatizar, por meio de seus regulamentos, os aspectos processuais do *impeachment*. Ao contrário, estabeleceu que somente a lei especial pode regular essa categoria temática. Essa reserva legal não pode ser afastada pelo simples fato de ter sido modificada a competência da Câmara dos Deputados – que era de órgão de acusação e passou a ser de autorização do processamento.

60. Disso decorrem, pelo menos, duas consequências diretas: (a) padece de grave ilegitimidade constitucional a adoção, relativamente ao parecer preliminar da Comissão Especial para o recebimento da acusação, o procedimento fixado no art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por diferir do previsto nos arts. 21 e 22 da Lei n. 1.079/1950<sup>56</sup>; (b) padece de grave ilegitimidade constitucional o preenchimento das vagas da comissão especial por representantes dos blocos parlamentares, por destoar do que determina o art. 19 da Lei n. 1.079/1950, que prevê o seu preenchimento por representantes de todos os partidos. A preferência pelo uso de regras do regimento interno da Câmara em detrimento das disposições legais viola a cláusula constitucional de reserva legal quanto ao tema, como bem ressaltaram Juarez Tavares e Geraldo Prado:

*40. A posição acolhida na súmula vinculante, referendada pelos Min. Rosa Weber e Teori Zavascki, do Supremo*

---

<sup>55</sup> STF, ADI 1296 MC, Relator Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 14/06/1995, DJ 10-08-1995. No mesmo sentido: ADI 1945 MC, Relator Min. Octavio Gallotti, Relator p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 26/05/2010, DJe-047 14-03-2011.

<sup>56</sup> Não há razões suficientes para afastar o procedimento previsto nos artigos 21 e 22 da Lei n. 1.079. A nova função constitucional imputada à Câmara dos Deputados em nada contrasta com o rito procedimental. A competência para autorizar o processamento do Presidente da República não impede que o procedimento – dotado de certa complexidade – seja capaz de conferir proteção eficaz ao mandato presidencial.



*Tribunal Federal, e pelo Professor Luís Roberto Barroso exprime a opinião pacífica dos juristas brasileiros de que não cabe ao Presidente da Câmara dos Deputados, tampouco está inserido no âmbito normativo dos regimentos internos das Casas do Congresso, o poder de definir o procedimento a ser adotado no caso de impeachment do Presidente da República. Como é possível extrair das lições de Barroso, neste aspecto vigora a chamada reserva de lei qualificada ou proporcional, justamente porque, à semelhança das restrições ao exercício de direitos fundamentais, a pretensão deduzida no processo de impeachment consiste em afetação do princípio democrático em uma de suas principais facetas. Ingressa-se aqui, como salientado, na esfera do “indecidível”.*

*41. A lei reitora da matéria é a nº 1.079, de 10 de abril de 1950, a ser aplicada em consonância com as regras constitucionais específicas já referidas neste parecer. A Questão de Ordem nº 105/2015, resolvida de modo singular pelo Presidente da Câmara dos Deputados, ensejou ao Presidente da citada Casa, sob a forma incabível de dúvida, estabelecer ele próprio o rito e definir práticas para o juízo político, em detrimento da segurança jurídica do sistema democrático. Análise distanciada do episódio ocorrido na Sessão de 24 de setembro de 2015, na Câmara dos Deputados, parece confirmar a tese dos cientistas políticos mencionados ao longo deste estudo: regras constitucionais e legais são sistematicamente ignoradas ou violadas em favor do propósito de fazer avançar um julgamento que não se desenvolva conforme parâmetros das “regras do jogo” próprias do impeachment.*

*42. (...) Da mesma forma, a decisão pretende impor ritmo acelerado ao procedimento, em particular no que concerne ao parecer preliminar de Comissão Especial (art. 218 do Regimento Interno) em detrimento daquele estabelecido nos arts. 21 e 22 da lei de regência, supostamente porque “a Casa, ao aprovar as alterações no art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, buscou assimilar ao texto do Regimento os dispositivos legais que ainda encontravam aplicabilidade sob o pálio da Constituição de 1988, razão pela qual é nesse dispositivo que a Presidência buscará amparo para a definição do rito de apreciação da admissibilidade de eventual denúncia por*



*crime de responsabilidade em desfavor do Presidente da República.” Releva acrescentar que a despeito de regra específica – art. 19 da Lei nº 1.079/50 – que visa preservar a representatividade partidária e a proporcionalidade da Câmara dos Deputados na comissão especial a ser eleita para a emissão de parecer, a decisão da questão de ordem abre espaço para representantes de “blocos partidários”.*

61. O procedimento previsto nos arts. 20, 21 e 22 da Lei n. 1.079 conta com as seguintes etapas: (a) a comissão especial apresentará, em primeiro lugar, parecer sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação; (b) o parecer será discutido (art. 20 e 21) e votado pelo Plenário; (c) em se decidindo que a denúncia será objeto de deliberação, abrir-se-á a instrução; (d) findas as diligências, a comissão proferirá parecer sobre a conveniência de se autorizar ou não a posterior instauração do processo de *impeachment* no Senado (§ 2º do art. 22); o parecer será objeto de deliberação no Plenário (art. 23). Isso significa que haverá duas votações no Plenário. A primeira versará sobre a plausibilidade da acusação; a segunda será a votação final na Câmara, da qual resultará a autorização para processamento do Presidente da República.

62. Quanto ao exigido para as deliberações levadas a efeito pelo Plenário da Câmara dos Deputados, deve-se aplicar o disposto no artigo 86, *caput*, da Constituição Federal, que determina a observância da maioria qualificada de 2/3. Não recepcionada, portanto, a maioria absoluta prevista no artigo 81 da Lei 1079/50. Cuida-se de violação, digamos, “chapada” ao que determina a Constituição Federal, não se demandando maior esforço argumentativo para se comprovar a sua revogação.

63. A maioria qualificada de 2/3 deve ser exigida mesmo para o Juízo de admissibilidade previsto nos artigos 20 a 22. O quórum qualificado é uma decorrência do princípio democrático e do princípio da separação de poderes. Apenas uma maioria parlamentar realmente expressiva pode revogar o mandato popular e veicular uma interferência tão incisiva de um poder sobre outro. Como





ressaltou a Ministra Cármen Lúcia a propósito do modelo constitucional de responsabilidade do Governador de Estado – raciocínio que se aplica com maior razão ao regime de responsabilidade do Presidente da República –, “a manutenção do quórum de 2/3 aliada à circunstância de se tratar de autorização a ser dada pelo Poder Legislativo em desfavor do chefe do Poder Executivo não caracteriza qualquer mácula aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade”, pois “a condição de procedibilidade (...) fundamenta-se na proteção do interesse público afeto à governabilidade do Estado cujo governador pode vir a ser afastado do cargo, caso seja instaurado processo para apuração e haja eventual condenação por crime de responsabilidade ou comum supostamente praticado por ele”.<sup>57</sup>

64. A exigência de 2/3 para que se deflagre o processo na Câmara é uma garantia fundamental da estabilidade política e institucional.<sup>58</sup> Ainda que o *impeachment* não seja decretado, o simples processamento da denúncia vulnera gravemente a tranquilidade pública, acirrando as disputas partidárias, adiando investimentos, desviando empreendedores privados do seu objetivo de produzir e crescer. Apenas amplas maiorias parlamentares podem determinar a instauração do processo. Do contrário, o instituto, tipicamente excepcional, tende a se converter em instrumento da política ordinária, vulgarizando as disputas em torno da interrupção do mandato presidencial. Dessa forma, deve-se reconhecer que a lacuna legislativa deve ser suprida com a afirmação do quórum de 2/3 para todas as votações realizadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados no âmbito do processo de *impeachment*.

---

<sup>57</sup> STF, ADI 4792, Relator Min. Carmen Lucia, Tribunal Pleno, julgado em 12/02/2015.

<sup>58</sup> No mesmo sentido se manifestou, também em parecer, o Professor Dalmo Dallari: “Em primeiro lugar, quanto à possibilidade de decisão por maioria simples da Câmara dos Deputados contrária ao arquivamento da denúncia a resposta é que, nos termos expressos do referido artigo 86, caput, as decisões admitindo a acusação devem ser adotadas por dois terços dos membros da Câmara, devendo, portanto, ser exigido o mesmo quórum qualificado para eventual recurso contra o arquivamento”.



65. Em síntese, impõe-se, em prestígio à reserva constitucional de lei em sentido formal, inscrito no parágrafo único do art. 85 da Constituição, (a) declarar a recepção dos artigos 21 e 22 da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual o art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados substituiu o procedimento previsto em lei para a formação e desenvolvimento das atividades da comissão especial; (b) interpretar os arts. 20 e 22 da Lei conforme a Constituição para afirmar que todas as votações realizadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados no processo de *impeachment* do Presidente da República submetem-se ao quórum de 2/3 dos seus integrantes; e (c) declarar a recepção do artigo 19 da Lei n. 1.079/50, afastando a interpretação segundo a qual a formação da comissão especial deve ser balizada pela escolha de representantes dos blocos parlamentares no lugar de representantes dos partidos políticos.

#### **3.4. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL: NECESSIDADE DE GARANTIR AO ACUSADO O DIREITO DE FALAR POR ÚLTIMO EM TODAS AS FASES DO PROCESSO DE *IMPEACHMENT***

66. Como se aplicam ao processo de *impeachment* as garantias do processo penal e do processo administrativo-sancionador, conforme reiteradamente tem decidido a Corte Interamericana de Direitos Humanos, convém submeter a Lei n. 1.079/50 a um processo de *filtragem constitucional* para garantir a máxima efetividade, também no processo de *impeachment*, do postulado do devido processo legal. Não é novidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o reconhecimento de que, das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, decorre o direito do acusado de falar por último no processo sancionador. O Ministro Cezar Peluso, a propósito, afirmou o seguinte:

*As partes têm direito à observância do procedimento tipificado na lei, como concretização do princípio do devido processo legal, a cujo âmbito pertencem as*



*garantias específicas do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV, LV, da Constituição da República).*

*O exercício do contraditório deve, assim, permear todo o processo, garantindo sempre, como ônus, a possibilidade de manifestações oportunas e eficazes da defesa, desde a de arrazoar e contra-arrazoar recursos, até a de se fazer ouvir no próprio julgamento destes.*

*(...)*

*Estou em que fere, igualmente, as garantias da defesa todo expediente que impeça o acusado de, por meio do defensor, usar da palavra por último, em sustentação oral (...)*

*Permitir, pois, que o representantes do Ministério Público promova sustentação oral depois da defesa, ainda mais no caso de ser ele o recorrente, comprometeria o pleno exercício do contraditório, que pressupõe o direito de a defesa falar por último, a fim de poder, querendo, reagir à opinião do Parquet.*"<sup>59</sup>

67. O princípio do contraditório exige que se garanta aos acusados em geral o direito de falar por último, a fim de se preservar a possibilidade de confrontarem os argumentos da acusação e, assim, influenciar no convencimento dos juízes. Mais uma vez, a precisa lição do Ministro Cezar Peluso:

*O direito de a defesa falar por último decorre, aliás, do próprio sistema normativo como se vê, sem esforço, a diversos preceitos do Código de Processo Penal. As testemunhas da acusação são ouvidas antes das arroladas pela defesa (art. 396, caput). É conferida vista dos autos ao Ministério Público e, só depois, à defesa, para requerer diligências complementares (Art. 499), bem como para apresentação de alegações finais (Art. 500, incs. I e III).*<sup>60</sup>

68. A inversão processual consistente em permitir que a acusação fale por último implica ofensa às garantias da ampla defesa e do contraditório, na esteira da pacífica jurisprudência do STF: "*a inversão processual, falando antes*

---

<sup>59</sup> STF, HC 87926, Relator Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 20/02/2008, DJe-074 25-04-2008.

<sup>60</sup> STF, HC 87926, Relator Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 20/02/2008, DJe-074 25-04-2008.



*a defesa e depois a acusação nas alegações finais, implica em nulidade tanto quanto no caso da sustentação oral (RECrIm nº 91.661- MG, in RTJ 92/448), por ofensa ao princípio da ampla defesa e do contraditório”.*<sup>61</sup>

69. Essa compreensão de que os princípios da ampla defesa e do contraditório impõem o reconhecimento do direito do acusado de falar por último conduziu o Supremo Tribunal Federal a afirmar, em sede de processo de cassação de parlamentar, a nulidade da prova produzida pela acusação depois da produção de provas pela defesa.<sup>62</sup> O voto condutor do acórdão, proferido pelo Ministro Cezar Peluso, mostra que também no processo de cassação de parlamentar – processo estatal com caráter sancionador – incidem as garantias que compõe o núcleo material do devido processo legal, inclusive o direito da defesa de sempre falar por último – e consequentemente produzir provas após a acusação –, *in verbis*:

*“Ora, quanto à perda de mandato parlamentar, não fosse a disposição expressa do art. 55, § 2º, que remete explicitamente a uma de duas cláusulas do devido processo legal, que não se exaure nelas, ou seja, à ampla defesa, já bastaria o princípio mesmo do devido processo legal para ver logo que ofensa de norma regimental do Congresso Nacional não é matéria interna corporis, insuscetível de conhecimento pela Corte, se dela resulta ofensa a direito subjetivo ou perda de bem jurídico sem observância do devido processo legal.  
(...)”*

<sup>61</sup> STF, RHC 104261, Relator Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, julgado em 15/03/2012, DJe-154 07-08-2012.

<sup>62</sup> Confira-se a ementa do acórdão: “Perda de mandato. Processo de cassação. Quebra de decoro parlamentar. Inversão da ordem das provas. Reinquirição de testemunha de acusação ouvida após as da defesa. Indeferimento pelo Conselho de Ética. Inadmissibilidade. Prejuízo presumido. Nulidade consequente. Inobservância do contraditório e da ampla defesa. Vulneração do justo processo da lei (due process of law). Ofensa aos arts. 5º, incs. LIV e LV, e 55, § 2º, da CF. Liminar concedida em parte, pelo voto intermediário, para suprimir, do Relatório da Comissão, o inteiro teor do depoimento e das referências que lhe faça. Votos vencidos. Em processo parlamentar de perda de mandato, não se admite aproveitamento de prova acusatória produzida após as provas de defesa, sem oportunidade de contradição real.” (MS 25647 MC, Relator Min. Carlos Britto, Relator p/ Acórdão: Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, julgado em 30/11/2005, DJ 15-12-2006).



*O fundamento relevante é o da inversão da ordem legal da inquirição das testemunhas.*

*O princípio do contraditório, isso é elementar, significa, por definição, a possibilidade de contradição dentro do processo. O processo é uma realidade jurídica que não se compõe apenas de ações linguísticas, isto é, que cada afirmação, segundo o princípio do contraditório, deve corresponder, sempre, possibilidade de o adversário promover uma reação linguística correspondente ou homóloga àquela a que responde. Mas também se compõe de ações reais, de outro tipo, de ações de outra natureza, como, por exemplo, colheita de prova. Não há aí ação linguística, mas o que a doutrina processual denomina ação real, porque consiste em fatos ou outros atos. O princípio do contraditório implica possibilidade de a uma ação real, a produção da prova, por exemplo, corresponder reação real, isto é, produção de outra prova tendente a infirmar a prova anterior. Isso é elementar, é o cerne do princípio do contraditório. A cada prova produzida deve, pois, corresponder ao réu, em geral, na área penal, o poder de promover uma ação real tendente a aniquilar, enfim, a atenuar a força retórica dessa prova.*

*É princípio não menos elementar de um processo que guarda com o processo criminal afinidades indiscutíveis, que a defesa deva ter a oportunidade de fazer a última prova. Por quê? Pela simples razão de que, de outro modo, se ofenderia a Constituição, não apenas no princípio geral do devido processo legal, ou na cláusula específica do artigo 5º, inciso LV, mas, também, na do art. 55, § 2º, que diz respeito ao processo de cassação e faz referência expressa à ampla defesa.”*

70. O direito de o próprio acusado se manifestar por último no processo – após da produção probatória – também foi reconhecido como corolário dos princípios da ampla defesa e do contraditório<sup>63</sup> pelo Supremo Tribunal Federal:

(..) 3. O art. 400 do Código de Processo Penal, com a

---

<sup>63</sup> A não realização de interrogatório ao final da instrução subtrai do acusado a possibilidade de se manifestar, pessoalmente, sobre a prova acusatória coligida em seu desfavor e de, no exercício do *direito de audiência*, influir na formação do convencimento do julgador (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; SCARANCE FERNANDES, Antônio. *As nulidades do processo penal*. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 75).



redação dada pela Lei nº 11.719/2008, fixou o interrogatório do réu como ato derradeiro da instrução penal, sendo certo que tal prática, benéfica à defesa, deve prevalecer nas ações penais em trâmite perante a Justiça Militar, em detrimento do previsto no art. 302 do Decreto-Lei nº 1.002/69, como corolário da máxima efetividade das garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (CRFB, art. 5º, LV), dimensões elementares do devido processo legal (CRFB, art. 5º LIV) e cânones essenciais do Estado Democrático de Direito (CRFB, art. 1º, caput). Precedente do Supremo Tribunal Federal (Ação Penal nº 528 AgR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, j. em 24/03/2011, DJe-109 divulg. 07-06-2011). 4. In casu, o Conselho Permanente de Justiça para o Exército (5ª CJM) rejeitou, 27/02/2012, o requerimento da defesa quanto à realização do interrogatório do paciente ao final da sessão de julgamento, negando aplicação do art. 400 do Código de Processo Penal, o que contraria a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 5. Ordem de habeas corpus concedida para anular os atos processuais praticados após o indeferimento do pleito defensivo e permitir o interrogatório do paciente antes da sessão de julgamento, com aplicação subsidiária das regras previstas na Lei nº 11.719/08 ao rito ordinário castrense.”<sup>64</sup>

“Interrogatório. Realização ao final da instrução (art. 400, CPP). Obrigatoriedade. Aplicação às ações penais em trâmite na Justiça Militar dessa alteração introduzida pela Lei nº 11.719/08, em detrimento do art. 302 do Decreto-Lei nº 1.002/69. Precedentes. Nulidade absoluta. Prejuízo evidente. Subtração ao réu do direito de, ao final da instrução, manifestar-se pessoalmente sobre a prova acusatória desfavorável e de, no exercício do direito de audiência, influir na formação do convencimento do julgador. Condenação. Anulação em sede de habeas corpus. (...) 6. A não realização do interrogatório ao final da instrução subtraiu ao réu a possibilidade de se manifestar pessoalmente sobre a prova acusatória coligida em seu desfavor e de, no exercício do direito de audiência, influir na formação do convencimento do julgador. Prejuízo evidente. Nulidade absoluta configurada. (...) 8.

<sup>64</sup> STF, HC 115530, Relator Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 25/06/2013, DJe-158 14-08-2013.



*Anulada, em habeas corpus, condenação alcançada por indulto para que o paciente seja submetido a novo julgamento, devem-se protrair os efeitos jurídicos dessa causa de extinção de punibilidade, de modo a alcançar eventual nova condenação, como expressão do favor rei ou do favor libertatis. 9. Ordem de habeas corpus concedida para anular a condenação do paciente e determinar sua submissão a novo interrogatório.”<sup>65</sup>*

71. Todo o procedimento previsto na Lei n. 1.079/50 deve ser adequado ao sentido atribuído pelo Supremo Tribunal Federal à cláusula constitucional do devido processo legal. Também no processo de *impeachment*, deve-se garantir que toda a atividade probatória (artigos 18, § 1º do art. 22, 27, 28 e 29) seja desenvolvida em primeiro lugar pela acusação e depois pela defesa, e que, em cada fase, a oitiva do acusado seja o último ato de instrução (§ 1º do art. 22, 28 e 29).

### **3.5. NATUREZA DA DECISÃO DO SENADO FEDERAL SOBRE A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT**

72. A Constituição Federal expressamente atribui à Câmara dos Deputados a função de *autorizar* e, ao Senado, a de *instaurar* o processo de *impeachment* – com a gravíssima consequência jurídica de afastar o acusado do exercício das funções. A decisão senatorial não é mero ato de execução da decisão proferida pela Câmara dos Deputados – que autoriza o processamento. Ao contrário, trata-se de decisão autônoma do Senado Federal, que pode instaurar, ou não, o processo por crime de responsabilidade. A decisão da Câmara é condição de procedibilidade, a qual deve ser considerada, entre outras, pelo Senado Federal.

---

<sup>65</sup> HC 121907, Relator Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, julgado em 30/09/2014, DJe-211 28-10-2014.



73. Como antes ressaltado, o próprio STF não tardou em reconhecer a ampla alteração na distribuição de competências entre as casas legislativas promovida pela Constituição Federal de 1988. A Câmara dos Deputados, outrora responsável pela formulação de juízo acusatório, passou a realizar apenas um juízo de autorização do processamento do Presidente da República, tanto por crime comum quanto por crime de responsabilidade. Na sequência, o processo é encaminhado aos órgãos julgadores: o STF, para os crimes comuns; e o Senado Federal, para os crimes de responsabilidade. Quem autoriza o processamento não instaura efetivamente o processo, mas apenas abre caminho para uma possível instauração. Do contrário, *autorização* significaria, sob o prisma jurídico, a *instauração* mesma do processo.<sup>66</sup>

74. A Constituição, no ponto, definiu, simetricamente, caber aos respectivos órgãos julgadores a decisão pela instauração dos processos de apuração de crime pelo Presidente da República. É dizer: autorizado processamento do Chefe de Estado pela Câmara dos Deputados, surge a possibilidade – uma vez satisfeita a condição de procedibilidade – de instauração de ação penal pelo Supremo Tribunal Federal (com o recebimento da denúncia) ou de processo de *impeachment* pelo Senado Federal (com a instauração do processo). Por essa razão, são textualmente incompatíveis com a Constituição os artigos 80 e 81 da Lei n. 1.079: (a) a Câmara dos Deputados não é “tribunal de pronuncia” – art. 80 -, mas instância autorizadora de eventual e posterior processo por crime de responsabilidade; (b) não há “declaração de procedência da acusação” por parte da Câmara dos Deputados, mas mero juízo de autorização, perfazendo condição de procedibilidade.

75. O tratamento uniforme dado à instauração dos processos de apuração pela prática de crime pelo Presidente da República – cabendo, em qualquer caso, ao respectivo órgão julgador (STF ou Senado), a decisão pela

---

<sup>66</sup> Homenageia-se, desse modo, o clássico princípio hermenêutico de que não existem palavras inúteis na Constituição (ADI 3.506-AgR/DF, Rel. Min. Ellen Gracie).





instauração ou não do processo – tem como justificativa a gravidade da consequência jurídica dela decorrente: a suspensão do exercício das funções presidenciais. Daí porque a norma constitucional ter determinado expressamente que “*O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal*”. Não se pode cogitar que uma decisão dessa gravidade seja tomada de modo meramente protocolar, consubstanciando simples cumprimento de uma decisão anterior proferida pela Câmara dos Deputados.

76. Do mesmo modo que o STF não está vinculado a receber a denúncia por crime comum pelo fato de a Câmara dos Deputados ter autorizado a abertura de processo criminal, o Senado – que ocupa, por simetria, a mesma posição do STF – não está vinculado a instaurar o processo de *impeachment*, devendo exercer juízo prévio de recebimento da acusação por crime de responsabilidade. Tanto o STF quanto o Senado Federal desempenham, cada qual em relação a um tipo específico de infração, a grave competência de instaurar o processo contra o Presidente da República – momento em que deve ser afastado de suas funções – e, posteriormente, julgar a acusação, condenando-o ou absolvendo-o.

77. A instauração do processo contra o Presidente da República, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, envolve, por parte do órgão julgador, a tomada de posição quanto à probabilidade de êxito da acusação formulada a partir dos elementos empíricos e jurídicos que compõem a denúncia. O juízo positivo que determina a instauração do processo – com o recebimento da denúncia pelo STF ou com a instauração do processo de *impeachment* pelo Senado – implica o imediato afastamento do Presidente da República de suas funções, medida esta que traduz típica tutela cautelar obrigatória deferida pelo órgão julgador.



78. Observe-se que a instauração do processo se processa “*pelo*” Senado Federal, e não apenas “*no*” Senado, o que revela a dimensão *ativa* da sua competência, e não *passiva*, de mera recepção *protocolar* de uma decisão exauriente já tomada na Câmara. Verifique-se também que, de acordo com o texto constitucional atual (artigo 52, I), o Senado Federal “*processa e julga*” o Presidente da República, e não apenas “*julga*”, como previsto na ordem constitucional anterior. De acordo com o artigo 42 da EC n. 1/69, seguindo o que era tradicional na história constitucional brasileira, competia “*privativamente ao Senado Federal: I - julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade*”. Já o inciso II determinava competir-lhe “*processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade*”. Em razão dessa distinção, a Lei n. 1079 só previa uma fase de juízo de admissibilidade no Senado para os processos relativos aos Ministros do STF e ao Procurador-Geral da República, e, nisso, estava em conformidade com a Constituição Federal. Hoje, porém, o Senado não só julga, mas também “*processa*” o Presidente da República, demandando-se a harmonização da Lei n. 1079/50 com a nova ordem constitucional.

79. Não se pode presumir que a Constituição utilize expressões desnecessárias ou promova modificações institucionais desprovidas de qualquer eficácia. Claramente, a Constituição de 1988 incumbiu os órgãos julgadores do Presidente da República – STF e Senado – da função de emitir juízo sobre a justa causa da denúncia e decidir, desse modo, sobre a abertura ou não do respectivo processo (crime comum ou crime de responsabilidade). Essa lógica não escaparia ao Eminentíssimo Ministro Carlos Velloso, que se desincumbiu da redação do acórdão que resultou do julgamento do MS 21.564, cuja ementa se transcreve a seguir:

*“No procedimento de admissibilidade da denúncia, a Câmara dos Deputados profere juízo político. Deve ser concedido ao acusado prazo para defesa, defesa que decorre do princípio inscrito no art. 5º, LV, da Constituição, observadas, entretanto, as limitações do fato de a acusação somente materializar-se com a instauração*



*do processo, no Senado. Neste, é que a denúncia será recebida, ou não, dado que, na Câmara ocorre, apenas, a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Câmara verificará se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência, não sendo a acusação simplesmente fruto de quizílias ou desavenças políticas”.*

80. Note-se a conclusão do julgamento: o Senado receberá, ou não, a denúncia. Vale dizer, instaurará, ou não, o processo de *impeachment*. Até mesmo porque dessa decisão decorre o afastamento, ou não, do Presidente da República de suas funções. A gravidade das suas consequências evidencia a necessidade de deliberação específica sobre o recebimento da denúncia e sobre a respectiva instauração do processo de *impeachment*, tudo em simetria com o que ocorre na apuração de crimes comuns, em relação aos quais o STF realiza, primeiro, um juízo de recebimento da denúncia; segundo, um juízo definitivo sobre a culpa do acusado.

81. O artigo 24 da Lei n. 1.079 – redigido sob a égide de Constituição que previa outras funções para a Câmara e para o Senado – afirma que “Recebido no Senado o decreto de acusação com o processo enviado pela Câmara dos Deputados e apresentado o libelo pela comissão acusadora, remeterá ao Presidente cópia de tudo ao acusado, que, na mesma ocasião e nos termos dos parágrafos 2º e 3º do art. 23, será notificado para comparecer em dia prefixado perante o Senado”. O recebimento da denúncia referido no dispositivo legal deve ser filtrado à luz da nova Constituição. Agora, o recebimento da denúncia – momento que traduz a *instauração do processo* – depende de decisão do Senado Federal, não mais podendo significar mero exercício de função protocolar de recebimento físico do processo vindo da Câmara com o posterior chamamento do acusado para responder à acusação.

82. Daí decorre a necessidade de se interpretar o art. 24 da Lei n. 1.079 em conformidade com a Constituição. Para se suprir omissão quando ao juízo de



admissibilidade que se deve proferir no Senado, pode-se aplicar, por analogia<sup>67</sup>, o disposto nos artigos 44 a 49, previstos originariamente para disciplinar o *impeachment* de Ministros do STF e do Procurador Geral da República. Confira-se o teor dos preceitos:

*Art. 44. Recebida a denúncia pela Mesa do Senado, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial, eleita para opinar sobre a mesma.*

*Art. 45. A comissão a que alude o artigo anterior, reunir-se-á dentro de 48 horas e, depois de eleger o seu presidente e relator, emitirá parecer no prazo de 10 dias sobre se a denúncia deve ser, ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias.*

*Art. 46. O parecer da comissão, com a denúncia e os documentos que a instruírem, será lido no expediente de sessão do Senado, publicado no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, que deverão ser distribuídos entre os senadores, e dado para ordem do dia da sessão seguinte.*

*Art. 47. O parecer será submetido a uma só discussão, e a votação nominal (...)*

*Art. 48. Se o Senado resolver que a denúncia não deve constituir objeto de deliberação, serão os papeis arquivados.*

*Art. 49. Se a denúncia for considerada objeto de deliberação, a Mesa remeterá cópia de tudo ao denunciado, para responder à acusação no prazo de 10 dias.*

83. De acordo com o artigo 44, no Senado, o exame prévio da admissibilidade deve ser feito pela mesa do Senado Federal. Como antes

---

<sup>67</sup> Os argumentos que priorizam o raciocínio jurídico analógico, em geral, também são válidos aqui. Se o legislador já concretizou preceito constitucional semelhante, por razões de legitimação democrática, deve o Judiciário provisoriamente aplicar a legislação análoga, fazendo as correções devidas. É justamente o que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos MIs 670 e 712, em que determinou que se aplicasse ao direito de greve do servidor público a regulamentação que o legislador ordinário elaborou para o direito de greve dos empregados da iniciativa privada, fazendo, contudo, as correções devidas, com ênfase na necessidade de se observar o princípio da continuidade dos serviços públicos.



verificado, o Senado pode instaurar ou não o processo, realizando juízo de admissibilidade. A autorização eventualmente dada pela Câmara será uma condição de procedibilidade, sem a qual o juízo de admissibilidade será necessariamente negativo. Considerando o que dispõem os artigos 45 a 49, o que se disse quanto à confirmação do juízo de admissibilidade pelo Plenário da Câmara, também se aplica à decisão da mesa do Senado: a matéria é devolvida ao Plenário do Senado. Também no que toca ao Senado deve-se exigir, para que prevalecesse a decisão de admitir o processo, a formação de uma maioria de 2/3 dos membros. Não aplica, portanto, a maioria simples prevista no artigo 47 para a decisão que admite a instauração do processo de *impeachment* de ministros do STF e do Procurador-geral da República.

84. Verifique-se que a exigência de duas votações por maioria de 2/3 em cada casa legislativa para que se promova o *impeachment* não é estranha à forma como a Constituição concebe alguns dos institutos que operam na esfera da política constitucional. É o caso do procedimento previsto para a manifestação do poder constituinte reformador. Exige-se maioria de 3/5 dos votos dos membros de cada casa legislativa, os quais devem deliberar em dois turnos. Como a decisão de alterar a Constituição é gravíssima, a confirmação da decisão uma segunda vez, em cada casa, é salutar, embora, no Brasil, não costume impedir a promulgação frequente de emendas constitucionais. Pelo contrário. O mesmo se pode dizer do processo de *impeachment*. Sua absoluta excepcionalidade, torna saudável a complexidade que decorre da forma como a Constituição Federal de 1988 concebe o instituto. O Presidente da República é eleito diretamente pelo povo: a decisão de parlamentares só pode retirá-lo do poder quando se forma uma maioria ampla, sólida e decidida.



### 3.6. NÃO RECEPÇÃO DO § 1º DO ART. 23 DA LEI N. 1.079: AFASTAMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE SUAS FUNÇÕES A PARTIR DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO PELO SENADO FEDERAL (INCISO II DO § 1º DO ART. 86 DA CF)

85. A incompatibilidade entre o disposto no § 1º do art. 23 da Lei n. 1.079 e o estabelecido no inciso II do § 1º do art. 86 da CF é evidente. De um lado, o dispositivo integrante do capítulo II da segunda parte do diploma legal – que dispõe sobre as funções da Câmara dos Deputados –, determina: *“São efeitos imediatos do decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final”*. De outro, a Constituição determina que *“O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal”*.

86. É evidente que a Constituição exige, para o afastamento do Presidente da República de suas funções, mais do que a autorização da Câmara dos Deputados para o processamento de crime comum ou de responsabilidade: demanda que o Supremo Tribunal Federal receba a denúncia ou queixa-crime – no caso de crime comum – ou que o Senado Federal instaure o processo – no caso de crime de responsabilidade. A contrariedade do dispositivo legal ao parâmetro constitucional é textual, e seu exame não carece, mercê do precedente firmado pelo Plenário do STF a propósito do tema, de maior esforço argumentativo: a declaração de não recepção do § 1º do art. 23 da Lei n. 1.079 pelos incisos I e II do § 1º do art. 86 da CF é medida impositiva.



### 3.7. VIOLAÇÃO PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE: NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE OS PAPEIS DE ACUSADOR E DE JUIZ COMO COROLÁRIO DO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

87. A imparcialidade, inequívoca derivação normativa do princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV), é atualmente tida como “direito processual fundamental”.<sup>68</sup> A necessidade de garantir a imparcialidade do julgamento exige a releitura da Lei n. 1.079/50 sob a ótica dos princípios do devido processo legal e do juiz natural, de modo a garantir a separação entre as funções de acusação e de juiz no âmbito do processo de *impeachment*.<sup>69</sup> Isso conduz à conclusão de que os Senadores, verdadeiros juízes da causa, devem se apartar da *função acusatória*, o que resulta na vedação à assunção da incumbência de apurar e produzir provas. Tudo isso porque, segundo a jurisprudência do STF, a separação entre as funções acusatória e decisória constitui decorrência do princípio do devido processo legal:

*9. O traço mais marcante do sistema acusatório consiste no estabelecimento de uma separação rígida entre os momentos da acusação e do julgamento. Disso decorrem algumas consequências, sendo duas delas de especial significado constitucional. Em primeiro lugar, ao contrário do que se verifica no sistema inquisitorial, o juiz deixa de exercer um papel ativo na fase de investigação e de acusação. Isso preserva a neutralidade do Estado julgador para o eventual julgamento das imputações, evitando ou atenuando o risco de que se formem pré- compreensões*

68 DUARTE, Ronnie Preuss. Pré-julgamento e suspeição do julgador. *Revista de Processo*, ano 31, n. 138, pp. 56-77, ago. 2006, p. 59.

69 Nesse sentido, a jurisprudência do STF: “A imparcialidade da jurisdição é exigência primária do princípio do devido processo legal, entendido como justo processo da lei, na medida em que não pode haver processo que, conquanto legal ou oriundo da lei, como deve ser, seja também justo – como postula a Constituição da República –, sem o caráter imparcial da jurisdição. Não há, deveras, como conceber-se processo jurisdicional – que, como categoria jurídica, tem por pressuposto de validade absoluta a concreta realização da promessa constitucional de ser justo ou devido por justiça (due process) –, sem o predicado da imparcialidade da jurisdição” (Voto do Ministro Cezar Peluso, STF, HC 94641, Relator Min. Ellen Gracie, Relator p/ Acórdão: Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgado em 11/11/2008.)



*em qualquer sentido. Uma das projeções mais intuitivas dessa exigência é o princípio da inércia jurisdicional, pelo qual se condiciona a atuação dos magistrados à provocação por um agente externo devidamente legitimado para atuar.*

*10. Em segundo lugar, o sistema acusatório busca promover a paridade de armas entre acusação e defesa, uma vez que ambos os lados se encontram dissociados e, ao menos idealmente, equidistantes do Estado-juiz. Nesse contexto, cabe as partes o ônus de desenvolverem seus argumentos à luz do material probatório disponível, de modo a convencer o julgador da consistência de suas alegações. Afasta-se, assim, a dinâmica inquisitorial em que a figura do juiz se confunde com a de um acusador, apto a se valer do poder estatal para direcionar o julgamento – quase sempre no sentido de um juízo condenatório.*

*(...)*

*12. Em suma, o sistema acusatório estabelece determinadas balizas para os procedimentos de investigação criminal, que devem ser desenvolvidos ordinariamente pela autoridade policial sob a supervisão do Ministério Público. Ainda que o legislador disponha de alguma liberdade de conformação na matéria, inclusive para tratar de contextos específicos como o da Justiça Eleitoral, não é válido que esvazie a opção do constituinte e crie para o juiz um poder genérico de direção dessa fase pré-processual.*

88. Nesse aspecto, o processo regido pela Lei n. 1.079/50 deve se aproximar, uma vez mais, do nível de garantia reconhecido atualmente no âmbito do processo penal.<sup>70</sup> Em prestígio à estrutura acusatória do processo e também para garantir a imparcialidade objetiva do julgamento<sup>71</sup>, somente deve-se permitir

<sup>70</sup> A Lei n. 11.690, de 9 de junho de 2008, alterou a redação do art. 212 do Código de Processo Penal, passando-se a adotar o procedimento do Direito Norte-Americano, chamado *cross-examination*, no qual as testemunhas são questionadas diretamente pela parte que as arrolou, facultada à parte contrária, a seguir, sua inquirição (exame direto e cruzado), e ao juiz os esclarecimentos remanescentes e o poder de fiscalização.

<sup>71</sup> A esse respeito, é precisa a jurisprudência do STF: “*Abstraídos os demais fundamentos do pedido, estou em que se patenteia, no caso, quebra da chamada imparcialidade objetiva, de que deve, como cláusula elementar do princípio constitucional do justo processo da lei (due process of law), revestir-se, na situação de cada causa, o magistrado competente para decidi-la. (...) Caracteriza-se, portanto, hipótese exemplar de ruptura da situação de imparcialidade objetiva, cuja falta incapacita, de todo, o magistrado para conhecer e decidir causa que lhe tenha sido*”





aos Senadores a realização de diligências ou a produção de provas de modo residual e complementar às partes, sem assumir, para si, a função acusatória.<sup>72</sup>

Isso porque *“o contato direto com o sujeito passivo e com os fatos e dados pode provocar no ânimo do juiz-instrutor uma série de pré-juízos e impressões a favor ou em contra do imputado, influenciando no momento de sentenciar”*.<sup>73</sup>

---

*submetida, em relação à qual a incontornável predisposição psicológica nascida de profundo contato anterior com as relações e a força retórica da prova dos fatos o torna concretamente incompatível com a exigência do exercício isento da função jurisdicional. Tal qualidade, carente no caso, diz-se objetiva, porque não provém de ausência de vínculos juridicamente importantes entre o juiz e qualquer dos interessados na causa, sejam partes ou não (imparcialidade dita subjetiva), mas porque corresponde à condição de originalidade da cognição que irá o juiz desenvolver na causa, no sentido de que não haja ainda, de modo consciente ou inconsciente, formado nenhuma convicção ou juízo prévio, no mesmo ou em outro processo, sobre os fatos por apurar ou sobre a sorte jurídica da lide por decidir. Como é óbvio, sua perda significa falta da isenção inerente ao exercício legítimo da função jurisdicional.”* (Voto do Ministro Cezar Peluso, STF, HC 94641, Relator Min. Ellen Gracie, Relator p/ Acórdão: Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgado em 11/11/2008).

<sup>72</sup> Nesse sentido: “1. A estrutura acusatória do processo penal pátrio impede que se sobreponham em um mesmo sujeito processual as funções de defender, acusar e julgar, mas não elimina, dada a natureza publicista do processo, a possibilidade de o juiz determinar, mediante fundamentação e sob contraditório, a realização de diligências ou a produção de meios de prova para a melhor reconstrução histórica dos fatos, desde que assim proceda de modo residual e complementar às partes e com o cuidado de preservar sua imparcialidade. 2. Não fora assim, restaria ao juiz, a quem se outorga o poder soberano de dizer o direito, lavar as mãos e reconhecer sua incapacidade de outorgar, com justeza e justiça, a tutela jurisdicional postulada, seja para condenar, seja para absolver o acusado. Uma postura de tal jaez ilidiria o compromisso judicial com a verdade e com a justiça, sujeitando-o, sem qualquer reserva, ao resultado da atividade instrutória das partes, nem sempre suficiente para esclarecer, satisfatoriamente, os fatos sobre os quais se assenta a pretensão punitiva. 3. O uso, pelo magistrado, de seus poderes instrutórios, presentes em inúmeros dispositivos do Código de Processo Penal, não autoriza, porém, posturas de vanguarda ou de protagonismo judicial. Assim, deve ser anulada a decisão da autoridade judiciária que, ao manter o recebimento da denúncia, determinou, imotivadamente, a oitiva de delegado e de inspetores de polícia, pois ao determinar, antes do início da instrução criminal, prova não urgente e não requerida pelas partes, o Juiz agiu em substituição aos litigantes. 4. Entretanto, deve ser prestigiada a atividade probatória deflagrada depois do término da audiência de instrução, quando, na própria ata, o Juiz determinou, de ofício, a oitiva de pessoas a que as testemunhas se referiram, de forma residual e em consonância com o art. 209, § 1º, do CPP, para a correta verificação de fatos referidos durante a produção da prova oral. 5. Recurso ordinário parcialmente provido para declarar somente a nulidade da decisão que, ao ratificar o recebimento da denúncia, ordenou, de ofício, a oitiva de delegado e de inspetores de polícia, devendo tais depoimentos ser desentranhados dos autos do processo, sem prejuízo de que tais testemunhos sejam requeridos pelas partes, na fase do art. 402 do CPP, ou, justificadamente, determinados pelo Juiz, nos termos dos arts. 156 ou 209 do CPP” (STJ, RHC 58.186/RJ, Rel. Ministro Rogério Schietti Cruz, 6ª Turma, julgado em 06/08/2015, DJe 15/09/2015).

<sup>73</sup> LOPES JR., Aury. *Direito processual penal e sua conformidade constitucional*. 3ª ed. RJ: Lumen Juris, 2008, pp. 125-127.



Exatamente para evitar essa contaminação do juiz pelo contato com a produção da prova – o que afeta negativamente a confiança que o julgamento deve inspirar nos cidadãos –, é o que o STF concluiu que *“a regra processual penal não pode valer apenas para a hipótese da chamada progressão vertical do processo, a qual exclui atuação de juiz que haja atuado em outro grau de jurisdição da mesma causa, pois as razões que sustentariam tal exclusão, de todo se aplicam ao fenômeno do desenvolvimento processual horizontal, proibindo, diante de igual presunção de pré-juízo, exerça jurisdição, no processo principal, o juiz que tenha recolhido provas em procedimento preliminar sobre os fatos”*.<sup>74</sup>

89. Atualmente, grande parte da discussão, no entanto, reside na apartação teórica proposta desde 1982 pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos (Caso *Piersack*)<sup>75</sup> entre os conceitos de imparcialidade subjetiva e objetiva. Na locução daquela Corte<sup>76</sup>:

*De acuerdo con la jurisprudencia constante del Tribunal, la existencia de imparcialidad en lo que se refiere al artículo 6.1 debe ser determinada de acuerdo a una valoración subjetiva donde se deben tener en cuenta la convicción personal y el comportamiento de un juez en particular, esto es, si el juez tiene algún prejuicio personal o favoritismo en algún caso dado; y también de acuerdo con una valoración objetiva, es decir asegurando si el tribunal en sí mismo y, entre otros aspectos, su composición, ofrece suficientes garantías para excluir cualquier duda legítima con respecto a su imparcialidad.*

90. Além da imperiosa necessidade de garantir que os juízes do processo de *impeachment* – Senadores da República – não desempenhem funções

---

<sup>74</sup> Voto do Ministro Cezar Peluso, STF, HC 94641, Relator Min. Ellen Gracie, Relator p/ Acórdão: Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgado em 11/11/2008.

<sup>75</sup> JÚNIOR, Aury Lopes. Direito Processual Penal. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014, p. 172.

<sup>76</sup> Caso *Micallef contra Malta*, de 15 de outubro de 2009.



acusatórias, deve-se assegurar que também os agentes públicos competentes para autorizar o processamento da Presidente da República por crime de responsabilidade tenham a necessária imparcialidade. No tocante ao procedimento já recebido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, verifica-se que a ausência de imparcialidade é objetivamente aferível. O Presidente da Câmara de Deputados é alvo de representação pelo cometimento de falta ética no âmbito da Comissão de ética da Câmara dos Deputados, o que pode conduzir à perda do seu mandato. E o recebimento da representação, com a instauração do processo, resultaria de decisão colegiada da qual participariam deputados integrantes do partido da Presidente da República. Institui-se, por isso, um contexto de suspeição objetivamente aferível, que inabilita o Presidente da Câmara para tomar a decisão de receber o processo de Impeachment. Assevere-se, ainda, que a suspeição do Presidente da Câmara, na hipótese, não resulta de divergências ideológicas ou partidárias, mas de um conflito de interesses instaurado e amplamente reconhecido pela esfera pública nacional.

#### **- PARTE 4 - PEDIDO CAUTELAR**

91. O requisito do *fumus boni iuris* decorre de tudo o que se disse acima quanto à necessidade de adequação do procedimento previsto na Lei n. 1079 ao texto constitucional de 1988, o que não ocorre. As decisões proferidas por ocasião do julgamento do *impeachment* do Presidente Fernando Collor promoveram, apenas em parte, a filtragem constitucional da referida lei. Muitos pontos remanescem imunes à jurisdição constitucional, e se mantêm alheios ao que a Constituição Federal promoveu de inovação.

92. A presença de tal requisito foi reconhecida nas decisões liminares recentemente proferidas a propósito do procedimento a ser adotado para o



processamento de denúncias de *impeachment* pelos Ministros Rosa Weber e Teori Zavascki, já citados ao longo desta inicial. Como consignou o Ministro Teori Zavascki, ao julgar o MS 33837 MC/DF, “*em processo de tamanha magnitude institucional, que põe a juízo o mais elevado cargo do Estado e do Governo da Nação, é pressuposto elementar a observância do devido processo legal, formado e desenvolvido à base de um procedimento cuja validade esteja fora de qualquer dúvida de ordem jurídica*”.

93. O *fumus boni iuris* decorre ainda das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, como a Corte Europeia, tem determinado a incidência, também nos processos de impedimento de chefes de estado, do princípio do devido processo legal, especialmente das garantias inerentes ao processo penal e ao processo administrativo sancionador.

94. O requisito do *periculum in mora* decorre da circunstância de o Presidente da Câmara dos Deputados ter recebido, em 02.12.2015, o pedido de *impeachment* contra a Presidente da República (decisão anexa). Como havia consignado a Ministra Rosa Weber na decisão proferida no âmbito da Reclamação n. 22124 MC/DF, a liminar era concedida “*diante da iminência de exame pelo Presidente da Câmara dos Deputados de ‘inúmeras denúncias de crime de responsabilidade imputado à Presidente da República*”. O Presidente Eduardo Cunha revogou a resposta que havia formulado à questão de ordem relativa ao referido procedimento, tendo em vista decisões liminares do Supremo Tribunal Federal. Há, com isso, grave insegurança quanto ao procedimento que regerá o processamento dos pedidos de *impeachment*, a esta parte iniciado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

95. Como antes consignado, como se cuida de procedimento que pode levar à interrupção de mandato presidencial, a incerteza jurídica produz insegurança política e econômica, contribuindo para desestabilizar ainda mais os sistemas político e econômico nacionais. É urgente a manifestação do Supremo



Tribunal Federal para que a denúncia por crime de responsabilidade seja processada de acordo com procedimento válido e previamente estabelecido. Do contrário, o que se antevê é uma sequência de mandados de segurança e o desenvolvimento errático de um procedimento obtuso, já suplantado pelo curso do tempo e pela afirmação histórica do estado democrático de direito.

96. Em face do exposto, requer o autor, cautelarmente, o deferimento de decisão monocrática para suspender, de imediato, o processo de *impeachment* iniciado contra a Presidente da República, até que seja julgada a medida cautelar ora pleiteada.

97. Requer o autor, ainda, o deferimento de medida cautelar para que:

- a) seja realizada interpretação conforme à Constituição do art. 19 da Lei n. 1.079/50, para se fixar, com efeito *ex tunc* – abrangendo os processos em andamento –, a interpretação segundo a qual o recebimento da denúncia referido no dispositivo legal deve ser precedido de audiência prévia do acusado, no prazo de quinze dias;
- b) seja declarada a ilegitimidade constitucional (não recepção) das expressões “regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado federal”, constantes do art. 38 da Lei n. 1.079/50;
- c) seja declarada a recepção dos artigos 19, 20, 21, 22 e 23, *caput*, da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual o art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados substitui o procedimento previsto nos referidos preceitos legais;
- d) seja realizada interpretação conforme a Constituição do art. 19 da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual a formação da comissão especial deve se dar com representantes dos



blocos parlamentares no lugar de representantes dos partidos políticos;

e) seja realizada interpretação conforme dos artigos 18, § 1º, 22, 27, 28 e 29 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual toda a atividade probatória deve ser desenvolvida em primeiro lugar pela acusação e por último pela defesa;

f) seja realizada interpretação conforme do § 1º do art. 22 e dos artigos 28 e 29, todos da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual, em cada fase processual – perante a Câmara Federal e perante o Senado Federal –, a manifestação do acusado, pessoalmente ou por seus representantes legais, seja o último ato de instrução;

g) seja realizada interpretação conforme a Constituição do artigo 24 da Lei n. 1.079 para se fixar a interpretação segundo a qual o processo de *impeachment*, autorizado pela Câmara, pode ou não ser instaurado no Senado, cabendo a decisão de instaurá-lo ou não à respectiva Mesa, aplicando-se analogicamente o disposto no artigo 44 da própria Lei 1079/50, não sendo tal decisão passível de recurso;

h) seja realizada interpretação conforme a Constituição do artigo 24 da Lei n. 1079/50 para se fixar a interpretação segundo a qual a decisão da mesa do Senado pela instauração do processo deve ser submetida ao Plenário da Casa, aplicando-se, por analogia, os artigos 45, 46, 48 e 49 da própria Lei n. 1079, exigindo-se, para se confirmar a instauração do processo, a decisão de 2/3 dos senadores;

i) seja declarada a ilegitimidade constitucional – não recepção – dos §§ 1º e 5º do art. 23, e dos artigos 80 e 81 da Lei n. 1.079;



j) seja realizada interpretação conforme dos artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual os Senadores só devem realizar diligências ou a produção de provas de modo residual e complementar às partes, sem assumir, para si, a função acusatória;

k) seja realizada interpretação conforme do art. 19 da Lei n. 1.079/50, com efeitos *ex tunc* – alcançando processos em andamento –, para fixar a interpretação segundo a qual o Presidente da Câmara dos Deputados apenas pode praticar o ato de recebimento da acusação contra a Presidente da República se não incidir em qualquer das hipóteses de impedimento ou suspeição, esta última objetivamente aferível pela presença de conflito concreto de interesses.

#### **- PARTE 5 - PEDIDOS DE MÉRITO**

98. Em face do exposto, requerem os autores que:

- a) seja recebida e julgada procedente a presente ADPF;
- b) sejam notificados a Presidência da República, e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, por intermédio de seus presidentes, para que, como responsáveis pela elaboração das normas impugnadas, se manifestem;
- c) seja notificado o Exmo. Sr. Advogado-Geral da União para se manifestar sobre o mérito da presente Ação;



- d) seja notificado do Exmo. Sr. Procurador Geral da República para que emita o seu Parecer;
- e) seja julgada procedente a presente ADPF para que o STF profira decisão nos termos aduzidos nos itens que se seguem;
- f) seja realizada interpretação conforme à Constituição do art. 19 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual o recebimento da denúncia referido no dispositivo legal deve ser precedido de audiência prévia do acusado, no prazo de quinze dias;
- g) seja declarada a ilegitimidade constitucional (não recepção) das expressões “regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado federal”, constantes do art. 38 da Lei n. 1.079/50;
- h) seja declarada a recepção dos artigos 19, 20, 21, 22 e 23, *caput*, da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual o art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados substitui o procedimento previsto nos referidos preceitos legais;
- i) seja realizada interpretação conforme a Constituição do art. 19 da Lei n. 1.079/50, afastando-se a interpretação segundo a qual a formação da comissão especial deve se dar com representantes dos blocos parlamentares no lugar de representantes dos partidos políticos;
- j) seja realizada interpretação conforme dos artigos 18, § 1º, 22, 27, 28 e 29 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual toda a atividade probatória deve ser desenvolvida em primeiro lugar pela acusação e por último pela defesa;
- k) seja realizada interpretação conforme do § 1º do art. 22 e dos artigos 28 e 29, todos da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual, em cada fase processual – perante a





Câmara Federal e perante o Senado Federal –, a manifestação do acusado, pessoalmente ou por seus representantes legais, seja o último ato de instrução;

l) seja realizada interpretação conforme a Constituição do artigo 24 da Lei n. 1.079 para se fixar a interpretação segundo a qual o processo de *impeachment*, autorizado pela Câmara, pode ou não ser instaurado no Senado, cabendo a decisão de instaurá-lo ou não à respectiva Mesa, aplicando-se analogicamente o disposto no artigo 44 da própria Lei 1079/50, não sendo tal decisão passível de recurso;

m) seja realizada interpretação conforme a Constituição do artigo 24 da Lei n. 1079/50 para se fixar a interpretação segundo a qual a decisão da mesa do Senado pela instauração do processo deve ser submetida ao Plenário da Casa, aplicando-se, por analogia, os artigos 45, 46, 48 e 49 da própria Lei n. 1079, exigindo-se, para se confirmar a instauração do processo, a decisão de 2/3 dos senadores;

n) seja declarada a ilegitimidade constitucional – não recepção – dos §§ 1º e 5º do art. 23, e dos artigos 80 e 81 da Lei n. 1.079;

o) seja realizada interpretação conforme dos artigos 25, 26, 27, 28, 29 e 30 da Lei n. 1.079/50, para se fixar a interpretação segundo a qual os Senadores só devem realizar diligências ou a produção de provas de modo residual e complementar às partes, sem assumir, para si, a função acusatória;

p) seja realizada interpretação conforme do art. 19 da Lei n. 1.079/50, com efeitos *ex tunc* – alcançando processos em andamento –, para fixar a interpretação segundo a qual o Presidente da Câmara dos Deputados apenas pode praticar o ato de



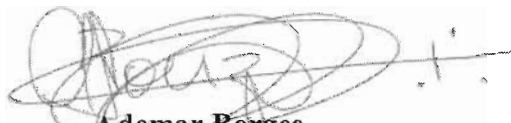
recebimento da acusação contra a Presidente da República se não incidir em qualquer das hipóteses de impedimento ou suspeição, esta última objetivamente aferível pela presença de conflito concreto de interesses.

Pedem Deferimento

Brasília, 3 de dezembro de 2015.



**Cláudio Pereira de Souza Neto**  
**OAB-RJ 96.073**



**Ademar Borges**  
**OAB-DF 29.178**



## *Supremo Tribunal Federal*

### MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 378 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S)	: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ADV.(A/S)	: ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**DESPACHO:** Trata-se de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, com pedido de medida cautelar, proposta pelo Partido Comunista do Brasil em face da Lei 1.079/1950.

Solicitem-se informações à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, bem como à Advocacia Geral da União e à Procuradoria Geral da República, no prazo comum de 05 (cinco) dias (art. 5º, §2º da Lei 9.882/1999).

Comunique-se, com a máxima urgência, **inclusive via fax ou outro meio mais expedito**, o teor do presente despacho.

Decorrido o prazo, com (ou sem) as informações, venham os autos conclusos.

Publique-se.

Brasília, 03 de dezembro de 2015.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

*Documento assinado digitalmente*



Supremo Tribunal Federal  
10/12/2015 11:19 0064661



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 2857/SGM/P/2015

CÓPIA



Brasília, 9 de DEZEMBRO de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Ministro EDSON FACHIN**  
Supremo Tribunal Federal  
Praça dos Três Poderes  
70175-900 - Brasília/DF

Referente: **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 378. Informações da Câmara dos Deputados (art. 5º, § 2º, da Lei n. 9.882/1999).**

Senhor Ministro,

Trata-se de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pelo Partido Comunista do Brasil – PC do B “*objetivando seja reconhecida a ilegitimidade constitucional de dispositivos e interpretações da Lei n. 1.079, de 1950, e também a legitimidade constitucional de outros dispositivos integrantes do mesmo diploma legal*”. Pugna-se pela declaração de **ilegitimidade** constitucional dos artigos 23, parágrafos 1º e 5º, 38, 80 e 81, da Lei n. 1.079/50; pela declaração de **legitimidade** constitucional dos artigos 20, parágrafos 1º e 2º, 21, 22, parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º da Lei n. 1.079/50; pela **interpretação conforme** dos artigos 16, 18, 19, 20, 22, parágrafos 1º e 2º, 24, parágrafo único, 25, 27, 28, parágrafo único e 29 da Lei n. 1.079/50. No mais, busca-se suprir uma suposta lacuna do disposto nos artigos 52, I e 86, parágrafo 1º, II, da Constituição Federal.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

De uma forma geral, portanto, pretende o AUTOR, sob o argumento de realizar “*filtragem constitucional*” na Lei n. 1.079/50 “*de modo a compatibilizá-la com as garantias constitucionais que compõem o núcleo essencial do devido processo legal, bem como com os princípios democrático, da separação dos poderes e com a conformação dada pela Constituição Federal de 1988 ao instituto do Impeachment*”, **pretende rever toda a jurisprudência desta Corte já firmada sobre a questão**. Defende a tese de que o momento atual é de absoluta insegurança quanto “*às regras que poderiam efetivamente ser aplicadas (...) com sério potencial de abalo da estabilidade das instituições democráticas, com graves reflexos na já combalida economia nacional*”.

No mérito, alega o AUTOR, inicialmente, que seria de rigor a observância ao contraditório antes mesmo do recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Diz que “*o fato de a Câmara dos Deputados receber a denúncia e iniciar o processamento do feito – com todas as consequências no âmbito da produção de provas e da participação defensiva do Presidente da República – já constitui fator de grave perturbação da estabilidade do mandato presidencial*”. Assim, “*para se preservar o equilíbrio institucional, deve-se reconhecer a gravidade jurídica do ato de recebimento da acusação pelo Presidente da Câmara dos Deputados, o que leva à exigência de apresentação de defesa prévia*”. Ou seja, “*quando o Presidente da Câmara antever a possibilidade de receber a denúncia, pela plausibilidade dos termos em que foi vazada, deve reconhecer ao denunciado o direito de responder os termos da acusação que lhe é dirigida antes da abertura do processo perante a Câmara dos Deputados*”. Finaliza esse ponto dizendo que “*deve se superar essa lacuna inconstitucional da Lei n. 1.079, aplicando-se à hipótese, por analogia, o disposto no artigo 4º da Lei n. 8.038, que determina a abertura de prazo de quinze dias para que o acusado possa se manifestar previamente nas ações penais originárias processadas perante o STF e o STJ*”.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sustenta o AUTOR a inaplicabilidade do Regimento Interno da Câmara dos Deputados quanto ao processo de *impeachment*. Diz que apenas *lei especial* pode dispor sobre a definição dos crimes de responsabilidade do Presidente da República, como também o estabelecimento das *normas de processo e julgamento*, a teor do parágrafo único do art. 85 da Constituição Federal, aduzindo que “a lei deve ser específica, de modo que as regras procedimentais aptas a reger o processo de *impeachment* devem constar de um único veículo legal, ou seja, de uma lei que não trate de outros temas e que seja abarcante de toda a matéria”. Assim, requer-se seja declarada a ilegitimidade constitucional (não recepção) das expressões “*regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal*”, constantes do art. 38 da Lei n. 1.079/50.

Questiona o AUTOR, também, a formação e o funcionamento da comissão especial a ser instituída pela Câmara dos Deputados para instruir e debater a acusação, ao fundamento de que a “*Constituição não deixou espaço para cada Casa Legislativa federal normatizar, por meio de seus regulamentos, os aspectos processuais do impeachment*”, razão pela qual seria constitucionalmente ilegítimo o art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por diferir do previsto nos arts. 21 e 22 da Lei n. 1.079/50. Defende a aplicação do art. 19 da Lei n. 1.079/1950, dizendo que o preenchimento da Comissão seria por representantes de todos os partidos e não por representantes dos blocos parlamentares.

Em relação ao quórum de votação, assevera o AUTOR que não teria sido recepcionada pela Constituição Federal o disposto no artigo 81 da Lei n. 1.079/50, ao fundamento de que “a maioria qualificada de 2/3 deve ser exigida mesmo para o Juízo de admissibilidade previsto nos artigos 20 a 20”, já que “o quórum qualificado é uma decorrência do princípio democrático e do princípio da separação de poderes”, sendo que “apenas uma maioria parlamentar realmente expressiva pode revogar o mandato popular e veicular uma interferência tão



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*incisiva de um poder sobre outro". Assim, requer-se seja suprida a lacuna legislativa a fim de que fique expresso que será exigido para todas as votações realizadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados no âmbito do processo do impeachment o quórum de 2/3.*

Sob outra vertente, sustenta o AUTOR que todo o procedimento previsto na Lei n. 1.079/50 deve ser adequado ao sentido atribuído pelo Supremo Tribunal Federal à cláusula constitucional do devido processo legal, pelo que se deve garantir, no processo de *impeachment*, que toda a atividade probatória seja desenvolvida em primeiro lugar pela acusação e depois pela defesa, e que, em cada fase, a oitiva do acusado seja o último ato de instrução.

Diz o AUTOR, também, que são incompatíveis com a Constituição os artigos 80 e 81 da Lei n. 1.079/50, aos argumentos de que *"a Câmara dos Deputados não é 'tribunal de pronúncia' – art. 80, mas instância autorizadora de eventual e posterior processo por crime de responsabilidade"*, assim como *"não há 'declaração de procedência da acusação' por parte da Câmara dos Deputados, mas mero juízo de autorização, perfazendo condição de procedibilidade"*. Argumenta que a decisão de recebimento da denúncia pelo Senado Federal não pode *"significar mero exercício de função protocolar do recebimento físico do processo vindo da Câmara com o posterior chamamento do acusado para responder à acusação"*, devendo haver, na verdade, juízo prévio de recebimento da acusação por crime de responsabilidade. Aduz que *"do mesmo modo que o STF não está vinculado a receber a denúncia por crime comum pelo fato de a Câmara dos Deputados ter autorizado a abertura de processo criminal, o Senado – que ocupa, por simetria, a mesma posição do STF – não está vinculado a instaurar o processo de impeachment, devendo exercer juízo prévio de recebimento da acusação por crime de responsabilidade"*. Assim, segundo o AUTOR, decorre *"a necessidade de se interpretar o art. 24 da Lei n. 1.079 em*

1



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*conformidade com a Constituição*", com a aplicação analógica dos artigos 44 a 49 da mesma lei, devendo o quórum de recebimento, no entanto, ser o qualificado.

Argumenta também com a incompatibilidade entre o disposto no parágrafo 1º do art. 23 da Lei 1.079/50 e o estabelecido no inciso II do parágrafo 1º do art. 86 da Constituição Federal, dizendo que a suspensão das funções do Presidente da República não pode decorrer apenas do recebimento da acusação pela Câmara dos Deputados, mas sim do recebimento formal e material da denúncia pelo Senado Federal.

Por fim, defende a violação do princípio da imparcialidade, ao argumento de que *"o Presidente da Câmara de Deputados é alvo de representação pelo cometimento de falta ética no âmbito da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, o que pode conduzir à perda do seu mandato. E o recebimento da representação, com a instauração do processo, resultaria de decisão colegiada da qual participariam deputados integrantes do partido da Presidente da República. Institui-se, por isso, um contexto de suspeição objetivamente aferível, que inabilita o Presidente da Câmara para tomar a decisão de receber o processo de impeachment"*. Ainda quanto ao princípio da imparcialidade, sustenta o AUTOR que os Senadores só devem realizar diligências ou a produção de provas de modo residual e complementar às partes, sem assumir, para si, a função acusatória.

De saída, põe-se em evidência o não cabimento desta ação.

Sob o pretexto de defesa de preceitos fundamentais e de necessidade de interpretação da Lei n. 1.079/1950 conforme à Constituição, o AUTOR da ação – partido integrante da base parlamentar governista – pretende, na verdade, passados mais de vinte e sete anos desde a promulgação da atual Constituição da República, tão somente evitar o trâmite do legítimo e





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

constitucional processo de *impeachment*, ao mesmo tempo em que procura, como dito, revisitar toda a jurisprudência firmada por esta Corte a respeito do tema *impeachment*, especialmente o julgamento em que se declarou expressamente a recepção da Lei n. 1.079/50 pela Constituição Federal (MS 21.654).

Tendo em vista esse desiderato e a circunstância de as normas objeto da presente ação serem de aplicação episódica – uma única vez desde 1988, no impedimento do ex-Presidente *Fernando Collor de Mello*, é inafastável a conclusão de **inutilidade, na espécie, do uso de instrumento de controle concentrado de constitucionalidade** e, por conseguinte, **de não cumprimento do requisito da subsidiariedade** previsto no § 1º do art. 4º da Lei n. 9.882/1999 (*“não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer **outro meio eficaz** de sanar a lesividade”* – grifei).

Confira-se, a propósito, a respeito do tema, a lição doutrinária do Ministro ROBERTO BARROSO, do Supremo Tribunal Federal:

*“A questão central aqui parece estar na **eficácia do ‘outro meio’** referido na lei, isto é, no tipo de solução que ele é capaz de produzir. Considerando que a decisão na ADPF é dotada de caráter vinculante e contra todos, **quando esses efeitos forem decisivos para o resultado que se deseja alcançar**, dificilmente uma ação individual ou coletiva de natureza subjetiva poderá atingi-los (...).*

*Desse modo, não sendo cabível a ação direta de inconstitucionalidade ou declaratória de constitucionalidade, por se tratar, por exemplo, de controle relativo a direito pré-constitucional, norma municipal em face da Constituição Federal, disposição regulamentar ou lei pós-constitucional já revogada, é admissível a ADPF. Inversamente, se couber uma*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

daquelas ações, não será possível o ajuizamento da arguição. Por outro lado, a simples possibilidade de propositura de ações de natureza subjetiva ou o cabimento de recursos processuais não é, de per si, impedimento à arguição, se aquelas medidas não forem **idôneas a produzir solução imediata e abrangente**, nas hipóteses em que o interesse público relevante ou a segurança jurídica assim o exijam.

Contudo, a tese demanda observações (...).

O descabimento de outros mecanismos concentrados de controle de constitucionalidade, como assinalado, é um elemento necessário para caracterizar a presença da subsidiariedade que justifica a ADPF. **Não se trata, porém, de elemento suficiente.** Além da presença dos demais requisitos referidos acima, **é preciso que os mecanismos subjetivos existentes sejam insatisfatórios**, justificando uma intervenção concentrada por parte do Supremo Tribunal Federal. **Se tais mecanismos forem adequados para afastar eventual lesão, não se justifica o uso da ADPF.**

O sistema brasileiro de controle abstrato de constitucionalidade não objetiva absorver toda e qualquer discussão subjetiva envolvendo questões constitucionais. Por tal razão, os jurisdicionados não detêm a expectativa legítima de verem todas as suas disputas apreciadas pelo STF em sede de uma ação abstrata. Para conhecer as lides e dar-lhes solução, existe um complexo sistema orgânico e processual que, eventualmente, poderá até mesmo chegar ao Supremo Tribunal Federal – pelas vias recursais próprias de natureza subjetiva.

Nesse contexto, portanto, a ADPF não é uma ação abstrata subsidiária, no sentido de que seria cabível sempre que a ação direta de inconstitucionalidade ou a ação declaratória de constitucionalidade não o fossem. Como explicitado acima, a subsidiariedade significa apenas que **não caberá ADPF se outro meio idôneo capaz de sanar**



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*a lesividade estiver disponível, não podendo ser extraída da regra da subsidiariedade a conclusão de que seria possível o ajuizamento de ADPF sempre que não coubesse ADIn ou ADC” (Revista de Direito Processual. Geral, Rio de Janeiro, 61, 2006, fls. 253-254 – grifei).*

Ora, no caso, o **mandado de segurança** traduz meio processual eficaz para levar, diretamente, à apreciação do Supremo Tribunal todas as questões relativas à **situação concreta** objeto desta ação (abertura de procedimento de autorização para instauração de processo de **impeachment em desfavor da Presidente DILMA ROUSSEFF e todas as outras que se seguirem**).

Além disso, evidencia-se também a pretensão do PC do B de ver declarada, por via transversa, a inconstitucionalidade de **norma pós-constitucional** – o **art. 218** do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), norma primária, fundada diretamente no art. 51, III e IV, da Constituição da República, **impugnável apenas por meio de ação direta de inconstitucionalidade** –, o que traduz **erro grosseiro** e impede a aplicação do princípio da fungibilidade. Nesse sentido:

**“ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – IMPROPRIEDADE – “ERRO GROSSEIRO” – ADMISSÃO COMO AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – IMPOSSIBILIDADE.** Inadmitida a arguição de descumprimento de preceito fundamental ante “erro grosseiro” na escolha do instrumento, considerado o artigo 4º, § 1º, da Lei nº 9.882/99, descabe recebê-la como ação direta de inconstitucionalidade” (ADPF 314-AgR, Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJe 19.2.2015).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Acresce-se que, ao contrário do que alega o PC do B, inexistem “*sérias dúvidas sobre como um eventual processo contra a Presidente da República por crime de responsabilidade se desenvolveria nas Casas Legislativas*” (fl. 9), tampouco há “*absoluta insegurança quanto às regras que poderiam efetivamente ser aplicadas*” (fl. 10).

Com efeito, o Supremo Tribunal tem reiteradamente afirmado a recepção da Lei n. 1.079/1950 pela atual Constituição da República (ADI 2.220, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe 7.12.2011; ADI 1.628, Rel. Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, DJ 24.11.2006; MS 24.297, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ 14.2.2003; MS 21.564, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI, Redator para o acórdão o Ministro CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, DJ 27.8.1993; e MS 21.623, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, DJ 28.5.1993).

De forma mais expressiva, ao julgar os referidos **Mandados de Segurança n. 21.564 e 21.623**, o Supremo Tribunal Federal esquadrinhou – vis-à-vis a Constituição de 1988 – as questões pertinentes à interpretação e à aplicação das normas da Lei n. 1.079/1950 relativas ao *impeachment* do Presidente da República, esposando entendimento que – frise-se – foi **positivado** no art. 218 do RICD, ora atacado.

É flagrante, por conseguinte, a inadequação desta ação. Ultrapassados – *ad argumentandum tantum* – esses óbices, devem ser afastadas, de qualquer forma, todas as alegações do PC do B.

Inicialmente, é descabida a pretensão à aplicação analógica do art. 4º da Lei n. 8.038/1990, de modo a se assegurar à Presidente da República o direito de manifestar-se previamente à decisão inicial do Presidente



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

da Câmara dos Deputados relativa à admissibilidade da denúncia (art. 19 da Lei n. 1.079/1950 e art. 218, § 2º, do RICD).

Em primeiro lugar, não há lacuna normativa na espécie, na medida em que o art. 218, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados garante à Presidente da República a apresentação de defesa antes da emissão do parecer da Comissão Especial referida no § 2º do mesmo artigo e do recebimento da denúncia pelo órgão competente – o Plenário da Câmara dos Deputados, devendo-se realçar, ademais, que o juízo monocrático do Presidente da Câmara dos Deputados é de **mera delibação**: a denúncia é recebida ou rejeitada, insista-se à exaustão, pelo Plenário. Assim, a finalidade ínsita ao art. 4º da Lei n. 8.038/1990 – garantir a manifestação do denunciado antes do recebimento da denúncia e da instauração do processo – é plenamente atendida pelo art. 218, § 4º, do RICD.

Em segundo lugar, o acolhimento dessa pretensão do autor – **duas oportunidades de defesa antes da decisão sobre a denúncia pelo órgão competente** – importaria em atuar o Supremo Tribunal como legislador positivo, em desrespeito à margem de conformação do Congresso Nacional como legislador ordinário e, por via de consequência, em flagrante violação ao princípio da separação dos poderes.

Também não prospera a alegação de que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados não poderia disciplinar o procedimento de *impeachment* no âmbito dessa Casa. Isso porque o parágrafo único do art. 85 da Constituição da República dispõe que lei especial definirá os crimes de responsabilidade e “estabelecerá as normas de **processo e julgamento**” (grifei). Ora, do ponto de vista técnico-jurídico, o processo de *impeachment* se inicia no Senado Federal, após a análise de procedibilidade da denúncia pela Câmara dos



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputados. Destarte, não há falar em reserva de lei especial para o estabelecimento das normas que regem o procedimento desenvolvido na Câmara dos Deputados.

Não obstante, não seria o caso de negar aplicação ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados. **A uma**, porque a própria Lei n. 1.079/1950 (art. 38) admite, expressamente, a aplicação subsidiária do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. **A duas**, porque a exigência de lei especial nem de longe importa em proibição de remessa à disciplina normativa subsidiária da matéria pelo Regimento Interno, considerada a vocação constitucional desse último para dispor sobre o funcionamento da Casa Legislativa e de seus órgãos, abrangente das questões relativas à composição e ao funcionamento da Comissão Especial e à discussão e à votação do parecer respectivo.

A propósito, a Lei n. 8.038/1990 – cuja aplicação analógica o AUTOR da ação pretende – é, sem sombra de dúvida, lei especial. Nada obstante, o art. 2º dessa Lei dispõe: “o *relator, escolhido na forma regimental, será o juiz da instrução, que se realizará segundo o disposto neste capítulo, no **Código de Processo Penal**, no que for aplicável, e no **Regimento Interno do Tribunal***” (grifei). De modo semelhante, dispõe o art. 48 da Lei n. 11.343/2006 (Lei Penal Especial): “o *procedimento relativo aos processos por crimes definidos neste Título rege-se pelo disposto neste Capítulo, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições do **Código de Processo Penal** e da **Lei de Execução Penal***” (grifei). É, pois, de todo improcedente a alegação de invalidade jurídica da aplicação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados na espécie.

É igualmente improcedente a alegação de “*ilegitimidade constitucional [do] preenchimento das vagas da Comissão Especial por*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*representantes dos blocos parlamentares*” (fl. 46). É certo que o art. 19 da Lei n. 1.079/1950 refere-se, tão somente, a partidos, não a blocos (“*recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma*”). É igualmente certo, entretanto, a circunstância de que a Constituição de 1946, sob cuja égide foi editada a Lei n. 1.079/1950, não aludia aos blocos parlamentares como critério de constituição das comissões da Câmara dos Deputados, ao contrário do art. 58, § 1º, da atual Constituição da República, que dispõe, *verbis*: “*na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa*” (grifei). Destarte, impõe-se a aplicação do art. 19 da Lei n. 1.079/1950 em consonância com o princípio da proporcionalidade, nos termos do art. 58, § 1º, da Constituição.

Improcede, uma vez mais, a alegação de “*grave ilegitimidade constitucional [da] adoção, relativamente ao parecer preliminar da Comissão Especial para o recebimento da acusação, [do] procedimento fixado no art. 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por diferir do previsto nos arts. 21 e 22 da Lei n. 1.079/1950*” (fl. 46). De fato, a partir da atual Constituição, a Câmara deixou de ser tribunal de pronúncia, limitando-se a — analisando a procedibilidade da denúncia — autorizar a instauração do processo pelo Senado Federal. **Não há mais instrução processual na Câmara dos Deputados.** Por isso, o art. 22 da Lei n. 1.079/1950, que versa sobre essa matéria, e o art. 21, que lhe é adjeto, foram revogados pela Constituição de 1988.

Nesse sentido, a propósito, o entendimento do Supremo Tribunal Federal:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

"CONSTITUCIONAL. "IMPEACHMENT". PROCESSO E JULGAMENTO: SENADO FEDERAL. ACUSAÇÃO: ADMISSIBILIDADE: CÂMARA DOS DEPUTADOS. DEFESA. PROVAS: INSTÂNCIA ONDE DEVEM SER REQUERIDAS (...) (...). **O SENADO E NÃO MAIS A CÂMARA DOS DEPUTADOS FORMULARÁ A ACUSAÇÃO (JUÍZO DE PRONÚNCIA) E PROFERIRÁ O JULGAMENTO** (C.F., ART. 51, I; ART. 52, I; ART. 86, PAR. 1., II, PAR. 2.) (...). III. - NO PROCEDIMENTO DE ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA, A CÂMARA DOS DEPUTADOS PROFERE JUÍZO POLÍTICO. DEVE SER CONCEDIDO AO ACUSADO PRAZO PARA DEFESA, DEFESA QUE DECORRE DO PRINCÍPIO INSCRITO NO ART. 5., LV, DA CONSTITUIÇÃO, OBSERVADAS, ENTRETANTO, AS LIMITAÇÕES DO FATO DE A ACUSAÇÃO SOMENTE MATERIALIZAR-SE COM A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO, NO SENADO (...). SERÁ NA ESFERA INSTITUCIONAL DO SENADO, QUE PROCESSA E JULGA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE, QUE ESTE PODERÁ PROMOVER AS INDAGAÇÕES PROBATORIAS ADMISSÍVEIS" (MS 21.564, Redator para o acórdão o Ministro Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 27.8.1993 – grifei).

**"O Senado e não mais a Câmara dos Deputados formulará a acusação (juízo de pronúncia) e proferirá o julgamento. C.F./88, artigo 51, I; art. 52; artigo 86, PAR. 1., II, PAR.2., (MS no 21.564-DF)"** (MS 21.623, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 28.5.1993 – grifei).

De outra parte, a temática relativa à discussão em Plenário dos pareceres das Comissões da Câmara dos Deputados – inclusive da Comissão Especial – é tipicamente regimental, o que reforça o que se vem de sustentar quanto à revogação do art. 21 da Lei n. 1.079/1950, não apenas pelos arts. 51, I, 52, I, e 86, *caput*, da Constituição da República, mas pelo art. 51, III e IV, da Carta Maior.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Impende, ainda, ressaltar a improcedência da alegação de que *“o STF não está vinculado a receber a denúncia por crime comum pelo fato de a Câmara dos Deputados ter autorizado a abertura de processo criminal”* (fl. 57). Funda-se a alegação em acrítica comparação do papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal – que delibera sobre a denúncia por crime comum, mesmo após a autorização da Câmara dos Deputados – com a função do Senado Federal, que, por ser competente para processar o Presidente da República, também o seria para decidir sobre a instauração do processo, independentemente do juízo emitido pela Câmara dos Deputados.

Tal analogia, contudo, carece de fundamento jurídico.

A denúncia por crime comum em desfavor da Presidente da República demanda a análise técnica por juízes togados, nos termos do art. 102, I, b, da Constituição da República, que não seria satisfeita, validamente, por parlamentares, guiados por juízo eminentemente político. O mesmo, entretanto, não pode ser dito em relação aos crimes de responsabilidade, cuja natureza político-penal enseja ao Plenário da Câmara dos Deputados a emissão de juízo quanto ao mérito da denúncia, recebendo-a ou rejeitando-a. Nesse sentido:

**“NO REGIME DA CARTA DE 1988, A CÂMARA DOS DEPUTADOS, DIANTE DA DENÚNCIA OFERECIDA CONTRA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, EXAMINA A ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO (C.F., ART. 86, “CAPUT”), PODENDO, PORTANTO, REJEITAR A DENÚNCIA OFERECIDA NA FORMA DO ART. 14 DA LEI 1079/50. III. - NO PROCEDIMENTO DE ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA, A CÂMARA DOS DEPUTADOS PROFERE JUÍZO POLÍTICO”** (MS 21.564, Redator para o acórdão o Ministro Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 27.8.1993 – grifei).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, sob pena de se entender que o Senado pode sobrepor-se à Câmara dos Deputados – mitigando-lhe a competência e suprimindo-lhe o relevantíssimo papel de representação popular, em evidente prejuízo ao sensível balanceamento delineado pela Constituição da República no tocante às funções desempenhadas pelas duas Casas em matéria de *impeachment*, impõe-se assentar a impossibilidade de revisão, pelo Senado Federal, da decisão do Plenário da Câmara dos Deputados no sentido do recebimento da denúncia (análise das condições de procedibilidade) por crime de responsabilidade.

**Sem qualquer fundamento, outrossim, a alegação de que caberia à Mesa do Senado a competência para instaurar, ou não, o processo de *impeachment*, “não sendo tal decisão passível de recurso” (fl. 70), e de que somente a decisão “pela instauração do processo deve ser submetida ao Plenário da Casa” (fl. 70). Ora, como já dito, não é de forma alguma razoável se entender que a decisão apenas da Mesa do Senado -- sem possibilidade, inclusive, de recurso -- pode se sobrepor à decisão do Plenário da Câmara dos Deputados. A denúncia será analisada pela Câmara dos Deputados, o que dispensa nova análise ou uma absurda revisão pela Mesa do Senado Federal.**

No ponto, é importante registrar que o AUTOR da ação requer a incidência analógica de dispositivos que não guardam qualquer relação com o processo de *impeachment* do Presidente da República, no qual há previsão expressa da participação da Câmara dos Deputados. **Os artigos citados na petição inicial dizem respeito ao *impeachment* de autoridades (Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Procurador Geral da República) cujo processo não tramita pela Câmara dos Deputados, mas apenas no Senado Federal.** Como o trâmite desses casos é apenas naquela Casa Legislativa, é absolutamente razoável outorgar à Mesa do Senado a competência para receber a denúncia e determinar o seu processamento. O que não se pode admitir de



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

forma alguma - insista-se - é que a Mesa do Senado tenha competência para, sozinha, simplesmente desconsiderar a decisão do Plenário da Câmara dos Deputados e contra essa decisão não caber recurso algum.

Por fim, cabe realçar a **total impertinência do pedido** para que *"seja realizada interpretação conforme do art. 19 da Lei n. 1.079/1950, com efeitos ex tunc – alcançando processos em andamento –, para fixar a interpretação segundo a qual o **Presidente da Câmara dos Deputados** apenas pode praticar o ato de recebimento da acusação contra a Presidente da República se não incidir em qualquer das hipóteses de **impedimento ou suspeição**, esta última objetivamente aferível pela presença de conflito concreto de interesses"* (fl. 71 - grifei). É que a análise de alegação de tal jaez não prescindiria do exame de fatos e provas, inviável em arguição de descumprimento de preceito fundamental. Por oportuno, confira-se, mais uma vez, o ensinamento do Ministro ROBERTO BARROSO:

*"Situação diversa, porém, é aquela em que as partes ou interessados controvertem acerca de determinado fato e pretendem trazer a disputa ao STF, no bojo de uma ADPF. Nessa hipótese, não cabe ao Supremo Tribunal Federal levar a cabo uma instrução específica para decidir qual das versões relatadas corresponde à verdade. Mesmo porque, se ainda há dúvida acerca dos elementos fáticos, não parecer possível determinar se há – ou mesmo se haverá – qualquer violação a preceito fundamental"* (Revista de Direito Processual. Geral, Rio de Janeiro, 61, 2006, fls. 253-254 – grifei).

Não fosse isso razão bastante para se refutar a alegação, tem-se que as hipóteses de impedimento de Deputados e Senadores previstas no art. 36 da Lei n. 1.079/1950 não são passíveis de interpretação extensiva, tampouco se



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

revela cabível a aplicação subsidiária de motivos de impedimento e suspeição do Código de Processo Penal, como decidiu esse Supremo Tribunal:

**"CONSTITUCIONAL. "IMPEACHMENT" (...). Regras de impedimento: artigo 36 da Lei n. 1.079, de 1.950. Impossibilidade de aplicação subsidiária, no ponto, dos motivos de impedimento e suspeição do Código de Processo Penal, art. 252. Interpretação do artigo 36 em consonância com o artigo 63, ambos da Lei 1.079/50. Impossibilidade de emprestar-se interpretação extensiva ou compreensiva ao art. 36, para fazer compreendido, nas suas alíneas "a" e "b", o alegado impedimento dos Senadores. VII. - Mandado de Segurança indeferido" (MS 21.623, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 28.5.1993 – grifei).**

Acrescente-se que em recente decisão, também envolvendo o processo de *impeachment* da atual Presidente da República (MS 33.921-DF), o em. Ministro GILMAR MENDES indeferiu a liminar requerida em mandado de segurança impetrado por parlamentares da base aliada, no qual também se sustentava desvio de poder ou de finalidade, sob o argumento de que o Presidente da Câmara dos Deputados se utilizou *"da gravíssima competência de admitir a instauração de processo de impeachment como instrumento para impedir a apuração de seus desvios éticos, chantagear adversários ou promover vingança política"*. Acrescentaram os impetrantes daquele writ que o Presidente da Câmara dos Deputados agiu em defesa de seu interesse pessoal, qual seja, evitar sua própria cassação. Da decisão referida, que afastou expressamente tais alegações, colhe-se o seguinte trecho, a dispensar maiores acréscimos, merecendo atenção os trechos destacados:

*"Em breve juízo cautelar, verifica-se a ausência da plausibilidade jurídica (fumus boni juris), uma vez que a atuação do Presidente da Câmara dos Deputados confere apenas contornos de condição de*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*procedibilidade formal, envolvendo o recebimento da denúncia, sem conferir qualquer juízo de mérito sobre a questão.*

*Citem-se os arts. 14 a 19 da Lei nº 1.079/50, a saber: (...)*

*Ou seja, trata-se de análise acerca do cumprimento dos requisitos formais de prosseguimento da denúncia, inexistindo juízo de certeza quanto aos fatos e as consequências que culminaram com o pedido contido na peça inicial (impedimento da Presidente da República).*

***Ressalte-se que eventuais interesses político-partidários divergentes da autoridade apontada como coatora em face da Presidente da República, que poderiam revelar, inclusive, a existência de inimizade, não significariam a violação das garantias decorrentes da organização e procedimento do processo vindouro, iniciado com o ato ora atacado.***

*Esta Corte, quando da apreciação do mandado de segurança impetrado pelo então Presidente da República, Collor de Melo, assentou que o processo de impeachment investe o Congresso Nacional de uma função "judicialiforme", nos seguintes termos:*

***"CONSTITUCIONAL. 'IMPEACHMENT': NA ORDEM JURÍDICA AMERICANA E NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA. O "IMPEACHMENT" E O "DUE PROCESS OF LAW". IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO DE SENADORES. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. Constituição Federal, art. 51, I; art. 52, I, parágrafo único; artigo 85, parag. único; art. 86, PAR. 1., II, PAR. 2.; Lei n. 1.079, de 1.950, artigo 36; artigo 58; artigo 63.***

***I. - O "impeachment", no sistema constitucional norte-americano, tem feição política, com a finalidade de destituir o Presidente, o Vice-***



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Presidente e funcionários civis, inclusive juízes, dos seus cargos, certo que o fato embasador da acusação capaz de desencadeá-lo não necessita estar tipificado na lei. A acusação poderá compreender traição, suborno ou outros crimes e delitos ('treason, bribery, or other high crimes and misdemeanors.'). Constituição americana, Seção IV do artigo II. Se o fato que deu causa ao "impeachment" constitui, também, crime definido na lei penal, o acusado respondera criminalmente perante a jurisdição ordinária. Constituição americana, artigo I, Seção III, item 7.*

*II. - O "impeachment" no Brasil republicano: a adoção do modelo americano na Constituição Federal de 1891, estabelecendo-se, entretanto, que os crimes de responsabilidade, motivadores do "impeachment", seriam definidos em lei, o que também deveria ocorrer relativamente a acusação, o processo e o julgamento. Sua limitação ao Presidente da República, aos Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal. CF/1891, artigos 53, parág. único, 54, 33 e PARAGRAFOS, 29, 52 e PARAGRAFOS, 57, PAR. 2.. III.*

*- O "impeachment" na Constituição de 1988, no que concerne ao Presidente da República: autorizada pela Câmara dos Deputados, por dois terços de seus membros, a instauração do processo (C.F., art. 51, I), ou admitida a acusação (C.F., art. 86), o Senado Federal processara e julgara o Presidente da República nos crimes de responsabilidade. E dizer: o "impeachment" do Presidente da República será processado e julgado pelo Senado Federal. O Senado e não mais a Câmara dos Deputados formulara a acusação (juízo de pronuncia) e proferira o julgamento. C.F./88, artigo 51, I; art. 52; artigo 86, PAR. 1., II, PAR.2., (MS no 21.564-DF). A lei estabelecera as normas DE processo e julgamento. C.F., art. 85, par. único.*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Essas normas ESTAO na Lei n. 1.079, de 1.950, que foi recepcionada, em grande PARTE, pela CF/88 (MS n. 21.564-DF).*

*IV. – O 'impeachment' e o 'due process of law': a aplicabilidade deste no processo de 'impeachment', observadas as disposições específicas inscritas na Constituição e na lei e a natureza do processo, ou o cunho político do Juízo. C.F., art. 85, parag. único. Lei n. 1.079, de 1950, recepcionada, em grande parte, pela CF/88 (MS n. 21.564-DF).*

*V. - Alegação de cerceamento de defesa em razão de não ter sido inquirida testemunha arrolada. Inocorrência, dado que a testemunha acabou sendo ouvida e o seu depoimento pode ser utilizado por ocasião da contrariedade ao libelo. Lei N. 1079/50, art. 58. Alegação no sentido de que foram postas nos autos milhares de contas telefônicas, as vésperas do prazo final da defesa, o que exigiria grande esforço para a sua análise. Os fatos, no particular, não se apresentam incontroversos, na medida em que não seria possível a verificação do grau de dificuldade para exame de documentos por parte da defesa no tempo que dispôs.*

*VI. - Impedimento e suspeição de Senadores: inocorrência. O Senado, posto investido da função de julgar o Presidente da República, não se transforma, as inteiras, num tribunal judiciário submetido as rígidas regras a que estão sujeitos os órgãos do Poder Judiciário, ja que o Senado e um órgão político. Quando a Câmara Legislativa - o Senado Federal – se investe de "função judicialiforme", a fim de processar e julgar a acusação, ela se submete, e certo, a regras jurídicas, regras, entretanto, próprias, que o legislador previamente fixou e que compoem o processo político-penal. Regras de impedimento: artigo 36 da Lei n. 1.079, de*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**1.950. Impossibilidade de aplicação subsidiária, no ponto, dos motivos de impedimento e suspeição do Cod. de Processo Penal, art. 252. Interpretação do artigo 36 em consonância com o artigo 63, ambos da Lei 1.079/50. Impossibilidade de emprestar-se interpretação extensiva ou compreensiva ao art. 36, para fazer compreendido, nas suas alíneas "a" e "b", o alegado impedimento dos Senadores.**

VII. - Mandado de Segurança indeferido. (MS 21623, Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 17.12.1992 e p. 28.5.1993) – Grifo nosso.

**Observando detidamente o ato apontado como coator, configura-se claro que houve apenas análise formal pelo Chefe da Câmara dos Deputados, devidamente fundamentada, no exercício do seu mister constitucional.**

A garantia do devido processo legal, no processo de impeachment, está na observância das garantias institucionais político-jurídicas que emergem a partir daí, quais sejam: prazo para defesa, análise pela comissão especial, quórum qualificado para autorização de instauração do processo (2/3 dos membros da Câmara dos Deputados), processo e julgamento pelo Senado Federal, sob a presidência do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Considero oportuno relembrar as lições do saudoso Min. Paulo Brossard, que, em obra clássica sobre o tema, assevera:

*"169. Na sua instauração, na sua condução e na sua conclusão; o impeachment terá inspiração política, motivação política, estímulos políticos. Políticos serão os resultados perseguidos. É natural que seja assim; dificilmente assim não será. Contudo, isto não quer dizer que o impeachment seja inteiramente discricionário e que o seu desenvolvimento se processe ao inteiro sabor de uma e outra casa do*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Congresso, tanto é certo que, uma vez instaurado, deve desdobrar-se segundo a lei, que minuciosamente o disciplina. Em glosa ao Regimento do Senado norte-americano, Thomas Jefferson, que o presidiu, escreveu que, em matéria de impeachment, a decisão senatória 'must be secundum, non ultra legem'. E não só a sentença, mas o processo todo, no que diz respeito a suas fases e formalidades.*

170. A autoridade do Congresso em matéria de impeachment é terminante, não porque o processo seja 'questão exclusivamente política', no sentido jurídico, mas porque a Constituição reservou ao Congresso a competência originária e final para conhecer e julgar, de modo incontestável e derradeiro, tudo quanto diga à responsabilidade política do Presidente da República". (BROSSARD, Paulo de Souza Pinto. *O Impeachment*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 182-183). Grifo nosso.

*Ante o exposto, indefiro a homologação da desistência e o pedido liminar, nos termos do art. 7º da Lei nº 12.016/09".*

Por todas as razões expostas, a Câmara dos Deputados pugna:

a) pelo não conhecimento da presente arguição de descumprimento de preceito fundamental; b) caso conhecida, pelo indeferimento da medida cautelar requestada e pela improcedência dos pedidos formulados na ação.

  
EDUARDO CUNHA  
Presidente

\* \* \* Relatório de resultado da comunicação ( Dez. 9. 2015 6:47PM ) \* \* \*

1)  
2)

Data/Hora: Dez. 9. 2015 6:31PM

Arq Nº	Modo	Destino	Págs	Result	Página Nº enviado
0316	TX de memória	033216707	P. 23	OK	



Razão para erro

E. 1) Desligou ou falha de linha  
E. 3) Não atende  
E. 5) Tamanho máx. e-mail exced.

E. 2) Ocupado

E. 4) Sem conexão de fax

E. 6) Destination does not support IP-Fax



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## FOLHA DE TRANSMISSÃO DE FAX

## Destinatário:

Ministro Edson Fachin

## Remetente:

Dep. Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados

Total de páginas (incluindo esta): 23

Data: 09/12/2015

Assunto: Resposta às informações da Câmara dos Deputados à ADPF n. 378

Quaisquer problemas de transmissão deste fax, por favor, contatar no telefone: (61) 3216-1150 – Leano (Secretaria-Geral da Mesa)

**URGENTE***Supremo Tribunal Federal***URGENTE**

FAX

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados

Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378

REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
ADV.(A/S) : ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Comunico que deferi liminar nos autos em epígrafe, nos termos da decisão cuja cópia segue via fax. Atenciosamente, **Ministro Edson Fachin**, Relator/STF.

*Supremo Tribunal Federal***MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 378 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN  
REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
ADV.(A/S) : ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**DECISÃO MONOCRÁTICA:** Em 08/12/2015, o Partido requerente apresentou pedido de medida cautelar incidental para que se anule a decisão de recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados contra a Presidente da República e que, assim, outra decisão seja proferida por ele com a devida observância do direito de defesa prévia da Presidente da República.

Ainda em 08/12/2015, foi apresentado pelo requerente segundo pedido de medida cautelar incidental para que, no momento de formação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a eleição de seus membros observe a regra de indicação pelos partidos, por meio das lideranças partidárias, através de voto aberto e que a composição da Comissão Especial se dê segundo a representação proporcional dos partidos, e não dos blocos partidários.

Tendo em vista que, dos 03 (três) pedidos cautelares incidentais, 02 (dois) deles dizem respeito aos mesmos pedidos cautelares feitos anteriormente quando da proposição da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 378, aguardem-se as informações e manifestações requeridas no prazo comum de 05 (cinco) dias no Despacho proferido em 03/12/2015.

Dada a urgência do feito e a relevância respectiva para que esta Corte chancela a segurança jurídica constitucional ao procedimento, consigno que, em respeito ao princípio da colegialidade, pedi ao

*Supremo Tribunal Federal*

ADPF 378 MC / DF

Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 08/12/2015, dia para julgamento na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno desta Corte após o decurso do prazo das informações e manifestações das medidas cautelares requeridas. O prazo estabelecido no Despacho proferido em 03/12/2015 expirará em 11/12/2015, sendo que a primeira sessão ordinária subsequente do Tribunal Pleno desta Corte será em 16/12/2015.

Em relação ao pedido cautelar incidental que requereu a suspensão da formação da Comissão Especial em decorrência da decisão da Presidência da Câmara dos Deputados de constituí-la por meio de votação secreta, verifica-se, na ausência de previsão constitucional ou legal, bem como à luz do disposto no art. 188, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a plausibilidade jurídica do pedido, bem como, ante a iminência da instauração da Comissão Especial, o perigo de dano pela demora da concessão liminar requerida.

É coerente e compatível com a Constituição da República de 1988 procedimento regular que almeja, em face de imputação de crime de responsabilidade, o respectivo impedimento de Presidente da República.

Emergindo dúvidas relevantes no curso do procedimento, aptas a suscitar pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, impende submeter o processo ao crivo do exame constitucional diante do Tribunal Pleno.

Com o objetivo de (i) evitar a prática de atos que eventualmente poderão ser invalidados pelo Supremo Tribunal Federal, (ii) obstar aumento de instabilidade jurídica com profusão de medidas judiciais posteriores e pontuais, e (iii) apresentar respostas céleres aos questionamentos suscitados, impende promover, de imediato, debate e deliberação pelo Tribunal Pleno, determinando, nesse curto interregno, a suspensão da formação e a não instalação da Comissão Especial, bem como a suspensão dos eventuais prazos, inclusive aqueles, em tese, em

*Supremo Tribunal Federal*

ADPF 378 MC / DF

curso, preservando-se ao menos até a decisão do Supremo Tribunal Federal prevista para 16/12/2015, todos os atos até este momento praticados.

Em caráter excepcional, com fulcro na Lei 9.882/1999, art. 5º, §1º, se sustenta essa decisão monocrática, *ad referendum* do Tribunal Pleno, por ser portadora de transitória eficácia temporal de 08 (oito) dias, a contar de hoje, diante da magnitude do procedimento em curso, da plausibilidade para o fim de reclamar legítima atuação da Corte Constitucional e da difícil restituição ao estado anterior caso prossigam afazeres que, arrostados pelos questionamentos, venham a ser adequados constitucionalmente em moldes diversos.

Solicitem-se informações à Presidência da Câmara dos Deputados, no prazo de 24 horas, contados da comunicação desta decisão, sobre a forma de composição e eleição da referida Comissão Especial

Comunique-se, com a máxima urgência, inclusive via fax ou outro meio mais expedito, o teor do presente despacho.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 08 de dezembro de 2015, 22h28min.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

*Documento assinado digitalmente*



*Supremo Tribunal Federal*



**URGENTE**

Ofício nº 29512/2015

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378

REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
ADV.(A/S) : ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que deferi liminar nos autos em epígrafe, nos termos da decisão de cópia anexa.

Ademais, solicito informações, no prazo de 24 horas, contados desta comunicação, sobre a forma de composição e eleição da Comissão Especial, objeto da decisão acima referida.

Apresento testemunho de consideração e apreço.

**Ministro Edson Fachin**

Relato

*Documento assinado digitalmente*

*Minus o original  
dia 09/12  
às 10:10h  
e f*

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados



*Supremo Tribunal Federal*



**URGENTE**

Ofício nº 29512/2015

Brasília, 8 de dezembro de 2015.

Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 378

REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
ADV.(A/S) : ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)  
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL  
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que deferi liminar nos autos em epígrafe, nos termos da decisão de cópia anexa.

Ademais, solicito informações, no prazo de 24 horas, contados desta comunicação, sobre a forma de composição e eleição da Comissão Especial, objeto da decisão acima referida.

Apresento testemunho de consideração e apreço.

**Ministro Edson Fachin**

Relato

*Documento assinado digitalmente*

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado EDUARDO CUNHA  
Presidente da Câmara dos Deputados





**MEDIDA CAUTELAR NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 378 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO E OUTRO(A/S)</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: CONGRESSO NACIONAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**DECISÃO MONOCRÁTICA:** Em 08/12/2015, o Partido requerente apresentou pedido de medida cautelar incidental para que se anule a decisão de recebimento da denúncia pelo Presidente da Câmara dos Deputados contra a Presidente da República e que, assim, outra decisão seja proferida por ele com a devida observância do direito de defesa prévia da Presidente da República.

Ainda em 08/12/2015, foi apresentado pelo requerente segundo pedido de medida cautelar incidental para que, no momento de formação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a eleição de seus membros observe a regra de indicação pelos partidos, por meio das lideranças partidárias, através de voto aberto e que a composição da Comissão Especial se dê segundo a representação proporcional dos partidos, e não dos blocos partidários.

Tendo em vista que, dos 03 (três) pedidos cautelares incidentais, 02 (dois) deles dizem respeito aos mesmos pedidos cautelares feitos anteriormente quando da proposição da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 378, aguardem-se as informações e manifestações requeridas no prazo comum de 05 (cinco) dias no Despacho proferido em 03/12/2015.

Dada a urgência do feito e a relevância respectiva para que esta Corte chamele a segurança jurídica constitucional ao procedimento, consigno que, em respeito ao princípio da colegialidade, pedi ao



**ADPF 378 MC / DF**

Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 08/12/2015, dia para julgamento na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno desta Corte após o decurso do prazo das informações e manifestações das medidas cautelares requeridas. O prazo estabelecido no Despacho proferido em 03/12/2015 expirará em 11/12/2015, sendo que a primeira sessão ordinária subsequente do Tribunal Pleno desta Corte será em 16/12/2015.

Em relação ao pedido cautelar incidental que requereu a suspensão da formação da Comissão Especial em decorrência da decisão da Presidência da Câmara dos Deputados de constituí-la por meio de votação secreta, verifica-se, na ausência de previsão constitucional ou legal, bem como à luz do disposto no art. 188, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a plausibilidade jurídica do pedido, bem como, ante a iminência da instauração da Comissão Especial, o perigo de dano pela demora da concessão liminar requerida.

É coerente e compatível com a Constituição da República de 1988 procedimento regular que almeja, em face de imputação de crime de responsabilidade, o respectivo impedimento de Presidente da República.

Emergindo dúvidas relevantes no curso do procedimento, aptas a suscitar pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, impende submeter o processo ao crivo do exame constitucional diante do Tribunal Pleno.

Com o objetivo de (i) evitar a prática de atos que eventualmente poderão ser invalidados pelo Supremo Tribunal Federal, (ii) obstar aumento de instabilidade jurídica com profusão de medidas judiciais posteriores e pontuais, e (iii) apresentar respostas céleres aos questionamentos suscitados, impende promover, de imediato, debate e deliberação pelo Tribunal Pleno, determinando, nesse curto interregno, a suspensão da formação e a não instalação da Comissão Especial, bem como a suspensão dos eventuais prazos, inclusive aqueles, em tese, em



ADPF 378 MC / DF

curso, preservando-se, ao menos até a decisão do Supremo Tribunal Federal prevista para 16/12/2015, todos os atos até este momento praticados.

Em caráter excepcional, com fulcro na Lei 9.882/1999, art. 5º, §1º, se sustenta essa decisão monocrática, *ad referendum* do Tribunal Pleno, por ser portadora de transitória eficácia temporal de 08 (oito) dias, a contar de hoje, diante da magnitude do procedimento em curso, da plausibilidade para o fim de reclamar legítima atuação da Corte Constitucional e da difícil restituição ao estado anterior caso prossigam afazeres que, arrostados pelos questionamentos, venham a ser adequados constitucionalmente em moldes diversos.

Solicitem-se informações à Presidência da Câmara dos Deputados, no prazo de 24 horas, contados da comunicação desta decisão, sobre a forma de composição e eleição da referida Comissão Especial

Comunique-se, **com a máxima urgência, inclusive via fax ou outro meio mais expedito**, o teor do presente despacho.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 08 de dezembro de 2015, 22h28min.

Ministro EDSON FACHIN

Relator

*Documento assinado digitalmente*



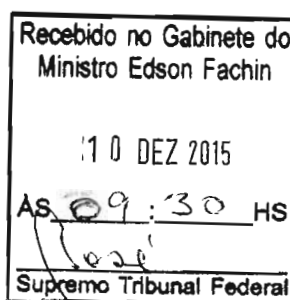
CÂMARA DOS DEPUTADOS



Of. n. 2858/2015/SGM/P

Brasília, 9 de dezembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor  
**Ministro EDSON FACHIN**  
Supremo Tribunal Federal  
Praça dos Três Poderes  
70175-900 - Brasília/DF



Referente: **Informações Complementares na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 378.**

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Diante do deferimento de liminar suspendendo a eleição da Comissão Especial a que aludem o artigo 19 da Lei nº 1.079/50<sup>1</sup> e o § 2º do artigo 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD<sup>2</sup>, com vistas a analisar os termos da denúncia por crime de responsabilidade apresentada contra a Presidente da República, realizada no dia 08/12/2015, no Plenário da Câmara dos Deputados, apresento as seguintes informações complementares.

Esclarece-se desde já que os fatos apresentados na peça incidental apresentada pelo AUTOR não possuem qualquer suporte regimental, legal e constitucional, vez que distorcidos e dissociados da realidade, o que denota a clara

<sup>1</sup> Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.

<sup>2</sup> § 2º Recebida a denúncia pelo Presidente, verificada a existência dos requisitos de que trata o parágrafo anterior, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada à Comissão Especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os Partidos.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

intenção de induzir a erro V. Ex<sup>a</sup>. e os demais membros da Corte Suprema, especialmente quanto forma de composição e a votação para eleição de seus membros.

Além disso, deve-se realçar a circunstância de que as modalidades de votação (secreta ou ostensiva) na eleição da Comissão Especial em referência e as espécies de candidaturas (por indicação dos Líderes ou avulsa) não foram objeto desta arguição de descumprimento de preceito fundamental. Em outras palavras, na fundamentação e nos pedidos formulados nesta ação não constou qualquer alusão às modalidades de votação (secreta ou ostensiva) na eleição dos membros da Comissão Especial, tampouco às espécies de candidatura (por indicação dos Líderes ou avulsas).

Pois bem. Insta observar que a comissão especial a ser formada para a análise de denúncia por crime de responsabilidade contra Presidente da República não é formada pelos Deputados Federais indicados pelos líderes partidários ou de bloco, como ocorre com as comissões permanentes. Ao contrário, por expressa determinação legal, deve a comissão ser eleita, ou seja, não basta que os líderes encaminhem uma lista com os nomes de seus liderados que a integrarão, esses nomes devem ser eleitos pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Como a Constituição não estabeleceu a forma de eleição dessa comissão e remeteu à lei<sup>3</sup> a obrigação de fazê-lo, e tendo esta também sido omissa a esse respeito (a Lei nº 1.079/50 apenas preceitua que a comissão é eleita, deve contar com membros de todos os partidos com assento na Casa e observar a proporcionalidade), coube ao RICD a regulamentação dessa eleição.

Por sua vez, o Capítulo VII do Livro VI do RICD – que trata do processo nos crimes de responsabilidade do Presidente e do Vice-Presidente da

<sup>3</sup> Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS



República – também não estabelece a forma de composição e eleição da comissão especial. É preciso, então, recorrer à interpretação sistemática do RICD para estabelecer a forma de composição e eleição da comissão, ao menos naquilo que já não foi estabelecido pela Lei (proporcionalidade e assento para todos os partidos).

O AUTOR, com sua interpretação autoritária, para não dizer exótica, do RICD, tenta de maneira desleal induzir a Suprema Corte a erro ao arguir que se aplica ao caso o Capítulo IV do Título II, que trata das comissões. Ocorre que os membros das comissões regulamentadas por esse Capítulo do RICD não são eleitos, mas simplesmente indicados pelos líderes, podendo haver substituição a qualquer tempo mediante simples ofício direcionado à Presidência da Câmara dos Deputados, o que não se equipara com a situação em questão, na qual há efetivamente eleição. É importante observar que nessas Comissões há sim eleição para a Presidência e Vice-Presidências, por votação secreta, e, uma vez eleitos, não podem, Presidente e Vice-Presidente, ser substituídos pelos líderes de seus partidos enquanto não terminarem seus mandatos.

Já a Comissão Especial a ser formada para apreciar a denúncia contra a Presidente da República por crime de responsabilidade deve ser eleita, o que significa dizer que são imprestáveis as disposições regimentais que tratam do preenchimento das vagas em comissões nas quais bastam as indicações dos líderes.

Assim, as disposições regimentais adequadas a disciplinar a composição da referida comissão especial, já que omisso nesse aspecto o Capítulo VII do Livro VI do RICD – que trata do processo nos crimes de responsabilidade do Presidente e do Vice-Presidente da República – são as que tratam da eleição para





## CÂMARA DOS DEPUTADOS



a Mesa Diretora, previstas no Capítulo III do Título I do RICD, já que é a única outra comissão<sup>4</sup> para os quais são eleitos os membros.

Nesse contexto, após aplicar a regra de proporcionalidade prevista no artigo 19 da Lei nº 1.079/50 e no artigo 23 do RICD, tendo como parâmetro o número máximo de 66 titulares e 66 suplentes (máximo permitido para comissões) e a regra de que todos os partidos com assento na Casa devem indicar ao menos um membro, concluiu-se que a comissão especial teria 65 membros titulares e 65 membros suplentes.

A Presidência da Câmara, então, comunicou aos líderes partidários que receberia as indicações oficiais dos partidos, na expectativa de que todos conseguissem pacificar suas bancadas e, havendo consenso, seria feita a eleição em chapa única. Entretanto, alguns líderes partidários e vários deputados de partidos que já haviam feito suas indicações oficiais manifestaram vontade de lançar candidaturas avulsas, e, assim, concorrerem à eleição para a comissão especial, o que não estava previsto anteriormente.

Entendendo que não é possível tolher o direito de cada parlamentar ou partido concorrer às vagas da comissão especial, a Presidência da Câmara adiou a votação e estabeleceu, respeitando o número de vagas destinadas a cada partido, as regras para que as candidaturas avulsas fossem registradas, tendo como parâmetro os artigos 7º, inciso I e 8º do RICD<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Art. 14. À Mesa, na qualidade de Comissão Diretora, incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

<sup>5</sup> Art. 7º A eleição dos membros da Mesa far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, exigido maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta dos Deputados, observadas as seguintes exigências e formalidades:

I - registro, perante a Mesa, individualmente ou por chapa, de candidatos previamente escolhidos pelas bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares aos cargos que, de acordo com o princípio da representação proporcional, tenham sido distribuídos a esses Partidos ou Blocos Parlamentares;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Assim, aqueles que desejassem concorrer deveriam registrar chapas com pelo menos 33 Deputados (metade mais um da composição da comissão especial que respeitassem a proporcionalidade das bancadas e o número de vagas destinadas a cada partido). Caso fossem registradas chapas incompletas, ou seja, sem os 65 membros titulares e 65 membros suplentes, far-se-ia uma eleição suplementar para o preenchimento das vagas restantes, não mais podendo concorrer deputados de partidos cujas vagas já estivessem ocupadas.

Outrossim, nos termos das supracitadas normas regimentais, além da chapa constituída com os candidatos indicados pelos Líderes de partidos e de blocos parlamentares, formou-se chapa integrada por candidatos avulsos, respeitando-se, quanto às duas chapas, rigorosamente, o princípio da proporcionalidade e a regra da parte final do art. 19 da Lei n. 1.079/1950, segundo a qual todos os partidos devem participar da Comissão.

E, na votação realizada em 8 de dezembro de 2015, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu a chapa avulsa, integrada por 39 candidatos, pendente, por isso, de complementação por nova eleição, o que também ocorreria se fosse eleita a chapa oficial, que não tinha também o número total de integrantes, conforme documentos anexos. Ou seja, qualquer que fosse o resultado da votação, seria necessário realizar eleição suplementar para completar a composição da comissão especial. Importa, ainda, esclarecer que:

[...]

Art. 8º Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares que participem da Câmara, os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos que, de acordo com o mesmo princípio, lhes caiba prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas, observadas as seguintes regras: [...]



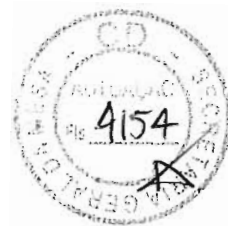




## CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. Se apenas os partidos fossem considerados para o cálculo, desprezando-se os blocos parlamentares, haveria uma única alteração: o Partido Republicano da Ordem Social - PROS perderia uma vaga e o Democratas - DEM ou o Partido Republicano Brasileiro - PRB (empatados no número de Deputados eleitos) seria beneficiado.
2. Em 1992, na distribuição das vagas para a *"Comissão Especial destinada a dar parecer sobre a denúncia contra o Senhor Presidente da República por crimes de responsabilidade, oferecida pelos Senhores Barbosa Lima Sobrinho e Marcelo Levenére"*, considerou-se o Bloco Parlamentar constituído pelo Partido da Frente Liberal (PFL), pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e pelo Partido Social Cristão (PSC).
3. Na constituição de todas as Comissões na atual Legislatura, permanentes (Ato da Mesa nº 07, de 2015) e temporárias (a título exemplificativo: Ato da Presidência de 4 de novembro de 2015, que constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito da Funai e do Incra; Ato da Presidência de 24 de novembro de 2015, que constituiu Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 3.636/2015), consideraram-se os blocos parlamentares.
4. A impossibilidade de consideração dos blocos parlamentares não afetaria a eleição da chapa avulsa, realizada em 8 de dezembro de 2015, pendente de eleição complementar, porque o PROS, partido eventualmente prejudicado, não a





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

integrou (estando habilitado, por conseguinte, a participar da eleição complementar).

Quanto à votação, cumpre esclarecer que a Emenda Constitucional nº 76/2013 não extinguiu a possibilidade de haver votação secreta nas eleições havidas internamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Referida emenda encerrou essa modalidade de votação apenas e tão somente para os casos de cassação de mandatos e apreciação de vetos presidenciais.

Não há qualquer vedação no texto constitucional para que determinadas votações sejam secretas, especialmente quando envolvem escolha de autoridades, como Embaixadores e Ministros de Tribunais Superiores.

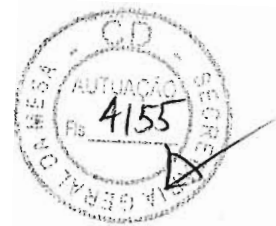
Quando se está diante de uma eleição, ou seja, da escolha de representantes (no caso concreto, de uma comissão que, em nome da Câmara analisará preliminarmente denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República), é fundamental que o eleitor, seja ele quem for, não seja obrigado a explicitar sua escolha, de modo a não ser futuramente constrangido pelo(s) eleito(s) caso nele(s) não tenha votado, ou mesmo por qualquer outra pessoa que tenha interesse na eleição. Até por isso o Constituinte originário optou, por exemplo, pelo voto secreto nas eleições gerais e municipais.

Nesse sentido, não raro os regimentos internos de Casas Legislativas e Tribunais preveem votação por escrutínio secreto nas eleições internas de qualquer natureza. Cito, oportunamente, por atenderem à mesma lógica, os arts. 12, § 1º, e 355, *caput*, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o art. 16, I, a, do Código Eleitoral, que estabelecem, respetivamente, para os processos de escolha do Presidente, do Vice-Presidente e do Diretor-Geral do





## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Supremo Tribunal Federal e dos ministros do Supremo Tribunal Federal que integrarão o Tribunal Superior Eleitoral, o voto pelo escrutínio secreto.

No caso concreto, o RICD é bastante claro quanto a isso ao dispor, no artigo 188, inciso III, que:

Art. 188. A votação por escrutínio secreto far-se-á pelo sistema eletrônico, nos termos do artigo precedente, apurando-se apenas os nomes dos votantes e o resultado final, nos seguintes casos:

[...]

III - para eleição do Presidente e demais membros da Mesa Diretora, do Presidente e Vice-Presidentes de Comissões Permanentes e Temporárias, dos membros da Câmara que irão compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional e dos 2 (dois) cidadãos que irão integrar o Conselho da República e nas demais eleições; (Inciso acrescido pela Resolução nº 45, de 2006)

[...] (negritou-se)

Não há, portanto, qualquer dúvida acerca da constitucionalidade ou legalidade da votação ocorrida na Sessão ocorrida ontem, dia oito de dezembro, já que nessas questões prevalece a norma de organização interna da Câmara, a exemplo do que ocorre em outras Casas Legislativas e nos Tribunais.

Diga-se, em remate, que essa Suprema Corte tem primado pelo respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes, tanto assim que registrou em sua jurisprudência que *"a interferência judicial no âmago do processo político, verdadeiro locus da atuação típica dos agentes do Poder Legislativo, tem que gozar de lastro forte e categórico no que prevê o texto da Constituição Federal"* (ADI 4357/DF, 4425/DF), não sendo essa, seguramente, a hipótese desta ação. 9





## CÂMARA DOS DEPUTADOS



Nessa esteira, esse e. Tribunal indeferiu variadas pretensões voltadas contra o andamento dos trabalhos legislativos, a teor dos precedentes que se transcreve:

EMENTA: Agravo regimental. Mandado de segurança. Questão interna corporis. Atos do Poder Legislativo. Controle judicial. Precedente da Suprema Corte. 1. **A sistemática interna** dos procedimentos da Presidência da Câmara dos Deputados para processar os recursos dirigidos ao Plenário daquela Casa **não é passível de questionamento perante o Poder Judiciário**, inexistente qualquer violação da disciplina constitucional. 2. Agravo regimental desprovido.

(MS 25588 AgR, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Tribunal Pleno, julgado em 02/04/2009, DJe-084 DIVULG 07-05-2009 PUBLIC 08-05-2009 EMENT VOL-02359-02 PP-00350 RTJ VOL-00210-01 PP-00241 RT v. 98, n. 886, 2009, p. 135-139) **(negritou-se)**

EMENTA: Agravo Regimental em Mandado de Segurança. 2. Oferecimento de denúncia por qualquer cidadão imputando crime de responsabilidade ao Presidente da República (artigo 218 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados). 3. Impossibilidade de interposição de recurso contra decisão que negou seguimento à denúncia. Ausência de previsão legal (Lei 1.079/50). 4. **A interpretação e a aplicação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados constituem matéria interna corporis, insuscetível de apreciação pelo Poder Judiciário.** 5. Agravo regimental improvido.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

(MS 26062 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/03/2008, DJe-060 DIVULG 03-04-2008 PUBLIC 04-04-2008 EMENT VOL-02313-03 PP-00469 LEXSTF v. 30, n. 355, 2008, p. 216-225) **(negritou-se)**

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. INSTAURAÇÃO. REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. RESTRIÇÃO: IMPOSSIBILIDADE DE INSTITUÍ-LA ENQUANTO ESTIVER FUNCIONANDO PELO MENOS CINCO DELAS. 1. A restrição estabelecida no § 4º do artigo 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que limita em cinco o número de CPIs em funcionamento simultâneo, está em consonância com os incisos III e IV do artigo 51 da Constituição Federal, que conferem a essa Casa Legislativa a prerrogativa de elaborar o seu regimento interno e dispor sobre sua organização. Tais competências são um poder-dever que permite regular o exercício de suas atividades constitucionais. 2. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

(ADI 1635, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 19/10/2000, DJ 05-03-2004 PP-00013 EMENT VOL-02142-02 PP-00168) **(negritou-se)**

Com base nas razões expostas, tenho por prestadas as informações complementares que se destinam a instruir o julgamento da medida cautelar em referência, requerendo, por conseguinte, a imediata revogação da liminar, a fim de que a Câmara dos Deputados consiga exercer, sem maiores delongas, sua relevante função constitucional.

**EDUARDO CUNHA**  
Presidente





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

## CHAPA 1

4158

Titulares

Suplentes

Titulares

Suplentes

### PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/ PRP/PSDC/PEN/PRTB

Antônio Jácome(PMN)	Aguinaldo Ribeiro(PP)
Bacelar(PTN)	Alberto Filho(PMDB)
Celso Maldaner(PMDB)	André Fufuca(PEN)
Cristiane Brasil(PTB)	Cleber Verde(PRB)
Daniel Vilela(PMDB)	Covatti Filho(PP)
Eduardo da Fonte(PP)	Delegado Edson Moreira(PTN)
Fernando Monteiro(PP)	Edio Lopes(PMDB)
Hildo Rocha(PMDB)	Elcione Barbalho(PMDB)
Iracema Portella(PP)	Irmão Lazaro(PSC)
Jhonatan de Jesus(PRB)	João Marcelo Souza(PMDB)
João Arruda(PMDB)	Julio Lopes(PP)
José Priante(PMDB)	Luiz Carlos Busato(PTB)
Junior Marreca(PEN)	Marcos Reategui(PSC)
Leonardo Picciani(PMDB)	Marx Beltrão (PMDB)
Pedro Fernandes(PTB)	Nelson Marquezelli(PTB)
Roberto Britto(PP)	Newton Cardoso Jr(PMDB)
Rodrigo Pacheco(PMDB)	Paes Landim(PTB)
Vinicius Carvalho(PRB)	Paulo Maluf(PP)
Washington Reis(PMDB)	Ronaldo Martins(PRB)
Zeca Cavalcanti(PTB)	Sergio Souza (PMDB)
7 vagas	Vitor Valim(PMDB)
	6 vagas

### PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Aelton Freitas(PR)	Afonso Florence(PT)
Arlindo Chinaglia(PT)	Altineu Côrtes(PR)
Diego Andrade(PSD)	Benedita da Silva(PT)
Givaldo Carimbão(PROS)	Beto Salame(PROS)
Henrique Fontana(PT)	Carlos Zarattini(PT)
Hugo Leal(PROS)	Fábio Mitidieri(PSD)
Irajá Abreu(PSD)	João Carlos Bacelar(PR)
Jandira Feghali(PCdoB)	José Carlos Araújo(PSD)
José Guimarães(PT)	Leo de Brito(PT)
José Mentor(PT)	Maria do Rosário(PT)
Júlio Cesar(PSD)	Miguel Lombardi(PR)
Lúcio Vale(PR)	Orlando Silva(PCdoB)
Marcio Alvino(PR)	Paulo Pimenta(PT)
Maurício Quintella Lessa(PR)	Pepe Vargas(PT)
Paulo Magalhães(PSD)	Rômulo Gouveia(PSD)
Paulo Teixeira(PT)	Ronaldo Fonseca(PROS)
Sibá Machado(PT)	Valmir Assunção(PT)
Vicente Cândido(PT)	Wellington Roberto(PR)
Wadih Damous(PT)	1 vaga

### PSDB/PSB/PPS/PV

Sarney Filho(PV) 11 vagas	Evair de Melo(PV) 11 vagas
------------------------------	-------------------------------

### PDT

Afonso Motta(PDT)	Flávia Moraes(PDT)
Dagoberto(PDT)	Roberto Góes(PDT)

### PSOL

Ivan Valente(PSOL)	Chico Alencar(PSOL)
--------------------	---------------------

### PTC

Uldurico Junior(PTC)	(Dep. do PMB ocupa a vaga)
----------------------	-------------------------------

### PTdoB

Silvio Costa(PTdoB)	Luis Tibé(PTdoB)
---------------------	------------------

### PMB

Valtenir Pereira(PMB)	Aluisio Mendes(PMB) vaga do PTC
	Dâmina Pereira(PMB)

### REDE

Alessandro Molon(REDE)	Aliel Machado(REDE)
------------------------	---------------------

*Silvio Antônio da Silva  
Secretário Geral da Mesa*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE A DENÚNCIA CONTRA A SENHORA PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE, OFERECIDA PELOS SENHORES HÉLIO PEREIRA BICUDO, MIGUEL REALE JUNIOR E JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

### CHAPA 2 – UNINDO O BRASIL



Titulares

Suplentes

Titulares

Suplentes

#### PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/ PRP/PSDC/PEN/PRTB

André Fufuca(PEN)	Alceu Moreira(PMDB)
Benito Gama(PTB)	Carlos Andrade(PHS)
Carlos Marun(PMDB)	Darcísio Perondi(PMDB)
Eduardo Bolsonaro(PSC)	Elmar Nascimento(DEM)
Fernando Francischini(SD)	Genecias Noronha(SD)
Flaviano Melo(PMDB)	Geraldo Resende(PMDB)
Jair Bolsonaro(PP)	Lucas Vergílio(SD)
Jerônimo Goergen(PP)	Mauro Pereira(PMDB)
Kaio Manicoba(PHS)	Moroni Torgan(DEM)
Lelo Coimbra(PMDB)	Renzo Braz(PP)
Lucio Vieira Lima(PMDB)	Roberto Balestra(PP)
Luis Carlos Heinze(PP)	Rogério Peninha Mendonça(PMDB)
Manoel Junior(PMDB)	Valdir Colatto(PMDB)
Mauro Mariani(PMDB)	14 vagas
Mendonça Filho(DEM)	
Odelmo Leão(PP)	
Osmar Serraglio(PMDB)	
Osmar Terra(PMDB)	
Paulo Pereira da Silva(SD)	
Pr. Marco Feliciano(PSC)	
Rodrigo Maia(DEM)	
Ronaldo Nogueira(PTB)	
Sérgio Moraes(PTB)	
4 vagas	

#### PT/PSD/PR/PROS/PCdoB

Delegado Éder Mauro(PSD)	Jefferson Campos(PSD)
Evandro Roman(PSD)	Silas Câmara(PSD)
João Rodrigues(PSD)	17 vagas
Sóstenes Cavalcante(PSD)	
15 vagas	

#### PSDB/PSB/PPS/PV

Alex Manente(PPS)	Daniel Coelho(PSDB)
Bebeto(PSB)	Fábio Sousa(PSDB)
Bruno Covas(PSDB)	Izalci(PSDB)
Carlos Sampaio(PSDB)	Moses Rodrigues(PPS)
Danilo Forte(PSB)	Nilson Pinto(PSDB)

Fernando Coelho Filho(PSB)	Rocha(PSDB)
Nilson Leitão(PSDB)	Rogério Marinho(PSDB)
Paulo Abi-ackel(PSDB)	5 vagas

Rossoni(PSDB)  
Shéridan(PSDB)  
Tadeu Alencar(PSB)  
1 vaga

#### PDT

2 vagas	2 vagas
---------	---------

#### PSOL

1 vaga	1 vaga
--------	--------

#### PTC

1 vaga	1 vaga
--------	--------

#### PTdoB

1 vaga	1 vaga
--------	--------

#### PMB

Major Olimpio(PMB)	Ezequiel Teixeira(PMB)
--------------------	------------------------

#### REDE

1 vaga	1 vaga
--------	--------

*Silva*  
Secretário-Geral do TCU

\* \* \* Relatório de resultado da comunicação ( Dez. 9. 2015 8:59PM ) \* \* \*

1)  
2)

Data/Hora: Dez. 9. 2015 8:54PM

Arq N°	Modo	Destino	Págs	Result	Página N° enviado
0318	TX de memória	033216194	P. 13	OK	



Razão para erro

E. 1) Desligou ou falha de linha  
E. 3) Não atende  
E. 5) Tamanho máx. e-mail exced.

E. 2) Ocupado

E. 4) Sem conexão de fax

E. 6) Destination does not support IP-Fax



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## FOLHA DE TRANSMISSÃO DE FAX

**Destinatário:**

Ministro Edson Fachin – Relator STF

**Remetente:**

Dep. Eduardo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados

Total de páginas (incluindo esta): 13

Data: 09/12/2015

Assunto: Encaminha informações da Câmara dos Deputados sobre o alegado na ADPF n. 378.

Quaisquer problemas de transmissão deste fax, por favor, contatar no telefone: (61) 3216-1150 – Leano (Secretaria-Geral da Mesa)





**PRESIDÊNCIA/SGM**

Ofícios n. 29231/2015 e 29512/2015 (Comunicação via fac-símile de recebida em 9 de dezembro de 2015), do Senhor Ministro EDSON FACHIN, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 378, em trâmite no Supremo Tribunal Federal. Pedido de informações e comunicação de decisão liminar deferida no feito. Em 15/12/2015.

Juntem-se os expedientes em referência, bem como cópia das informações prestadas pela Presidência da Câmara dos Deputados por meio dos Ofícios Of. n. 2857/SGM/P/2015 e n. 2858/2015/SGM/P, a fim de instruir a ADPF n. 378, ao processado da Denúncia por Crime de Responsabilidade em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, DILMA VANA ROUSSEFF, formulada pelos Senhores Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reali Júnior (autuada nesta Casa como DCR n. 1/2015). Publique-se.

  
**EDUARDO CUNHA**  
Presidente





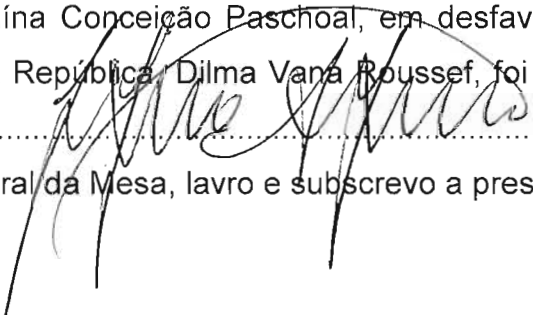
**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**



**DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE N. 1/2015**

**Volume 12**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME**

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, em Brasília, Distrito Federal, no Gabinete da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, certifico, para os devidos fins, que este volume de número 12 (**doze**), com folhas numeradas de 3719 a 4162, pertencente à **Denúncia por Crime de Responsabilidade n. 1/2015** apresentada por Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, em desfavor da Excelentíssima Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, foi encerrado nesta data. E, para constar, eu, ....., Sílvio Avelino da Silva, Secretário-Geral da Mesa, lavro e subscrevo a presente autuação.